



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Marianna Isabella Sciarra de Sousa

A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA COLONIAL NA AMAZÓNIA
ENTRE O BRASIL E HISPANO-AMÉRICA NO SÉCULO XVIII
AS CIDADES DO RIO GUAPORÉ

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pela Professora Doutora Antonieta Reis Leite e apresentada ao Departamento de Arquitetura
da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2021

A construção da Fronteira Colonial na
Amazónia entre o Brasil e Hispano-América
no século XVIII

AS CIDADES DO RIO GUAPORÉ

Marianna Isabella Sciarra De Sousa

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pela Professora Antonieta Reis Leite
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra

Fevereiro 2021

Aos meus Pais,

À minha avó, ao meu irmão,

À Rita, às Sofias, à Castilho e à Michelle,

À Cláudia,

A todos os colegas e amigos que ajudaram neste processo,

À Professora Antonieta Reis Leite,

Ao D'Arq,

À Coimbra,

Obrigada.

Resumo:

Em meados do século XVIII, contínuos atritos entre as colónias portuguesas e espanholas da América do Sul, levaram à assinatura entre as duas coroas do Tratado de Madrid, em 1750. O novo tratado estipulou que o território em disputa na Amazónia pertenceria a quem demonstrasse a sua posse. Consequentemente, instituiu-se uma política fundacional rápida, com a implantação de cidades em ambos lados de uma fronteira ainda por traçar. Isto levou à tendência de “preencher os vazios” do continente, isto é, ocupar áreas ainda não colonizadas, nomeadamente na floresta Amazónica, sendo o rio Guaporé, território de estudo desta dissertação, acordado entre as duas coroas como fronteira.

Os portugueses movimentaram-se pelos rios desde o Atlântico até ao interior do continente americano, até chegar à margem este do Rio Guaporé, onde fundaram cidades. Contudo, ali, encontraram já instaladas múltiplas missões fundadas pelos jesuítas com índios Mojos e Chiquitos, ao longo do oriente boliviano, com o acordo dos espanhóis. Missões essas que os espanhóis utilizaram como demonstrativas da sua presença no território em troca de deixarem os jesuítas utilizarem os territórios sob o seu domínio para a missionação.

Através da análise do processo de ordenamento do território de um e outro lado da fronteira do Guaporé, e do estudo da morfologia urbana das cidades de colonização, jesuíta, em território espanhol, e colonização portuguesa na Amazónia, a dissertação procura compreender o que é a “fronteira” e o que a delimita do ponto de vista do urbanismo, através do estudo das experiências urbanas das várias entidades coloniais que ocuparam o rio Guaporé no século XVIII e que contribuíram para a definição da linha que ainda hoje se mantém como fronteira entre o Brasil e a Bolívia.

Palavras-chave:

Urbanização; fronteira; século XVIII; Rio Guaporé; Mato Grosso; Amazónia

Abstract:

In the middle of the XVIII century, the continuous tension between the Portuguese and the Spanish colonies in South America, lead up to the signature of the Treaty of Madrid between the two Empires, in 1750. The treaty established that the territory of tension in the Amazon belonged to the one that showed ownership. This way, a fast founding policy settled between the two entities, with the foundation of cities on both sides of a boarder that was still to be established. This led up to a tendency to “fill the gaps” of the American Continent, which meant, occupy the areas that were not yet colonized , specifically the Amazon forest, being the Guaporé River, case study of this dissertation, agreed between these two crowns as a border.

The Portuguese moved through the rivers from the Atlantic to the heart of the American continent, until the east bank of the Guaporé river, where they built cities. Although, there, along the western part of Bolivia, they found multiple missionary settlements, founded by the Jesuits with the indigenous tribes of Mojo and Chiquitos, partnered with Spain. Through these missions the Spanish showed their presence in this territory, in exchange of letting the Jesuits use it for the missions.

Through a analysis process of the territory planning on both sides of the Guaporé river, and an urban morphology study of the cities of Jesuit, Spanish and Portuguese settlements in the Amazon, this dissertation tries to understand what is a “boarder” and what constructs it, from the urbanism point of view, throughout the study of the urban experiences of this colonial entities that occupied this area in the XVIII century and contributed to de definition of the line that still today shapes the border between Brazil and Bolivia.

Key-words:

Urbanization; boarder; XVIII century; Guaporé River; Mato Grosso; Amazon

Sumário:

| | |
|---|-----|
| Resumo..... | 5 |
| Abstract..... | 7 |
| Sumário..... | 9 |
| Introdução..... | 13 |
| Parte 1 - Desenho do Território Amazónico..... | 41 |
| O Contributo das Missões Jesuíticas para a colonização do Guaporé:..... | 45 |
| Tratados relevantes para o desenho do território..... | 59 |
| Conflito entre fronteiras e o Tratado de Madrid..... | 65 |
| Contrabando e Tratado de Limites..... | 75 |
| Parte 2 - Guaporé como Fronteira..... | 83 |
| As Cidades do Rio Guaporé até à chegada dos portugueses..... | 85 |
| As Missões dos Mojos e dos Chiquitos..... | 87 |
| Análise Morfológica das missões..... | 99 |
| San Joaquin (1709)..... | 101 |
| Magdalena (1720)..... | 111 |
| San Ignacio (1724)..... | 121 |
| Outros..... | 131 |
| O Rio como fronteira: Uma história de urbanização..... | 139 |
| Três cidades da coroa portuguesa e uma missão Jesuíta..... | 157 |
| Análise Morfológica das fundações portuguesas no Guaporé..... | 161 |
| Vila Bela da Santíssima Trindade (1752)..... | 163 |
| Santa Ana (1755)..... | 175 |
| Príncipe da Beira (1775)..... | 185 |
| Casal Vasco (1783)..... | 191 |
| Considerações Finais..... | 201 |
| Bibliografia..... | 214 |
| Índice de imagens..... | 220 |
| Cronologia de Trabalho..... | 227 |

Introdução



Imagem 1- Diagrama da rede fluvial da Amazônia.

Introdução:

Esta investigação tem como objetivo estudar o processo de ocupação do território do rio Guaporé no coração da floresta amazónica e aprofundar o conhecimento sobre a conformação deste rio em fronteira. Através da análise da morfologia urbana das cidades de colonização espanhola, fundadas como missões jesuítas, e cidades de colonização portuguesa, fundadas por entidades oficiais da Coroa, na Amazónia, procura-se compreender o que é a “fronteira” do ponto de vista do urbanismo através do estudo das experiências urbanas de várias entidades que ocupam as duas margens do rio Guaporé.

A Amazónia, uma das maiores florestas do planeta, localizada na América do Sul, compreende territórios que pertencem ou fazem fronteira com nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Esta floresta é interseçada pelo Rio Amazonas, que nasce na Cordilheira dos Andes e desagua no Oceano Atlântico. A partir deste, nascem inúmeros rios que configuram uma rede articulada sobre o território, sendo esta rede um dos principais fatores que influenciaram a localização de cidades, vilas e aldeamentos estratégicos das Coroas Portuguesa e Espanhola. Uma vez que os rios funcionam materialmente tanto como estrutura defensiva, na medida em que separam espaços, quanto como instrumento de ligação e transporte, tornaram-se um veículo fundamental da exploração e colonização do interior da Amazónia, como é possível observar a verde na imagem 1 e 2.

A área de estudo desta dissertação cinge-se, assim, à atual linha de fronteira entre a Bolívia e o Brasil, territórios respetivamente colonizados por Espanha e Portugal. Relativamente à escala urbana, a dissertação pretende estudar aldeamentos, vilas e cidades, fundados no Rio Guaporé no século XVIII. O estudo enquadra-se neste arco temporal por ter sido neste século em que o império português deu início à colonização do interior do atual Brasil, nomeadamente da Amazónia.

Na imagem 2, é possível observar a zona de estudo. A azul está indicada a zona de colonização portuguesa no rio Guaporé, do lado nascente. Do lado poente, a laranja e a amarelo a colonização espanhola, nos territórios de Mojos e Chiquitos respetivamente.

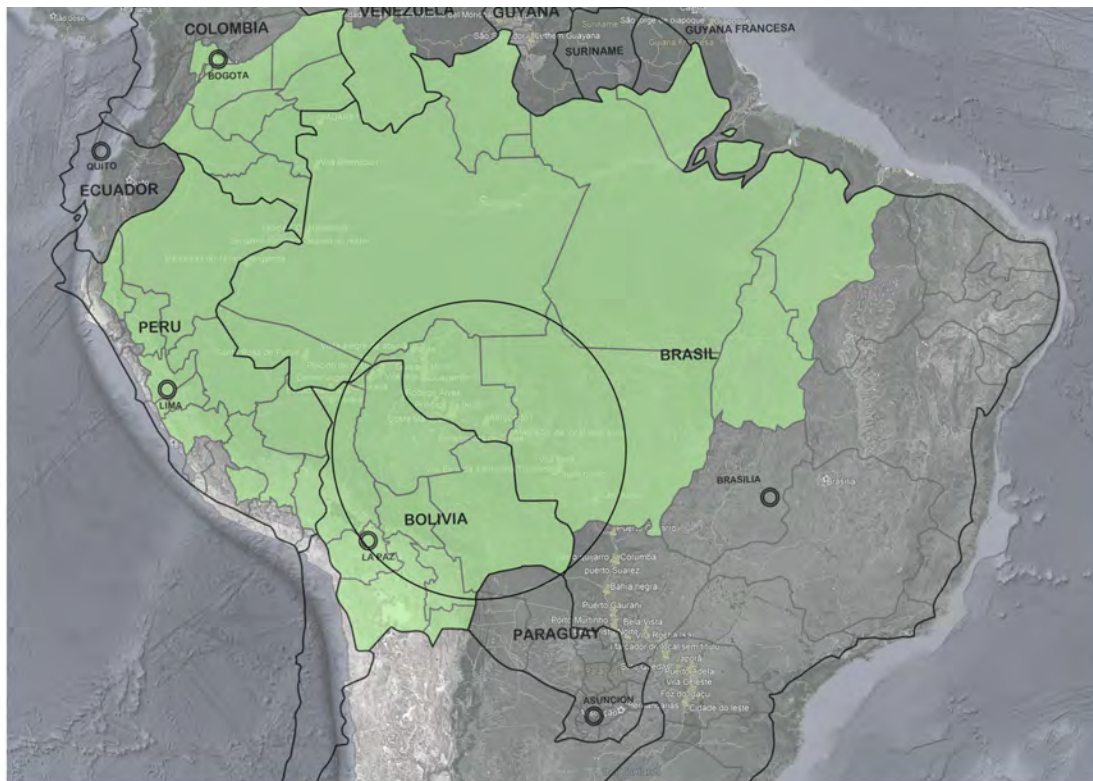


Imagem 2- Diagrama de localização da zona de estudo.
 A Verde a Amazônia, Azul espaço ocupado por portugueses, Laranja zona de Mojos, Amarelo zona de Chiquitos.

As Vilas e Cidades criadas por ambas as coroas nesta área delimitaram o que ainda hoje é a linha de fronteira. Além disso, a sua caracterização como cidade de colonização espanhola ou portuguesa, foi sumamente importante para a formação de uma identidade própria em ambos casos, demarcando os respectivos territórios e, afirmando frente a frente, as características diferenciadoras das duas culturas territoriais. Deste modo, através do estudo da história da urbanização do Rio Guaporé, procura-se compreender esta experiência colonial, no desenvolvimento da urbanística e urbanismo deste lugar, bem como a importância de estarem em linha de fronteira e qual o papel que tomam estas cidades como parte da mesma.

Com esses objetivos, esta dissertação está dividida em duas partes, onde os casos de estudo encontram-se organizados numa ordem cronológica. A primeira parte “Desenho do Território Amazônico” inclui o subcapítulo “O Contributo das Missões Jesuíticas para a colonização do Guaporé” onde se procede a uma breve explicação do papel da Companhia de Jesus na colonização desta área. De seguida, em “Tratados Relevantes Para o Desenho do Território” será abordada, da escala maior à menor, a aproximação à área onde nos focaremos, o rio Guaporé, com recurso a mapas desenhados para o efeito, onde se interpretam os tratados negociados entre as coroas Portuguesa e Espanhola, nomeadamente como foram colocados em prática no território, permitindo a progressiva estabilização da fronteira, até chegar à situação que impulsionou o desenvolvimento de cidades nesta zona e o porquê. Com especial menção ao Tratado de Madrid (1750), uma vez que este foi o que determinou esta colonização rápida, e ao Tratado sobre o tratado de Limites (1780) que foi determinante para a delimitação definitiva da fronteira que existe hoje.

A segunda parte, intitulada o “Guaporé como Fronteira” parte de uma breve descrição histórica do rio Guaporé, no ponto “Cidades do Rio Guaporé até à chegada dos portugueses” (1740), dá-se conta de que este espaço foi ocupado primeiro pelos índios e depois pelos jesuítas, pelo menos um século antes da chegada dos portugueses. Sendo assim, em “Missões dos Mojos e dos Chiquitos”, será abordado o território dos indígenas que habitavam esta área do oriente boliviano, bem como, a chegada dos jesuítas a esta zona e as missões por eles fundadas,

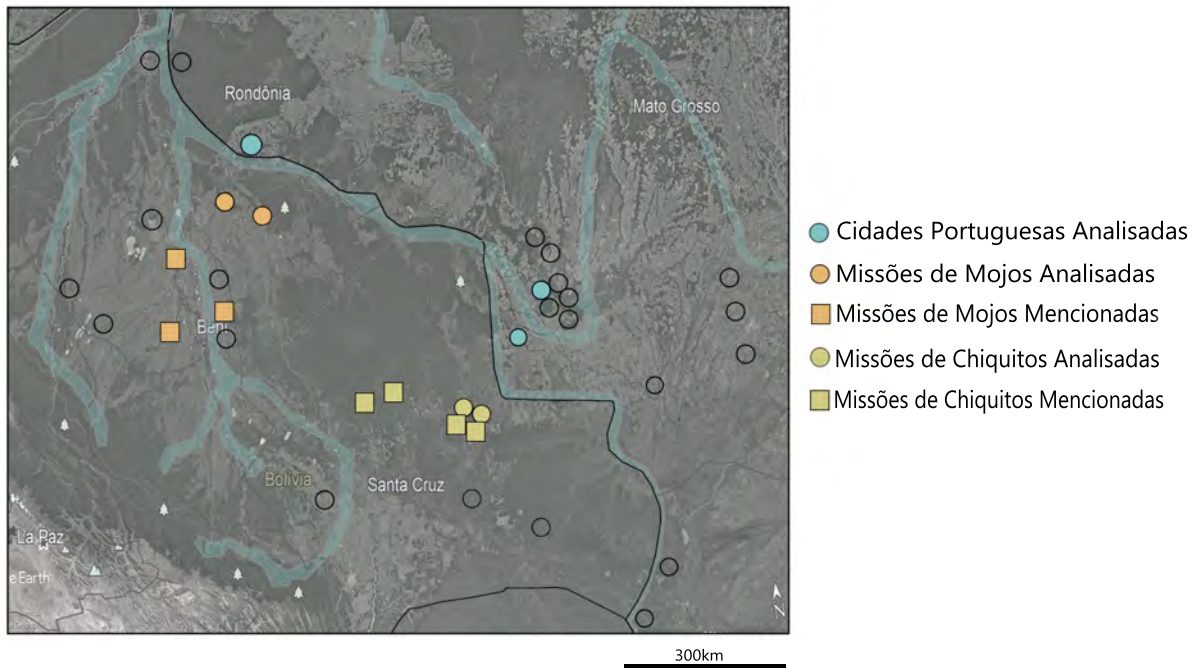
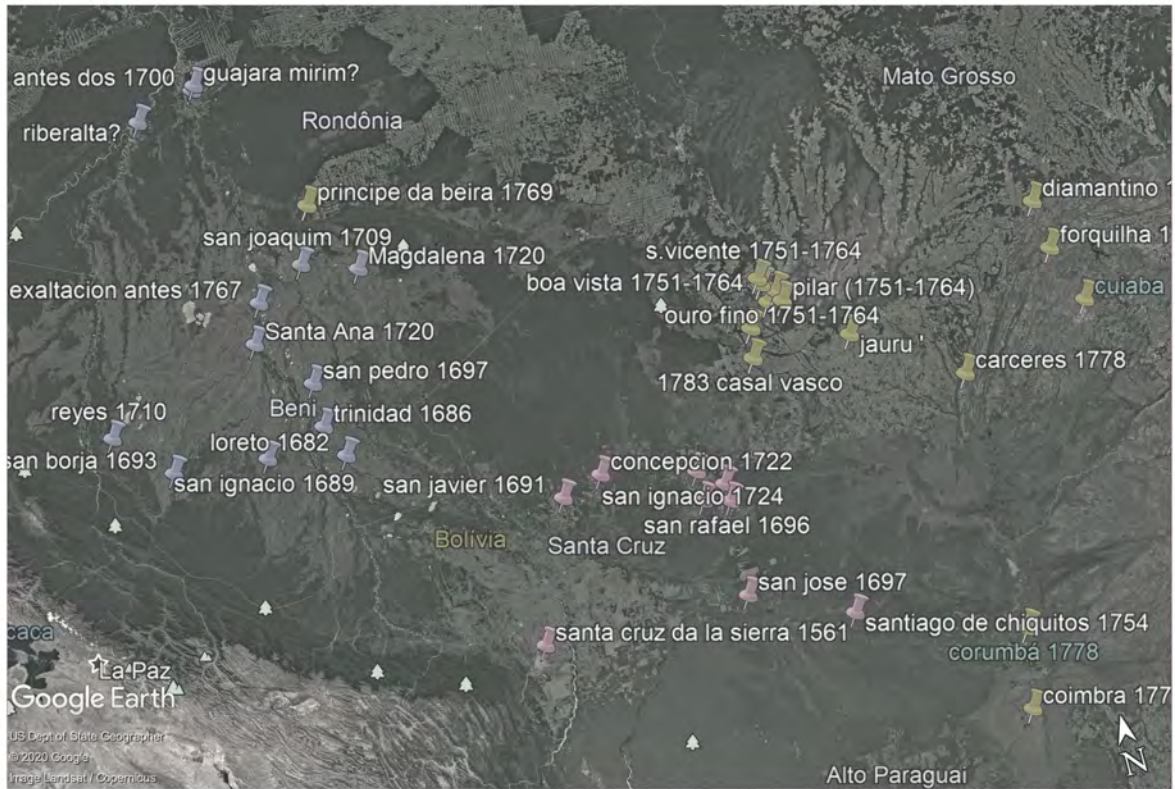


Imagem 3- Diagrama de localização da cidades analisadas.

ressaltando a análise das seguintes implantações jesuíticas em território sob domínio espanhol: “San Joaquin (1709)”; “Magdalena (1720)”; “San Ignacio (1724)”; além de outras brevemente mencionadas para o reforço de constantes encontradas.

Em seguida, no capítulo “O Rio como Fronteira: Uma História de Urbanização” será abordado como o Rio Guaporé se transformou em fronteira e as alterações que o território das suas margens sofreu ao longo da segunda metade do século XVIII, especificamente pelos estudos de “Três cidades da Coroa Portuguesa e uma missão Jesuíta”.

Conseqüentemente passaremos à análise paralela de cidades de ambos lados do rio, não com o objetivo de comparar qualitativamente, mas sim de reconhecer os processos urbanísticos em cada um dos lados da fronteira através de uma análise morfológica, que será sintetizada então nas “Considerações finais”.

O processo de consolidação das fronteiras é sempre muito complexo, não foi diferente no caso em estudo onde, aos dois lados da fronteira, disputada pelas coroas de Portugal e de Espanha se juntam os jesuítas, pelo que na realidade existem três entidades responsáveis pela fundação de cidades no rio Guaporé. A coroa espanhola delegou nos jesuítas a responsabilidade do ordenamento do território, e os jesuítas e a coroa portuguesa disputaram o domínio desta área durante meio século, processo que se pretende sintetizar através do desenho da história deste lugar.

Das cidades do lado da colonização espanhola do Guaporé— as missões jesuítas—, como já referido acima, serão consideradas quatro para analisar em maior detalhe, nomeadamente “San Joaquin (1709)”; “Magdalena (1720)”; “San Ignacio (1724)” e “Santa Ana (1755)”. Contudo, será feita referência a outras sete fundações, na medida em que ajudam a esclarecer a dimensão efetiva do esforço de urbanização e controlo do território, bem como a demonstrar os padrões de urbanização (imagem 3). A escolha destes quatro casos justifica-se pelo seu dinamismo em termos de fronteira, já que estas estão localizadas diretamente em frente às cidades de fundação portuguesa analisadas.

Dado que as cidades portuguesas da Amazónia já foram estudadas em profundidade por



Imagem 4- Cidades na fronteira da Amazônia.

Renata Araújo na tese “*A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII. Discurso e Método*”¹, só serão analisadas em termos de implantação no território e em termos morfológicos, focando os factos mais importantes e relevantes para a análise desta dissertação, sobretudo focada no processo de construção da fronteira do Rio Guaporé.

As cidades portuguesas seleccionadas para este estudo foram: Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) em frente ao rio Guaporé como podemos ver na imagem 3, sendo esta a “cabeça” da capitania de Mato Grosso; o forte de Príncipe da Beira (1775) que se situava frente à antiga missão de Santa Rosa do outro lado da fronteira e que, aliás, se encontra numa área de muito conflito durante o século XVIII; e Casal Vasco (1783) que foi fundada em função de demarcação estratégica para a definição da fronteira, seguindo o Tratado de Limites proposto pelo governador de Mato Grosso, Luis de Albuquerque, em 1780.

Porquê este tema?

Este tema da construção da fronteira colonial entre a América espanhola e o Brasil, foi escolhido porque a construção de fronteiras coloniais é um ótimo caso de estudo para a identificação de identidade cultural, dado que as linhas de fronteira, bem como as cidades que sobre elas são fundadas, têm não só o objetivo de construção de uma cidade, como o de desenvolvimento do comércio, desenvolvimento da população e organização coletiva dos cidadãos mas, também e sobretudo, um fator político e simbólico de demonstração de poder na paisagem construída. Desta maneira, as cidades-fronteira são construídas com o objetivo de serem vistas. Portanto, recorrem a teoria, a tecnologia, materiais utilizados, a edificações e infraestruturas, pensados de modo articulado o que as faz perfeitos casos de estudo para a compreensão do papel do urbanismo e da arquitetura nos processos de colonização.

Segundo Eugene Wirts, as cidades funcionam como parte e expressão de identidade cultural numa perspetiva regional e histórica². Sendo eu uma pessoa de origem Latino Americana, que vive em Portugal, experienciei esta diferença cultural e arquitetónica pessoalmente.

1 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.).

2 Eckart EHERLS. “Cultural identity and the city: a review of Eugen Wirth’s *Die orientalische Stadt im islamischen Vorderasien und Nordafrika*”. *International Seminar on Urban Form*, nº 9, vol 2, 2003.



Imagem 5 - Cronologia e localização das cidades na no rio Guaporé. A pins azuis missões de Mojos, pins rosas missões de Chiquitos e pins amarelos fundações portuguesas.

Também por isso, pareceu-me interessante estudar estas análises paralelas, na medida em que contribui para clarificar o que une e o que diferencia na origem os dois lados coloniais.

Esta linha de fronteira específica, definida pelo rio Guaporé foi escolhida depois de uma primeira análise onde, com recurso do *Google Earth*, observei toda a linha de fronteira da Amazónia, chegando à conclusão de que a fronteira do Guaporé é a que tem maior densidade de cidades, como é possível observar na imagem 4. Além disso, é um fator importante de divisão, onde o rio funciona como linha de espelho, separando, não só pares de cidades, mas também dois países.

Ao pesquisar sobre a fundação destas cidades, foi possível verificar que a maior parte foi fundada no século XVIII. Renata Araújo afirma que a “*demarcação da linha de fronteira foi prolongada e sucessiva ao longo do século XVIII*”,³ justificando em simultâneo o intervalo temporal no qual se foca a dissertação.

Principais referências e Estado da Arte :

Como primeiro passo no sentido de se conhecer o tema definido para a dissertação, começou-se por estudar e organizar informação relativa às cidades da Amazónia no lado brasileiro. Com base nisto, foram identificadas a dissertação de mestrado, “*As Cidades da Amazónia no século XVIII*”⁴ e a de doutoramento “*A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII*”⁵ ambas de Renata Malcher de Araújo. Através destas dissertações foi possível compreender o enquadramento global sobre a colonização e as cidades portuguesas na Amazónia, bem como especificamente sobre as do Rio Guaporé. Com esta informação presente, através do “*Universo Urbanístico Português*”⁶ foi possível compreender as invariantes- consideradas como “*regras*

3 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.), p. 51.

4 Renata Malcher ARAÚJO. “*As cidades da Amazónia no século XVIII : Belém, Macapá e Mazagão*”. Dissertação de Mestrado, (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Porto, 1998.).

5 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.).

6 *Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Celebrações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

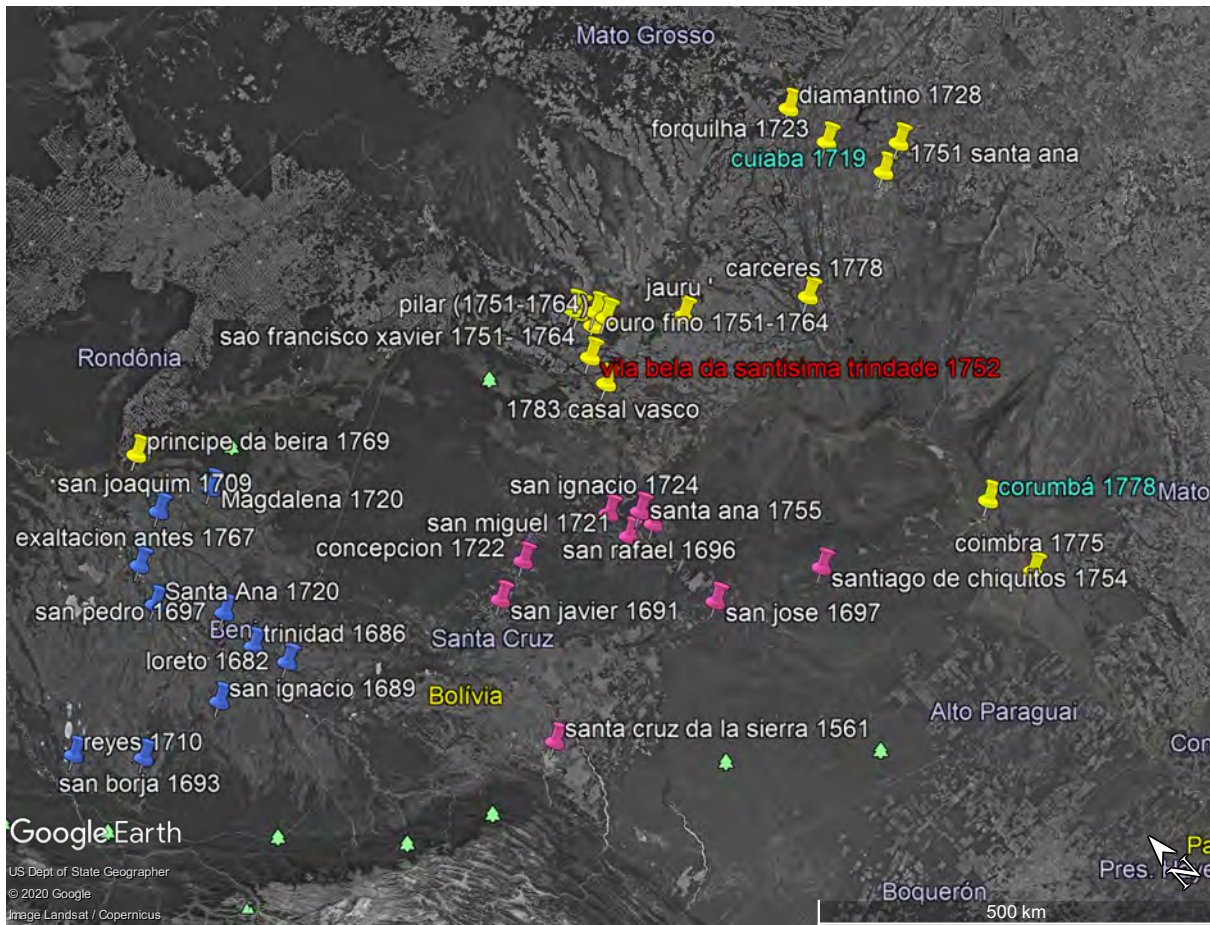


Imagem 6 - Cronologia e localização das cidades na no rio Guaporé. A pins azuis missões de Mojos, pins rosas missões de Chiquitos e pins amarelos fundações portuguesas.

compositivas”⁷ que se aplicam à situação em que são impostas, o que se mantém apesar de a forma mudar— no urbanismo português, em especial no século XVIII— e perceber o porquê destas cidades terem sido planeadas da maneira que foram, respondendo a programas urbanísticos e às especificidades do território sem, contudo, se repetirem na morfologia resultante.

A pesquisa sobre o caso espanhol, consistiu em tentar estabelecer um quadro de análise base que permitisse refletir o estudo de Renata Araújo no outro lado da fronteira do Rio Guaporé. Sobre o lado espanhol através do livro “*Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*”⁸ de Ramon Gutierrez e “*El Sueño de un Orden: La ciudad hispanoamericana*”⁹; foi possível compreender o estado do conhecimento sobre o contexto urbano no século XVIII na América de colonização espanhola. Nesse contexto, é importante sublinhar o facto, já assinalado, de que do lado poente do rio Guaporé as fundações das cidades são de origem jesuíta, que, como foi mencionado, através de uma parceria com Espanha, fundava missões com os povos indígenas, neste caso concretamente os Mojos e os Chiquitos. Estes dois grupos distribuíam-se pelo território de forma clara, como é possível observar na imagem 2, a laranja a área de Mojos e a amarelo a zona de Chiquitos, respetivamente a norte e a sul.

Com a leitura de “*The aboriginal cultural geography of the Llanos de Mojos of Bolivia.*”¹⁰ de William M. Denevan e “*Caminho de Chiquitos às missões guaranis de 1690 a 1718*”¹¹ de Eulália Maria Lahmeyer Lobo foi possível fazer uma recolha de informação geral que complementou e refletiu, no lado poente do rio Guaporé, o estudo de Renata Araújo para o lado Português, não no sentido de análise morfológica das cidades, mas sim, no sentido de compreender como é que os jesuítas chegaram a esta área. Estas obras facilitaram a pesquisa de artigos científicos

7 Walter ROSSA; et al. “Recenseando as Invariantes: Alinhamento de Alguns Casos de Morfologia Urbana Portuguesa de Padrão Geométrico”. *Actas Do V Colóquio Luso-Brasileiro de História Da Arte*. Universidade do Algarve.

8 Ramon GUTIERREZ. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamerica*. 2a edição. Manuales Arte Catedra. Madrid: Catedra, 1992.

9 *El sueño de un orden: La ciudad hispanoamericana*. Espanha: Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas., 1989.

10 William M. DENEVAN. “*The aboriginal cultural geography of the Llanos de Mojos of Bolivia.*” *Ibero-Americana*. nº 48. Berkeley, 1966.

11 Eulália Maria Lahmeyer LOBO. “*Caminho de chiquitos às missões guaranis de 1690 a 1718*”. *Revista de História*. São Paulo, nº 20, 1960.

que complementaram a informação sobre os jesuítas na zona de Mojos e Chiquitos como por exemplo: “*Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)*”¹² de Ione Aparecida Martins Castilho Pereira; e “*Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII*”,¹³ da mesma autora; bem como, “*Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos- 1767-1830)*”¹⁴ por Uacury Ribeiro de Assis Bastos; entre outros. No conjunto foram todas referências fundamentais para melhor perceber este território e para desenvolver os estudos de análise histórico-morfológica do lado espanhol do rio Guaporé.

Métodologia:

Através da tese de mestrado e doutoramento de Renata Araújo¹⁵, foi possível recolher uma lista de cidades fundadas pelos Portugueses no século XVIII. A partir desta informação, foi utilizado o *Google Earth* como ferramenta de localização dessas cidades e traçados mapas de análise a partir destas aproximações.

Na imagem 5 e 6, exemplos dos referidos mapas de análise produzidos neste estudo, os pins amarelos são as cidades fundadas pelo Império Português, os azuis as missões fundadas pelos jesuítas na área da Planície dos Mojos e os rosa as fundadas pelos jesuítas na zona de Chiquitos.

Ao nível da escala da cidade, foi possível desenhar as cidades-fronteira para poder realizar a análise paralela destas com dados mais próximos da realidade, considerando que não é possível medir em pessoa localmente.

O processo foi o seguinte: nos casos em que existiam arquivos sobre o processo de fundação e construção da cidade, os casos de Vila Bela da Santíssima Trindade e Casal Vasco,

12 Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA. “Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)”. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, nº25, vol 2, 2017.

13 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012.

14 Uacury Ribeiro de Assis BASTOS. “Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos 1767-1830)”. *Revista de história*, nº 95, vol 47, 1973.

15 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.).

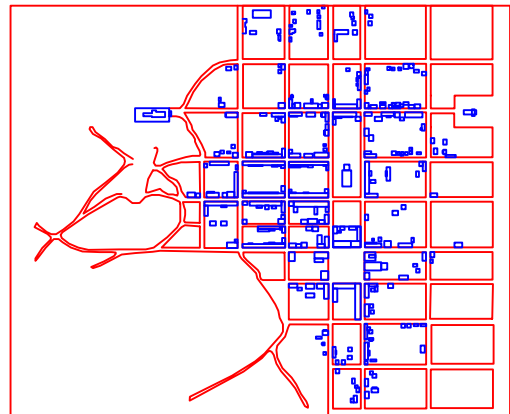
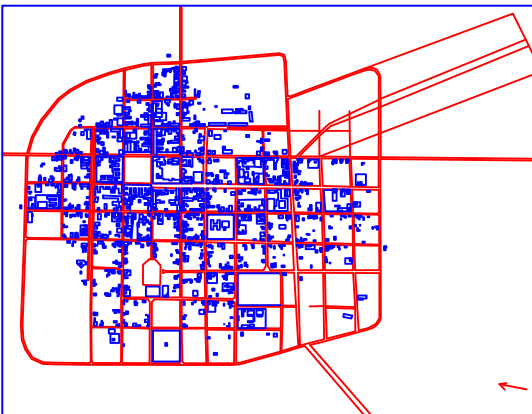
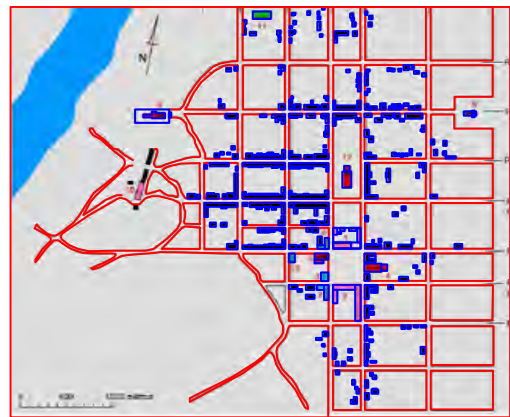
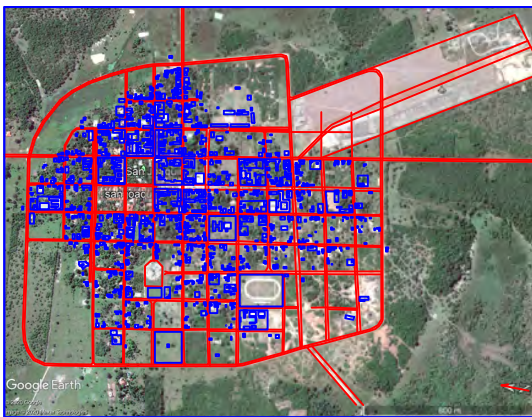
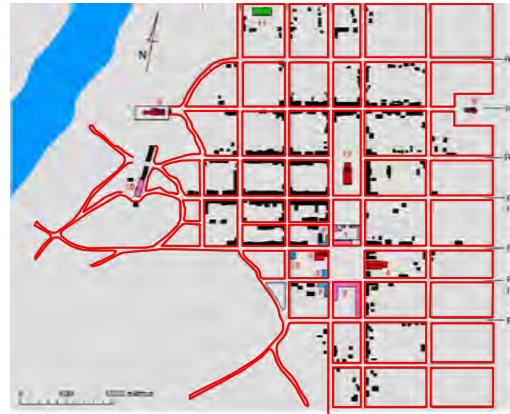
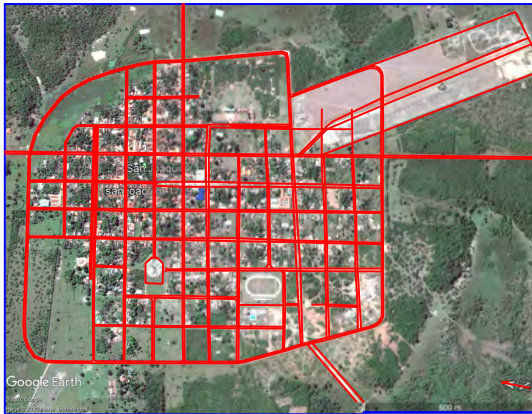


Imagem 7 - Processo de desenho das cidades analisadas.
Exemplo de San Joaquin e Vila Bela da Santíssima Trindade.

por exemplo, foi necessário recorrer à dissertação de Renata Araújo onde, através dos mapas e da análise publicados pela autora, foi possível traçar plantas para poder partir para uma análise independente, como é possível observar na imagem 7. Além disso, através da cartografia que se encontra na obra de Nestor Goulart¹⁶, foi possível reproduzir em desenho vetorial e analisar visualmente a evolução da malha urbana ao longo do tempo.

Contudo, em particular no caso de fundações do lado espanhol, não foram encontrados mapas, cartografia antiga ou iconografia das cidades jesuítas aí fundadas, o que tornou então necessário recorrer a imagens aéreas do *Google Earth*, como é possível observar na imagem 7, referente ao caso de San Joaquin. Através da imagem, com recurso ao *Autocad* foram desenhadas primeiro as ruas, e posteriormente os edifícios para resultar num mapa o mais próximo possível da realidade. Acontece que esta solução para o problema da falta de fontes gráficas sobre a história da cidade, não resolve todas as incógnitas. Por exemplo, não se sabe o que foi construído ou planeado no século XVIII com toda a certeza, dado não serem conhecidas representações da época. Portanto, as análises são de pura especulação, ainda que fundamentadas na análise de constantes morfológicas observadas entre estas. Além disso, as medidas acumulam alguma margem de erro, visto que existem muitos momentos nos quais erros podem ser cometidos, tanto na pouca definição da imagem na origem, como no traço que será feito por cima desta para depois transformar na escala “real”. Todos os mapas apresentados em palmos utilizam a medida onde um palmo equivale a 0,22 metros.

Em termos de morfologia urbana utilizam-se dois autores como base da análise efetuada. Uma análise inicial baseia-se na constatação do existente através da teoria do Albert Levy¹⁷. Esta análise é utilizada para cidades pouco desenvolvidas, com baixo dinamismo urbano, e consequentemente com poucas etapas na sua evolução morfológica. Esta teoria visa assim, como principal objetivo, classificar a cidade através da funcionalidade dos objetos nela inscritos, como se passa a explicar.

16 Agradecendo ao Prof. Doutor Walter Rossa a disponibilização deste material. Nestor Goulart Reis FILHO. “*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*” Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

17 Albert LEVY. “Urban morphology and the problem of the modern urban fabric: some questions for research”. *International Seminar on Urban Form*, nº3, vol. 2, 1999.

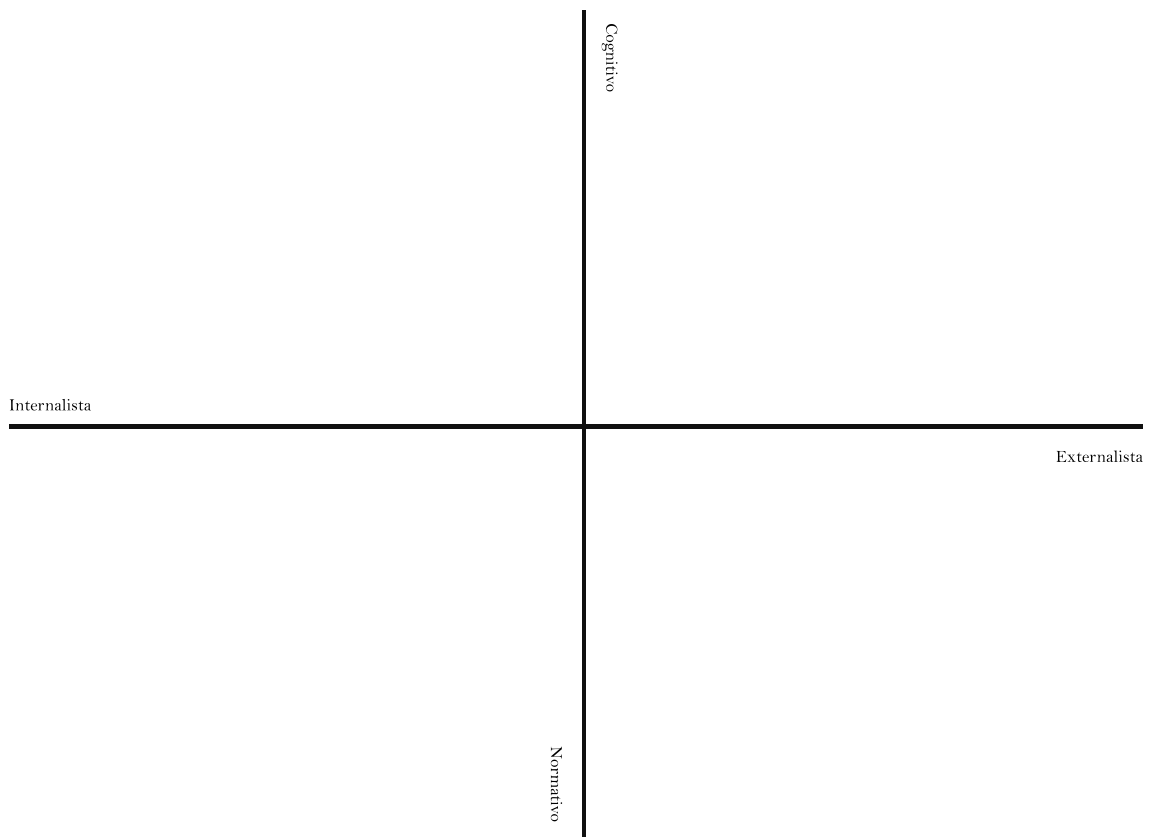


Imagem 8 - Diagrama Axial para análise morfológica segundo o método de Levy.

Segundo Albert Levy (2005), arquiteto urbanista francês, existem quatro formas de analisar a morfologia urbana, sendo que estas funcionam como se fosse um diagrama axial (imagem 8)¹⁸.

Por um lado, as vertentes cognitiva e a normativa, estas diferenciam-se pelo propósito explícito a que os objetos a ser analisados servem, ou seja, a sua funcionalidade. Uma análise cognitiva é feita com o propósito de fazer uma análise teórica do existente, para poder explicar o que é e, possivelmente, o porquê da sua forma. Uma análise normativa, tem como objetivo determinar como deveria ser a cidade no futuro, por exemplo, ao fazer plantas de análise para um projeto, o propósito é planejar como a cidade deveria ser.

Por outro lado, a abordagem internalista e externalista diferenciam-se pelos fatores que influenciam a forma urbana que tomaram. Isto é, se a forma urbana foi desenvolvida através de um sistema independente/intrínseco, levado a cabo por uma evolução própria criada pelas necessidades do tempo e do espaço, ou se foi influenciada por algum fator exterior.

Sendo assim, este afirma que a organização e desenvolvimento do tecido urbano não são aleatórios, estes incluem diferentes períodos temporais que seguem regras da morfologia urbana por identificar.

As análises para perceber as lógicas internas do tecido urbano são análises internalistas, as que o fazem para desenhar a cidade como produto final são externalistas.

Num segundo nível de análise morfológica, através do método desenvolvido por M.R.G. Conzen¹⁹ tentou-se perceber a estrutura interna dos quarteirões, através da identificação da medida reguladora, a partir da qual se estrutura a expansão da cidade. Além disso, através desta análise se especula qual seria então o modelo teórico fundacional destas cidades.

O objetivo da análise de Conzen é então o de “*desenhar a história*”²⁰, onde em caso geral se

18 Pierre GAUTHIER; Jason GILLILAND. “Mapping Urban Morphology: A Classification Scheme for Interpreting Contributions to the Study of Urban Form”, *International Seminar on Urban Form*, nº 10, vol 1, 2006.

19 WHITEHAND, J.W.R. “British urban morphology: The Conzenian Tradition.” *International Seminar on Urban Form*, nº5, vol 2, 2001.

20 Walter ROSSA. “Historia(s) do património urbanístico”. *Fomos Condenados à Cidade: Uma Década de Estudos Sobre Património Urbanístico*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Olhares. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.p.71

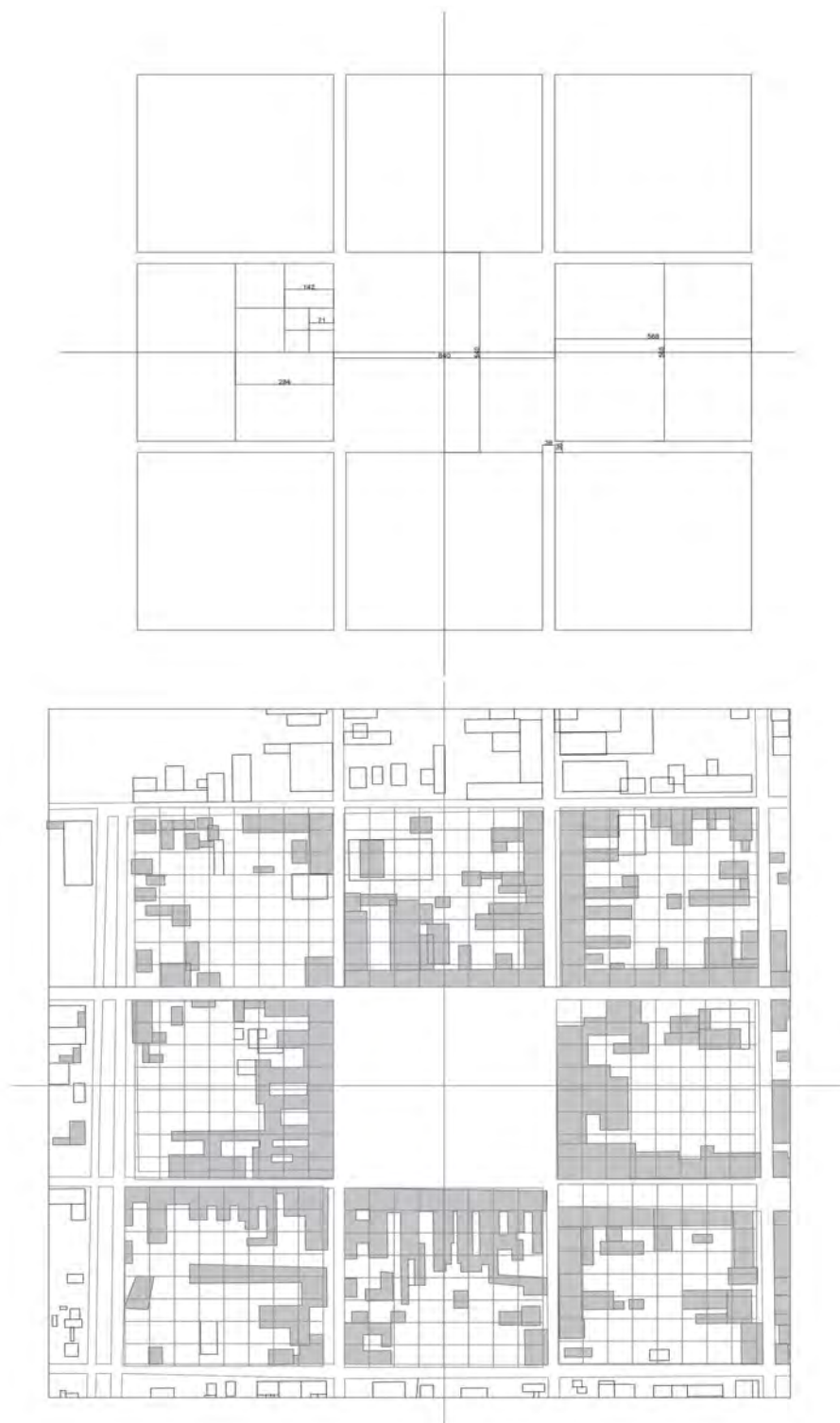


Imagem 9 - Diagrama Axial para análise morfológica segundo o método de Conzen.

identificariam distinções entre períodos morfológicos, para entender o processo de desenvolvimento urbano da cidade. Conzen baseia-se no estudo do quarteirão e dos lotes que o constituem, das suas formas e das suas dimensões. Este tenta perceber “*how things fit together on the ground*”, através de uma análise de três escalas, primeiro ao analisar o quarteirão, após isto a relação entre tempo e tipo e por último a decisão sobre a forma urbana final ²¹.

Portanto, traçar mapas através da morfologia urbana cria bases de análise comuns que permitem a comparação entre cidades com diferenças culturais, que de outra maneira seria difícil de fazer²². Através disto, é possível procurar entender e identificar tendências e padrões existentes nestas, objetivo final desta dissertação.

Como tal, em termos morfológicos, serão abordados dois diferentes tipos de urbanismo na América. O urbanismo de cidades fundadas por agentes oficiais da Coroa Portuguesa e o de missões jesuítas do Padroado espanhol, através da análise das cidades nesta área para depois podermos identificar os padrões existentes encontrados nos casos de estudo.

Será utilizado o método de análise cognitivo/internalista, defendido por Levy, devido a esta ter, como foi mencionado anteriormente, o objetivo de explicar o que materialmente existe e, possivelmente, o entendimento do porquê de existir. Além disso, este método é utilizado para cidades sem grande desenvolvimento, caso das cidades aqui analisadas, e sem uma análise morfológica prévia. Portanto é uma análise relativamente simples onde será ressaltado o que existe e a interação entre diferentes elementos, por exemplo entre a praça e a igreja.

Por outro lado, através do método Conzeano, se reduziram as cidades jesuítas até ao quadrado que terá sido então a medida reguladora, com o objetivo de identificar um padrão. Neste processo, por questões que se prendem à influência do *damero*- simplificação do modelo espanhol de cidades de colonização da hispanoamérica nas missões jesuítas analisadas nesta dissertação-, assume-se que o planeamento destas missões teria pretendido que a praça fosse

quadrada e existe um erro acumulado por inúmeras razões. Portanto, as divisões do quarteirão e

21 WHITEHAND, J.W.R. “British urban morphology: The Conzenian Tradition.” *International Seminar on Urban Form*, nº5 , vol 2, 2001.

22 Pierre GAUTHIER; Jason GILLILAND. “Mapping Urban Morphology: A Classification Scheme for Interpreting Contributions to the Study of Urban Form”, *International Seminar on Urban Form*, nº 10, vol 1, 2006.

a análise da cidade em si, serão encaradas como se a praça de facto tivesse sido construída em forma de quadrado com ruas de medida constante. Como é possível observar na imagem 9. Metodologicamente apenas, dada a distância dos objetos de estudo, acompanha-se Luisa Trindade que na sua dissertação²³ segue este método conzeano e afirma que *"a partir do cadastro atual e com o apoio de um amplo conjunto de fontes de diferente natureza tenta-se, num percurso regressivo, interpretar o modelo inicial"*, e depois continua com a tentativa de encontrar *"falhas"* na malha urbana fluida ou de se identifica a praça e as mudanças na malha que esta cria. O problema é que, no lado espanhol, as cidades que são analisadas na presente dissertação têm como base estrutural a praça e não seria viável encontrar *"falhas"* na malha, visto que se usa a quadrícula e os lotes encontram-se todos inseridos nesta quadrícula, sendo assim tenta-se identificar a medida através da divisão do quarteirão em quadrados, até encontrar a medida geradora destes, como é possível observar na imagem 9 e nos diversos casos analisados no capítulo “As Cidades do Rio Guaporé até à chegada dos portugueses”, especificamente e em detalhe em cada uma das cidades analisadas.

Sendo assim, existem duas variantes utilizadas nesta análise que são, uma análise mais geral, através da teoria de Levy, e uma análise pormenorizada da malha urbana, através da teoria de Conzen, como de resto recomendado no artigo “Mapping Urban Morphology: A Classification Scheme for Interpreting Contributions to the Study of Urban Form”²⁴.

Conceitos importantes a abordar: Fronteira, descobrimento e colonização.

A fronteira é um paradoxo, no sentido em que se trata de uma linha que divide dois lados, mas, em simultâneo, graças a esta existe a possibilidade de partilha. Na mesma medida em que a fronteira separa dois territórios, também é o local onde se encontra a interação entre estes. Nas palavras de Maria José Goulão, que bem ilustram a definição de fronteira, *“As circunstâncias geopolíticas e estratégicas fazem do espaço geográfico uma componente ativa na relação entre dois grupos, cada um deles com a sua história e as suas condicionantes. (...)*

23 Luísa TRINDADE. “Urbanismo na composição de Portugal”. (Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Universidade de Coimbra, 2010).

24 Pierre GAUTHIER; Jason GILLILAND. “Mapping Urban Morphology: A Classification Scheme for Interpreting Contributions to the Study of Urban Form”, *International Seminar on Urban Form*, nº 10, vol 1, 2006.

*Alguns autores latino-americanos defendem que as fronteiras forjaram aspectos importantes das suas identidades nacionais.*²⁵

Sendo assim, podemos considerar, na mesma linha de análise, o conceito de território definido pelo historiador Manuel Lucena Giraldo. Segundo ele a fronteira define-se como *“espaço que um grupo humano torna seu, mediante o desenvolvimento de uma cultura, [...] de um sistema de relações com o meio natural - ao dotá-lo de um limite, de um termo específico no qual simbólica e geometricamente começa o mundo dos outros”* (Giraldo, 1999: 68)²⁶.

Portanto, a fronteira pode ser vista como uma linha de disrupção ou comunicação entre estas tais culturas e identidades, a partir da qual começa então “o mundo dos outros”. A fronteira *“(...) torna-se eixo referencial dissimulador de diferenças persistentes e conflituais”*²⁷

Esta também é definida por David J. Weber e Jane M. Rausch, citados por Maria José Goulão, como uma linha que pode impulsionar a rivalidade entre culturas, onde estas *“contendem entre si e com o seu enquadramento físico, produzindo uma dinâmica única no tempo e no espaço.”*²⁸

No caso do Brasil e da América Espanhola, esta situação pode ser confirmada, por exemplo, com a tentativa de colonização rápida após a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, que se toma como objeto de estudo desta dissertação.²⁹

Por outro lado, A. J. R. Russel-Wood (também citado por Maria José Goulão) considera que a fronteira é *“como uma metáfora”*. Este afirma que *“no caso do Brasil colonial, o conceito linear de fronteira tinha pouca aplicabilidade fora da órbita política relacionada com territorialidade e imperialismo.”* Além disso, acha interessante que, apesar de a colónia do Brasil ter sido considerada *“uma fronteira oca”*, isto é, uma fronteira que é abandonada pelos

25 Maria José Goulão MACHADO. *“La Puerta Falsa de América”: A Influencia artística portuguesa na região do rio da Prata no período Colonial*. Dissertação de Doutoramento. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005).p. 39.

26 Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA. “Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)”. *Memória Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, nº25, vol 2, 2017.p. 98.

27 Maria José Goulão MACHADO. *“La Puerta Falsa de América”: A Influencia artística portuguesa na região do rio da Prata no período Colonial*. Dissertação de Doutoramento. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005). p.42.

28 Ibid. p. 37.

29 Mencionado com mais pormenor em “Conflito entre fronteiras e o Tratado de Madrid”.

habitantes, esta tem um grau elevado de *“unidade sócio-económica e política”*.³⁰ O que pode ser claramente observado no Rio Guaporé como se verá mais adiante.

Doutra perspetiva, a historiadora Heloísa LiberalliBellotto define-a como até onde o estado exerce a sua força administrativa³¹.

Renata Araújo por sua vez, comenta que esta era associada à guerra, a defesa de limites, até ao séc. XIII, onde foi então associada a divisão de reinos³².

Sendo assim, esta fronteira se consideraria um *“processo de confronto de poderes”*³³, poderes os quais são medidos pelo *“reconhecimento da propriedade, tomada em sentido amplo, incluindo a posse de bens intangíveis porque simbólicos, como os sinais de honra”*³⁴. Na amazônia, especificamente, a fronteira funcionava como um *“aparato jurídico de propriedade e não na verdadeira posse”*³⁵, o que era um conceito europeu, muito diferente da cultura indígena, que defendiam a ideia da posse através do uso exclusivo, ou seja a partir de um entendimento diferente sobre o próprio território e como ele era construído e usufruído.

Sendo a linha de fronteira desta dissertação o Rio Guaporé, será de sublinhar que este foi “colonizado” e “descoberto” pelo europeus, contudo estas palavras possuem peso associado e não devem ser utilizadas sem as esclarecer primeiro. O termo “colonizar” refere a ocupação do território com colónias, o que é diferente de simplesmente urbanizar o território, implicando o estabelecimento de colonos. Enquanto o termo “descobrimento” é considerado como um processo contínuo, como afirma Renata Araújo³⁶ e referenciado apenas a partir dos olhos do colo-

30 Maria José Goulão MACHADO. *“La Puerta Falsa de América”: A Influencia artística portuguesa na região do rio da Prata no período Colonial*. Dissertação de Doutoramento. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005). p.39.

31 Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA. “Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)”. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, nº25, vol 2, 2017.

32 Renata Malcher ARAÚJO. *“A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.)p.50.

33 Ibid. p.58.

34 Francimar Alex Lopes de CARVALHO. “Insubmissos, trãnsfugas e informantes: os desertores das guarnições hispano-portuguesas nas regiões centrais da América do Sul, c.1750-1800”. *Memoria Americana*. nº 2, vol 25, 2017.

35 Renata Malcher ARAÚJO. *“A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.) p. 53.

36 Renata Malcher ARAÚJO; Filipe Temudo BARATA; Mafalda Soares da CUNHA; Alice Caldeira

nizador, já que, do ponto de vista dos povos da amazónia o território era conhecido e vivido há muito. Desta maneira tanto a “descoberta”, como a “colonização” do rio Guaporé por Portugal e Espanha foram processos contínuos, deixando marcas persistentes no território agora analisado designadamente no urbanismo e na arquiteturas dos aldeamentos, vilas e cidades que integram esta dissertação.

Parte 1

Desenho do Território Amazônico

Desenho do Território Amazónico:

A chegada de europeus ao território amazónico deu-se ainda no século XVI, sendo que as redes fluviais do Amazonas começaram a ser exploradas pelos espanhóis em 1541. Após isto os jesuítas mostraram interesse na zona e posteriormente os portugueses conseguiram movimentar-se a esta graças ao Tratado de Madrid, de 1750 .

Os espanhóis foram os primeiros europeus a passar por esta zona, contudo foram os jesuítas que aqui fundaram cidades através da missionação. Por esta razão, o primeiro capítulo deste ponto denominado o “Contributo das Missões Jesuíticas para a colonização do Guaporé”, consistirá em uma breve contextualização do objetivo das missões, a sua composição e como estas funcionavam.

No decorrer dos séculos seguintes, este território amazónico ganhou relevância para os portugueses principalmente por causa do ouro³⁷ (imagem 12), e através do Tratado de Madrid (1750), entre outros, à ocupação desta zona foi possibilitada. Sendo assim, no capítulo “Tratados relevantes para o desenho do território” serão abordados os tratados que influenciaram na colonização, exploração e ocupação da Amazônia pelas Coroas ibéricas com especial menção ao Tratado de Madrid (1750) e ao Tratado sobre o Tratado de limites (1780) devido à importância deste no desenho da fronteira.

37 Paulo Ormindo de AZEVEDO. “Urbanismo de traçado Regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira-Origens”, *Universo Urbanístico Português 1415-1822*.(Lisboa: Comissão Nacional para as Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998). p. 62.

O Contributo das Missões Jesuíticas para a colonização do Guaporé:

A Companhia de Jesus e as suas missões americanas são sumamente importantes para este trabalho uma vez que se trata da entidade, que, em parceria com a Coroa Espanhola, fundou cidades no rio Guaporé. Já que, por contraponto no lado sob domínio português, no período em estudo e geografia analisada apenas agentes oficiais da Coroa foram responsáveis pelo ordenamento do território.

O foco das missões jesuíticas era instruir o cristianismo nos indígenas, por essa razão os jesuítas assentavam perto das aldeias indígenas para os atrair. Consequentemente, estes são muito importantes não só para a localização das cidades mas também para as estruturas que estas continham, dado que, como afirma Walter Rossa *“na raiz é o homem, não a forma nem o território, a razão de ser do urbano.”*³⁸. Portanto, estas missões sendo feitas para atrair e cristianizar os índios apresentam diferenças de cidades fundadas pela Coroa espanhola.

Os jesuítas juntaram-se à Espanha neste movimento missionário e colonizador sobretudo depois da separação ibérica, encontrando-se *“(...) espalhados desde a Califórnia até ao rio Prata”*³⁹. Conhecidos como uma entidade capaz de estabelecer o contacto entre culturas, e *“se sensibilizaram frente à cultura indígena e a aceitaram (...) Daí o clamor levantado e a própria expulsão dos jesuítas de terras Americanas.”*⁴⁰, *“[A]s características fundamentais da cultura indígena foram respeitadas pelos missionários. Baseado no que existia, estabeleceram as diretrizes da ocupação do solo, fundaram aldeias e incrementaram atividades económicas pré-existentis”*⁴¹, criando assim uma *“economia fechada”* dentro da missão, onde o produzido era de consumo e os lucros eram guardados para *“a população de neófitos”*. Sendo que a ação colonizadora “mais radical” seria a de *“os elementos espirituais das culturas indígenas deviam ser substituídos pelo complexo ético-religioso (...) dos povos europeus.”*⁴²

38 Walter ROSSA. *Fomos Condenados à Cidade: Uma Década de Estudos Sobre Património Urbanístico.* Imprensa da Universidade de Coimbra. Olhares. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 112.

39 Uacury Ribeiro de Assis BASTOS. “Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos 1767-1830)”. *Revista de história*, nº 95, vol 47, 1973. p. 152.

40 Ibid.

41 Ibid. p. 153.

42 Ibid.

Após a expulsão dos jesuítas dos domínios da coroa Espanhola, em 1773, os mesmos usavam o argumento de debilidade/inferioridade do índio para os “*proteger*” dos colonos que iriam tomar posse das missões⁴³. Os jesuítas “*tiveram pelo índio uma atitude de tutela baseada na imaturidade dos evangelizados. (...) [que] necessitava[m] de proteção, amparo e castigo*”⁴⁴.

Sendo a Companhia de Jesus uma entidade autónoma, não só geria a missão económica, administrativa e politicamente diferente à dos impérios ibéricos, como também diferia em termos de estrutura urbana. Sendo assim, “*los jesuítas nunca informaron con demasiado detalle sobre la situación de sus pueblos, manejandose por ‘caminos extraviados’ con el fin de inhibir la expansion de comercio colonial en sus domínios.*”⁴⁵

A economia organizada pelos padres jesuítas baseava-se na não privatização do solo e dos produtos que estes produziam, isto permitia que cada redução se comportasse como um ponto auto-suficiente economicamente. Os padres atribuíam uma casa para um casal com lotes de terreno necessários para a subsistência deste, e definiam lotes comunitários com fins comerciais. Com a ausência da propriedade privada do solo e pela participação apática de uma população marginalizada numa sociedade à qual pertenciam como simples vítimas indefesas, os índios viviam subjugados pelas entidades religiosas e posteriormente pelos colonizadores⁴⁶, com a desculpa destes serem incapazes.

Os índios eram considerados não só incapazes, como irresponsáveis, e como tal, eram isentos de pagar impostos. Contudo se fugissem, por se sentirem oprimidos ou explorados, eram considerados devedores e teriam de ser devolvidos à missão⁴⁷.

Os jesuítas estabeleciam a conexão entre os indígenas e os colonos, sendo que as missões por eles fundadas tinham como objetivo a hibridação com indígenas. Em escala urbana, isto

43 Uacury Ribeiro de Assis BASTOS. “Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos 1767-1830)”. *Revista de história*, nº 95, vol 47, 1973. p. 161.

44 Ibid. p. 163.

45 Daniel J. SANTAMARÍA. “Fronteras indígenas del oriente boliviano. La dominación colonial en Moxos y Chiquitos, 1675-1810”. *Boletín americanista*, nº 36, 11 de Janeiro de 1986. p.200.

46 Uacury Ribeiro de Assis BASTOS. “Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos 1767-1830)”. *Revista de história*, nº 95, vol 47, 1973. p. 152.

47 Ibid p. 165.

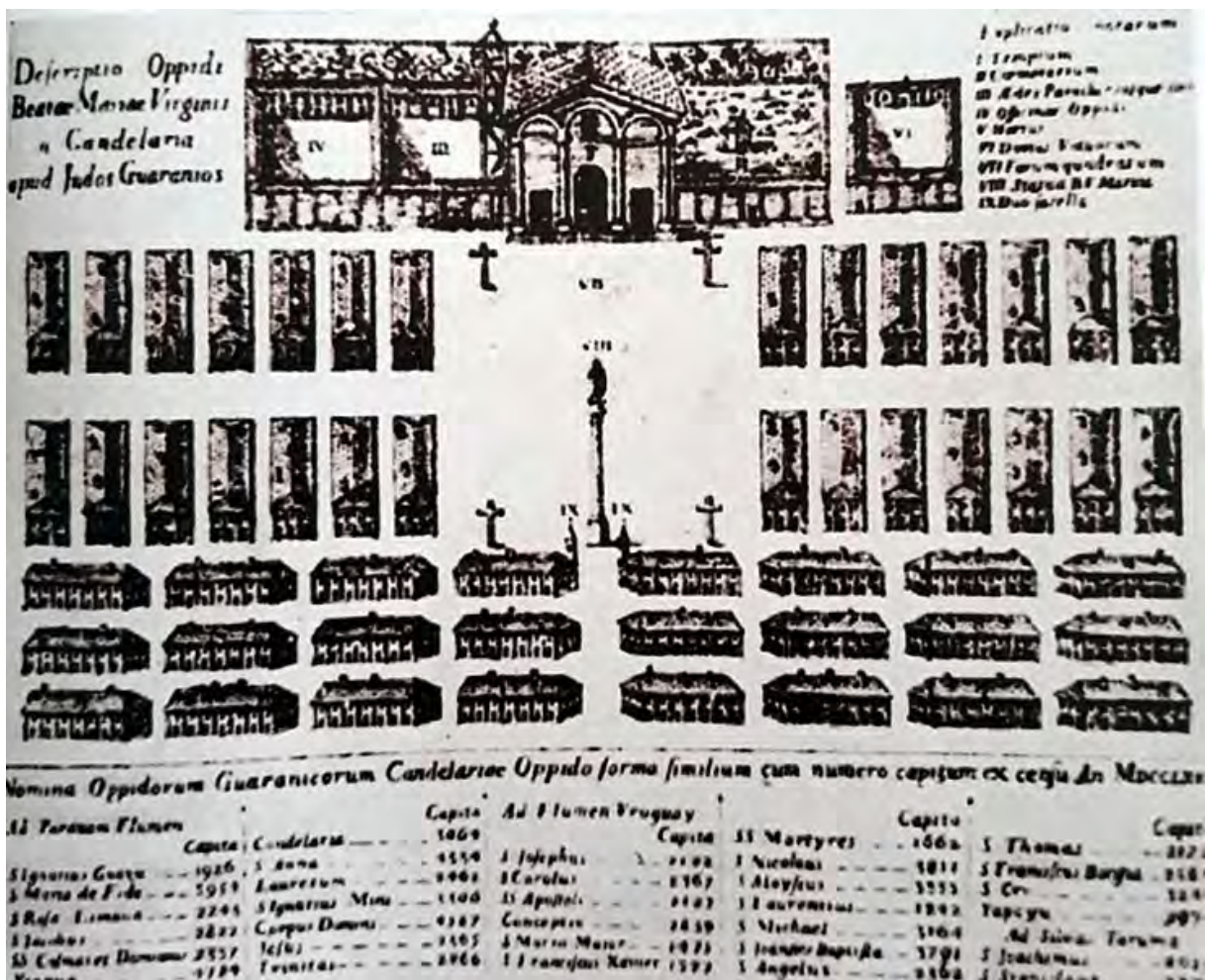


Imagem 10- Gravura da Candelaria 1767

era um choque para os índios que partiam do nomadismo para o assentamento numa “cidade”, passando de uma vida em habitação coletiva, progressivamente para um “galpón”⁴⁸ que é exatamente o ponto médio entre como estes viviam anteriormente e uma “típica” casa europeia⁴⁹. Esta estrutura, de telhado contínuo, que continha várias habitações multifamiliares, era considerado o ponto médio, ou uma forma híbrida de habitar, entre as vivendas indígenas e os lotes europeus.

Segundo Ramon Gutierrez, as missões do Paraguai e as do oriente boliviano-Mojos e Chiquitos possibilitaram um laboratório de experimentação utópica perante a ideia de formar uma “*Ciudad de Dios*”, através da sociedade indígena⁵⁰. Esta experimentação foi previa à Missão da Candelária, situada no Paraguai, cujo plano foi divulgado por uma gravura datada 1767, que se considera que estabilizou como modelo urbanístico para as outras missões⁵¹ (imagem 10). No centro encontrava-se uma grande praça quadrada de “400 feet”; ao redor, existiam longas casas retangulares chamadas *galpones*⁵², que ocupavam blocos, alguns com “90 feet”, de comprimento que eram divididos por grandes ruas. Assim sendo, não existiam quarteirões e todas estas casas tinham pórticos que produziam um peristilo contínuo ao longo do lote. Virada para a praça encontrava-se a igreja e na praça existia uma estátua da Virgem numa coluna. À direita da igreja localizava-se o cemitério e uma estrutura edificada de que não foi possível apurar a função⁵³. A localização do templo era de maneira a este tomar vantagem dos enquadres perspéticos e de elevações através de plataformas para passar a ideia de monumentalidade aos povos indígenas⁵⁴. Do lado esquerdo da igreja, situava-se a residência dos padres

48 Robert C. SMITH. “Colonial Towns of Spanish and Portuguese America”. *Journal of the Society of Architectural Historians*, nº 4, vol 14, 1955.

49 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 311.

50 Ramon GUTIERREZ. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamerica*. 2a edição. Manuales Arte Catedra. Madrid: Catedra, 1992. p. 231.

51 Ibid.

52 Traduzido livremente pela autora do espanhol para galpões ou pavelhões.

53 Apesar se desconhecer a função deste edifício Robert Smith, propê, num estudo inicial sobre as cidades espanholas e portuguesas da América que estes edificios localizados junto aos cemitérios teriam uma função de apoio social, servindo para albergar desfavorecidos, nomeadamente “viúvas e mulheres orfãs”. Robert C. SMITH. “Colonial Towns of Spanish and Portuguese America”. *Journal of the Society of Architectural Historians*, nº 4, vol 14, 1955.

54 Ramon GUTIERREZ. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamerica*. 2a edição. Manuales Arte Catedra.

jesuítas, construída ao redor de um pátio e ao lado desta, ocupando um espaço idêntico, situava-se outro campo com armazéns e oficinas, demonstrado na imagem 10. Esta cidade estava desenhada de maneira a crescer em três direções, sendo que o do núcleo cívico-religioso ficaria sempre constante⁵⁵. Ou seja, onde se localizava a igreja servia como limite urbano a partir de onde a cidade não deveria estender-se, quanto para lá dos outros três lados da praça a cidade podia crescer.

Quando as missões chegavam a certo número de pessoas⁵⁶, não se expandiam, mas sim, através do controlo populacional, mobilizava-se o excesso de população para a fundação de um novo assentamento, tal como na antiguidade clássica. Contudo, esta suspeita deve-se a uma política de controlo mais do que a propriamente a uma política de controlo de impostos⁵⁷.

No caso das terras sob domínio da coroa Portuguesa, é importante referir que, depois da expulsão dos jesuítas das terras (1768), continuaram a construir-se aldeamentos específicos para índios. Tal é o caso da Aldeia Maria⁵⁸, uma aldeia para índios, fundada depois da expulsão dos jesuítas de colónias portuguesas. Não é possível afirmar com toda a certeza que esta tenha sido fundada por cima de uma antiga missão jesuíta, porém morfológicamente esta assemelha-se às missões jesuítas, sendo constituída por **“conjunto de pavilhões com as casas que iriam abrigar as famílias”**⁵⁹, uma praça, normalmente quadrada de 210 palmos⁶⁰, e uma igreja que,

Madrid: Catedra, 1992. p. 233.

55 Ramon GUTIERREZ. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamerica*. 2a edição. Manuales Arte Catedra. Madrid: Catedra, 1992. p. 232.

56 A alguns autores sugerem sete mil habitantes, mas não se conseguiu apurar com certeza esse número.

57 Ramon GUTIERREZ. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamerica*. 2a edição. Manuales Arte Catedra. Madrid: Catedra, 1992. p. 233.

58 “Plano projectico de hum novo estabelecimento de Indios da Nação Cayapó cituado na margem do Rº Fartura, e denominado Aldeya Maria a 1ª, e tendo por oraculo a sua Igreja N. Snrª da Gloria como se ve do numero 1º”. Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Durante a administração do governador Luís da Cunha Menezes (1778-1783) foram fundadas as Aldeias de São José de Mossâmedes e a Aldeia Maria, esta projetada em 1782, com as características de regularidade, que se tornaram usuais na época. Em 1785, três anos após a elaboração do projeto, a Aldeia Maria foi objeto de um levantamento, que mostra a parte executada.”

59 “Segundo o corte CD, haveria um alpendre externo de cada lado e dois cômodos centrais, separados pela parede medianeira, de apoio para a cumeeira do telhado, sendo cada cômodo destinado a uma família. “Nestor Goulart Reis FILHO. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*” Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

60 Renata Malcher ARAÚJO. *“A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 305.

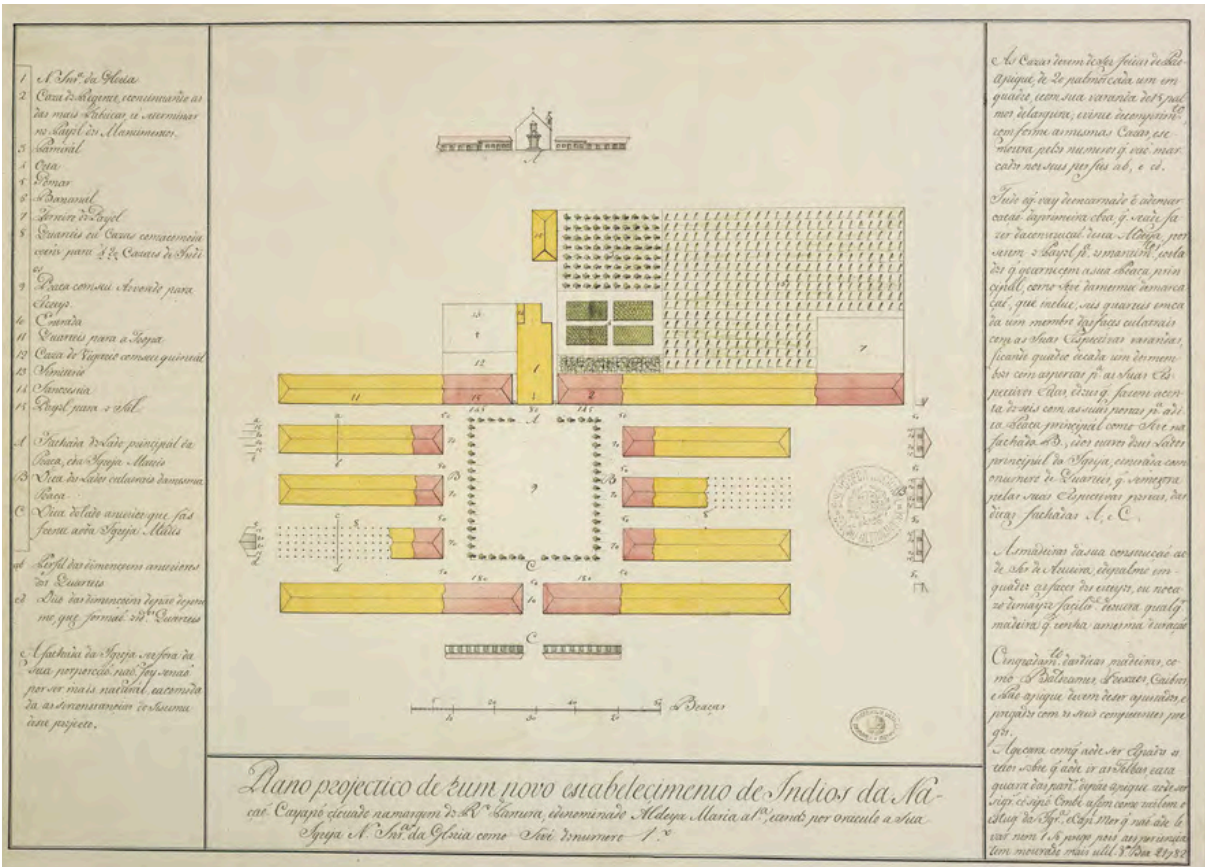


Imagem 11 - Gravura da Aldeia de Maria, 1782.

através da posição axial, criava uma monumentalização perspética, comum nos assentamentos jesuítas em ambos os lados da fronteira quer em terra sob domínio português ou espanhol.

A Aldeia Maria⁶¹, a Candelária e as missões jesuítas aproximam-se de um tipo morfológico comum, quer através da praça central quadrada, presente em todos os casos, quer das estruturas de telhado contínuo à volta desta, que consistem em pavilhões (ou galpões) com a função de albergar famílias indígenas.

Contudo, estas habitações coletivas à volta da praça estão orientadas em direções diferentes, o que parece indicar uma influência de cada padroado, parecendo que os galpões espanhóis tentam seguir a forma do quarteirão quadrado, enquanto os portugueses seguem a estrutura do lote perpendicular à rua. A Candelária será uma exceção, que talvez possa confirmar a regra, dado que, apesar de se estruturar a partir de uma praça, não se organiza em quarteirões, apesar de os dados que se puderam analisar não permitirem mais conclusões, voltar-se-á a referir este caso no ponto das considerações finais.

O que se sabe é que no lado português os aldeamentos para índios, promovidos pelas entidades da coroa, ter-se-ão maioritariamente implantado sobre as antigas missões jesuíticas. Sobre isso, Renata Araújo menciona na sua dissertação de doutoramento que, os portugueses no Mato Grosso, ao construírem aldeamentos por cima de antigas missões, delimitaram, por exemplo, no “*Projeto de Novo apuzento para os índios da aldeia de S.Miguel*”, em 1765, por Sargento-mor engenheiro José Mathias Oliveira Rego as seguintes medidas de blocos que constituíam 180 por 30 palmos, ou seja, mais ou menos 39.6 por 6.6 metros, que na verdade são lotes de 30 por 30 palmos, 6.6 por 6.6 metros, juntos com o mesmo telhado, suspeitando-se que se trate de galpões, sem quintais e que as ruas possuíam em média 30 palmos de largura⁶².

Em escala urbana os Jesuítas fundavam missões com estruturas comuns, contudo, parece que influenciados pelos padroados, espanhol ou português, também apresentavam diferenças, como se pode verificar por exemplo nas imagens 10 e 11, referentes às plantas da Missão da Can-

61 Nestor Goulart Reis FILHO. “*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*” Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

62 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 308.

delária e da Aldeia Maria, respetivamente. Apesar do interesse que têm para a compreensão da diversidade de práticas urbanísticas fundacionais na área geográfica em estudo a América do Sul, estas missões portuguesas não se encontram na zona definida para este estudo e, individualmente, não são consideradas fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.

Por outro lado as suas dinâmicas urbanísticas têm de ser tidas em conta dado que, em escala territorial, sabe-se que, as missões verificaram-se fundamentais para a moldagem de fronteiras ao longo do século XVIII. Sendo que estas *“apresentavam-se fluidas e em constante mutação. [Por exemplo] A zona de separação entre o Brasil e o Uruguai actuais é uma ‘fronteira seca’, sem acidente natural que a assinale. Este espaço platino era disputado por três poderosas forças da época colonial, a Coroa portuguesa, a Coroa espanhola e a Companhia de Jesus, constituindo um cenário de fronteiras fluidas e incertas.”*⁶³, como era comum na altura.

A Coroa Espanhola dependia dos missionários para criar aldeamentos no interior da Amazónia, moldando a fronteira de forma a garantir que os portugueses não avançassem com ela. Os jesuítas funcionavam como *“‘agências fronteiriças’, sendo reconhecidas e apoiadas como tal pela Coroa [espanhola]. Os missionários exploraram, promoveram, defenderam e estabeleceram novas fronteiras, enquanto cristianizavam as populações indígenas”*⁶⁴.

Os espanhóis receavam que o Império Português tentasse chegar aos metais preciosos e ao ouro que estes tinham no seu poder. A Companhia de Jesus foi um fator importante não só para a definição de fronteira, mas também para a defesa da mesma, em ambos lados do Guaporé, dado que este era a linha de “barricada” entre ambas minas, as de Peru, desde 1566, e as de Minas Gerais, desde finais do século XVII como é possível observar na imagem 12.

Esta questão é importante para se compreender a formação das fronteiras, visto que as cidades eram os pontos de ligação nesta rede e a demonstração de posse e ocupação do

63 Maria José Goulão MACHADO. *“La Puerta Falsa de América”: A Influencia artística portuguesa na região do rio da Prata no período Colonial*. Dissertação de Doutoramento. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005).p. 176.

64 Maria José Goulão MACHADO. *“La Puerta Falsa de América”: A Influencia artística portuguesa na região do rio da Prata no período Colonial*. Dissertação de Doutoramento. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005).p. 37.



Imagem 12 - Diagrama de Minas na América do Sul no século XVIII.

território. Estas para funcionarem como cidades, necessitavam dos indígenas para as povoar, como foi mencionado anteriormente. Sendo assim o facto de os jesuítas os tratarem de maneira diferente à dos colonos era extremamente importante, especialmente no caso do Guaporé, uma vez que os indígenas experienciavam em primeira mão a diferença de tratamento entre estes, causando deserções.

O argumento da coroa Espanhola com o objetivos de os manter nas cidades, era que, os indígenas, sujeitos sempre a obediência, ao serem deixados livres “*seria o mesmo que condená-los ao perecimento*”⁶⁵, estipulando que estes não pagavam imposto por serem “incapazes” ficaram em dívida uma vez que ficassem livres, o que causou em muitos, por consequência, a sua deserção do lado espanhol para o Mato Grosso no lado português da fronteira, onde, depois da expulsão dos jesuítas, eram considerados súbditos do rei português.

65 Uacury Ribeiro de Assis BASTOS. “Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos 1767-1830)”. *Revista de história*, nº 95, vol 47, 1973. p. 164.



Imagem 13 - Mapa com a Linha do Tratado de Tordesilhas e a Colônia de Sacramento.

Tratados relevantes para o desenho do território:

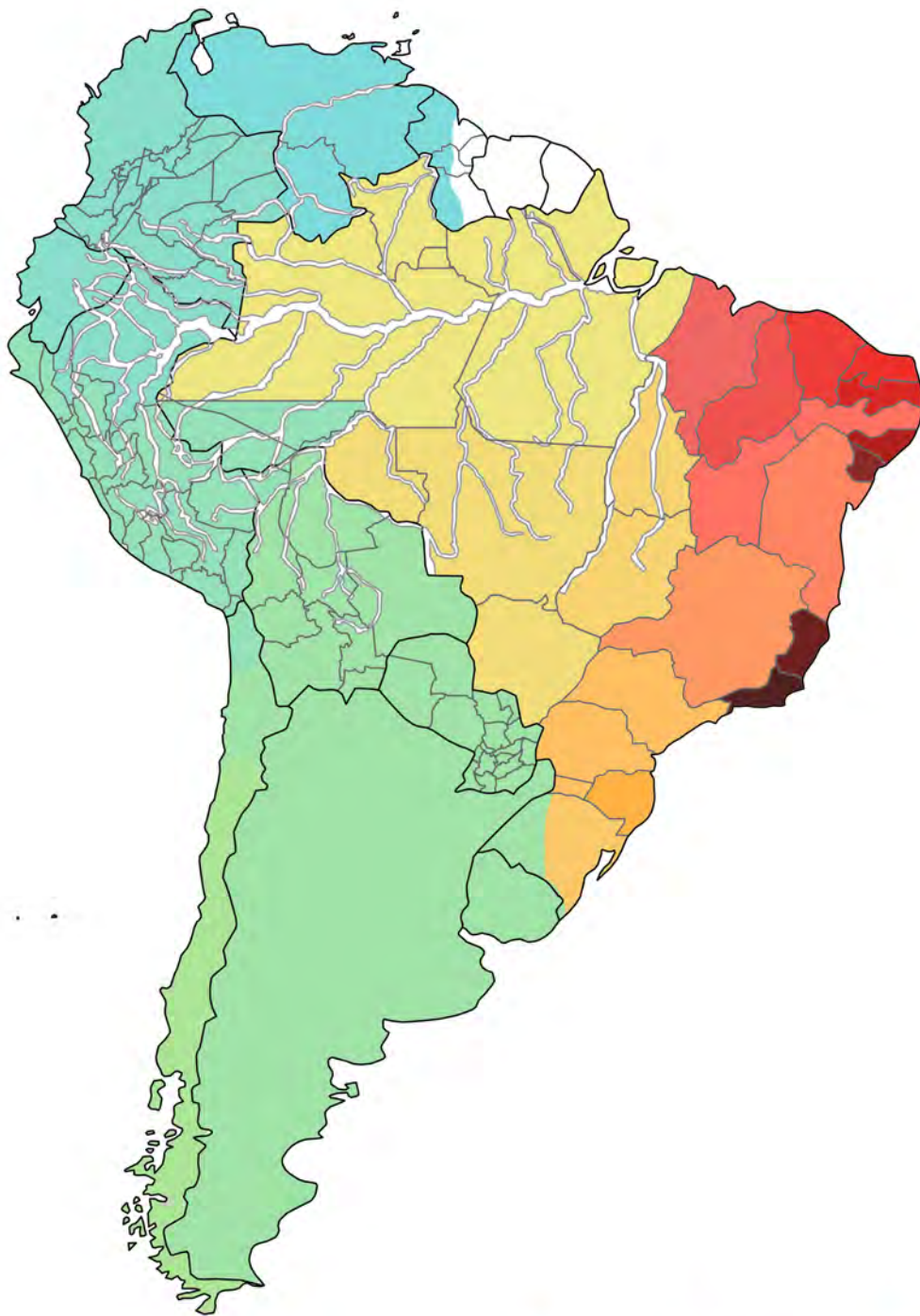
O tratado que definitivamente determinou o Rio Guaporé como fronteira foi o tratado de Madrid assinado em 1750 entre as coroas de Portugal e Espanha. Contudo, para se compreender a aproximação progressiva, no tempo e no espaço, até essa linha fronteira do interior da Amazônia, é necessário recuar na história e, ainda que de forma breve, fazer uma resenha dos principais momentos e espaços que se revelaram fundamentais para a construção desta fronteira.

O tratado de Tordesilhas, assinado a 7 de Junho de 1494, consistia no acordo entre as duas Coroas Ibéricas em dividir o mundo através de uma linha invisível, a 370 léguas do atual Cabo Verde. Este tratado, tinha o problema de ser uma marcação de *“rigor impossível na época”*⁶⁶, refletindo consequências ao longo do tempo, dado que nenhum dos lados tinha conhecimento exato dos limites, levando na realidade mais de dois séculos a compreender-se a verdadeira dimensão desses limites.

No início de 1680, próximo da fronteira da *Província del Rio de la Plata*, entre a atual Argentina e Uruguai, Portugal estabeleceu a colônia de Sacramento, que se estipulava estar de acordo com o tratado de Tordesilhas. A dita colônia, localizava-se adjacente ao Rio Prata, fronteira sul entre os domínios americanos de Espanha e Portugal, que era de extrema importância para o Império Espanhol para salvaguarda dos metais preciosos que se encontravam do lado espanhol da margem. Em consequência, *“A preocupação dos espanhóis, além da ocupação de terras que a eles tinham sido conferidas por Tordesilhas, tinha a ver com o receio de que os luso-brasileiros alcançassem as riquezas andinas, por meio do rio da Prata ou do rio Paraguai. Houve intenso crescimento populacional em torno dessas primeiras minas exploradas, e anos mais tarde, com a descoberta e exploração do ouro na região dos divisores de águas das bacias Paraguai-Guaporé-Juruena, no ‘Mato Grosso do rio Jauru’, os portugueses se organizaram para garantir sua posse.”*⁶⁷

66 Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHURI. *História da expansão portuguesa*. Vol. 1. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p.199.

67 Leny Canselli ANZAI. “Missões de Chiquitos e Moxos e a capitania de Mato Grosso”. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões, Missonações*, nº 13, vol 9, 2008. p. 9.





| | | | | |
|--|---|--|--|--|
|  Capitania General de Venezuela |  Grão-Pará |  Santa Catarina |  Piauí |  Sergipe |
|  Vicerreinato de Nueva Granada |  Mato Grosso |  Minas Gerais |  Ceará |  Espírito Santo |
|  Vicerreinato de Perú |  Goiás |  Bahia |  Rio Grande |  Rio de Janeiro |
|  Vicerreinato del Rio de la Plata |  Rio Grande |  Pernambuco |  Paraíba | |
|  Capitania General de Chile |  São Paulo |  Maranhão |  Alagoas | |

Imagem 14 - Mapa de Capitancias em 1790.

No mesmo ano, os portugueses começaram a construir uma fortaleza em Colónia de Sacramento que ficou inacabada, uma vez que o governador de Buenos Aires, na atual Argentina, tomou a iniciativa de atacar a colónia portuguesa, desencadeando a necessidade de definição de um tratado novo. Assim, em 1681 assinou-se um tratado provisório para evitar uma guerra na região.

O episódio da fundação de Colónia de Sacramento, com a tensão que criava no *Rio de La Plata*, que era um ponto de grande valor estratégico, desencadeou uma série de acontecimentos que culminariam então no Tratado de Madrid. Nomeadamente, ao “desafiar” os limites do tratado de Tordesilhas atraiu a atenção para a necessidade de definir materialmente a linha de fronteira entre Portugal e Espanha na América. Quase 60 anos após o atrito na fronteira de *La Plata* e de assinarem o tratado provisório em 1681, em 1752, os portugueses Manuel Félix de Lima e Francisco Leme do Pardo atravessaram o rio Guaporé, efetuando-se o primeiro encontro entre as missões de Mojos e povoadores de Minas portugueses bandeirantes⁶⁸. O rio era de suma importância devido, não só, às ligações com o caminho do Pará e às ramificações dos rios Marmore-Madeira, mas também ao facto de ser uma via de transporte e de comércio,⁶⁹ possuindo a vantagem de ser defensável, como se pode avaliar pelo mapas das imagens 14 e 15. Ao saber a importância destas ramificações e estes possíveis caminhos que o Guaporé permitia o objetivo dos governadores de Mato Grosso e das cidades adjacentes à este rio era garanti-lo mais do que propriamente povoar esta área.

Os caminhos, em geral, tanto terrestres como fluviais, eram de elevada importância, devido ao facto de serem conexões entre cidades e terrenos “conhecidos”. Sendo a selva da amazónia um local muito difícil de se transitar, os rios ganharam especial destaque devido a esta ser a via de transporte mais viável.

Assim sendo, em 1745, com a descoberta de minas em Cuiabá⁷⁰, relativamente próxima

68 Discutido com mais profundidade em “O Rio como fronteira: uma história de urbanização”.

69 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 72.

70 Cuiabá é uma cidade em Mato Grosso, fundada em 1719, por bandeirantes de São Paulo, que passaram nesta área a procura de ouro. Ao encontrar nesta zona minas de minerais os bandeirantes assentaram então nesta cidade.

de o rio Guaporé como é possível observar na imagem 12, o interesse em segurar e colonizar esta área foi impulsionado, estabelecendo o Guaporé como via de comunicação e objeto de disputa⁷¹, uma vez que este rio tinha uma dinâmica de linha divisora natural entre as duas entidades colonizadoras. Em 1747 existem discussões que levam depois ao tratado de Madrid, onde foi estipulado o Rio ser utilizado como fronteira provisória, com navegação garantida para ambos os lados, onde a Colônia de Sacramento foi utilizada como moeda de troca para poder garantir o rio Guaporé, como será explicado com mais detalhe no capítulo seguinte “Conflitos entre fronteiras e o Tratado de Madrid”.

71 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutorado em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 299.

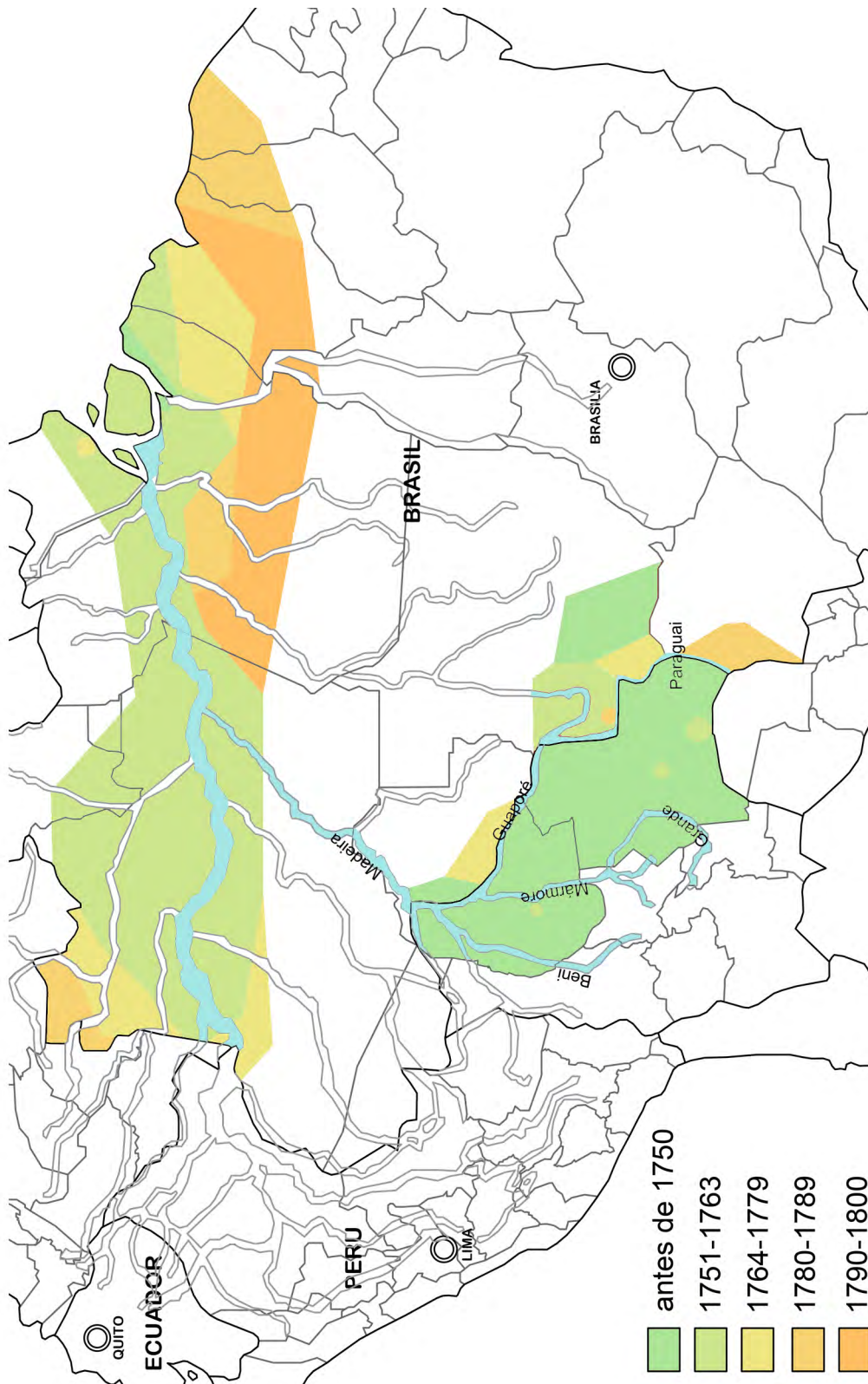


Imagem 15 - Mapa de distribuição urbana após o tratado de Madrid.

Conflito entre fronteiras e o Tratado de Madrid

Tratados relevantes para o desenho do território

No ano 1750 foi então assinado o Tratado de Madrid, onde Portugal abdicava da Colónia de Sacramento, **“mas acabava por ganhar no interior os Sete Povos das Missões [ou Missões Guaranis]”**⁷², que se encontram ao longo da fronteira do *Rio de La Plata*, e as missões do lado direito do rio Guaporé. Além disso estipulou-se o **“utipossidetis”** (**‘cada parte há de ficar com o que atualmente possui’**)⁷³. Isto é, cada Coroa ficaria com o que dominou até ao momento do tratado e, através dos acidentes naturais, se delimitaria o resto.

Foi então decidido que os comités de demarcação integrariam engenheiros enviados da Europa à América com o objetivo de desenhar a linha de fronteira e as cidades que se fundariam a delimitá-la.

Devido à densidade da selva Amazónica, foi difícil a ocupação deste território. Através da rede fluvial começou-se por ocupar a Amazónia, primeiro pelos Espanhóis, **“(...) o Amazonas e a sua espantosa rede fluvial, só começaram a ser explorados e conhecidos a partir de 1541, quando castelhanos desceram desde Quito (...)**⁷⁴, mas, como a região amazónica era pouco acessível, **“não parecia[m] despertar grande interesse por parte da administração central.”**⁷⁵

A assinatura do tratado de Madrid, acabou por determinar e impulsionar uma tentativa de colonização rápida, onde o objetivo era criar o maior número de cidades no menor tempo possível. Por essa razão, **“Só em meados de Setecentos se alterou o peso geopolítico da região, mediante o despertar da atenção por parte dos governos ibéricos, que se apressaram então a ‘preencher o vazio’”**⁷⁶, Portugal começou a movimentar-se até ao interior do Brasil, onde se deparou com distintas e exuberantes riquezas, nomeadamente as minas de ouro no Mato Grosso, gerando interesse em fundar um grande número de cidades, vilas e aldeamentos em

72 Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHURI. *História da expansão portuguesa*. Vol. 1. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p.30.

73 Ibid.

74 Ibid p.202.

75 Ibid.

76 Maria José Goulão MACHADO. *“La Puerta Falsa de América”: A Influência artística portuguesa na região do rio da Prata no período Colonial*. Dissertação de Doutoramento. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005).p. 177.

pouco tempo, já que, **“A exploração de ouro no Brasil substitui o outrora lucrativo comércio de especiarias e artigos de luxo do Império Oriental português.”**⁷⁷. Este **“preencher o vazio”** refere-se aos espaços não explorados pelos colonos europeus, sendo estes não um espaço vazio na realidade, visto que existiam aldeias indígenas, mas sim um território não colonizado ou não ocupado por potências europeias.

Em termos práticos e territoriais, Portugal e Espanha movimentam-se para o interior, numa espécie de **“corrida”**.

A Coroa Espanhola **“aliada”** com a Companhia de Jesus, dispersa pequenos grupos ao longo do território, com o objetivo de fundar múltiplas cidades contemporâneas, **“que se tornaram as verdadeiras instituições de fronteira”**⁷⁸, na qual os jesuítas poderiam fundar missões em território espanhol⁷⁹, confirmada com estas ordenanças ao estipularem que **“os territórios então descobertos deveriam ser povoados, com finalidade de disseminar a Santa Fé Católica e catequizar os índios.”**⁸⁰ Cada cidade era responsável pela sua jurisdição territorial, até à cidade vizinha, criando desta forma, uma rede com a intenção de continuar a expandir, **“preenchendo”**, assim os **“espaços vazios entre cidades, num processo que nunca estava completo”**⁸¹

A estratégia espanhola consistia num **“domínio homogêneo do território integrado numa estratégia de reputação da coroa.”**⁸² Como é possível observar na imagem 16 isto também se reproduziu no rio Guaporé.

Em contrapartida, a Coroa Portuguesa, construía cidades sem um **“foco central”**, no

77 Paulo Ormino de AZEVEDO. “Urbanismo de traçado Regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira-Origens”, *Universo Urbanístico Português 1415-1822*.(Lisboa: Comissão Nacional para as Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998). p. 62.

78 Maria José Goulão MACHADO. *“La Puerta Falsa de América”: A Influencia artística portuguesa na região do rio da Prata no período Colonial*. Dissertação de Doutoramento. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005).p. 175.

79 Mencionado com mais profundidade em “O Contributo das Missões Jesuíticas para a colonização do Guaporé”.

80 Manuel Leal da Costa LOBO; José Geraldo Simões JUNIOR. *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. SciELO - Editora Mackenzie, 2012.p.57.

81 Maria José Goulão MACHADO. *“La Puerta Falsa de América”: A Influencia artística portuguesa na região do rio da Prata no período Colonial*. Dissertação de Doutoramento. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005).p. 175.

82 Renata Malcher ARAÚJO. *“A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 55.

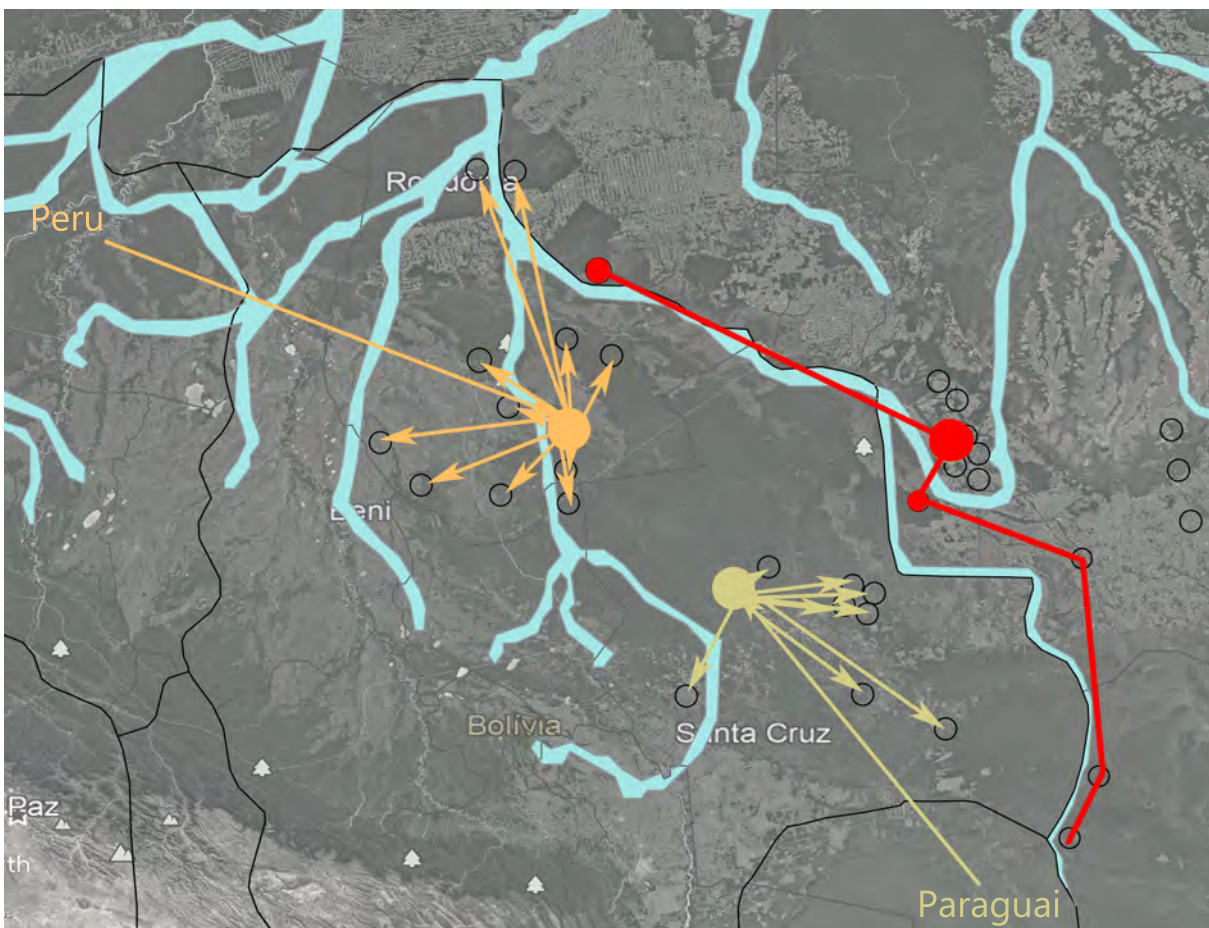


Imagem 16 - Diagrama de estratégia de urbanização de Espanha e Portugal, respetivamente.

sentido de esta expansão não ser em função de uma cidade “*cabeça*”, como é possível observar por exemplo no caso espanhol. Contudo, burocraticamente existiam cidades consideradas como “*cidade cabeça*”, por exemplo as capitais, em termos de expansão territorial, as próximas não dependiam ou “brotavam” desta. Esta ocupação acontecia por regiões estratégicas, do ponto de vista comercial, isto é, a fronteira movimentava-se dependendo da procura de determinados produtos. No caso português, existe uma deslocação em direção ao Sul⁸³. Existe uma “*lógica mais pragmática e económica, fundada sobre autonomia e modularidade das partes componentes e sobre a economia dos custos políticos da administração dos territórios.*”⁸⁴

A imagem 16 demonstra exatamente isso, o primeiro diagrama, da estratégia fundacional espanhola que consiste então numa “cidade cabeça”, onde a partir desta o resto ramifica, dispersa em pequenos grupos, em todas as direções através de caminhos terrestres para uma ocupação mais geral do território. O diagrama em linha, consiste da estratégia portuguesa onde a intenção era de delimitar uma rede, uma “muralha”, onde as cidades se localizam em pontos estratégicos. Ambos processos, são postos em prática no Guaporé. Neste caso a Coroa Portuguesa movimentou-se ao longo da via fluvial, fundando então na segunda metade do séc. XVIII, esta tal “muralha”, como se pode observar sequencialmente nas imagens 15 e 16.

Em especial a partir da assinatura do Tratado de Madrid, a Amazónia funcionou como zona de experimentação onde se desenvolveram frente a frente diferentes tipos de urbanização e atuação sobre o território. Porém os impérios ibéricos não foram os únicos: as missões e as viagens filosóficas, que consistiam em engenheiros movimentando-se às cidades americanas para apreender e colocar em prática o aprendido, foram também um fator importante para o desenvolvimento do conhecimento sobre o território e, progressivamente, para a urbanização da selva do Amazonas. Onde a “*(...) afirmação da soberania [era feita] através da marcação e colonização do território.*”⁸⁵

83 Maria José Goulão MACHADO. “*La Puerta Falsa de América*”: *A Influencia artística portuguesa na região do rio da Prata no período Colonial*. Dissertação de Doutoramento. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005).p. 175.

84 Antonio Manuel HESPANHA; Maria Catarina SANTOS. *Os poderes num império oceânico*. In “*História de Portugal*”, 4º Vol., O Antigo Regime. Lisboa: Circulo de Leitores, 1993. p. 408.

85 Walter ROSSA. “Cidades da razão: Vila Real de Santo António e arredores”. *Em Monumentos*. n.º 30, 2009.p.16.

É também em torno da assinatura do Tratado de Madrid, em meados do século XVIII, que as missões criaram inconveniências para as coroas ibéricas, dado que a Companhia de Jesus procurava a construção de um país para Deus⁸⁶. Serve de exemplo a forma como, ao assinar o Tratado de Madrid, Espanha cedeu as cidades das missões Guaranis, que na realidade lhes veio a causar problemas *“Porque os Jesuítas não se sentiam súbditos de algum dos dois Monarcados. A Companhia atuava como se fosse independente.”*⁸⁷ Além disto, no caso português, surgiram desentendimentos entre jesuítas e colonos, o que levou a que fossem tomadas medidas pelo Marquês de Pombal, como a proibição da escravatura de indígenas para que, os missionários, que não tinham acesso a escravos negros, ficassem em desvantagem. Seguidamente, renomearam-se as aldeias com nomes de *“vilas civilizadas”*⁸⁸, implementou-se a língua portuguesa; *“no lugar da língua geral criada pelos jesuítas”*⁸⁹; e, finalmente, a expulsão dos jesuítas de Portugal e colónias portuguesas em 1759.

Como era comum na Europa na época, existiu uma tentativa de separação do poder político régio e da igreja. Após a expulsão dos Jesuítas, tanto primeiro dos territórios portugueses, como mais tarde, dos territórios espanhóis, a transição destas missões e reduções para aldeamentos e vilas foi um processo demorado para os índios. Com a expulsão dos jesuítas também do lado espanhol em 1773, as fronteiras anteriormente traçadas passaram a dividir duas, e não três entidades, como era outrora.

Tudo isto contribuiu para que, apesar dos esclarecimentos sobre a fronteira inscritos no Tratado de Madrid, continuassem a surgir tensões e guerras nas fronteiras, levando sucessivamente à assinatura de diferentes novos tratados, designadamente o Tratado de Paris⁹⁰(1763) e

86 Isto era, um país governado pela ordem religiosa.

87 Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHURI. *História da expansão portuguesa*. Vol. 1. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p.30.

88 Maria Helena Ochi FLEXOR. “Cidades e Vilas Pombalinas no Brasil do século XVIII”, *Universo Urbanístico Português 1415-1822*.(Lisboa: Comissão Nacional para as Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998.), p. 257-258.

89 Ibid.

90 Discutido com mais profundidade em “O Rio como fronteira: uma história de urbanização”. Foi o tratado que pôs o fim da guerra dos sete anos.

de Santo Ildefonso⁹¹(1777).⁹²

Em 1780 um governador de Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, delineou um Tratado sobre o Tratado de Limites, onde decide que ações tomar para definir uma linha de fronteira vantajosa para Portugal, pela sua relevância para a definição da fronteira colonial este merece o seu próprio ponto.

91 O tratado de Santo Ildefonso assinado em 1777, consistia na necessidade de levantamentos cartográficos das cidades fronteiriças e a formação da comissão de limites, a proibição de exportação de escravos negros, e a criação da tribuna da relação com Rio de Janeiro e quatro capitanias sub-alternas de Grão-Pará e Maranhão, bem como o estabelecimento de direitos para os índios, considerando-os merecedores de tratamento igual ao dos colonizadores. Direitos estes que foram removidos posteriormente, considerando-os “menos” que os colonizadores. Maria Helena Ochi FLEXOR. “Cidades e Vilas Pombalinas no Brasil do século XVIII”, *Universo Urbanístico Português 1415-1822*.(Lisboa: Comissão Nacional para as Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1998.), p. 255.

92 Estes tratados, contudo relevantes, não influenciam directamente nem o território nem as cidades desta zona de estudo pelo que são mencionados mas não desenvolvidos.

Contrabando e Tratado de Limites:

Tratados relevantes para o desenho do território

Sendo que o Tratado de Madrid consistia no “*utipossidetis*”, mesmo existindo paz na Europa, na América a tensão persistia na fronteira. Entre 1763 e 1771, os jesuítas espanhóis prepararam diferentes situações de acumulação militar na fronteira, para tentar tomar posse de Mato Grosso e Cuiabá⁹³. Em 1764 o governador de Mato Grosso, António Rolim de Moura delegou o cargo a João Pedro da Câmara que se preparou então para a defesa da zona.

Consequentemente, este reuniu a população apta para defender as cidades com exceção de mineiros, mercadores e doentes⁹⁴. As condições de trabalho, os recursos absorvidos nos serviços de defesa e a constante pressão continuavam a causar em ambos lados da fronteira deserções e manifestações de insatisfação. Sendo assim, a guerra limitou-se a conflitos armados de pouca expressão devido à falta de soldados e surtos epidémicos de ambos lados.

Em 1763 dos 1000 homens que os Padres das missões de Mojos pediram, o governo de Santa Cruz mandou 600, dos quais 180 sem armas. Entre estes, 193 ficaram doentes, 117desertaram e 65 morreram. Em 1766, numa segunda expedição por Juan de Pestaña, presidente da Audiência de Charcas e comandante da expedição, de 1400 homens, duas companhias desertaram⁹⁵.

Sendo a falta de população um problema constante do lado português, do lado espanhóis as reduções beneficiavam-se do facto da abordagem “*mais leve*” dos jesuítas, em comparação a dos colonos portugueses⁹⁶. Devido a isso, o lado espanhol do rio possuía uma população maior. Isto foi confirmado em 1767, quando a corte de Espanha fez um levantamento, verificando que em 10 povoados de missões de Chiquitos existiam um total de 18.815 índios, e em 15 povoados de missões de Mojos existiam 19.807 almas. Portanto, existiam cerca de 38.622 pessoas nas missões enquanto na capitania de Mato Grosso, do rio Madeira ao rio Paraguai, existiriam cerca

93 Francismar Alex Lopes de CARVALHO. “Insubmissos, trãnsfugas e informantes:os desertores das guarnições hispano-portuguesas nas regiões centrais da América do Sul, c.1750-1800”. *Memoria Americana*. nº 2, vol 25, 2017.

94 Ibid. p. 121.

95 Ibid..p. 121-122.

96 Mencionado em “O contributo das Missões Jessuíticas na colonização do Guaporé”.

de 10.886 pessoas⁹⁷.

Paralelamente a esta tensão com a dominação do território, existia em segundo plano a rede de comércio ilegal. Os fortes que não só funcionavam para a defesa do território também tinham a funcionalidade de receber produtos do Grão-Pará, que tinham como objetivo ser trocados ilegalmente nas missões por prata do Peru.

A deserção era muito comum nas zonas de fronteira e nesta não era a exceção. Devido aos maus tratos aos índios, à falta de pagamento de salários a colonos e a soldados, às dívidas acumuladas e à fuga de escravos, existia uma constante movimentação de pessoas de lado a lado da fronteira. Estas eram sempre recebidas de ambos lados, devido à possível passagem de informações benéficas à situação de tensão que poderiam possuir. Contudo, segundo os tratados, era necessário devolver os desertores e quando isto não acontecia, o que era comum, era necessária a milícia ir buscá-los ao outro lado da fronteira⁹⁸. Desta maneira, estes utilizavam a “*desculpa militar*” de ir buscar escravos fugidos, devedores e criminosos no outro lado da fronteira para dar “*cobertura as atividades comerciais*”⁹⁹.

Do lado português, o Forte de Príncipe da Beira, o Forte de Coimbra, Casal Vasco e Magdalena eram os principais pontos de apoio ao contrabando. Sendo estas fundações adjacentes a rios que facilitavam o transporte de mercadorias, como pode ser observado na imagem 17.

Após a expulsão dos Jesuítas das colónias portuguesas em 1768, a transição destes aldeamentos a vilas foi um processo demorado para os índios. As fronteiras anteriormente traçadas voltaram a organizar duas, e não três entidades, como era outrora. Do ponto de vista urbanístico, as missões jesuítas meramente mudaram de “cabeça” enquanto as portuguesas continuaram a desenvolver-se e multiplicar.

97 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 125.

98 Francimar Alex Lopes de CARVALHO. “Insubmissos, trãnsfugas e informantes:os desertores das guarnições hispano-portuguesas nas regiões centrais da América do Sul, c.1750-1800”. *Memoria Americana*. nº 2, vol 25, 2017.

99 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012.p. 56.

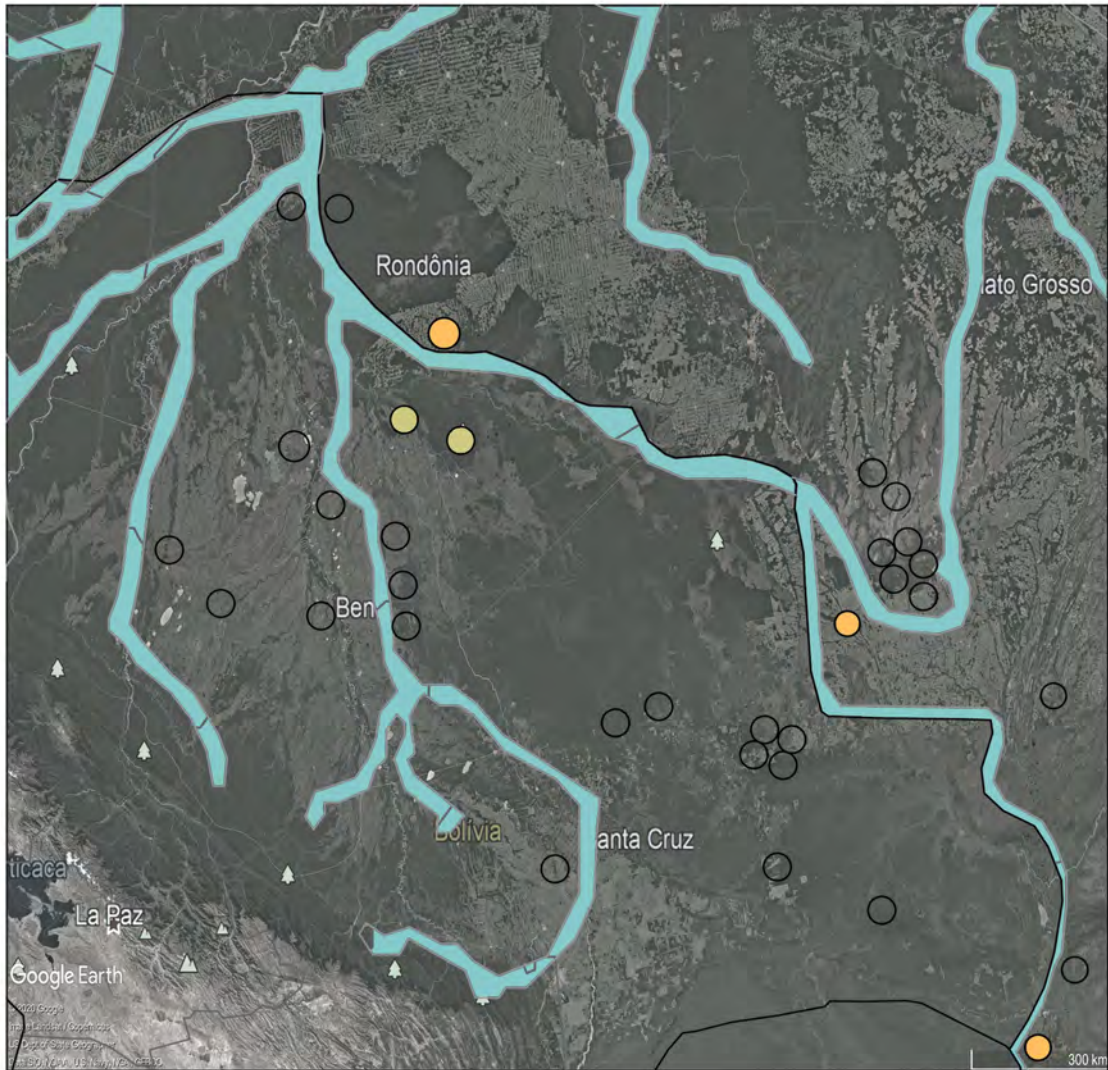


Imagem 17 - Diagrama de Cidades Envolvidas no Contrabando.

O comércio ilegal deteriorou-se após a expulsão das entidades religiosas do comando da zona. Após a expulsão dos jesuítas o território passa a ser administrado com o denominado governo dos curas, de que se falará mais adiante, contudo, apesar da nova administração a atividade de contrabando manteve-se. Quando a coroa espanhola substituiu o governo dos curas, por oficiais da coroa foi desmontada a rede de apoio a este comércio.

Paralelamente à rede comercial, o traçado da fronteira ainda estava em processo de montagem e a rede de defesa desta ainda em construção. O “jogo” de estratégia em termos de ocupação da fronteira é mais uma vez reforçado pela delimitação de um Tratado Preliminar, que Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, governador de Mato Grosso, manda a Lisboa, em 1780, um plano com detalhes de como este negociaria e estipularia a linha fronteira onde, através de desenhos e um próprio *“tratado’ sobre o tratado dos limites”*, estabelecia argumentos políticos e geoestratégicos para estipular a linha de fronteira através de imposição e persuasão. Renata Araújo reforça que, *“Tal ideia sustentava-se na conjugação entre as povoações fundadas e as ‘entradas’ do território a defender. Como se estas fossem uma sucessão de ‘portas’ a garantir o controle da muralha imaginária.”*¹⁰⁰

Era um processo de desenho seguido de concretização do projeto, uma colonização top-down estratégica, não da cidade em si, mas da “muralha” imaginária que estas como conjunto criavam. Cada um destes pontos em que se construíam cidades era um local escolhido pela sua vantagem posicional em guerra, isto é, cascatas ou montanhas eram sítios tanto com valor simbólico, como vantajoso estrategicamente¹⁰¹. Contudo, dada a falta de engenheiros em Mato Grosso, este movimento não foi posto em prática na escala que o governador Luis de Albuquerque traçou.

Como será mencionado em “Casal Vasco (1783)”, esta cidade foi um “peão” que suportou esta estratégia de moldar a fronteira através do tratado preliminar. Se Casal Vasco não tivesse sido fundada no local que foi, segundo o Tratado de Santo Idelfonso (1777), esta zona,

100 Renata Malcher ARAÚJO. *“A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” Discurso e Método*. Dissertação de Doutorado em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.), p. 182.

101 Ibid. p. 183.

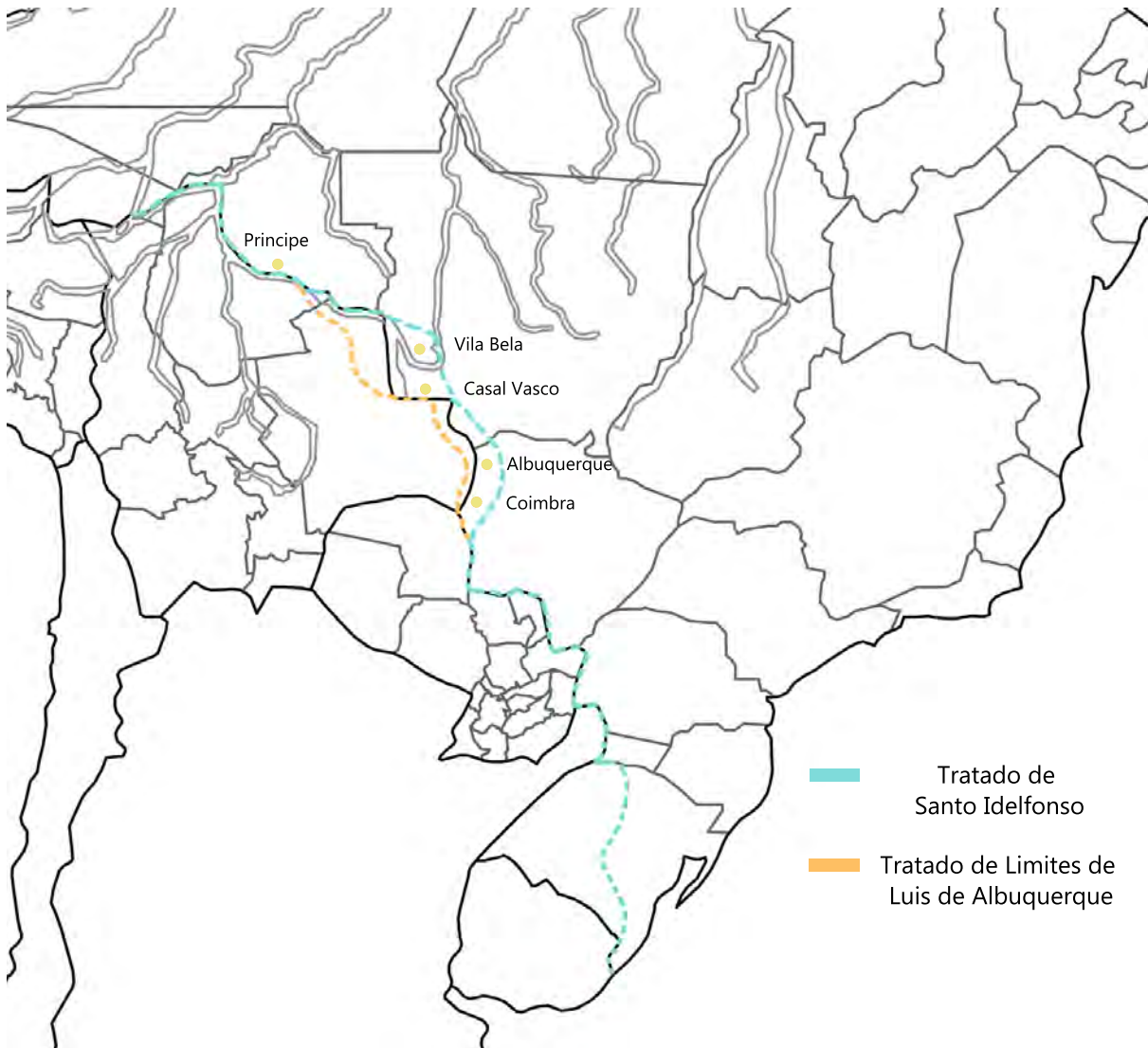


Imagem 18 - Linhas de Tratado de Santo Idelfonso e da proposta do Tratado de Limites de Luis de Albuquerque

junto com Vila Bela da Santíssima Trindade, seriam, provavelmente, de domínio Espanhol¹⁰², como é demonstrado através da imagem 18.

No final do século XVIII, a ocupação do Guaporé pode ser considerada vitoriosa no sentido de conservação de fronteira mas, nas palavras de Renata Araújo, “*a intenção de urbanização e povoamento foi um projeto continuamente frustrado*”¹⁰³. Podemos confirmar isto já que, quando as cidades completaram o seu objetivo de marcar território caíam em desuso e abandono, de resto um problema constante nas cidades adjacentes ao rio, com o exemplo claro de Casal Vasco que atualmente se encontra em ruínas.

102 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 173-183.

103 Ibid p. 298.

Parte 2

Guaporé como Fronteira

As Cidades do Rio Guaporé até à chegada dos portugueses:

Neste capítulo será abordada a construção do rio Guaporé como fronteira, refletindo especificamente sobre a disputa pelo controle do seu território, entre a coroa de Portugal e de Espanha. Além disto, analisar-se-á o processo de fundação de cidades-fronteira ao longo deste rio, como estratégia de definição de fronteiras e domínio sobre o território. Primeiro, será mencionada a chegada ao Guaporé dos Jesuítas, visto que estes foram os primeiros Europeus a alcançar este espaço, cerca de 1580, quando se instalaram na margem oeste do rio Guaporé, chegados sobretudo a partir de oeste e do sul, das terras sob domínio espanhol, com quem estabeleciam acordos. Depois, será referida a chegada dos portugueses a partir de 1740 que, por sua vez, se aproximaram do rio Guaporé pelo lado nascente. Os jesuítas, em resposta a esta investida, decidiram fundar missões também do lado poente do rio, avançando cada vez mais no interior do continente. Contudo, e em resposta ao que se estava a passar, sobretudo em outros pontos de fronteira, nomeadamente no sul do Brasil em Colónia de Sacramento, como se referiu em ponto próprio, houve a necessidade de Portugal e Espanha estabelecerem um tratado para evitar uma guerra. Nesse contexto como também já referido, foi assinado o tratado de Madrid, em 1750, pelo qual o rio Guaporé se transforma em fronteira provisória, como já havia sido requerido pela coroa portuguesa três anos antes. Ficou ainda estabelecido que o rio poderia ser utilizado por ambos lados, nomeadamente estabelecendo que ambas as potências o poderiam navegar. Isto causou uma disputa pelas missões jesuítas da região poente do rio, que passariam a estar, a partir desse momento, segundo estabelecia o Tratado, em território sob domínio português. Em suma, este capítulo como um todo aborda o período entre 1675 (data da fundação da primeira redução jesuíta na zona da Planície dos Mojos denominada São Pedro) até final do século XVIII.

Por último serão apresentadas fichas das cidades analisadas morfológicamente, nomeadamente San Joaquin (1709), Magdalena (1720) e San Ignacio (1724).

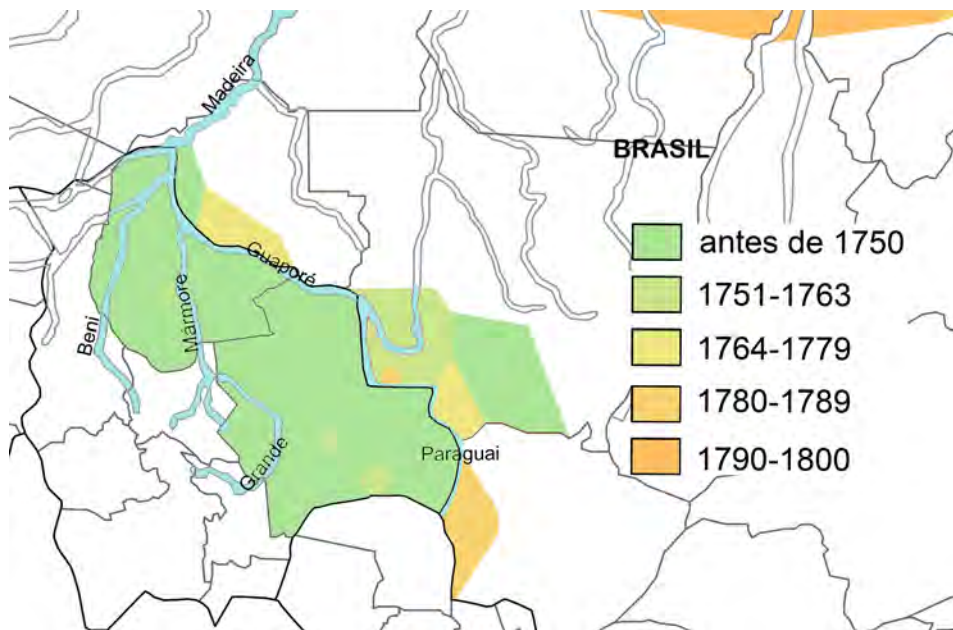


Imagem 19 - Mapa de ocupação urbana após o tratado de Madrid no Guaporé.

As Missões dos Mojos e dos Chiquitos:

As Cidades do Rio Guaporé até à chegada dos portugueses

A Companhia de Jesus chegou na segunda metade do século XVI ao oriente boliviano¹⁰⁴, fronteira com o atual Estado do Mato Grosso no Brasil. Através do Peru a Este e Paraguai a Sul, os jesuítas seguiram para as planícies do interior sul-americano, ocupadas pelos Mojos e pelos Chiquitos, instalados respetivamente a Norte e a Sul dessa planície, avançando progressivamente para o interior do continente até encontrar estes grupos indígenas. Na imagem 19 é possível observar o resultado dessas movimentações, estando indicado a verde escuro o território que veio a ser ocupado pelo jesuítas em acordo com a Coroa Espanhola antes de 1750, desenho onde se percebe que estes ocupavam também o lado do rio onde se vieram a instalar os portugueses.

Os Mojos são um conjunto de etnias indígenas que ocuparam a zona do oriente boliviano, atual estado Boliviano de Beni, onde os jesuítas começaram a missionar. Este conjunto de etnias adquiriram o nome “global” de Mojos por ter sido essa a primeira tribo com quem os jesuítas entraram em contacto, a partir de então, todas as missões nesta zona eram consideradas “*missões de Mojos*”, mesmo integrando indígenas doutras etnias. Algo parecido acontecia a denominação atribuída aos Chiquitos, grupo composto de várias pequenas tribos de diferentes etnias misturadas, sendo que segundo a tradição teria resultado o nome coloquial “*Chiquitos*”, que significa pequeno em Espanhol¹⁰⁵.

A nomenclatura de Mojos, adotada pelos jesuítas e pelas restantes entidades coloniais que chegaram à região, inclui pelo menos seis etnias de indígenas diferentes. Na Área da ‘Planície dos Mojos’ encontramos: os Mojos, que pertencem ao grupo linguístico arawak, localizados ao longo dos rios Mármore, Grande (Guapay) e Yacuma, são considerados uma sociedade complexa devido a alta capacidade de organização social e de obras nas áreas que estes possuíam (estradas, campos elevados de plantio, complexas obras hidráulicas, canais, diques e fossos

104 Oriente Boliviano é a denominação da área geográfica que contem os atuais estados de Pando, Beni e Santa Cruz. Esta área localizada entre as zonas de fronteira de Peru, Brasil e Paraguai.

105 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012, p. 33-38.

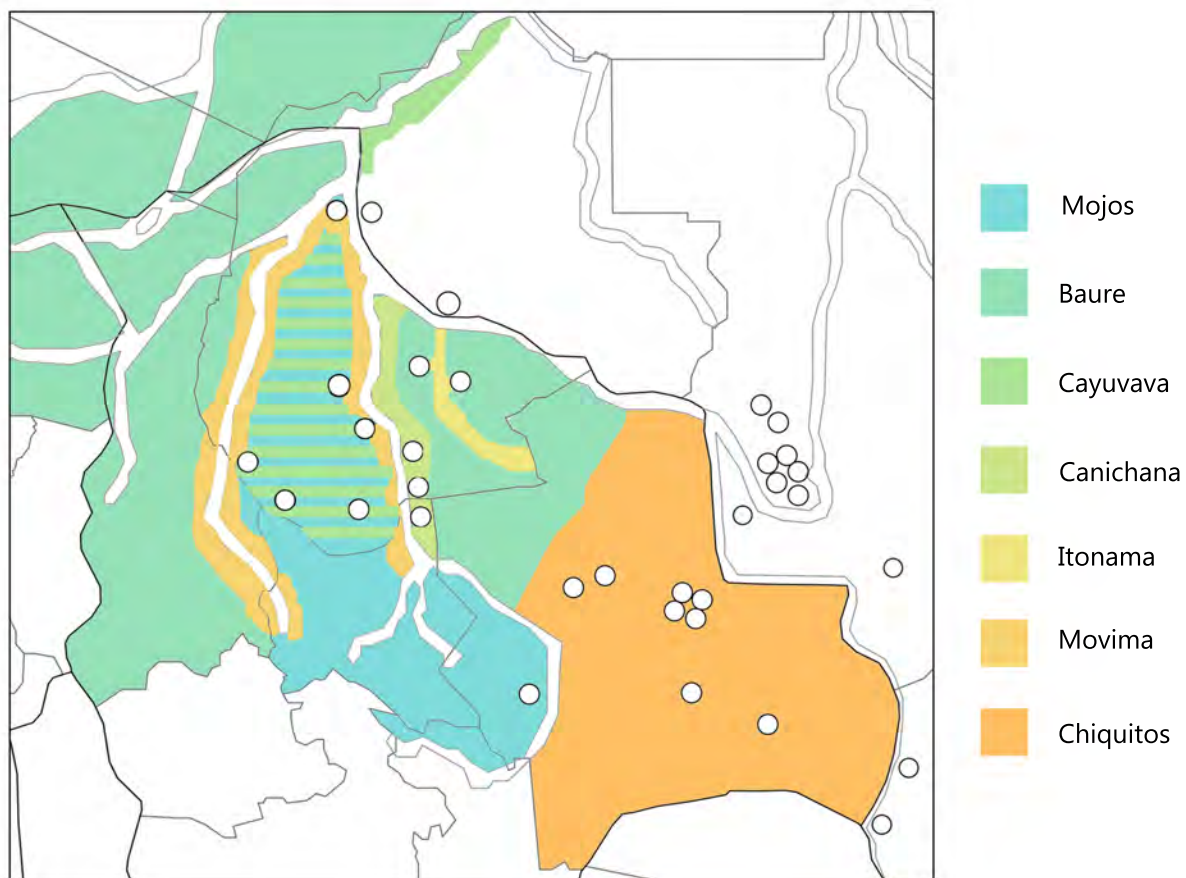


Imagem 20 - Diagrama de localização das tribus indígenas do oriente boliviano.

circulares); os Baure, também do grupo linguístico arawak, compreendidos entre o rio Branco, Itonama e San Simon, eram a etnia considerada a “*mais civilizada*” pelos jesuítas, possuíam grande número de aldeias com ruas e praça, cercadas por paliçadas, fossos e armadilhas cavadas para evitar ataques de tribos inimigas; os Kayababa, habitavam grandes aldeias ao longo do rio Madeira e a norte do rio Yacumma, possuíam um chefe único chamado “Paititi”, e eram bons agricultores; os Itonama estavam dispersos ao longo do rio Itonama e Machupo, estes falavam uma língua isolada, eram agricultores de milho e praticavam a caça e a pesca; os Movima também falavam uma língua isolada, estavam à esquerda do Mármore ao longo do rio Yacuma e além de se organizarem em aldeias, as suas terras eram ordenadas com campos e estradas¹⁰⁶. Isto está explícito na imagem 20 onde é possível observar um diagrama da localização destas diferentes etnias que foram missionadas pelos jesuítas na área de Mojos e Chiquitos.

No caso de Chiquitos partimos do princípio de que estes são já uma mistura de etnias pequenas, portanto não foi possível encontrar informação para poder diferenciar em zonas de ocupação.

As primeiras viagens de exploração desta área tiveram lugar ainda no século XVI, quando Lorenzo de Figueroa, explorador espanhol e governador de Santa Cruz, atingiu a zona, através de uma viagem no rio Guapay (ou rio Grande) em 1580, e, em 1595, quando Juan Torres de Palomino, seguiu o mesmo trilho. Foram estas viagens de reconhecimento que criaram as condições para que já no século XVII os jesuítas se implementassem na zona e dessem início do seu “*trabalho missionário*”. Ou seja, a área dos Mojos entrou em contacto com os jesuítas quase dois séculos antes dos portugueses fundarem cidades frente a estes, como é possível observar na imagem 5 e na imagem 19, e como analisaremos no capítulo seguinte. Em 1668 os jesuítas procederam à primeira tentativa de formar reduções nesta área, contudo, falharam nesse objetivo e, em 1675 dois padres jesuítas (Jose Castillo Cipriano Barrace e Pedro Marbón) voltaram a tentar, ao aprender a língua indígena e ao espalharem as primeiras sementes do cristianismo¹⁰⁷.

106 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012, p. 33-35.

107 Uacury Ribeiro de Assis BASTOS. “Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos 1767-1830)”. *Revista de história*, nº 95, vol 47, 1973. p. 160.

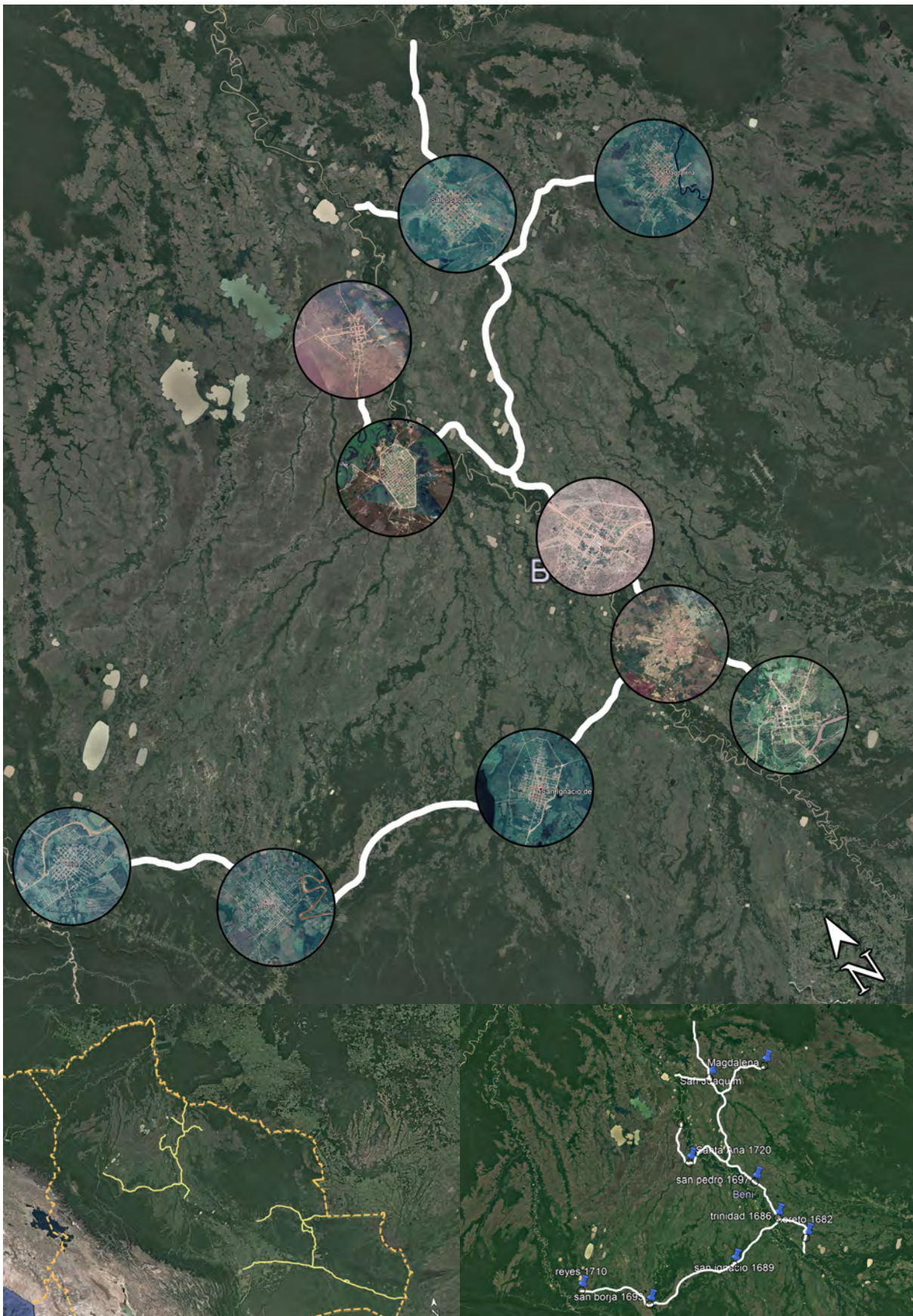


Imagem 21 - Diagrama de trilhos e localização das missões de Mojos.

Os padres Cipirano Barrase e Baltazar Espinosa, fundaram a missão de San Pedro, em 1675, com povos Baure e Mojos, fundando depois ainda Loreto, Trinidad, San Javier, Exaltacion, San Ignacio, Santa Ana (etnia mobima) San Borja (abandonada em 1792), Reyes, com indígenas Mojos e Baure. No século XVIII fundaram ainda Magdalena, Concepción, San Joaquin, Buena Vista, Nueva San Pedro e San Martim¹⁰⁸. Como é possível observar na imagem 21, estas missões são ancoradas aos trilhos terrestres, os quais, quase sempre, seguem os rios e regem a orientação estabelecida para a malha urbana de cada uma das implantações urbanas. Isto é, provavelmente os trilhos existiam previamente e as missões usaram-nos como eixo para a instalação e expansão da malha urbana.

Por outro lado, os Chiquitos estavam localizados no atual estado de Santa Cruz, a norte da fronteira com o Paraguai e a sul da área dos Mojos, tendo os jesuítas apenas subido o rio Paraguai até esta área das planícies do oriente boliviano em 1691¹⁰⁹. No mesmo ano, o Padre José Acre funda a primeira missão chiquita. Desde essa data, até 1775, estes fundaram na zona de Chiquitos dez reduções¹¹⁰. Como é possível observar na imagem 22, as malhas urbanas no território Chiquitano também se ancoram ao trilhos que estruturam o território e seguem-no como eixo principal, porém, nesta área não se encontram tantos afluentes hidrográficos, pelo que os trilhos não se definem por uma linha de orientação tão direta, quanto o seguimento do rio, como no caso de Mojos.

Os jesuítas assentaram perto destas zonas com o objetivo de atrair os povos que a habitavam, chegando a aprender a língua para facilitar a disseminação da religião cristã, como foi mencionado anteriormente¹¹¹.

A localização geográfica era um fator de extrema importância. A colonização desta área era extremamente difícil e a coroa Espanhola considerava que se tratava de um “terror de clima”, dado que esta zona do interior da Amazônia é caracterizada por ser selvagem, pantanosa

108 Daniel J. SANTAMARÍA. “Fronteras indígenas del oriente boliviano. La dominación colonial en Moxos y Chiquitos, 1675-1810”. *Boletín americanista*, nº 36, 11 de Janeiro de 1986. p.203.

109 Eulália Maria Lahmeyer LOBO. “Caminho de chiquitos às missões guaranis de 1690 a 1718”. *Revista de História*. São Paulo, nº 20, 1960.

110 Cronologias destas cidades encontram-se no anexo.

111 Mencionado em “O contributo das Missões Jessuíticas na colonização do Guaporé”.

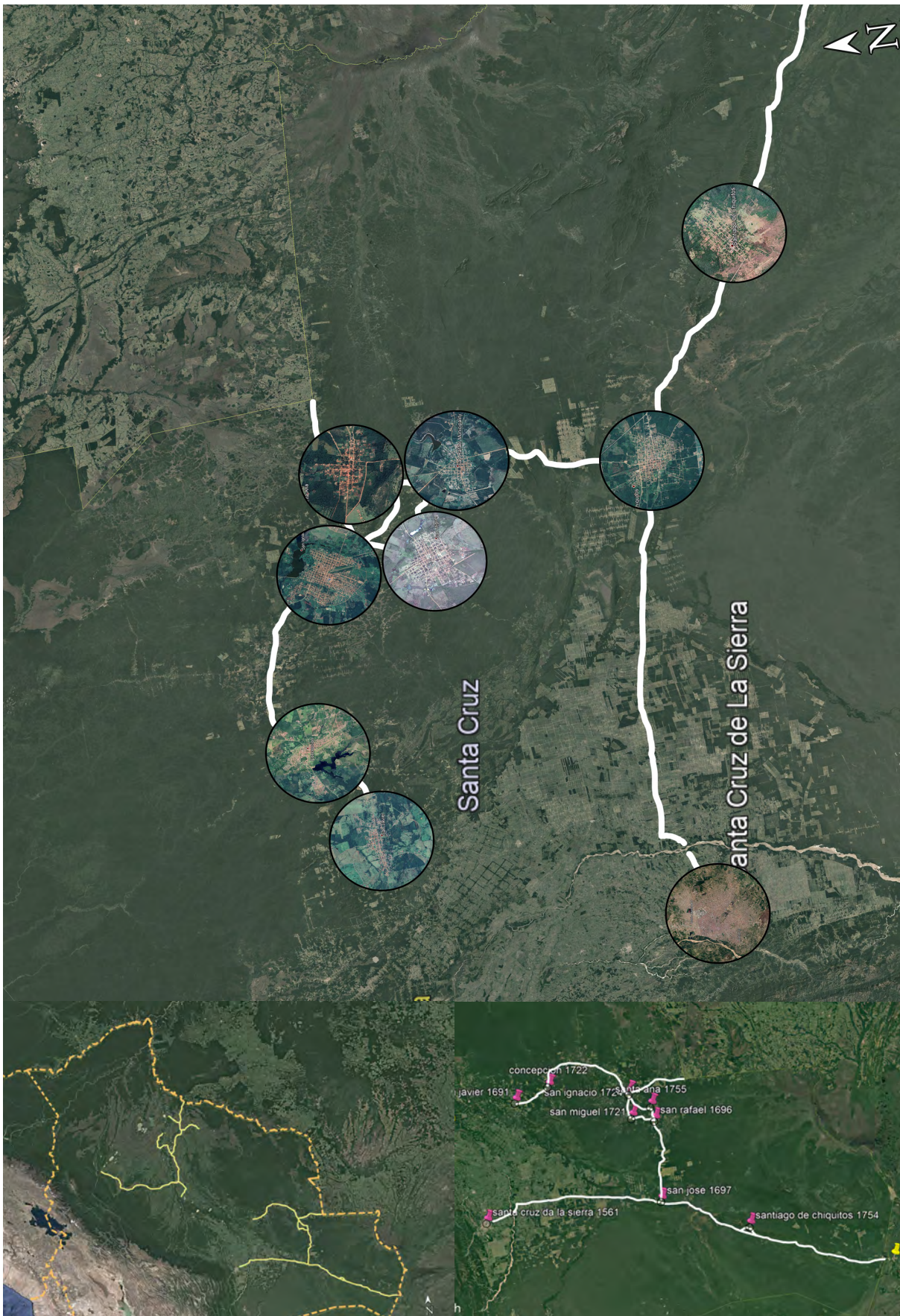


Imagem 22 - Diagrama de trilhos e localização das missões de Chiquitos.

e tropical¹¹². Esta área, que integra a denominada Planícies de Mojos e o Planalto Chiquitiano possuía variações diárias de temperatura muito grandes, estações de chuvas intensas e secas drásticas¹¹³. Esta área era considerada um enorme vazio, uma “*tierra de nadie*” na perspectiva de potências colonizadoras¹¹⁴. Claro que, isto também significava que eram espaços com potencial colonizável, daí o grande peso de missões evangelizadoras e fortificações afastadas umas das outras, não com objetivo de povoar, mas sobretudo com o objetivo de marcar território (como foi mencionado anteriormente), onde o contacto com grandes regiões limitava-se a contrabando, reconhecimento científico, movimentação de indígenas ou expedições militares¹¹⁵.

Sendo assim, a Coroa espanhola, numa ação de associação estratégica, delegou nos jesuítas a tarefa de urbanizar a área e movimentar a linha de fronteira para o interior. Burocraticamente, as cidades jesuítas marcavam fronteira em nome da Coroa espanhola, servindo como uma espécie de “barreira” entre os rivais portugueses e as minas do Peru, exploradas pelos espanhóis desde 1545¹¹⁶. Consequentemente esta rivalidade resultava em conflitos entre as duas partes que lutavam pelo domínio do território, mas também em oportunidades de comércio, como pode ser observado no capítulo seguinte “O Rio como fronteira: uma história de urbanização”.

Ilustrativo dessa parceria estratégica entre a coroa espanhola e os jesuítas é o episódio da batalha pela antiga Missão de Santa Rosa¹¹⁷ entre 1760-1764, onde os jesuítas que ocupava o lado poente do rio e os portugueses que se movimentaram para o ocupar após o tratado de Madrid, em que fica claro que na perspectiva do governador jesuíta de Mojos o combate era necessário¹¹⁸. Aliás quando existiam disputas na fronteira com Mato Grosso, este recorria à

112 Uacury Ribeiro de Assis BASTOS. “Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos 1767-1830)”. *Revista de história*, nº 95, vol 47, 1973. p. 158.

113 Ibid p. 156.

114 Daniel J. SANTAMARÍA. “Fronteras indígenas del oriente boliviano. La dominación colonial en Moxos y Chiquitos, 1675-1810”. *Boletín americanista*, nº 36, 11 de Janeiro de 1986. p.197.

115 Ibid p.197.

116 Como foi mencionado anteriormente em “O contributo das Missões Jessuíticas na colonização do Guaporé”.

117 Desenvolvido em “O rio como fronteira: Uma história de urbanização”

118 Uacury Ribeiro de Assis BASTOS. “Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos 1767-1830)”. *Revista de história*, nº 95, vol 47, 1973. p. 153.

Coroa Espanhola para que ajudasse militarmente.¹¹⁹

Em 1773, após a expulsão dos jesuítas de Espanha e de todas as colónias espanholas, a área ocupada pelas missões de Mojos e Chiquitos foi atribuída ao denominado *governo dos curas*. Este governo constituía-se em dois curas por aldeamento, sendo que um deles era encarregado de todas as atividades económicas e o outro das religiosas. Estes curas **“praticavam comércio de contrabando com Mato Grosso e desviavam produtos das comunidades indígenas para comerciantes (...)”**¹²⁰. A passagem do controlo do território sob administração dos jesuítas, para a administração da coroa espanhola significou a integração nessa coroa de uma área de recursos económicos, designadamente agrícolas, transformando estas cidades em fontes de produção para tráfego intercolonial¹²¹ **“la confiscación de tierras jesuítas no significo mas que restaurarlas como realengas [ou seja, terras do rei]”**¹²²

Os territórios das missões tornaram-se mais permeáveis à presença de espanhóis e portugueses após a expulsão dos jesuítas¹²³, visto que, o governo dos curas tinha como prioridade o comércio, deixando que os portugueses fizessem incursões, promovendo o contrabando¹²⁴.

Porém, isto significou que a economia perdeu a sua auto-suficiência ao precisar de importar bens para o contrabando e utilizá-los como salário dos produtores “domestico-comunitarios” das missões¹²⁵. Após a expulsão dos jesuítas a fronteira perdeu clareza, podendo dizer-se que a fronteira económica e a fronteira política não se sobrepunham. As zonas económicas de vivência das populações eram diferentes daquela tal divisão oficial que seria a fronteira política. Esta zona foi vista como “amaldiçoada”, e nenhum espanhol queria ir lá, aliás a delegação da administração em curas deu-se pela dificuldade de atrair oficiais da coroa espanhola para esta

119 Mencionada em “O Rio como fronteira: uma história de urbanização”.

120 Uacury Ribeiro de Assis BASTOS. “Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos 1767-1830)”. *Revista de história*, nº 95, vol 47, 1973. p. 152.

121 Daniel J. SANTAMARÍA. “Fronteras indígenas del oriente boliviano. La dominación colonial en Moxos y Chiquitos, 1675-1810”. *Boletín americanista*, nº 36, 11 de Janeiro de 1986. p.200.

122 Ibid. p.209.

123 Francismar Alex Lopes de CARVALHO. “Insubmissos, trãnsfugas e informantes:os desertores das guarnições hispano-portuguesas nas regiões centrais da América do Sul, c.1750-1800”. *Memoria Americana*. nº 2, vol 25, 2017.

124 Daniel J. SANTAMARÍA. “Fronteras indígenas del oriente boliviano. La dominación colonial en Moxos y Chiquitos, 1675-1810”. *Boletín americanista*, nº 36, 11 de Janeiro de 1986. p.199.

125 Ibid. p.209.

zona. De resto, após a expulsão dos jesuítas em 1773, não foram fundados mais aldeamentos espanhóis no oriente boliviano.

Em 1798 foi preparado um plano para a defesa do território de Mojos junto ao rio Guaporé. Onde *o fiscal de La Plata* denunciou em 1789 que os produtos de três vilas deste território, nomeadamente de San Joaquin, Concepcion e Magdalena que passavam pelo forte português, Príncipe da Beira, através do rio Guaporé, tinham como objetivo **“tener trato y comunicacion com ellos”**¹²⁶, o que ia contra a lei de comércio, ou seja na prática a fronteira era muitas vezes transposta pelas populações locais e não entendida como uma estrutura rígida.

Só em 1805, o rei espanhol D. Carlos IV, concedeu a liberdade e direito de propriedade individual aos povoados de Mojos e de Chiquitos, depois de já ter concedido em 1803 o mesmo direito aos índios Guarinis¹²⁷, desfazendo finalmente a organização da propriedade herdada das missões jesuítas, como analisado no ponto “O contributo das Missões Jesuíticas para a colonização do Guaporé”.

126 Daniel J. SANTAMARÍA. “Fronteras indígenas del oriente boliviano. La dominación colonial en Moxos y Chiquitos, 1675-1810”. *Boletín americanista*, nº 36, 11 de Janeiro de 1986. p.225.

127 Ibid p.227.

Análise Morfológica das Missões:

As Cidades do Rio Guaporé até à chegada dos portugueses

A seguir se apresentam fichas de análise das missões analisadas, onde se constatam algumas características encontradas através dos métodos de análise morfológica postos em prática, designadamente o método de Levy e de Conzen. Foram analisadas em total quatro missões¹²⁸, contudo neste capítulo serão abordadas três fundadas antes da chegada do portugueses a este território amazónico: San Joaquin (1709), Magdalena (1720), localizadas em território Mojo e San Ignacio (1724), localizada em território Chiquito. A quarta missão, Santa Ana de Chiquitos, por ter sido fundada mais tarde, durante a disputa do território entre Espanha e Portugal, será analisada quando se tratarem as fundação posteriores à chegada dos portugueses, no ponto “Três cidades da coroa portuguesa e uma missão Jesuíta”.

Além disso, serão mencionadas outras sete cidades, na tentativa de reforçar estas constantes encontradas nas missões analisadas.

128 Demonstrado na Imagem 3 página 16.

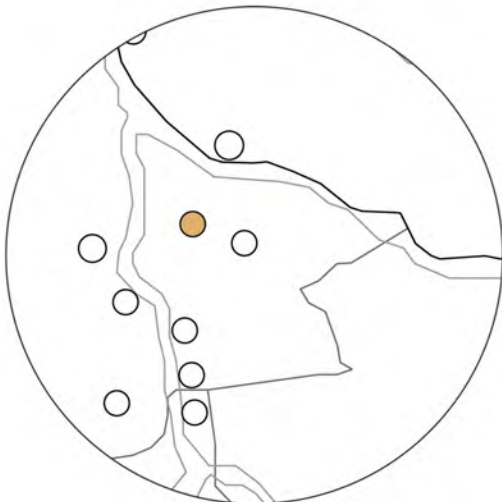
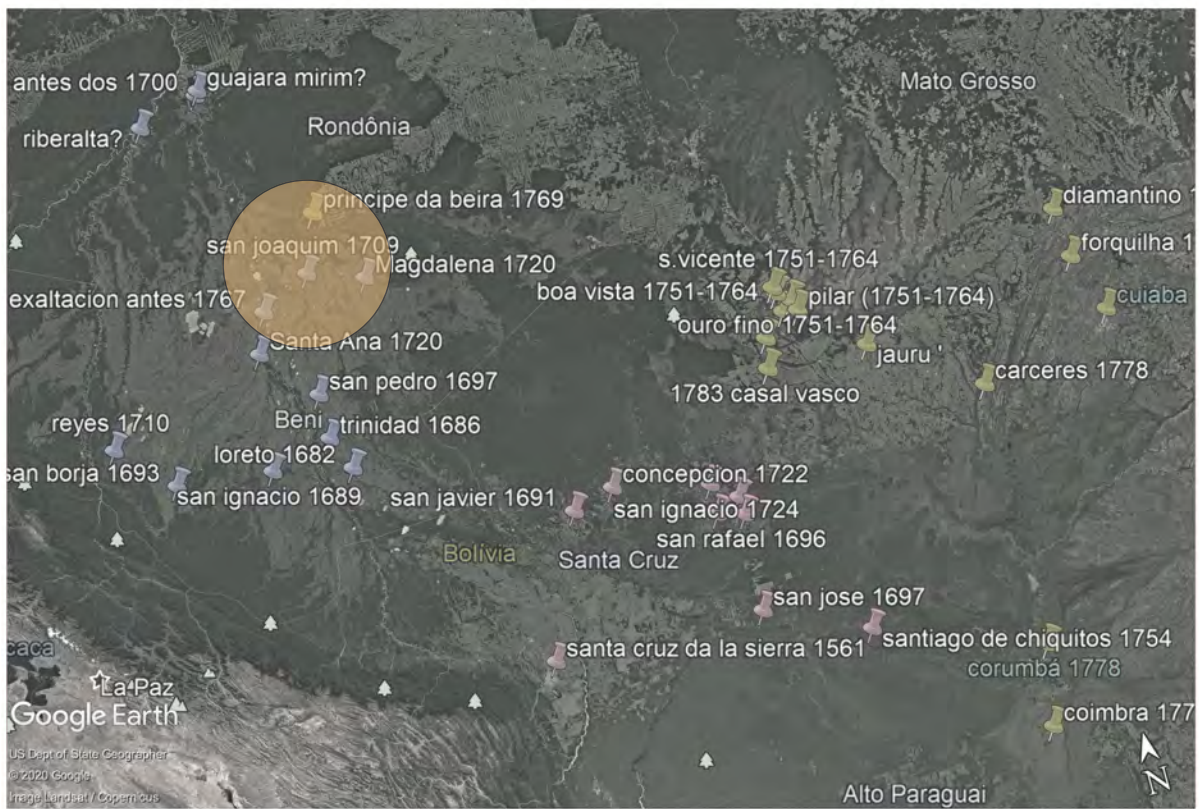


Imagem 23 - Localização de San Joaquim.

San Joaquin:

Localização: 13°02'26.20"S

64°40'05.03"O

Data de fundação: 1709

Descrição do traçado:

San Joaquim é das primeiras missões jesuítas na Planície dos Mojos, tendo sido esta fundada em 1709. Esta cidade veio a fazer fronteira com o Forte Príncipe da Beira (1775) que, como será mencionado, é uma fortificação que parte da transladação do forte Bragança para um espaço mais apto visto que o antigo alagava, danificando a fortificação rapidamente.

Seguindo o método de análise morfológica desenvolvido por Levy, tentou-se observar o dinamismo das objetos encontrados. Sendo assim, San Joaquin com praça quadrada de 640 palmos por 640 palmos¹²⁹, possui uma igreja, com 88 por 220 palmos, posicionada axialmente (imagem 25), com o objetivo da monumentalidade para apelar aos índios, possuindo duas torres defensivas (como pode ser observado na imagem 49) algo típicas em igrejas jesuítas na América do sul.

A praça parece ser um negativo de quarteirão visto que têm todos aproximadamente 550 por 600 palmos como pode ser notado na imagem.

As ruas têm entre 30 e 50 palmos de largura, contudo, ao lado oeste da igreja a rua alarga e fica com 90.

Por volta da praça é possível observar frentes de quarteirão com telhados contínuos devido ao progresso de adaptação da comunidade indígena à cultura urbana europeia.

Como é possível observar na imagem 24, a maior densidade de estruturas construídas encontra-se à volta da praça. Estes quarteirões e possuem telhado contínuo e pátio interior, o que indica que este teria sido o núcleo de século XVIII, a partir do qual a cidade se expandiu posteriormente.

Seguindo o método de análise morfológica desenvolvido por Conzen, tentou-se analisar

129 Um palmo equivale a 0,22 metros.



Imagem 24 -San Joaquin em desenho vetorial, com indicação do centro geométrico e do trilho original.

a cidade através de uma divisão dos quarteirões, na tentativa de encontrar o quadrado que foi utilizado como métrica de estruturação da cidade, chegando, no caso de San Joaquin, a uma unidade base de 71x71 palmos¹³⁰.

Através da imagem 26 é possível observar uma tentativa de divisão do quarteirão em quadrados de 71 x 71 palmos. Esta medida, como é possível observar na imagem seguinte, imagem 27, equivale à medida da largura dos quarteirões com telhado contínuo a que equivale igualmente a medida da profundidade dos galpões. É também possível observar nesta imagem que, meio quadrado equivale a largura das ruas e um quadrado, à da rua maior, à oeste da igreja. A medida da igreja equivale a um quadrado e meio de largura e três de comprimento. Sendo assim é possível considerar que esta é uma medida válida como medida base de estruturação de São Joaquin, servindo também de base à hipótese desenhada para o que se especula ser modelo teórico de San Joaquin, apresentado na imagem 30.

130 Esta medida estrutural é obtida através das medidas médias dos quarteirões e da praça, com os quais foi possível chegar ao “quarteirão ideal” que seria de 568 x 568 palmos, neste caso, que ao ser dividido em quadrados dá então o possível quadrado base da cidade de San Joaquin.

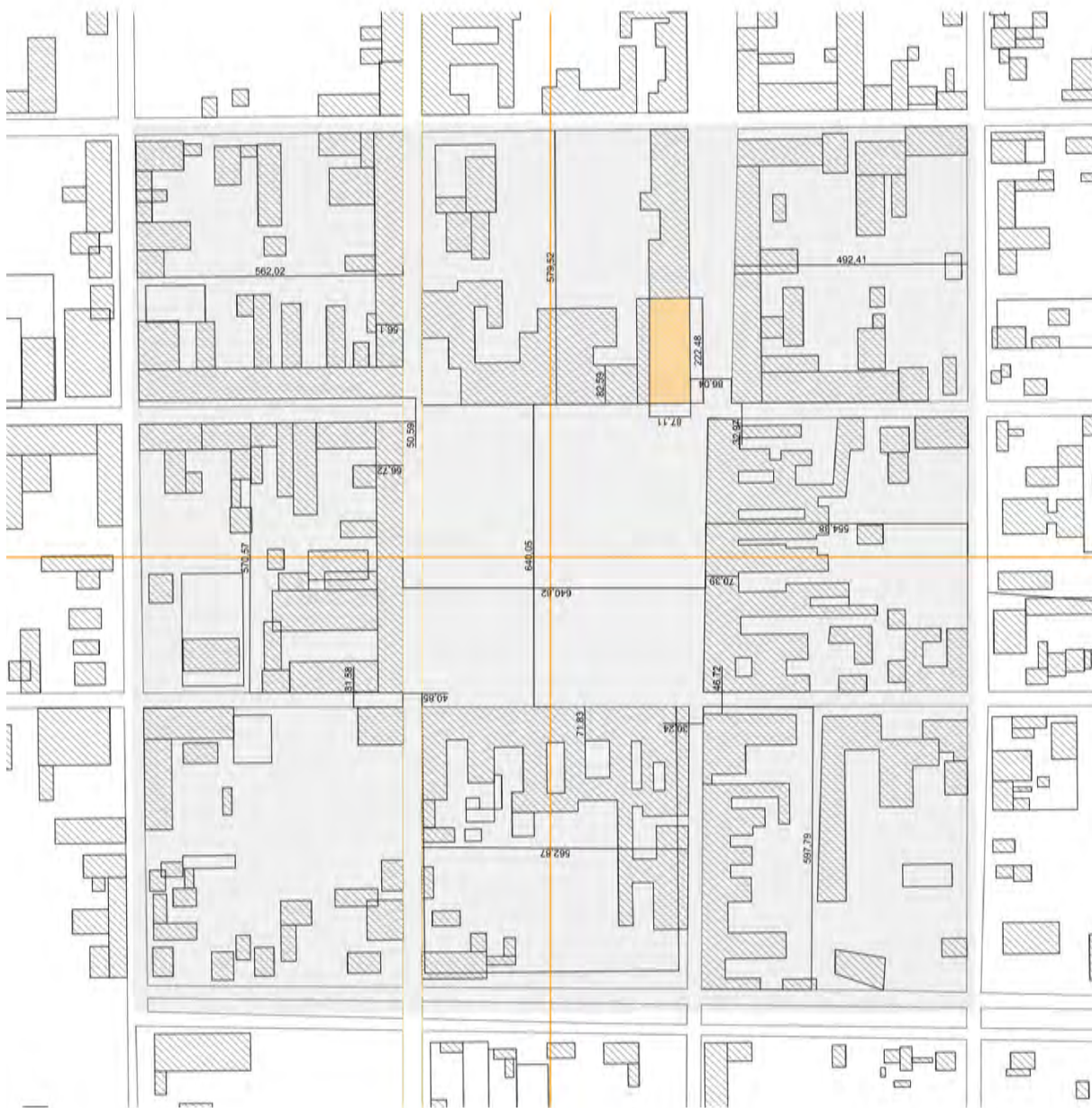


Imagem 25 -San Joaquin aproximação e cotagem do existente.



Imagem 26 -San Joaquin divisão em quadrados de 71 x 71 palmos.

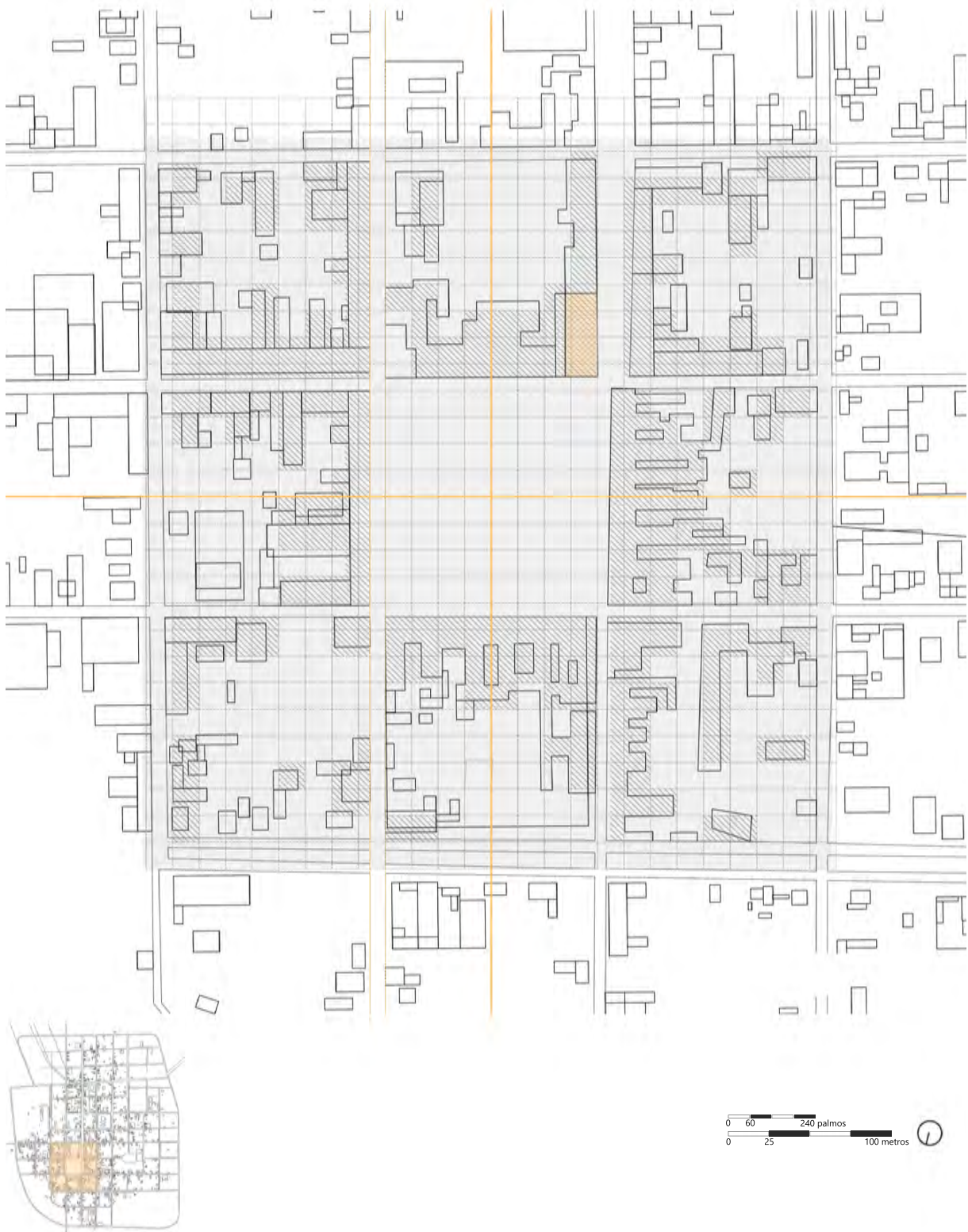


Imagem 27 -San Joaquin simplificação através de quadrados de 71 x 71 palmos.

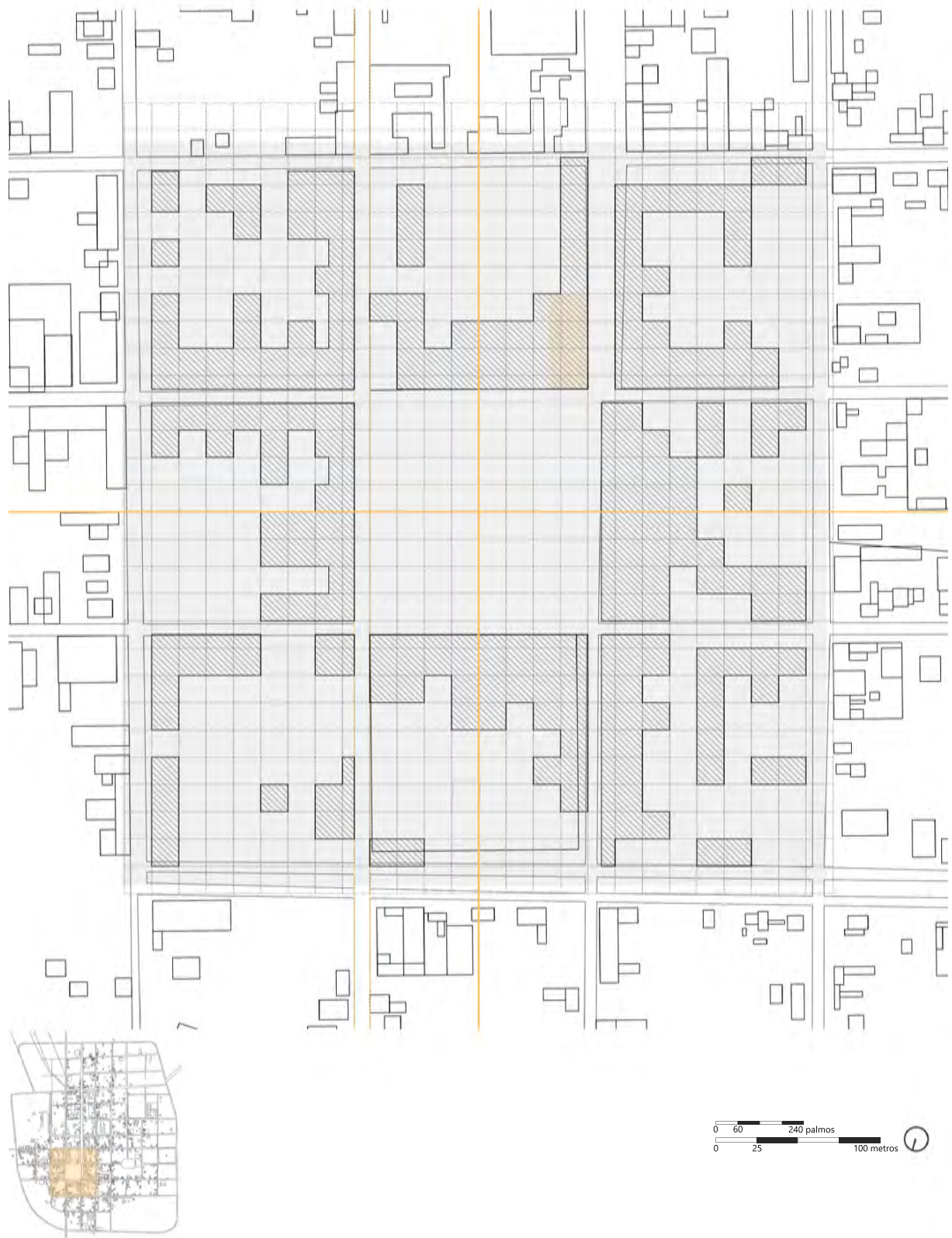


Imagem 28 -San Joaquin simplificação através de quadrados de 71 x 71 palmos.

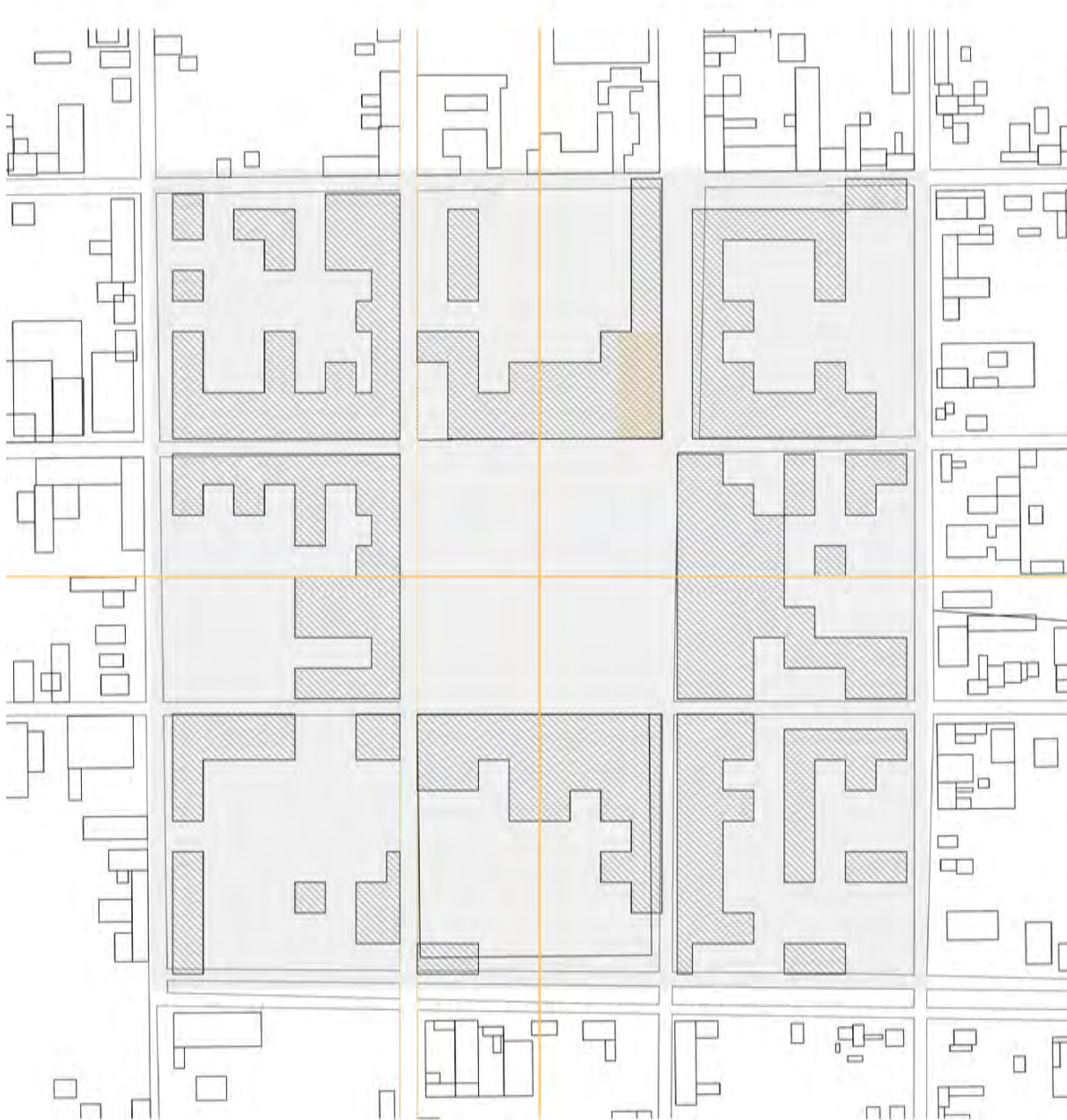


Imagem 29 -San Joaquin simplificada através de quadrados de 71 x 71 palmos.

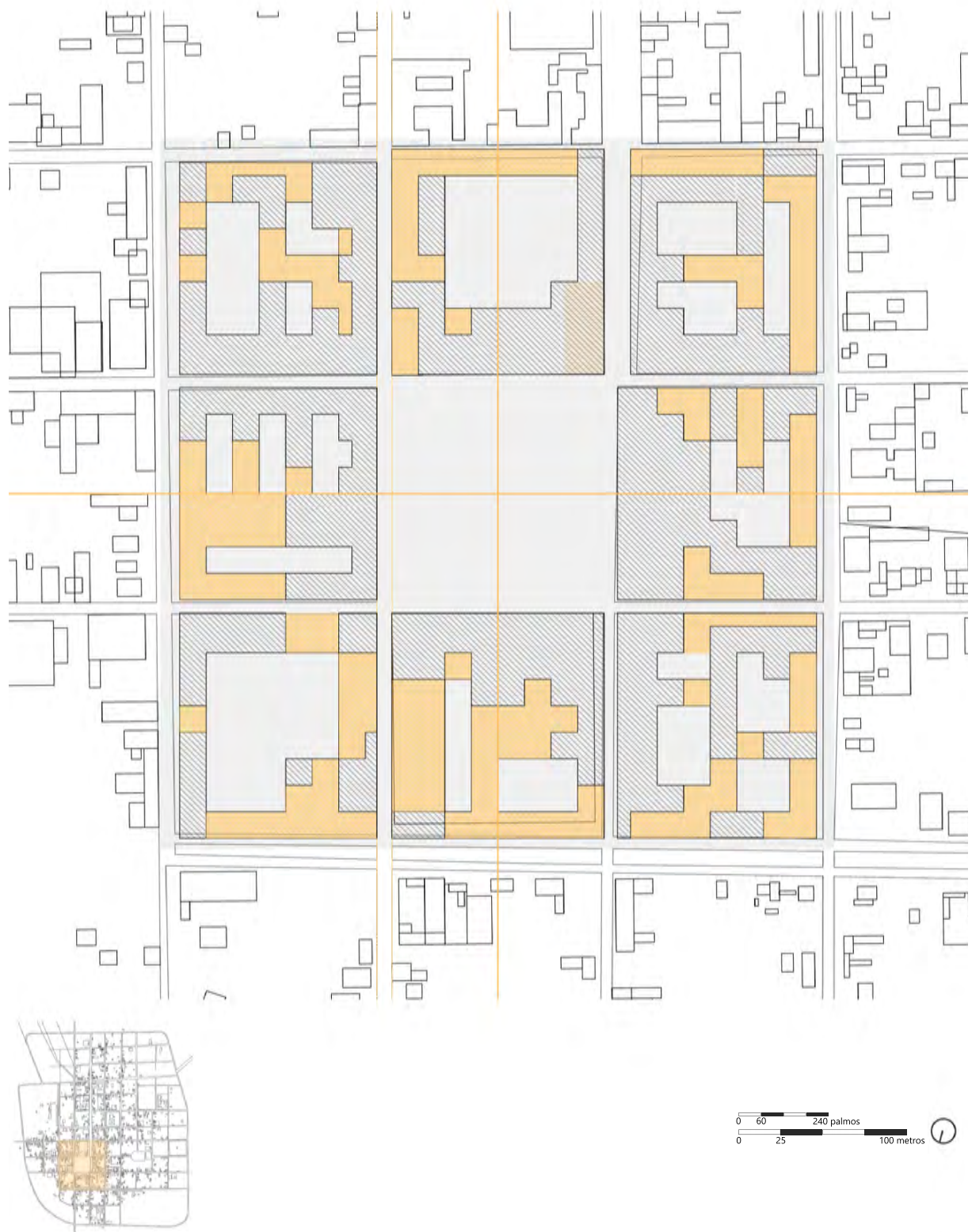


Imagem 30 - Reconstituição do modelo teórico de San Joaquin.

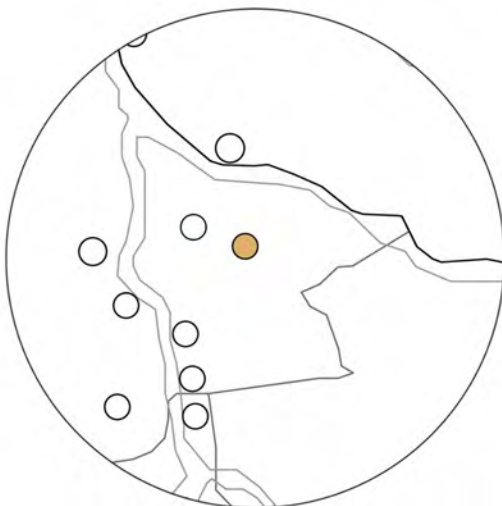
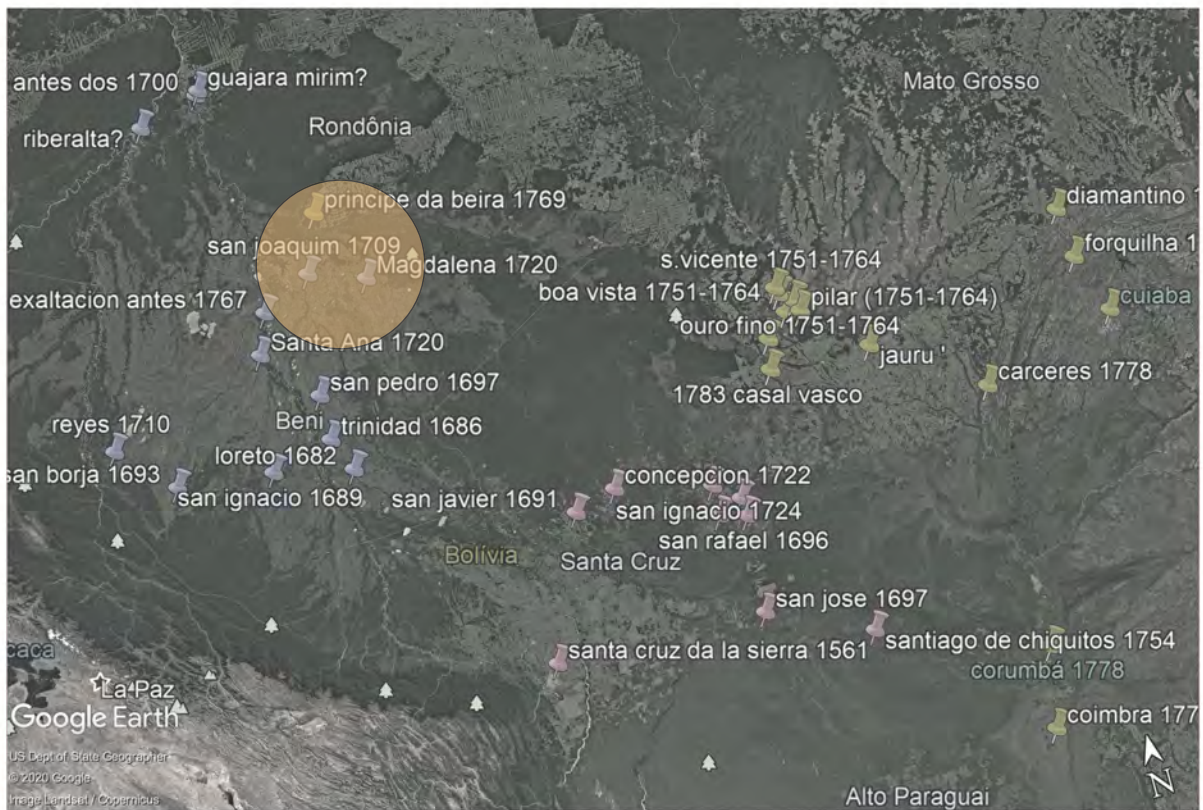


Imagem 31 - Localização de Magdalena.

Magdalena:

Localização: 13°15'49.42"S

64°03'15.09"O

Data de fundação: 1720

Descrição do traçado:

Magdalena foi fundada em 1720, tornando-se um ponto importante para o contrabando, como foi mencionado em "*Contrabando e Tratado de Limites*", devido à sua localização à beira rio. Esta missão encontra-se adjacente a San Joaquin, sendo assim, esta também se encontra na linha de fronteira.

Seguindo o método de análise morfológica desenvolvido por Levy, tentou-se observar o dinamismo das objetos encontrados . As ruas em Magdalena, em média têm entre 40 e 60 palmos e a rua ao lado oeste da igreja tem 100.

A Praça mede 590 por 660 palmos, tendo uma forma aproximadamente quadrangular. Esta, claramente, não é um negativo de um quarteirão, como é possível observar na imagem 32, como tal é possível assumir que a praça foi traçada intencionalmente para estar nesta posição.

A igreja está posicionada, também, axialmente, medindo 80 por 200 palmos e também possui duas torres defensivas.

Tal como San Joaquin, os edifícios que rodeiam a praça têm telhado contínuo, com pátio interior no centro do quarteirão. Contudo, esta missão possui quarteirões quase completamente cercados pelo telhado contínuo, o que é demonstrado na imagem 49 a laranja.

A cidade cresce em três sentidos, nunca atrás da igreja. Isto é um fator fundamental na cidade da Candelária, como é abordado anteriormente.

Entre Magdalena e San Joaquin é possível ver alguns traços em comum como, por exemplo, o facto de a rua alargar ao lado da igreja e a maior densidade de estruturas construídas se encontrar ao redor da praça, em quarteirões constituídos maioritariamente com telhado contínuo.



Imagem 32 - Magdalen em desenho vetorial, com indicação do centro geométrico e do trilho original.

Seguindo o método de proposto por Conzen para a análise da morfologia urbana, tentou-se perceber a estruturação da malha urbana da cidade através da compreensão da estruturação interna dos quarteirões, na tentativa de encontrar a medida do quadrado base que foi utilizado como métrica de estruturação da cidade. Neste caso apurou-se a medida de base de 64x64 palmos¹³¹.

É possível observar através da imagem 34 uma tentativa de divisão do quarteirão em quadrados de 64 x 64 palmos. Esta medida, como é possível observar na imagem 35 equivale a medida da largura dos quarteirões com telhado contínuo que equivalem aos galpões. É também possível observar nesta imagem que, meio quadrado equivale a largura das ruas e um quadrado, à da rua maior, à oeste da igreja, tal como em San Joaquin. A igreja, em termos de medidas estruturais, equivale a um quadrado e meio de largura e três e meio de comprimento. Sendo assim podemos considerar que esta é uma medida válida para esta análise, a partir da qual se pode propor o modelo teórico hipotético para a fundação de Magdalena, modelo teórico apresentado na imagem 38.

131 Esta medida estrutural é obtida através das medidas médias dos quarteirões e da praça, com os quais foi possível chegar a medida do quadrado, ao considerar a praça quadrada de 630x630. Após isto como os quarteirões têm todas formas diferentes foram todos divididos ao menor quadrado e estes fizeram então a média deste.

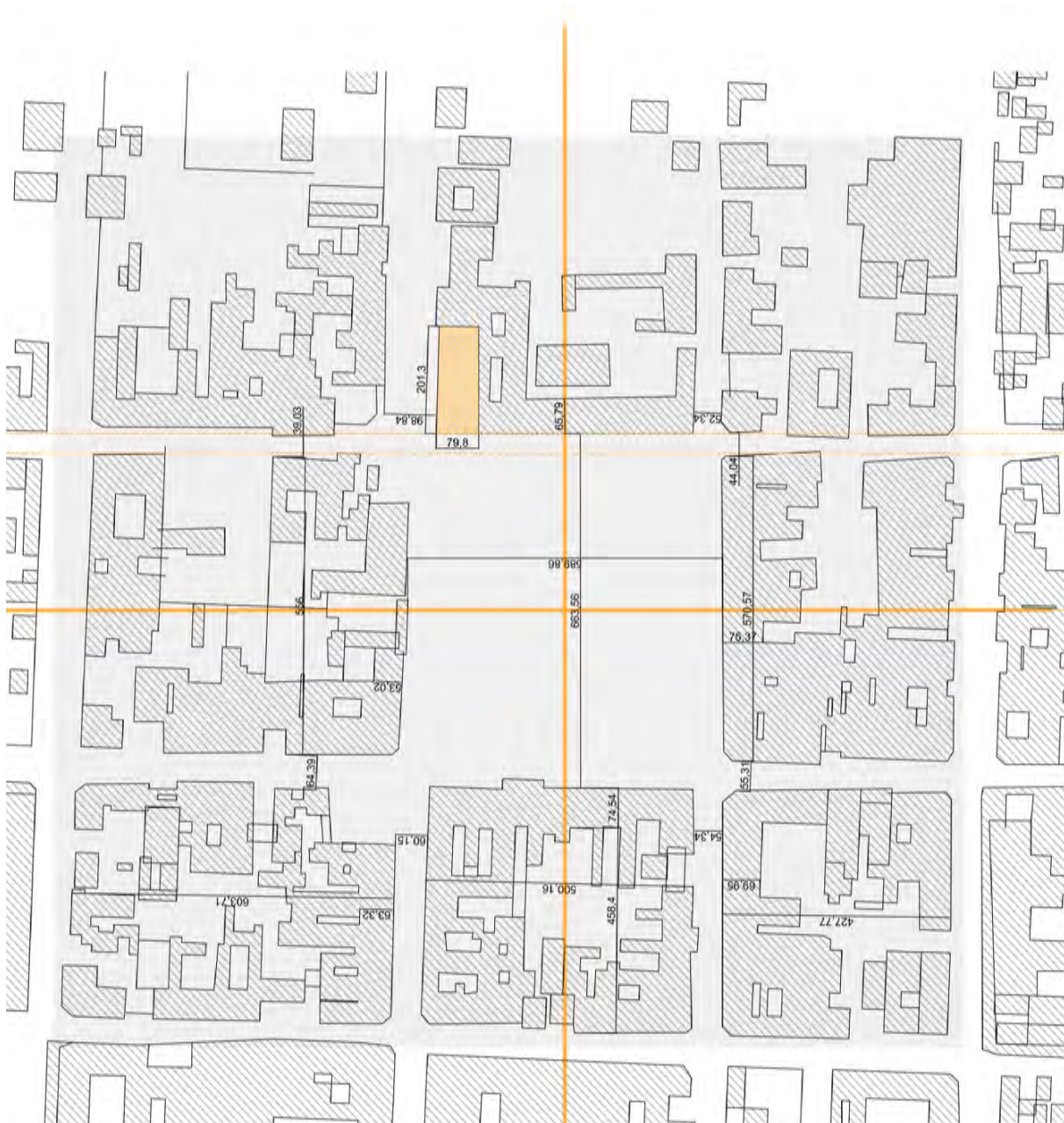


Imagem 33 -Magdalena aproximação e cotagem do existente.

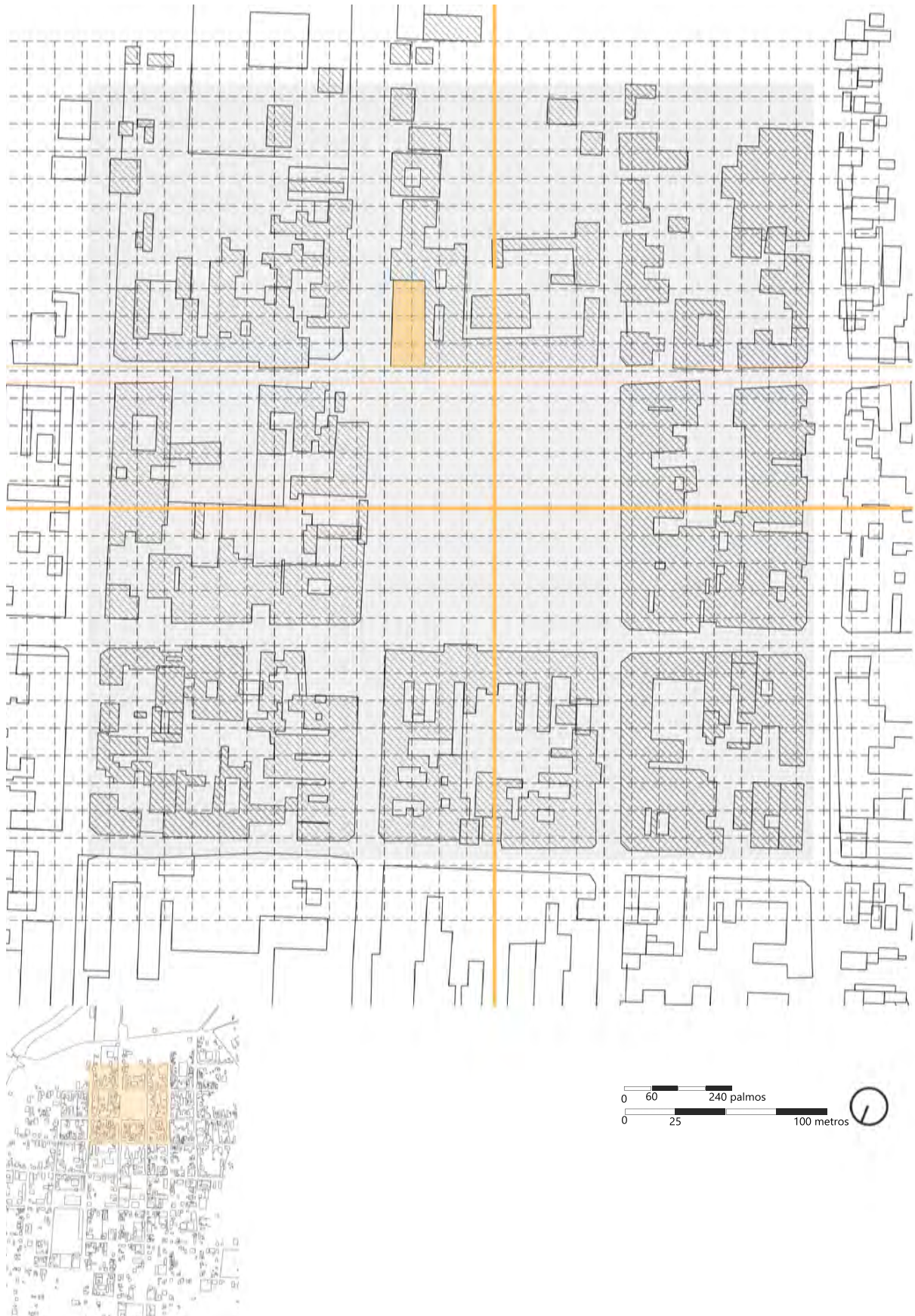


Imagem 34 -Magdalena simplificação através de quadrados de 64 x 64 palmos.

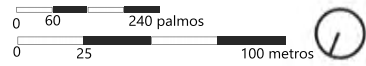
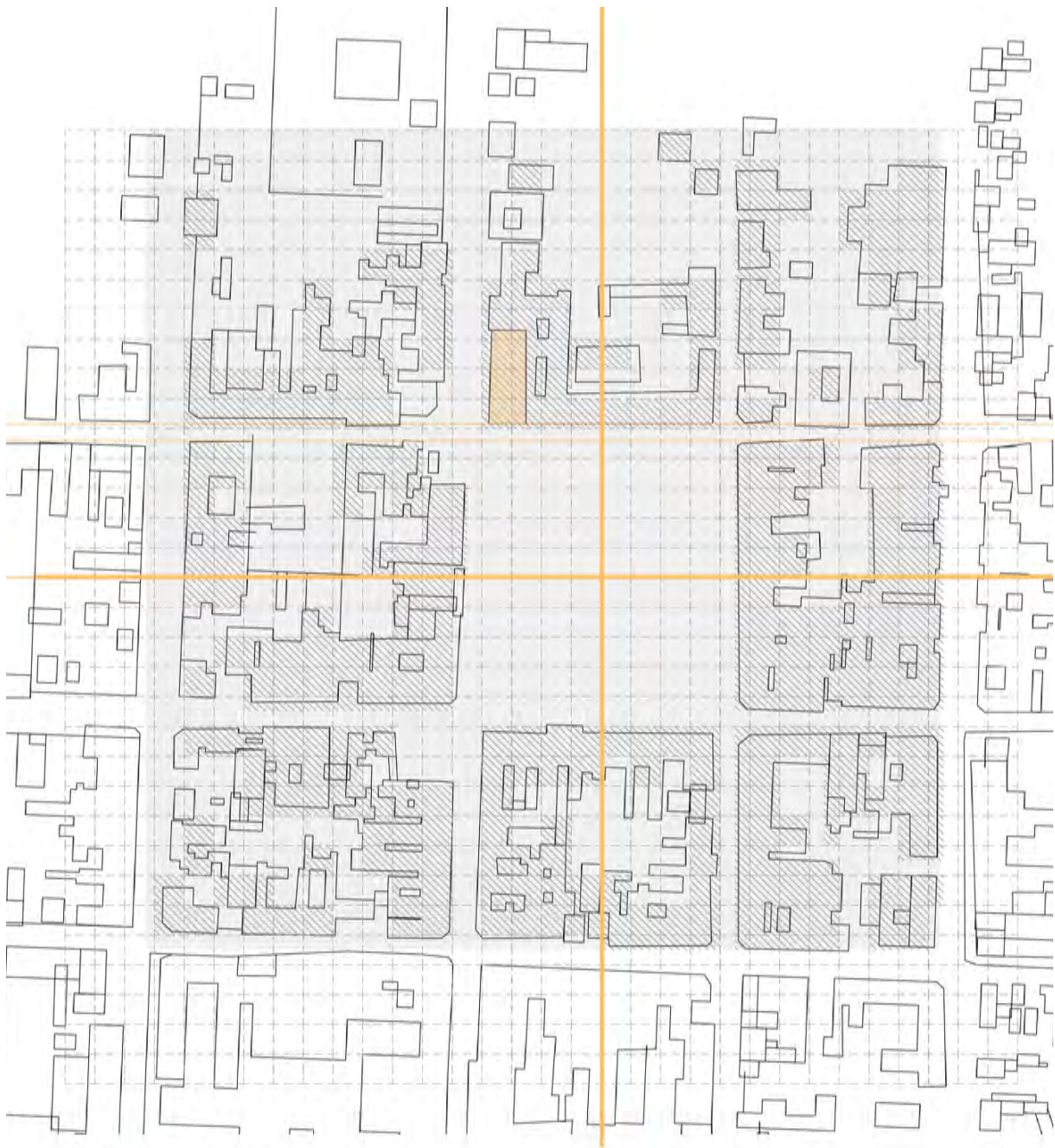


Imagem 35 -Magdalena simplificação através de quadrados de 64 x 64 palmos.

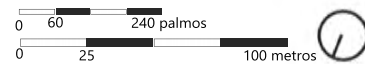
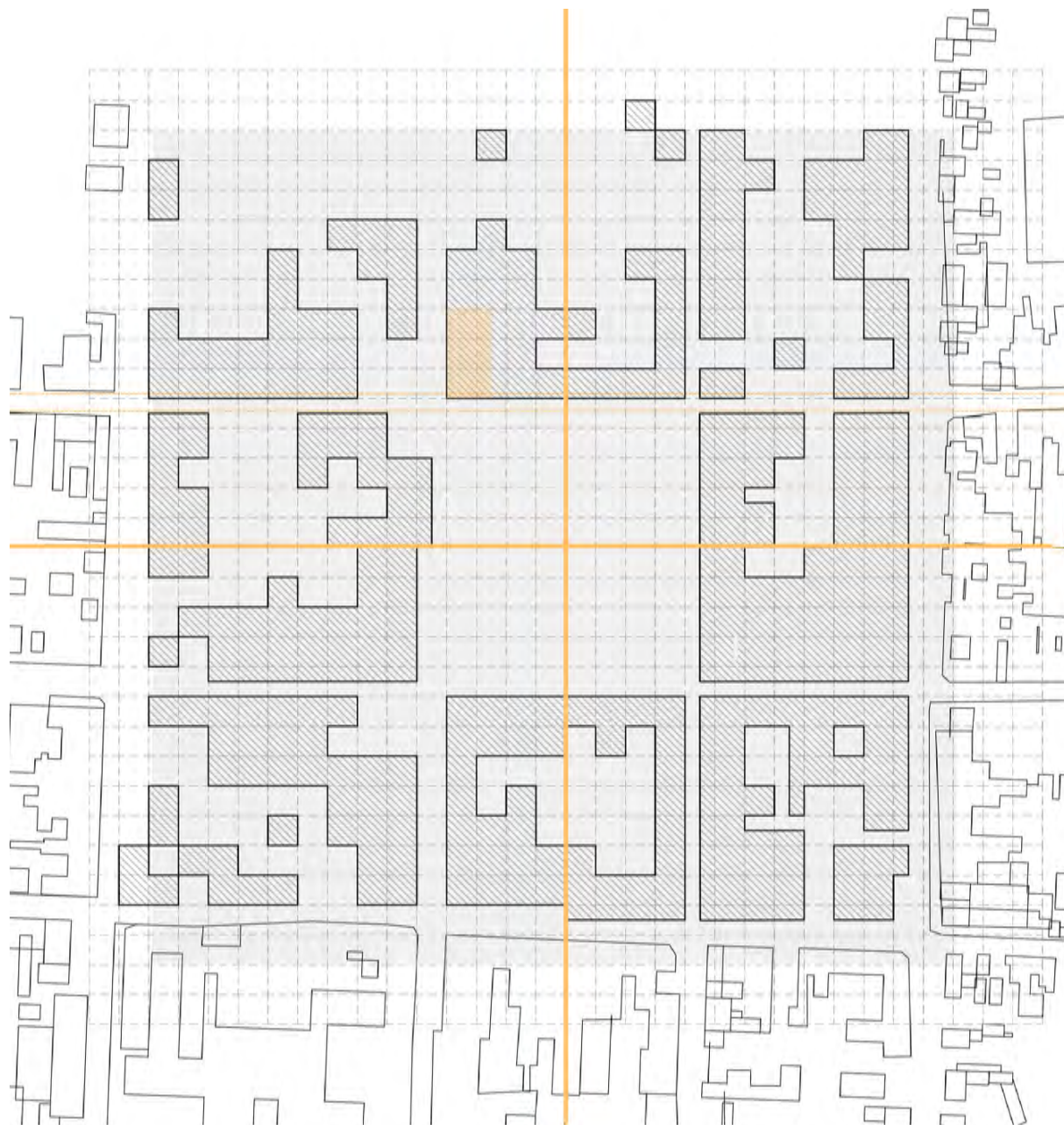


Imagem 36 -Magdalena simplificação através de quadrados de 64 x 64 palmos.

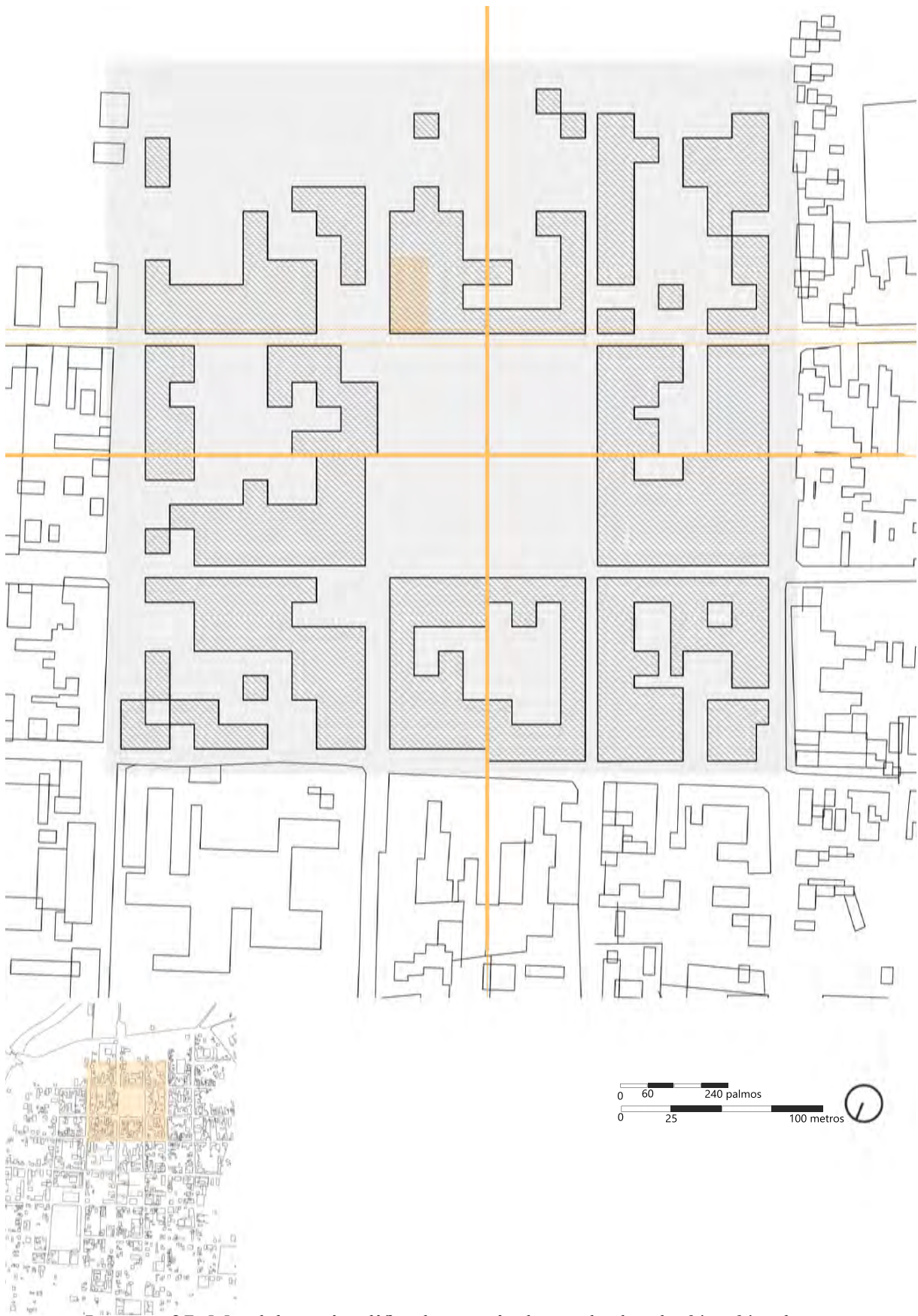


Imagem 37 -Magdalena simplificada através de quadrados de 64 x 64 palmos.

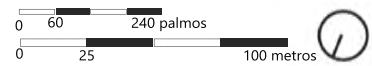
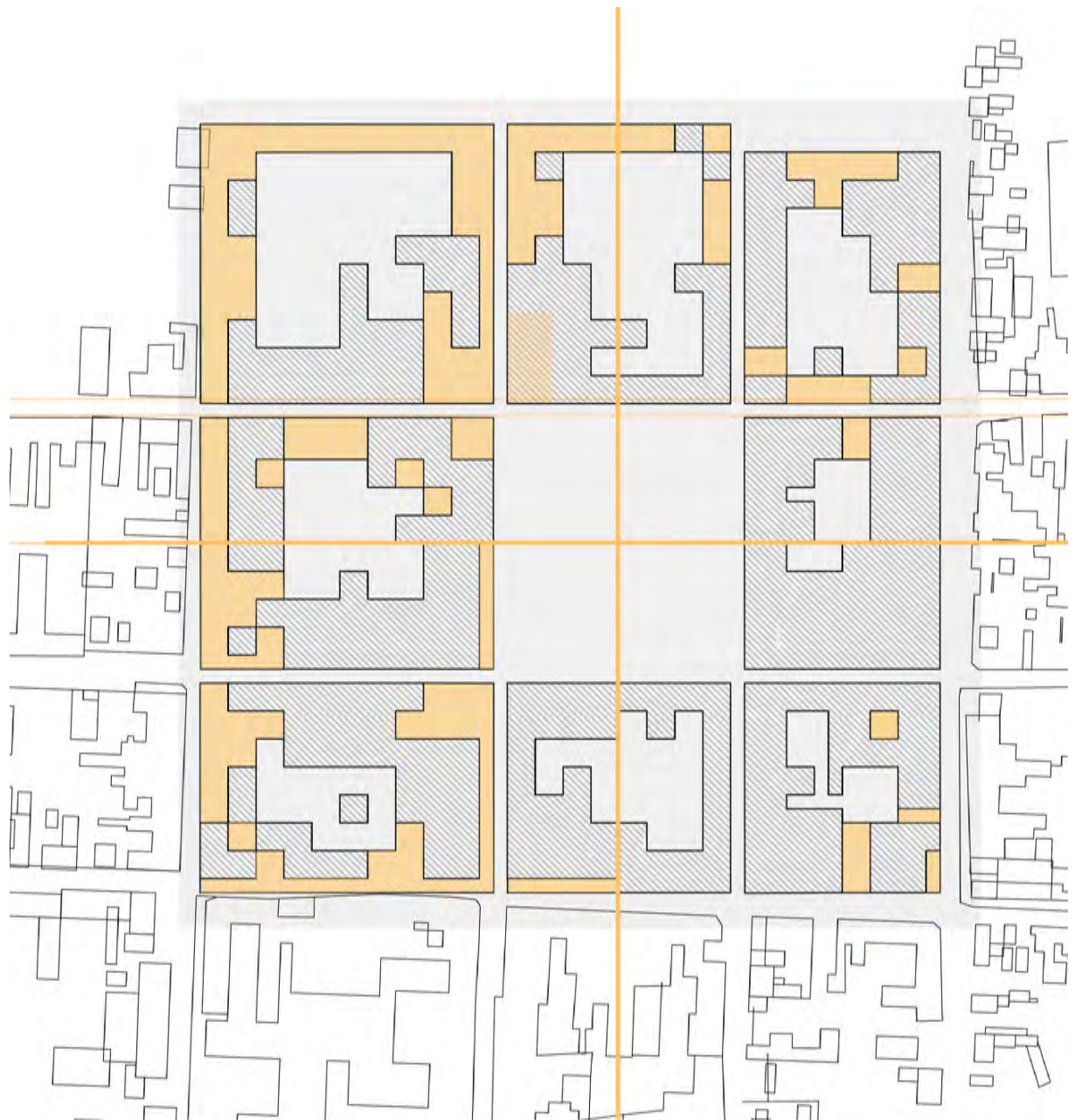


Imagem 38 - Reconstituição do modelo teórico de Magdalena.

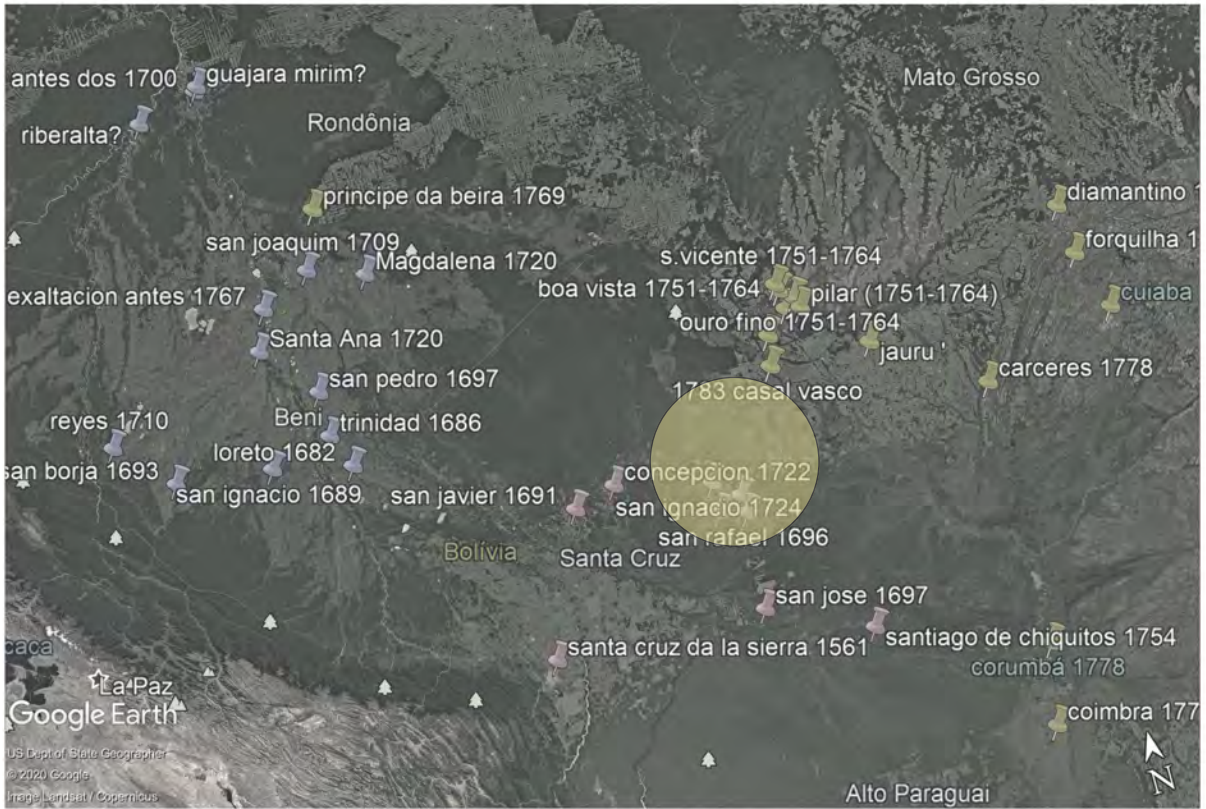


Imagem 39 - Localização de San Ignacio.

San Ignacio:

Localização: 16°22'27.65"S

60°57'36.59"O

Data de fundação: 1724

Descrição do traçado:

San Ignacio foi fundada em 1724, encontra-se na fronteira frente aonde Casal Vasco será fundado em 1783, do lado português.

Seguindo o método de análise morfológica desenvolvido por Levy, tentou-se observar o dinamismo das objetos encontrados .Esta missão possui uma praça quase quadrada de 740 por 755 palmos onde a igreja está posicionada axialmente, à semelhança das outras missões já analisadas. A igreja mede 125 por 370 palmos e, à volta da praça, os quarteirões têm telhado contínuo.

San Ignacio apresenta uma diminuição no tamanho dos quarteirões à volta da praça e uma unificação de telhados maior, que é possível observar tanto nos mapas vetoriais (imagem 40, 41), como no diagrama de telhados contínuos, onde a laranja, estão identificados os pavilhões existentes (imagem 50).

As ruas em média têm entre 50 e 60 palmos. Ao lado oeste da igreja a rua alarga até aos 80 palmos.

A cidade cresce em três sentidos, mais uma vez, como acontece em Magdalena e na Candelária.

A praça não é o negativo de quarteirão, como é possível observar na imagem 40 visto que, claramente, os quarteirões em redor são menores e mais retangulares do que esta.

Mais uma vez, seguindo o método proposto por Conzen para a análise da morfologia urbana, na tentativa de encontrar a medida base que foi utilizada como métrica de estruturação cidade, tendo-se apurado neste caso a medida de 87x87 palmos¹³².

Através da imagem 41 é possível observar uma proposta de divisão do quarteirão em quadrados

132 Esta medida estrutural é obtida através das medidas médias dos quarteirões e da praça, com os quais foi possível chegar a medida do quadrado, ao considerar a praça quadrada de 750x750 . Após isto como os

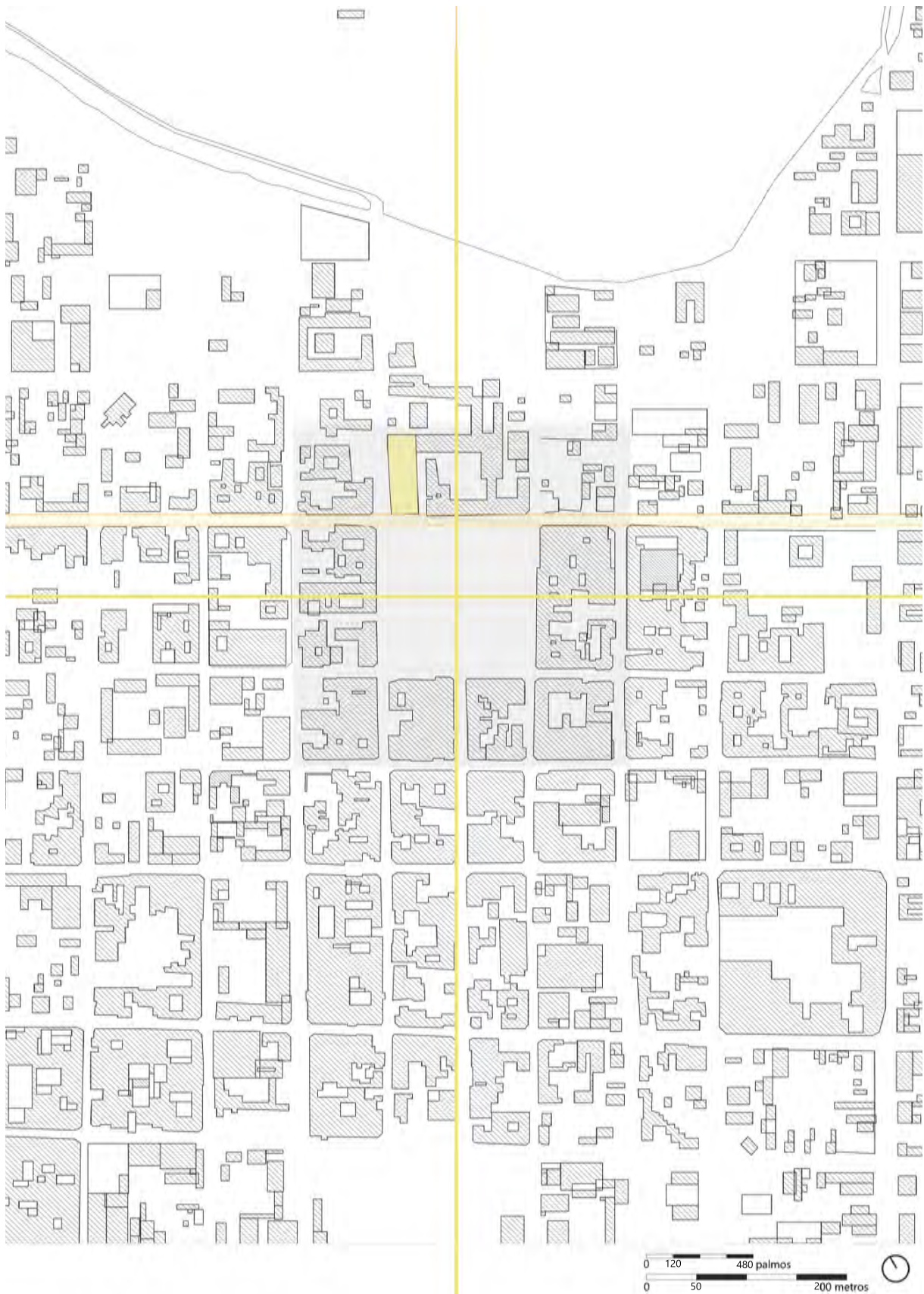


Imagem 40 - San Inácio em desenho vetorial, com indicação do centro geométrico e do trilho original.

de 87x87 palmos. Esta medida, como é possível observar na imagem 42 equivale a medida da largura dos quarteirões com telhado contínuo que equivalem aos galpões. É também possível observar nesta imagem que, meio quadrado equivale a largura das ruas e, neste caso, meio quadrado, à da rua maior, à oeste da igreja. Tal como em San Joaquin, e em Magdalena, a igreja equivale a um quadrado e meio de largura, contudo difere no comprimento, que em San Ignacio equivale a quatro quadrados e meio. Sendo assim podemos considerar que esta é uma medida válida para esta análise e para a proposta de modelo teórico hipotético para a fundação de San Ignacio, como apresentado na imagem 46.

quarteirões têm todas formas diferentes foram todos divididos ao menor quadrado e estes fizeram então a média deste.

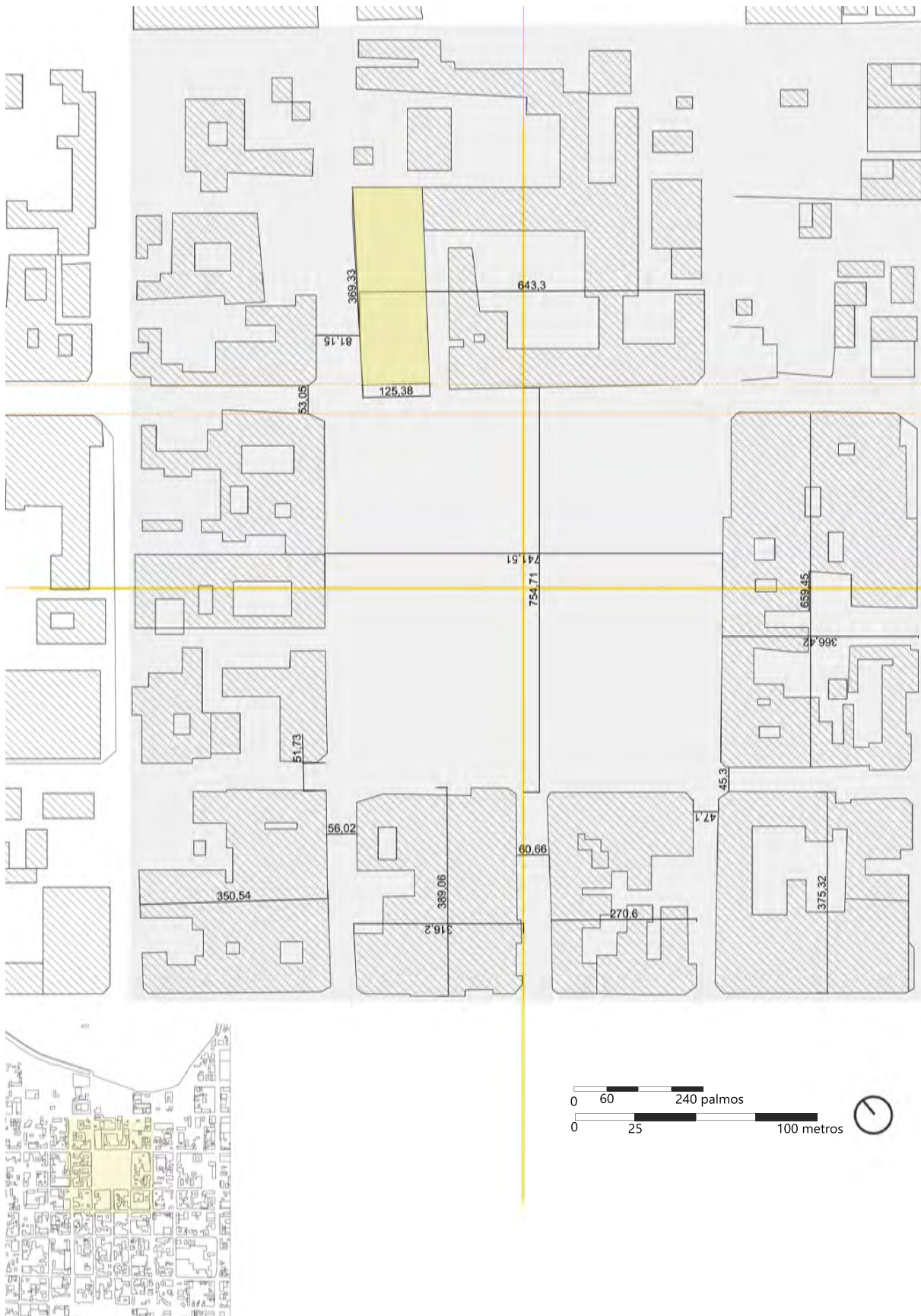


Imagem 41 -San Ignacio aproximação e cotagem do existente.



Imagem 42 -San Ignacio simplificação através de quadrados de 87 x 87 palmos.

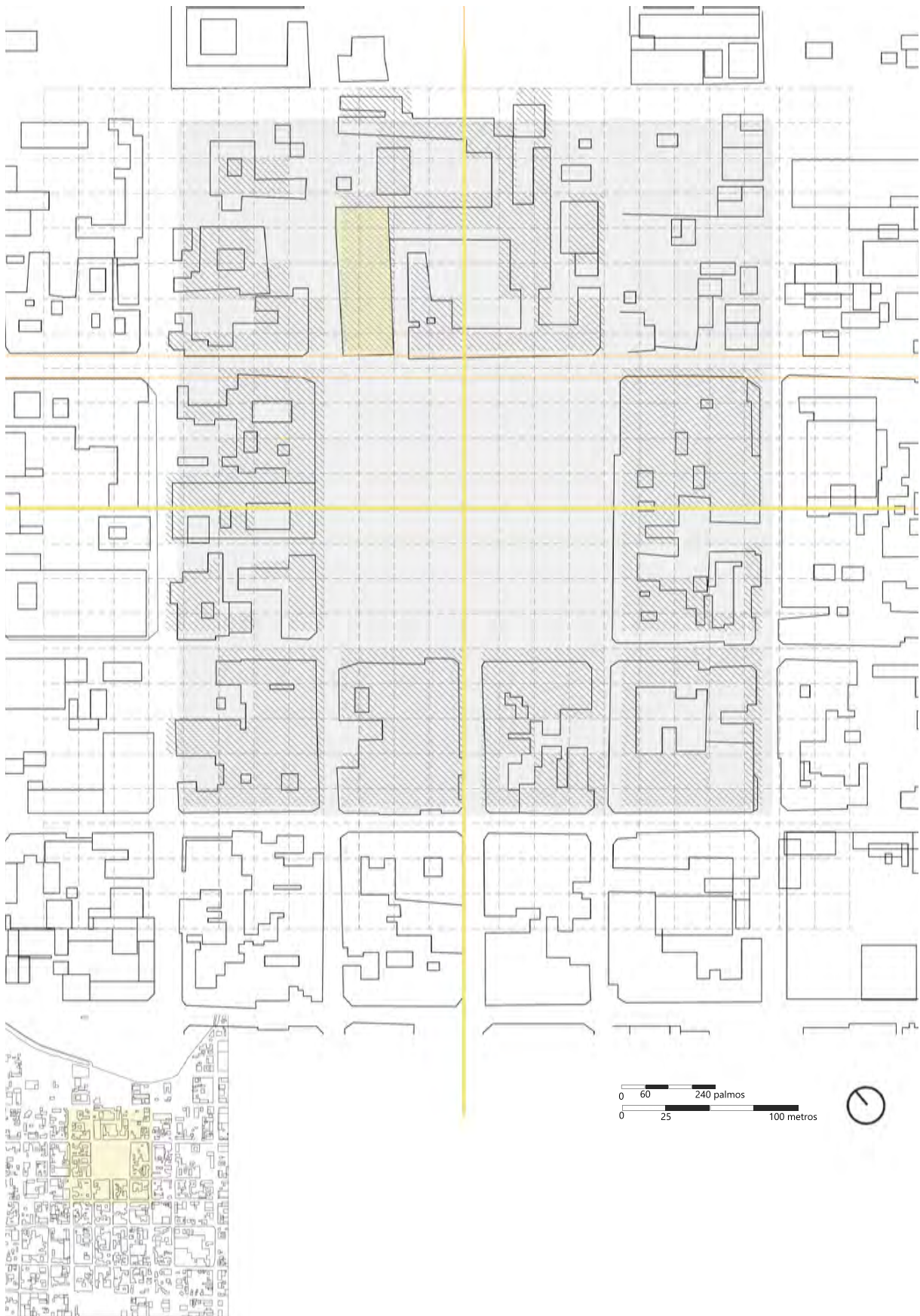


Imagem 43 -San Ignacio simplificação através de quadrados de 87 x 87 palmos.

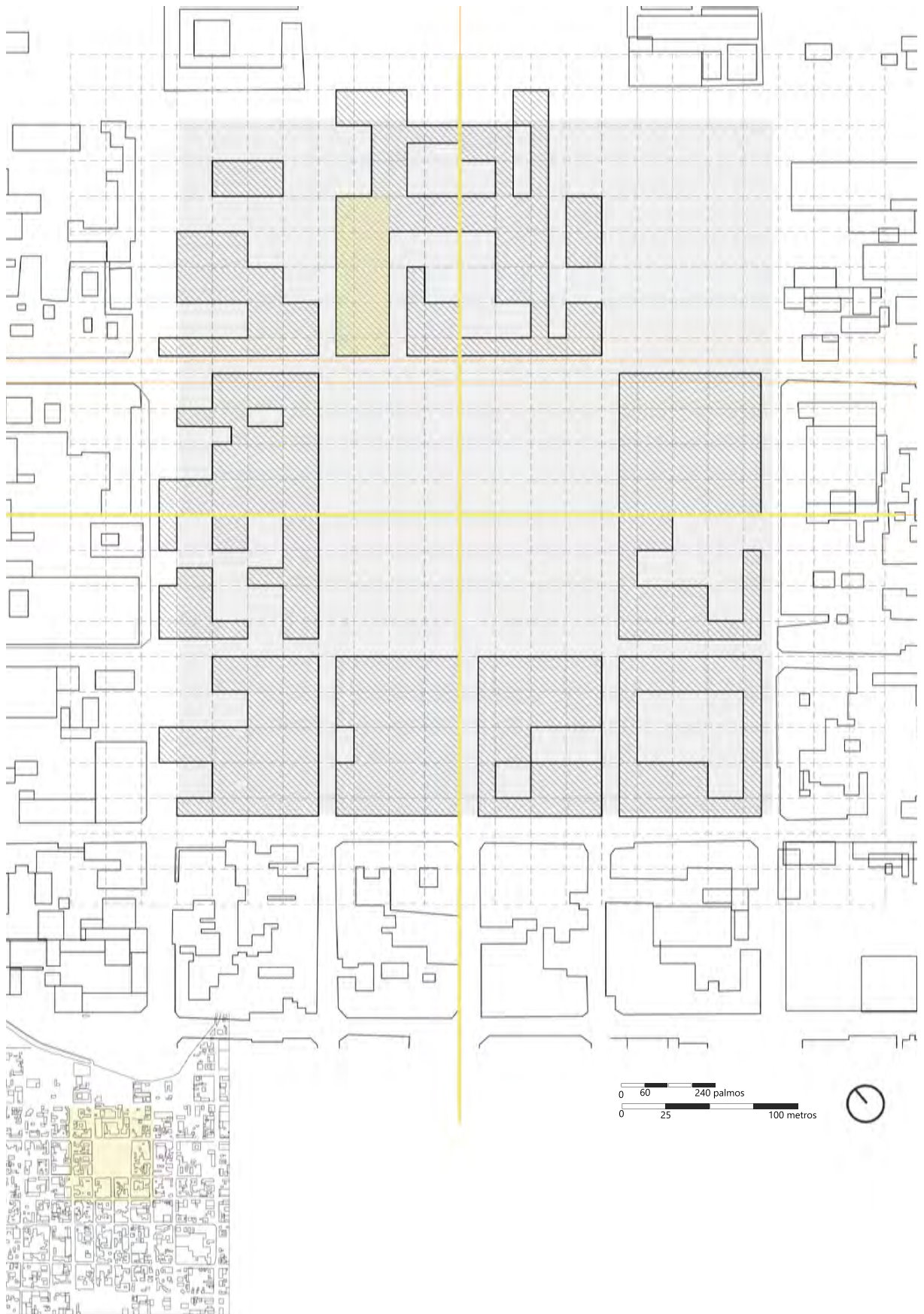


Imagem 44 -San Ignacio simplificação através de quadrados de 87 x 87 palmos.

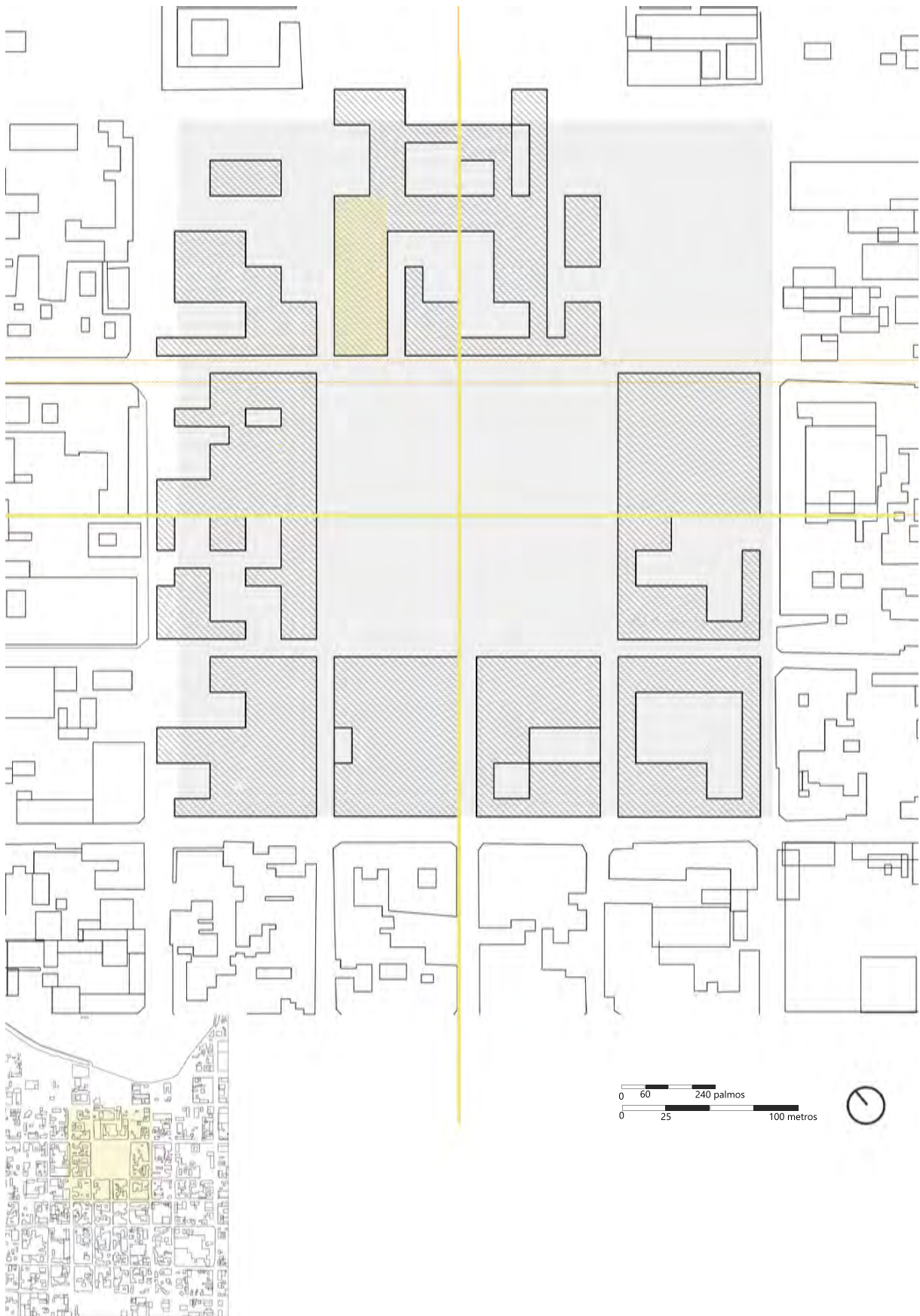


Imagem 45 -San Ignacio simplificado através de quadrados de 87 x 87 palmos.

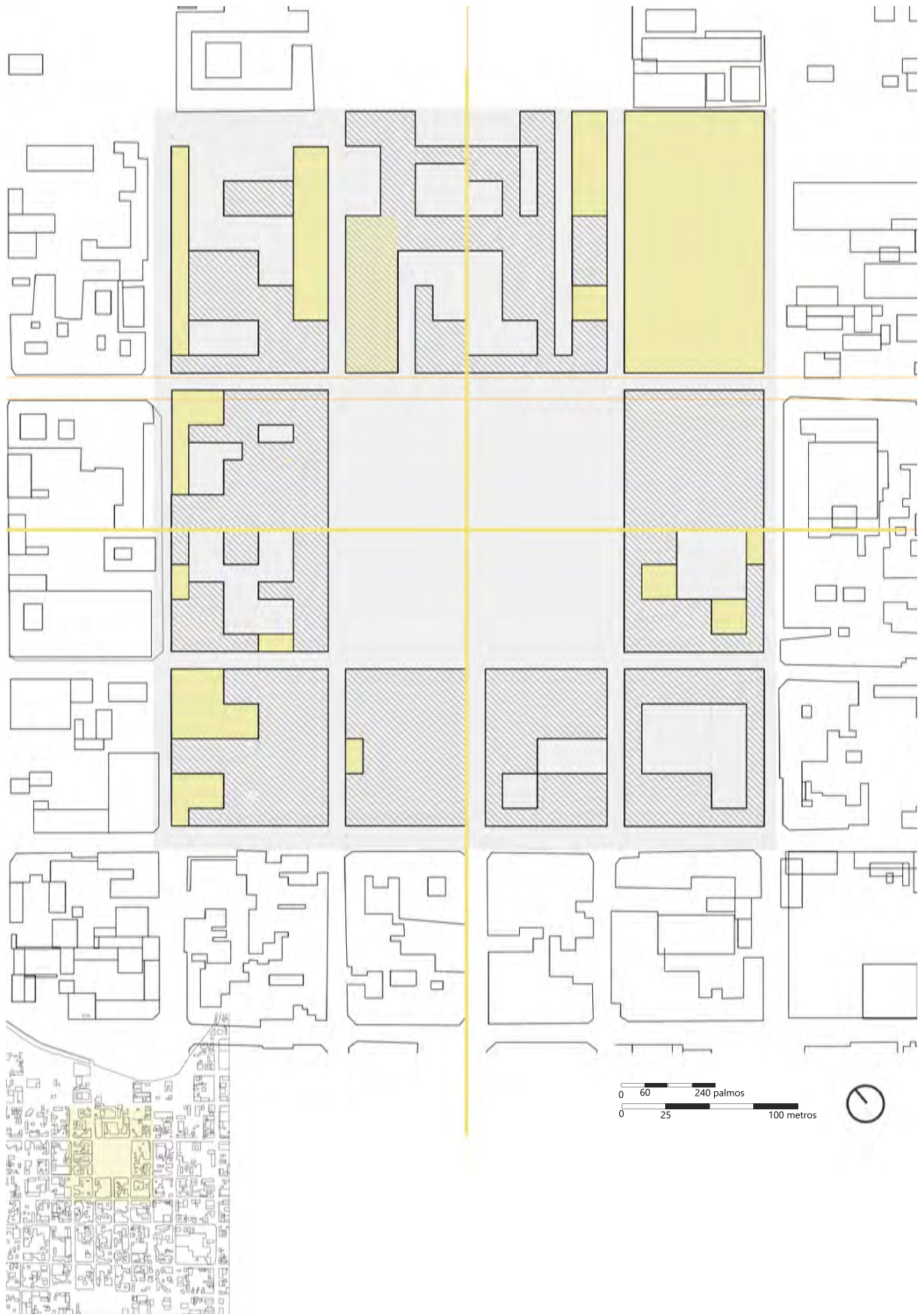
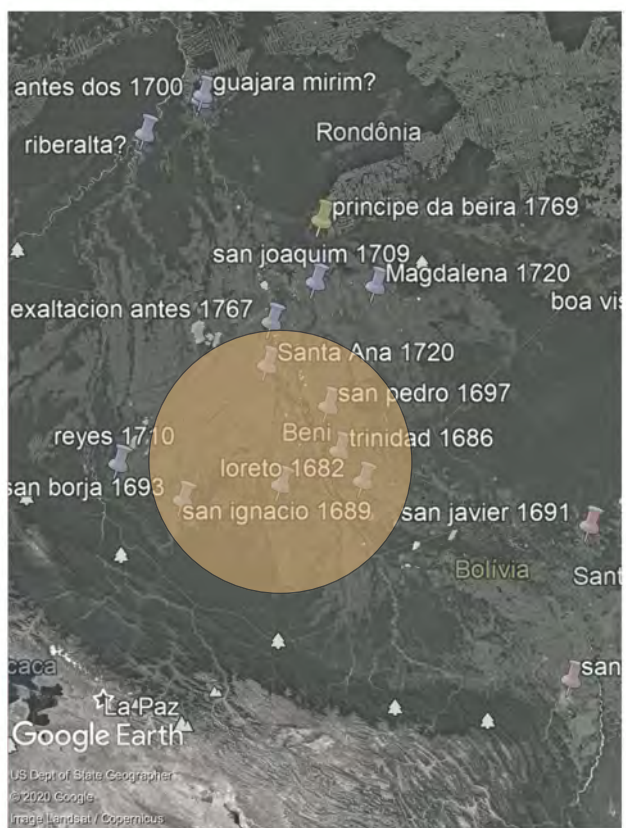


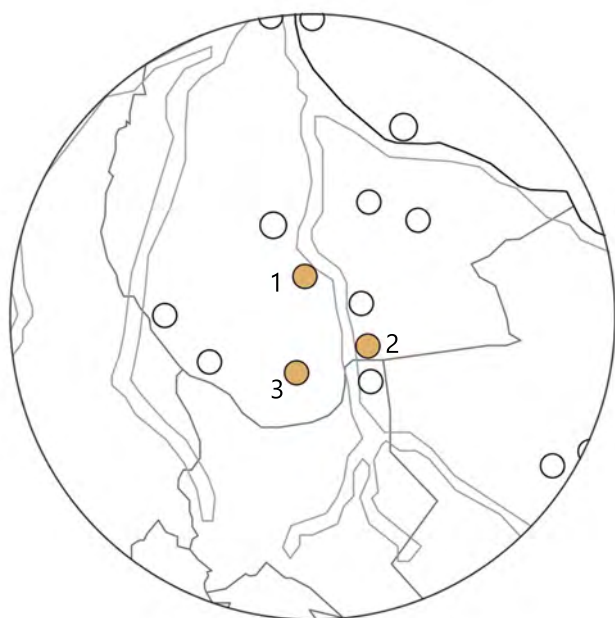
Imagem 46 -Reconstituição do modelo teórico de San Ignacio.



1- Santa Ana de Mojos



2- Trinidad



3- San Ignacio de Mojos

Imagem 47 - Localização de cidades mencionadas.

Outras missões na área de Mojos:

As Missões dos Mojos e dos Chiquitos

Santa Ana de Mojos

Data de fundação: 1720

Descrição do traçado:

Santa Ana de Mojos foi fundada em 1720, tem telhados contínuos à volta da praça como pode ser notado na imagem. A igreja encontra-se axialmente posicionada, como a maioria das igrejas jesuítas o faz nesta zona. Cresce em todos os sentidos. A Praça parece ser, à primeira vista, negativo de quarteirão.

Trinidad

Data de fundação: 1686

Descrição do traçado:

A igreja de Trinidad possui duas torres defensivas e está localizada a meio do quarteirão, crescendo em todos os sentidos.

San Ignacio:

Data de fundação: 1689

Descrição do traçado:

San Ignacio de Mojos possui uma igreja localizada na esquina da praça, sem torres e a missão cresce todos os sentidos.



1- Santa Miguel de Chiquitos



2- San Rafael



3- Concepción



4- San Javier

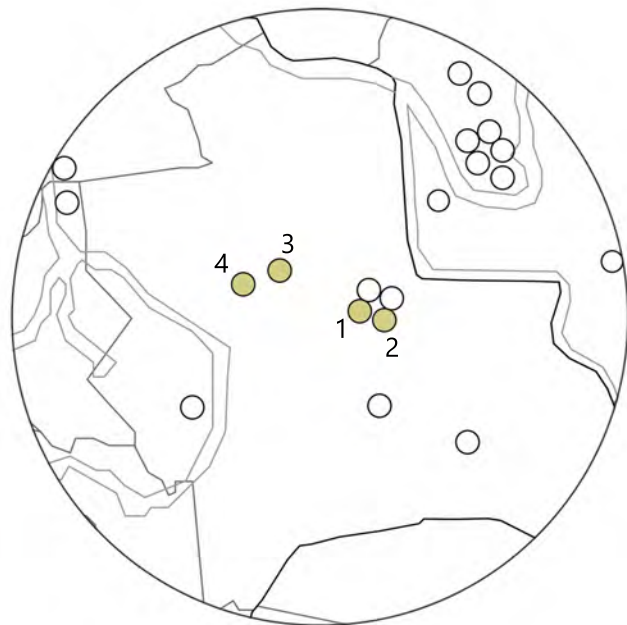


Imagem 48 - Localização de cidades mencionadas.

Outras missões na área de Chiquitos:

As Missões dos Mojos e dos Chiquitos

San Miguel

Data de fundação: 1721

Descrição do traçado:

Com a igreja também posicionada na esquina da praça, parece que o espaço ao lado desta poderia ser associada ao cemitério, tal como em Santa Ana de Chiquitos. A Praça não parece ser o negativo de quarteirão e a cidade cresce em todos os sentidos.

San Rafael:

Data de fundação: 1696

Descrição do traçado:

Possui uma igreja no meio, como em Santa Ana de Chiquitos, mais uma vez com o que parece ter sido o espaço para cemitério de lado.

À volta da praça existem quarteirões com telhado contínuo e não parece que seja um negativo de quarteirão. Esta missão cresce em todos os sentidos.

Concepción:

Data de fundação: 1722

Descrição do traçado:

Esta cidade cresce em três sentidos, com telhado contínuo à volta da praça. Igreja axial, com o que parece o espaço de cemitério. Praça não parece ser um negativo de quarteirão.

San Javier:

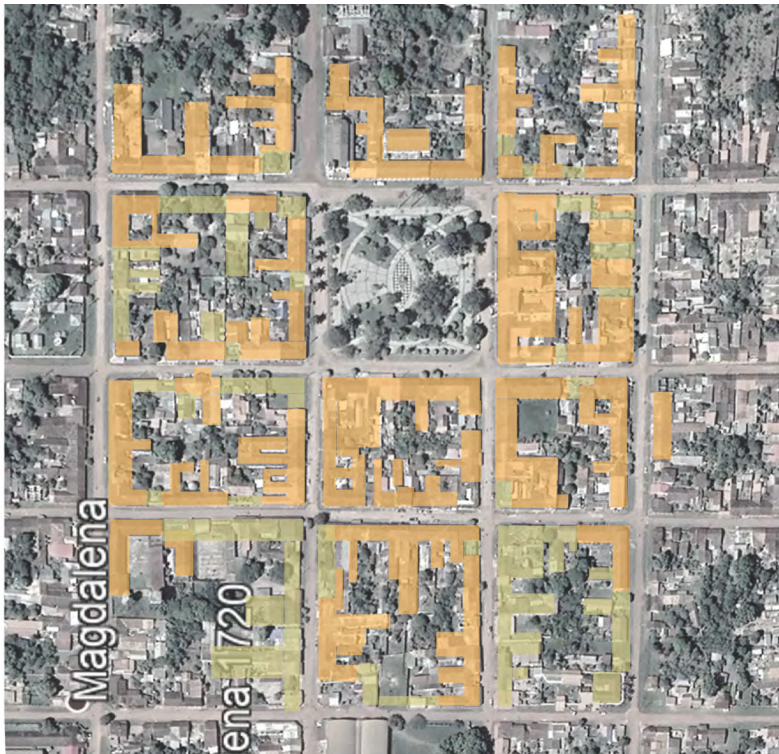
Data de fundação: 1691

Descrição do traçado:

San Javier cresce em todos os sentidos e possui uma igreja axial.



San Joaquin (1709)



Magdalena (1720)



Imagem 49 - Telhados contínuos em missões de Mojos analisados
A laranja o existente e a amarelo o especulado.



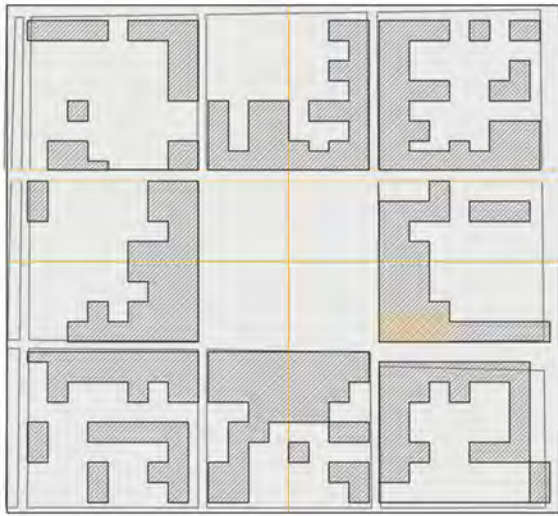
San Ignacio (1724)



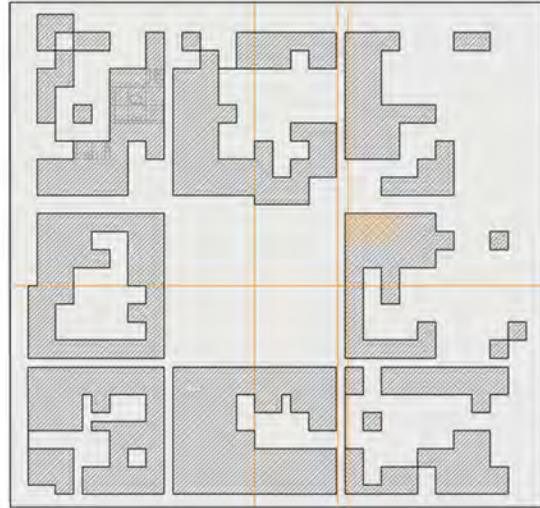
Santa Ana de Chiquitos (1755)



Imagem 50 - Telhados contínuos em missões de Chiquitos analisados
A laranja o existente e a amarelo o especulado.



San Joaquim (1709)



Magdalena (1720)



San Ignacio (1724)



Santa Ana (1755)

0 60 240 palmos

0 25 100 metros



Imagem 51 - Elementos centrais simplificados das missões analisadas.

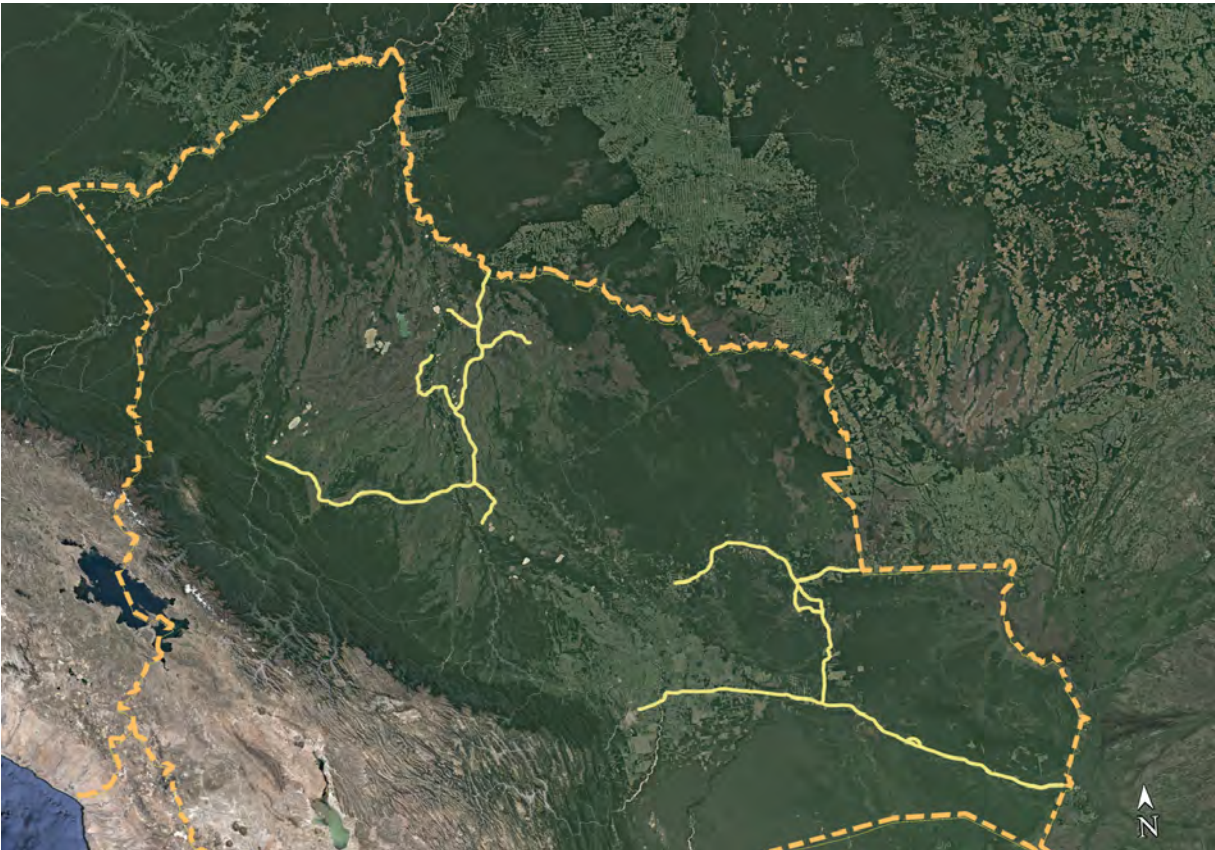


Imagem 52 - Linha de Fronteira e Trilhos de Mojos e Chiquitos.

O Rio como Fronteira: Uma história de urbanização

O rio Guaporé foi navegado e ocupado primeiro pelos Mojos e Chiquitos, entre outras etnias de indígenas que habitavam a região, depois pelos Jesuítas, aliados com a Coroa Espanhola, e, por último, pelos portugueses.¹³³

Como se viu, a Companhia de Jesus, através de ações missionárias, ocupou o interior da Bolívia até chegarem ao rio Guaporé e até o ultrapassaram, como é demonstrado na imagem 19. Na verdade, muito antes do primeiro contacto com os portugueses já existiam múltiplas reduções de ambos os lados do rio, não obstante a maior parte do desenvolvimento do lado oriente do rio, acontece-se apenas após 1750 pela ação dos portugueses (imagem 19).

A investida portuguesa ganhou pujança após 1740, a partir de Cuiabá¹³⁴, cidade fundada por bandeirantes de São Paulo em 1719, quando se organizaram várias expedições de grupos de negociantes para zonas próximas desta área, lideradas pelo ouvidor João Gonçalves Pereira, com o objetivo de realizar trocas comerciais e de explorar a missão jesuíta de San Rafael de Chiquitos, localizada a sul do rio Guaporé, acima da capital do governo de Santa Cruz de la Sierra, como pode ser observado na imagem 5. A primeira expedição, denominada de “*Bandeirinha de 1740*”, pretendia ainda abrir opções nas rotas de troca e espionagem às missões jesuítas espanholas¹³⁵. Em 1742 o grupo expedicionário atravessou o rio Guaporé, confirmando a sua relevância comercial e importância para o desenvolvimento e defesa das colónias portuguesas na América¹³⁶. Nesta expedição, que marca o primeiro contacto de Portugueses com Mojos, partem 10 homens, todos “*acossados por dividas*”, seis paulistas e quatro portugueses¹³⁷. O objetivo deste empreendimento era estabelecer relações comerciais com os jesuítas espanhóis,

133 Tema já abordado em “As missões de Mojos e de Chiquitos”

134 Cuiabá é uma cidade em Mato Grosso, fundada em 1719, por bandeirantes de São Paulo, que passaram nesta área a procura de ouro. Ao encontrar nesta zona minas de minerais os bandeirantes assentaram então nesta cidade.

135 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012, p. 40.

136 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.).

137 Tristão da Cunha Gago, João de Borba Gato, Matheus Correya Leme, Francisco Leme de Prado, Francisco Borges de Miranda, Dionísio Bicudo (paulistas), Manuel Félix de Lima, Joaquim Ferreira Chaves, Vicente

uma vez que existia forte interesse em comprar gado e recolher informação sobre as missões¹³⁸. Estas relações tiveram um resultado frustrado para os negociantes de Cuiabá, porém, depois da primeira missão saída desta cidade, em 1740, os jesuítas espanhóis obtiveram valiosa informação sobre os objetivos da Coroa portuguesa, o que os levou a posicionarem-se de maneira a tomar posse do rio Guaporé¹³⁹. Assim, no ano de 1743, quando os portugueses fizeram a segunda viagem de exploração, depararam-se com a missão de Santa Rosa, fundada pelos jesuítas nesse mesmo ano, precisamente com o objetivo de impedir o avanço e assentamento dos portugueses em direção a poente e aos territórios sob domínio jesuíta e espanhol. Os padres tinham como pretexto a proteção dos índios, e para isso os padres Atanásio Teodoro¹⁴⁰ e João Brand assinaram, nesse ano, o direito de posse da coroa Espanhola sobre as margens do rio Guaporé¹⁴¹.

Isto despertou as potências colonizadoras ibéricas para a necessidade de “preencher” os “vazios demográficos”¹⁴², o que podemos considerar como fator influente ao tratado de Madrid, dado que este “preencher os vazios” vai ao encontro do que foi falado anteriormente, no capítulo referente aos tratados e o desenho dos territórios relevantes, sobre o “ocupar” áreas, o mais vastas possíveis, para depois traçar as fronteiras, fazendo depender o limite fronteiro da posse da terra no momento do tratado.

Devido às possibilidades de ligações com o caminho do Pará, como é possível observar na imagem 14, as ligações aos rios Marmore-Madeira, as bacias dos rios amazônicos, o rio Paraguai e os seus afluentes e possível conexão entre os rios Aguapei e Alegre¹⁴³, o rio Guaporé tornou-se um elemento absolutamente central para a organização deste território. (imagem 15).

Pereira de Assumpção e Manuel Freitas Machado, portugueses

138 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012, p. 40-41.

139 Ibid. p. 41.

140 No tempo da primeira viagem, 1742, Atanásio Teodoro encontrava-se em Magdalena (missão localizada na planície de Mojós, imagem 5), a aprender a língua indígena para pregar a fé cristã e aproveitou a segunda expedição para conseguir informação de “novas” terras com os mineiros de Mato Grosso que integravam a missão.

141 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012, p. 41.

142 Ibid. p. 42.

143 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutorado em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 183.

Os rios são considerados por Renata Araújo como “*veias de penetração no território*” que funcionavam para estruturá-lo, conectando todos os pontos da rede urbana que se formava ao longo das suas margens¹⁴⁴.

Os caminhos, de forma genérica, são um fator chave na colonização, sendo veículos de conhecimento, estabelecendo a conexão entre o conhecido e desconhecido, estruturando o território do ponto de vista da estrutura física construída, mas também político, no sentido da vantagem territorial que estes atribuíam¹⁴⁵. Portugal sabia disso e podemos verificá-lo com o facto de que cada governador do Mato Grosso tentou ir e voltar a esta capitania por caminhos diferentes, especificamente para a exploração contínua da Amazônia¹⁴⁶.

Sendo assim, o Guaporé, não só por ser uma via de transporte comercial, como também por ser um caminho que facilitava o transporte e ligação a outras capitanias portuguesas, como por exemplo à do Grão-Pará¹⁴⁷, tornou-se num objeto de suma importância para a expansão deste império na América. Além do mais, se os espanhóis tivessem tomado o domínio do rio Guaporé poderiam ter impedido que a capitania de Mato Grosso, e as Minas Gerais, recebessem comércio e socorro militar do Grão-Pará¹⁴⁸. Assim, em 1745 com a descoberta de minas em Cuiabá, do lado português e das minas de Peru, do lado espanhol, associado ao grande potencial de ligação e proteção do rio, o interesse em assegurar e colonizar esta área disparou, impondo o Guaporé como via de comunicação e objeto de disputa¹⁴⁹, transformando-se este numa linha divisora entre as duas entidades colonizadoras, Portugal e Espanha, sendo que esta última recorria aos Jesuítas para demonstrar domínio e manter posse efetiva sobre o território. Nesse contexto, percebe-se que as cidades que foram criadas ao longo do tempo na área de influência

144 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 72

145 Ibid p. 67.

146 Ibid.

147 Demonstrado na imagem 14.

148 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012.p. 42.

149 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 299.

do rio Guaporé possuíam diferentes objetivos dependendo da potência que as fundou.

Recuando ao início da colonização espanhola deste território, ainda no século XVI, observa-se que o interesse da coroa espanhola era o domínio e colonização do interior do continente, delegando este objetivo na Companhia de Jesus, decorrendo o processo sem contestação de qualquer outra potência colonial. Desta maneira, desde a segunda metade do século XVI até a primeira metade do séc. XVIII grande parte das cidades fundadas nesta zona eram de origem missionária, que tinham como primeiro objetivo catequizar os indígenas¹⁵⁰. Por essa razão, estas reduções de índios encontravam-se em ambos os lados do rio, visto que o conceito de fronteira não era ainda uma preocupação na altura para os jesuítas, pelo menos não o era até à viagem expedicionária dos bandeirantes portugueses pelo rio, em 1743.

No caso das cidades de fundação portuguesa criadas nas margens do rio, ou na área de influência deste, o objetivo principal seria mostrar domínio sobre o território através da fundação de cidades e por oposição à coroa espanhola e não propriamente para urbanizar e povoar a área¹⁵¹. Neste sentido, a maior parte das cidades portuguesas são estrategicamente colocadas para delimitar a fronteira. Nas palavras de Renata Araújo, estas cidades são um *“aparato jurídico de propriedade e não [de] verdadeira posse”*¹⁵². Aliás, a mesma autora explica ainda que *“A sucessão de fortes e povoações não eram a fronteira, mas estavam na fronteira. Ou seja, o que eles defendiam e o que representavam não era simplesmente a posse de um espaço, mas sim um sistema de relações espaciais que se concretizam em um território”*¹⁵³.

Numa tentativa de desenhar o limite territorial do domínio português, a ocupação do território através de aldeamentos e vilas, tinha como objetivo criar uma rede articulada. Estes pontos, relativamente afastados uns dos outros quando desenhados e ligados no mapa através de uma linha, dão a perceber a sua clara relação com o rio Guaporé e como o curso do rio, também representado por uma linha é, ele próprio, apropriado como a fronteira. Isto pode ser observado

150 Mencionado anteriormente em “O contributo das Missões Jessuíticas na colonização do Guaporé”.

151 Renata Malcher ARAÚJO. *“A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 447.

152 Ibid p. 53.

153 Ibid. p. 183.

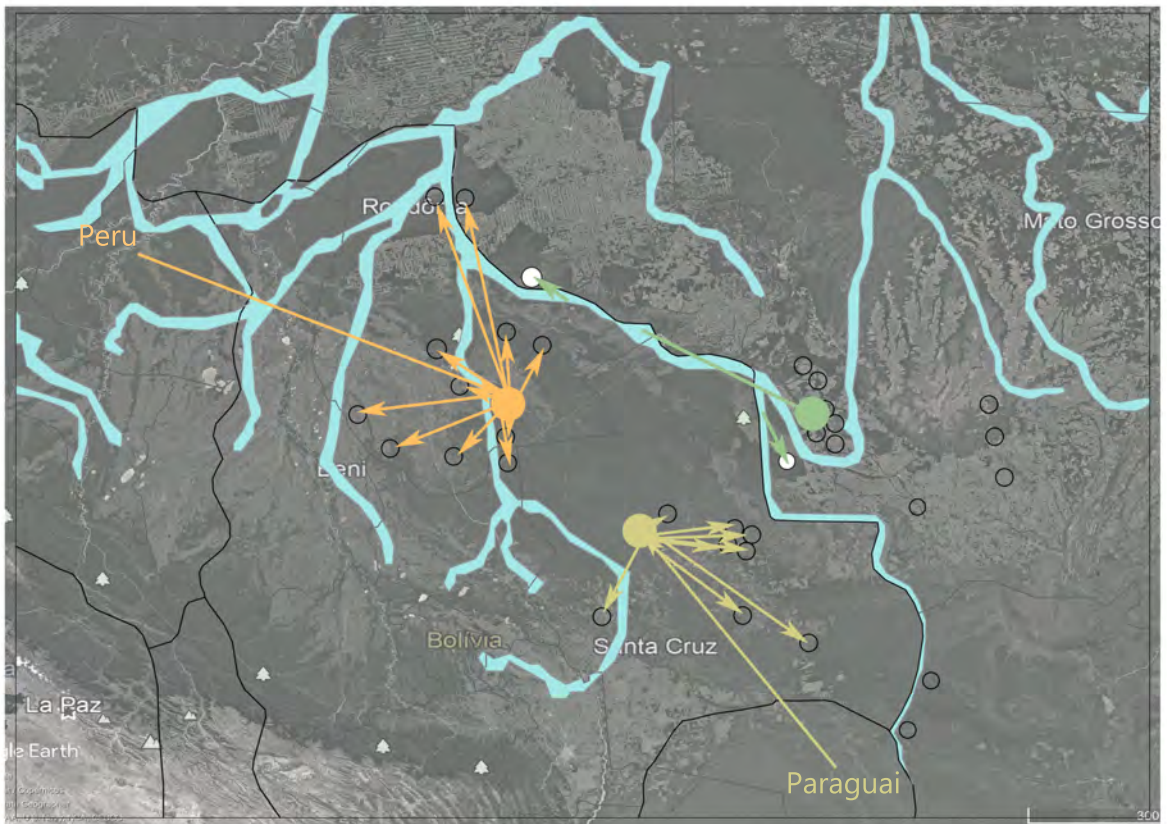
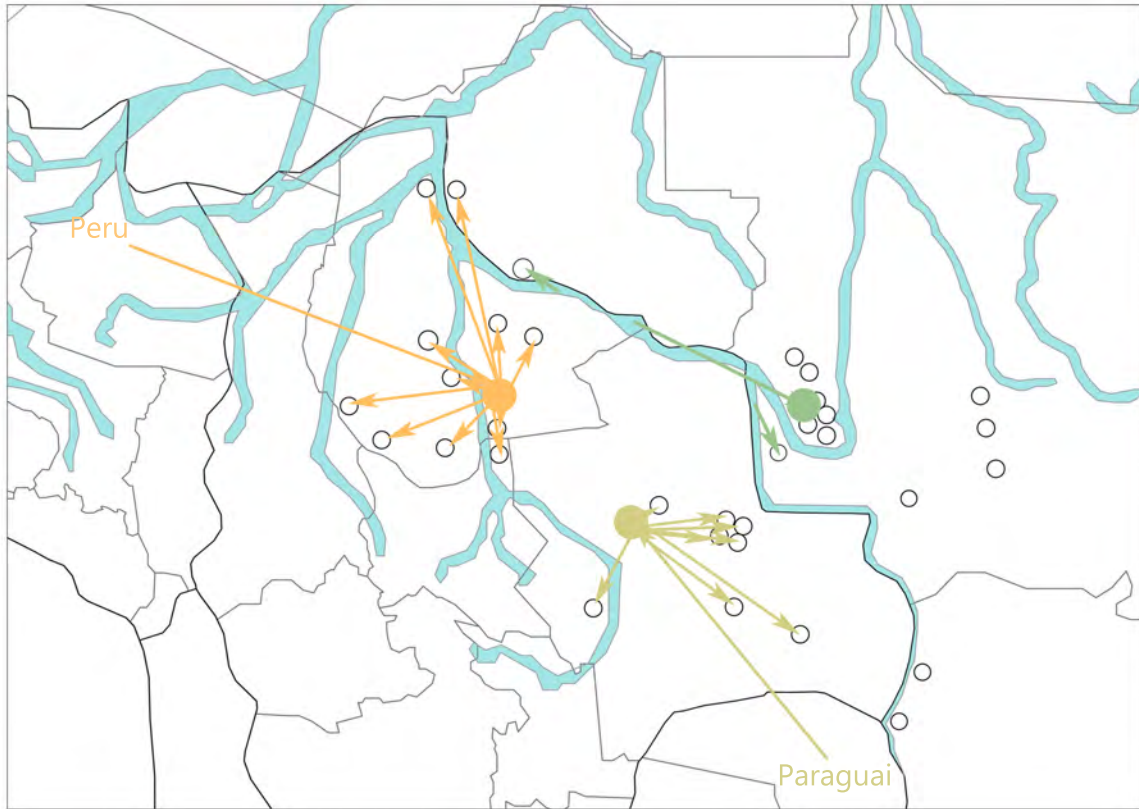


Imagem 53 - Diagrama de ocupação do rio Guaporé, a laranja as cidades jesuítas na zona de Mojos, a amarelo, os chiquitos e a verde os portugueses.

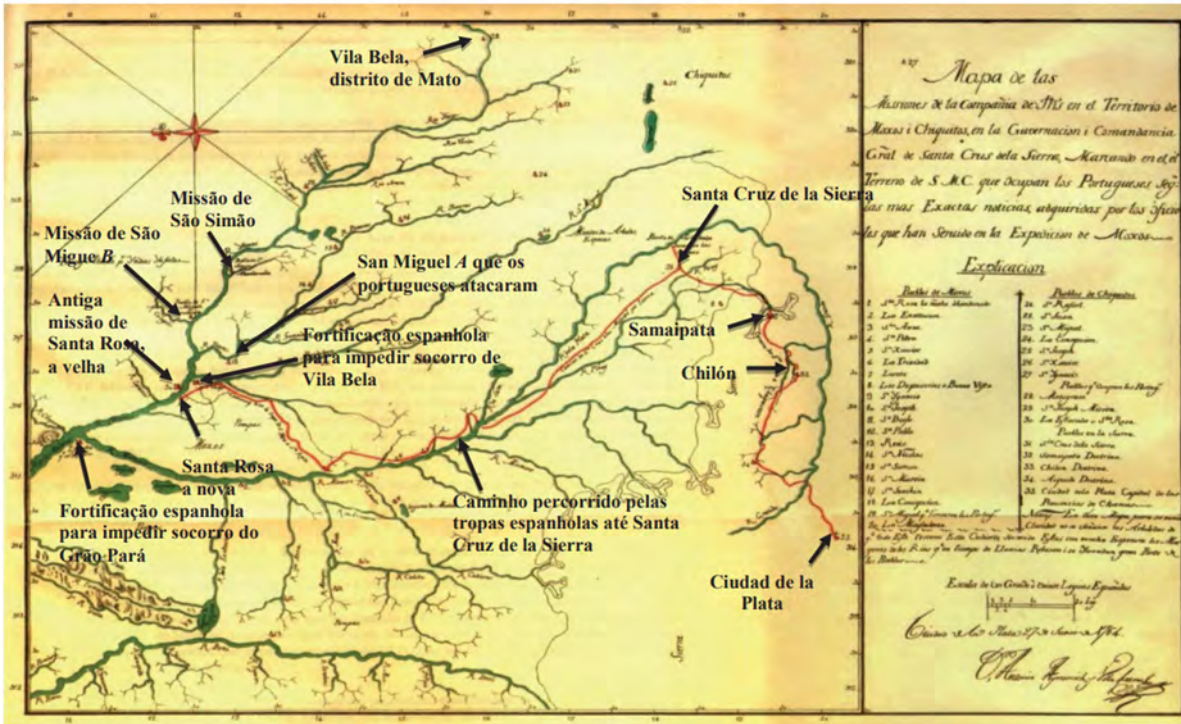
claramente na imagem 53, onde as cidades implantadas na margem direita do rio, de fundação portuguesa, estão todas posicionadas junto a este, caso de Casal Vasco, de Príncipe da Beira e Vila Bela da Santíssima Trindade (a verde), enquanto as cidades implantadas no território além da margem esquerda do rio Guaporé, todas de fundação jesuíta/espanhola (a laranja e amarelo) estão espalhadas pelo território.

Através desta rede apoiada no rio Guaporé, a Coroa Portuguesa, garantia a delimitação da fronteira e a sua defesa, mais do que propriamente cidades com objetivo primário de desenvolvimento urbano pela exclusiva exploração e comercialização dos recursos, problema que se agudizava pela dificuldade de atrair população para habitar estas cidades-fronteira. Aliás, se não fosse o cuidado permanente da Coroa no sentido de manter o território povoado, estas cidades fundadas nos confins da Amazônia, caíam em abandono muito rapidamente, como foi o caso de Casal Vasco ou Príncipe da Beira que foram engolidos pela Selva.

Perante a evidência da rede de fortes, aldeamentos e vilas posteriormente montadas para a posse do rio Guaporé, quer pela coroa portuguesa, quer pela coroa espanhola através das missões jesuítas, em 1747 foi proposto e discutido entre Portugal e Espanha que o rio Guaporé funcionasse como fronteira provisória, navegável por ambas as entidades, sendo que, em 1750, quando foi assinado o tratado de Madrid, esta solução foi finalmente aceite e reforçada no tratado¹⁵⁴. Além disso, foi estipulado que os jesuítas teriam de abdicar das reduções fundadas nos territórios da margem direita do rio Guaporé que, já a partir desse ano, correspondiam ao lado sob domínio de Portugal. Nessa circunstância estavam nomeadamente as missões de San Simão, San Miguel e Santa Ana, como pode ser observado na imagem 54. Não obstante às cláusulas negociadas no tratado de Madrid, a tensão continuou a fazer-se sentir no território, sendo exemplo disso o caso da missão de Santa Ana, que causou uma guerra fronteiriça entre a capitania-geral de Mato Grosso e os jesuítas em território Mojo, aliados com a Coroa Espanhola entre 1760 e 1764.

Perante isto, foram enviadas ordens da coroa portuguesa, instruindo como lidar com os **“vizinhos castelhanos”**, concretamente com os jesuítas espanhóis. Nomeadamente, a) moni-

154 Mencionado anteriormente em “Conflitos entre fronteiras e o Tratado de Madrid”.



Recorte do Mapa das missões da Companhia de Jesus no território de Mojos e Chiquitos de 27 de julho de 1764. Dn. Antonio Aymerich y Villajuana (Suárez, s/a).

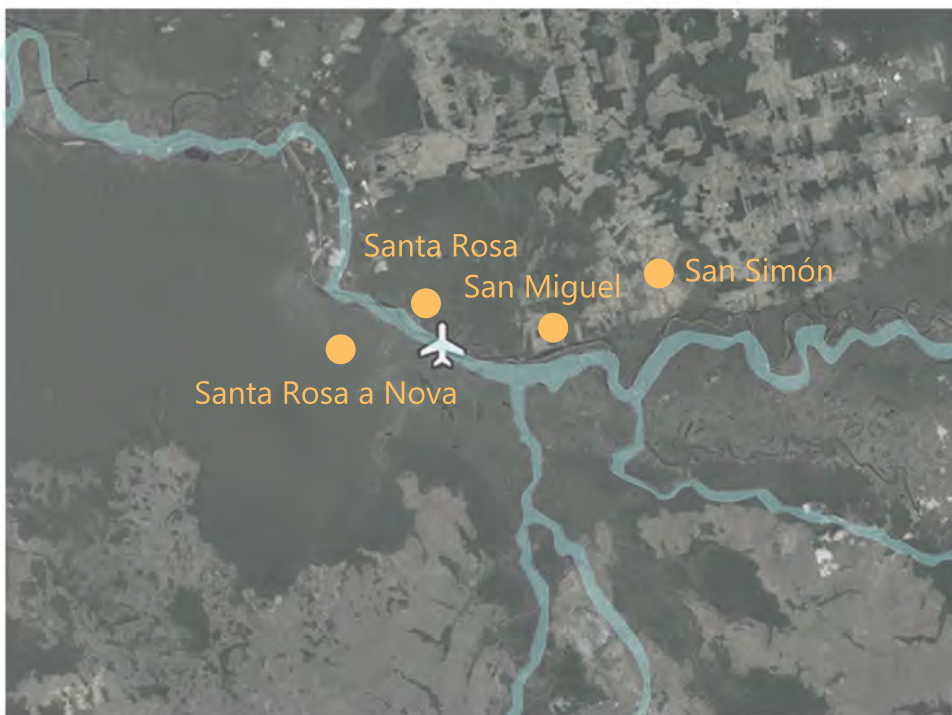


Imagem 54 - Diagrama de Missões queimadas pelos jesuítas após a assinatura do Tratado de Madrid.

torizar para “*evitar toda a queixa e castigar toda a desordem*”, para precaver o crescimento das missões e limitar as situações de conflito com os padres; b) manter ativa a navegação e pesca no Rio Guaporé, para demonstrar uso e posse do rio; c) e proibir o comércio entre ambos os impérios¹⁵⁵.

Após estas medidas, no sentido de promover o desenvolvimento da ocupação efetiva deste território, seguindo ordens de Rolim de Moura, primeiro governador de Mato Grosso¹⁵⁶, José Mathias de Oliveira Rego, engenheiro da Capitania, desenhou planos por cima das antigas missões fundadas pelos jesuítas espanhóis do lado nascente do rio, de modo a refundar esse território como território da coroa portuguesa. Foi também ele o engenheiro responsável pelo plano urbano para a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Entre 1760 e 1764 Portugueses e Espanhóis, estiveram novamente em guerra, desta vez pelo domínio da missão de Santa Rosa. Ao assinar o tratado de Madrid, como foi dito anteriormente, os Padres nas missões da zona de Mojos, deviam ter entregue as missões da margem direita do rio Guaporé, isto é, San Simón, San Miguel e Santa Rosa (imagem 54). Contudo, o que aconteceu foi que estes, sendo uma entidade autónoma da coroa espanhola, e discordando do acordado relativamente aos domínios territoriais estabelecidos pelo tratado, decidiram queimá-las, respetivamente em 1752, 1753 e 1754. Apesar disso, as fontes dão conta que o padres jesuítas continuavam a visitar os territórios das missões de onde tinham sido expulsos pelo tratado de Madrid, devido à terra fértil que estas possuíam.

António Rolim de Moura, ocupou a antiga missão de Santa Rosa e construiu a “*Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e mais tarde o Forte de Bragança*”¹⁵⁷ por cima desta, exilando assim de vez os jesuítas para o outro lado do Rio, onde estes assentaram uma nova missão a que chamaram missão de Santa Rosa “a nova”, como pode ser observado na imagem

155 Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 100.

156 Ibid. p. 307.

157 Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA. “Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)”. *Memória Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, nº25, vol 2, 2017.p. 98.

54, a partir da qual se monitorizava a antiga.

O governador de Mato Grosso, fundamentou a ocupação ao governador de Santa Cruz de la Sierra, capital do estado espanhol de Santa Cruz, com o argumento de que o fazia com o objetivo dos padres não voltarem a assentar em terras portuguesas e que o forte era unicamente para a defesa e estava equipado para tal com *“dos piececillas de artilleria de tan pequeño calibre que bien se deja de ver”*¹⁵⁸

Sendo assim, Juan de Beringolea, padre superior das missões dos Mojos, remeteu uma carta, em 29 de março de 1760, a Rolim de Moura explicando que este recebera do Exhorto de la Real Audiencia de los Charcas, nomeadamente do governador de Santa Cruz, Alonso Verugo. *“Esta explicava que, em primeiro lugar, não era permitido o estabelecimento e nem a entrada de portugueses extraviados das vias que os conduziam a Capitania de Mato Grosso, e, em segundo lugar, que a qualquer temor de extorsão por parte dos mesmos recorressem prontamente ao governador de Santa Cruz de la Sierra, já que este viria para socorrer as missões (Pastells, 1949, VIII (1): 656).”*¹⁵⁹ Portanto, para a segunda parte da carta ser executada era necessário que o governador de Mato Grosso precisasse de abandonar a missão de Santa Rosa e, conseqüentemente a construção do forte da Nossa Senhora da Conceição e as demais terras pertencentes à Espanha.¹⁶⁰

Perante esta mensagem, Rolim de Moura responde que *“bastaria apenas, que o Tratado dissesse que a margem direita do rio Guaporé era de posse de Portugal. O governador de Mato Grosso argumentou ainda, que a posse de Santa Rosa ‘a velha’ foi com objetivo de impedir que os jesuítas voltassem a ocupar aquele espaço e, caso houvesse alguma resistência por parte dos jesuítas a esta posse, os seus sertanistas sabiam ‘el camino de las Misiones y*

158 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012, p. 44.

159 Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA. “Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)”. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, nº25, vol 2, 2017. p. 99.

160 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012, p. 45.

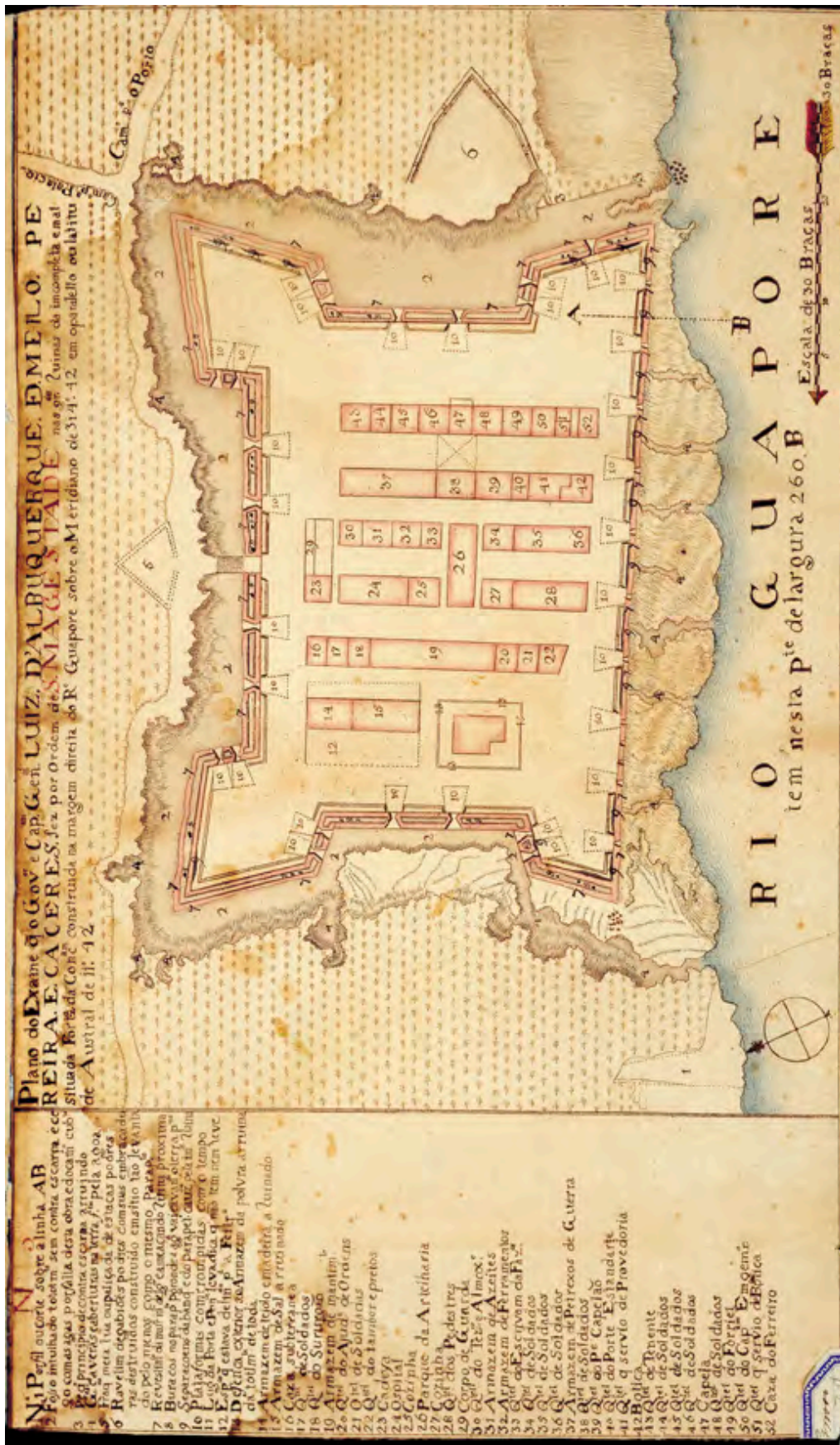


Imagem 55 - Gravura do Forte de Nossa Senhora da Conceição, 1774.

*las convertirán todas em cinzas' (Pastells, 1949 VIII (1): 665)."*¹⁶¹ Convém tomar em conta que os Jesuítas foram expulsos de Portugal em 1759 e esta troca de cartas foi em 1760, sendo que os jesuítas foram expulsos de Espanha e dos territórios sob o seu domínio, apenas em 1773.

Ainda em 1760, Alonso Verugo, governado de Santa Cruz de la Sierra, viajou até à Missão de São Pedro, capital das missões de Mojos, à procura de informações para preparar-se para uma possível guerra. Com este intuito perguntou sobre armas, caminhos e distâncias entre missões, solicitando a António Rolim de Moura que entregasse documentação de que lhe foi pedido que este tomasse posse da missão ou, num prazo de três meses, destruísse e se retirasse da missão, caso contrário este teria de assumir ***“todos os prejuízos por ter tomado pose de terras (...) espanholas”***¹⁶².

O governador de Mato Grosso enviou alguns documentos, contudo não os suficientes à vista de, Alonso Verugo. *A Real Audiencia de La Plata* retaliou ao pedir ajuda ao Vice-rei que disponibilizou com os recursos necessários para preparar uma invasão à antiga missão jesuíta, Fortaleza da Nossa Senhora da Conceição¹⁶³.

Desta maneira, em 1761 foi assinado o Tratado el Pardo que ***“anulava o tratado de Madrid determinando que cada coroa voltasse a ocupar as terras anteriormente detidas”***¹⁶⁴, contudo Rolim de Moura não cedeu, alegando não ter informação sobre a assinatura deste Tratado nem ordem da Coroa Portuguesa para assim proceder¹⁶⁵. Em Novembro de 1762 o Rei de Espanha declarou guerra ao Rei de Portugal. Com a Guerra dos 7 anos, Portugal e Espanha tomaram lados diferentes, o que os afirmou em vizinhos/inimigos tanto no caso da Europa, como no da América. O rio Guaporé, mais uma vez, sofreu esta tensão através de ataque de

161 Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA. “Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)”. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, nº25, vol 2, 2017.p. 100.

162 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012.p. 46.

163 Ibid.

164 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 118.

165 Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA. “Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)”. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, nº25, vol 2, 2017.p. 103.

ambos lados e destruições de aldeamentos e missões. Aliás, em Outubro de 1762 também aconteceu a tomada de Colónia do Sacramento no extremo sul do Brasil.

Cerca de um ano depois, em 1763, um novo tratado foi assinado, o Tratado de Paris, pelo qual foi devolvida a Colónia do Sacramento a Portugal, o que ocorreu em Dezembro desse ano. Contudo, Cevallos, o primeiro Vice-Rei espanhol do Vice-Reinado do Rio da Prata, ***“negou-se a entregar as terras conquistadas no Rio Grande (...) [o que significou] a manutenção do estado de guerra na América, a despeito da paz decretada na Europa.”***¹⁶⁶

Esta “guerra” também fragilizou a fronteira do Guaporé, no sentido de que a população desta era escassa e dependia muito dos indígenas, esta situação fez com que existissem muitas deserções de ambos os lados, o espanhol e o português. Como explica Renata Araújo, através de uma carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho, governador do Mato Grosso ao seu sucessor, Luís de Albuquerque de Melo e Cárceres, os ***“Governadores do Mato Grosso tinham como objetivo assegurar ‘dois pontos essenciais’ que eram garantir a ocupação do lado direito do Rio Guaporé e conservar a livre navegação deste para garantir o caminho do Pará”***¹⁶⁷

166 Renata Malcher ARAÚJO. *“A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” Discurso e Método.* Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.), p. 119.

167 Ibid p. 152.

Análise Morfológica das fundações portuguesas no Guaporé:

O Rio como Fronteira

Em termos de morfologia urbana Portugal por oposição ao caso espanhol, recorre a um urbanismo de base regulada e a um programa não rígido que toma como parte fundamental a adaptação ao lugar, *“a arquitectura de programa (...) [é uma] formalização edificada dos desígnios da ordem que sempre presidem a programação, estudo e formulação de um plano (...) estabelecimento de uma matriz geométrica com o qual se administrava a distribuição do espaço e o estabelecimento de um sistema construtivo (...) Moldar-se a uma lógica que parte da valorização do espaço publico como elemento inspirador de todo o sistema compositivo.”*¹⁶⁸

Segundo Walter Rossa o padrão urbano para as cidades fundadas em processos de colonização por Portugal é a *“sequência de parcelas/lotes estreitos e compridos, sistematicamente usada na Europa desde o advento do segundo milénio.”*¹⁶⁹

O objeto estruturador no urbanismo português é o lote e não o quarteirão. O lote é *“resultado da participação normalmente geométrica das frentes, a qual, é por regra, diretamente relacionável com o próprio dimensionamento da secção da rua (...) tende a moldar-se a uma lógica que parte da valorização do espaço público como elemento inspirador de todo o sistema compositivo.”*¹⁷⁰ Como se vai observar mais adiante, quando se tratar do caso de Casal Vasco e Vila Bela da Santíssima Trindade, a ligação entre o lote e a rua é de facto diretamente relacionável, já que estas têm a mesma medida em ambos casos.

Lotes por norma, estreitos e compridos, que criavam frente de rua, permitem uma maior adaptabilidade à topografia e às condições morfológicas. Estes compunham quarteirões retangulares, os quais hierarquizavam a malha viária¹⁷¹.

168 Walter ROSSA; et al. “Recenseando as Invariantes: Alinhamento de Alguns Casos de Morfologia Urbana Portuguesa de Padrão Geométrico”. *Actas Do V Colóquio Luso-Brasileiro de História Da Arte*. Universidade do Algarve.

169 Walter ROSSA. “A Jangada da Pedra: Alegoria da difusão da urbanística europeia na 1ª modernidade” *Reunião Internacional de Coimbra da Rede PHI. Património Histórico-Cultural Iberoamericano*. Universidade de Coimbra.

170 Walter ROSSA; et al. “Recenseando as Invariantes: Alinhamento de Alguns Casos de Morfologia Urbana Portuguesa de Padrão Geométrico”. *Actas Do V Colóquio Luso-Brasileiro de História Da Arte*. Universidade do Algarve.

171 Walter ROSSA. “A Jangada da Pedra: Alegoria da difusão da urbanística europeia na 1ª modernidade”

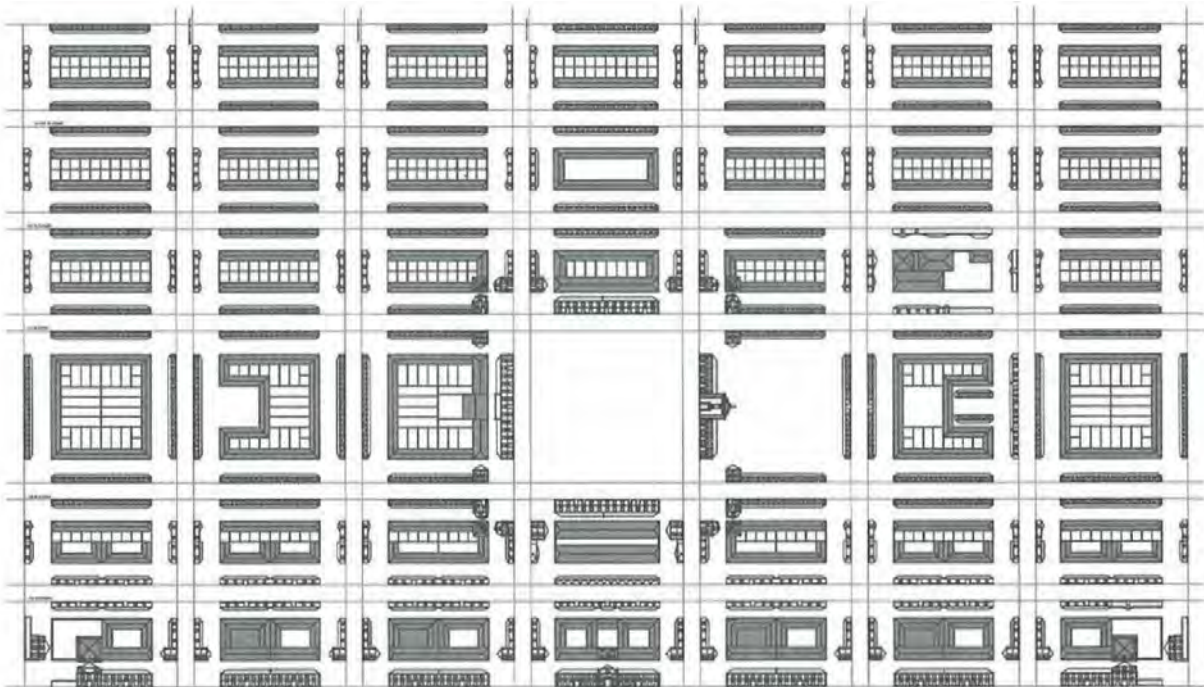
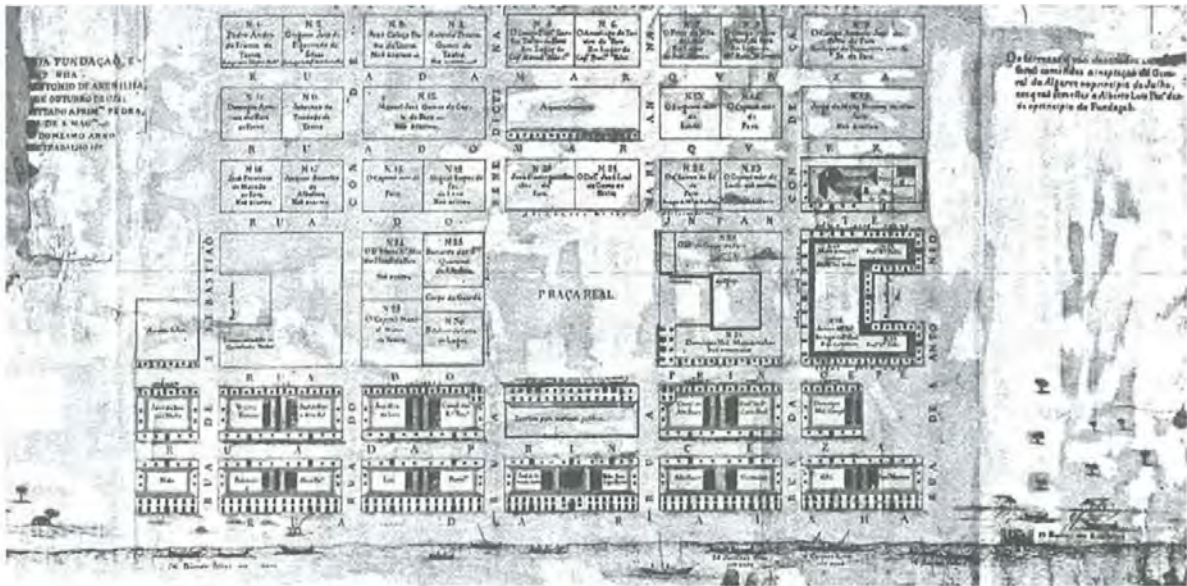


Imagem 56 - Plantas de Vila Real de Santo António

O governo de Marquês de Pombal colocou em vigor algumas regras sobre a colonização na Amazônia após a expulsão dos jesuítas em 1768, estas consistiam na reformulação das missões, com o objetivo de afirmar a ordem política através da urbanização, e controle de danos causados com a expulsão destes na estrutura interna social das missões. Portanto, com o pensamento em afirmar a soberania da Coroa, as regras que o Marquês de Pombal transmite aos governadores são que é necessário reafirmar a linguagem urbanística e estética portuguesa, que era constituída com os quarteirões retangulares e compridos; hierarquia inter-viária—ruas e travessas largas em linha reta; renomear as aldeias com nomes portugueses e reforçar a língua portuguesa como língua oficial¹⁷². Além de retirar domínio dos missionários sob os índios, elevar aldeamentos com população suficiente a vilas, extinguir distinções entre brancos e índios e encorajar casamento entre estes.

Reunião Internacional de Coimbra da Rede PHI. Património Histórico-Cultural Iberoamericano. Universidade de Coimbra. p. 11.

172 Renata Malcher ARAÚJO. *A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no Século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos.* Anais do Museu Paulista, 2012.

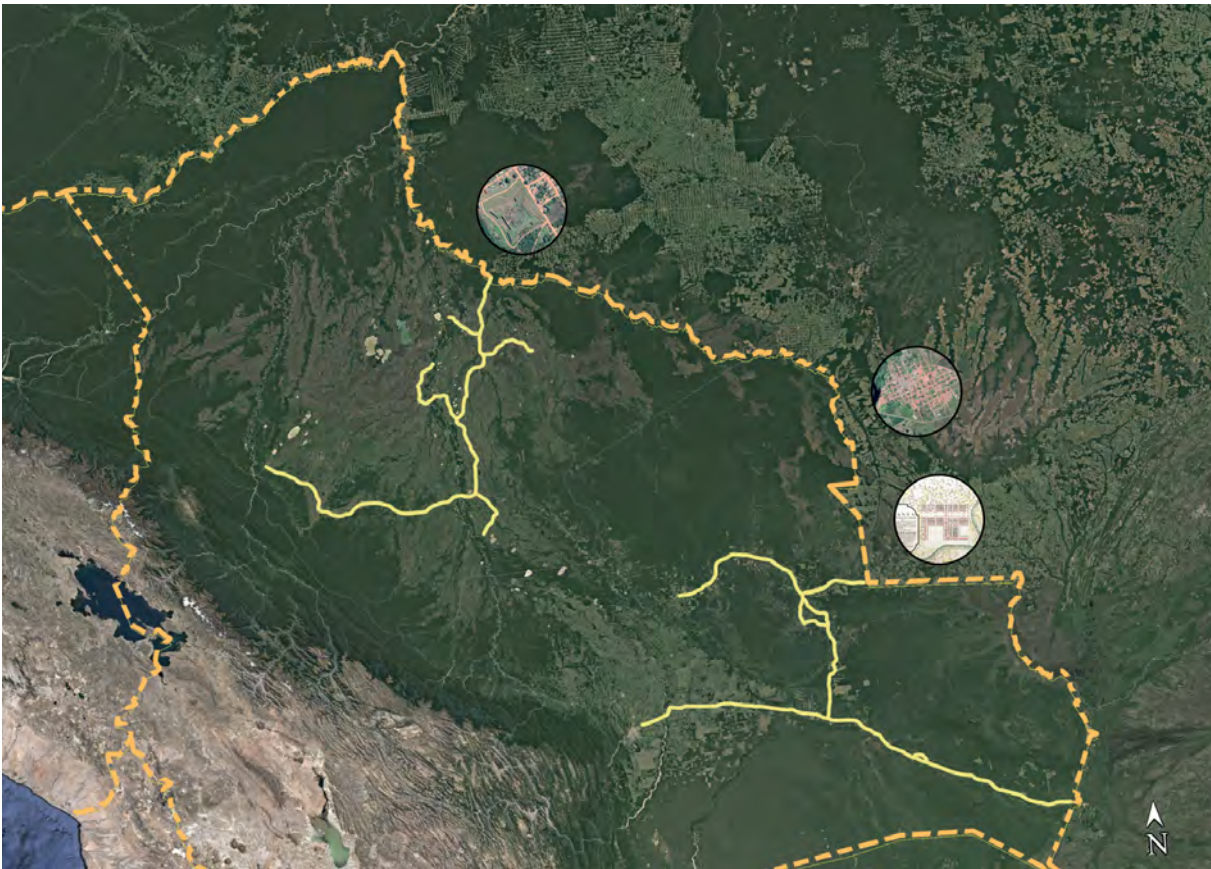


Imagem 57 - Três cidades de fundação portuguesa na linha de fronteira. Respetivamente, Príncipe da Beira, Vila Bela da Santíssima Trindade e Casal Vasco.

Três cidades da coroa portuguesa e uma missão Jesuíta

Para desenvolver este capítulo segui de perto a tese de doutoramento de Renata Araújo “A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII” em particular os capítulos 6 “Vila Bela da Santíssima Trindade: A Capital no limite”, 7 “Príncipe da Beira: A Encenação do poder” e 9 “Casal Vasco: O Quartel Avançado”.

Como é mencionado anteriormente, será analisada Vila Bela da Santíssima Trindade, que é a capital de Mato Grosso no século XVIII e foi desenhada para tal; será também analisado Casal Vasco devido à sua importância comercial e como cidade-fronteira e ainda o Forte Príncipe da Beira, todas fundações extremamente importantes para o desenvolvimento desta zona e, como tal, cidades nas quais a tese se foca em maior profundidade.

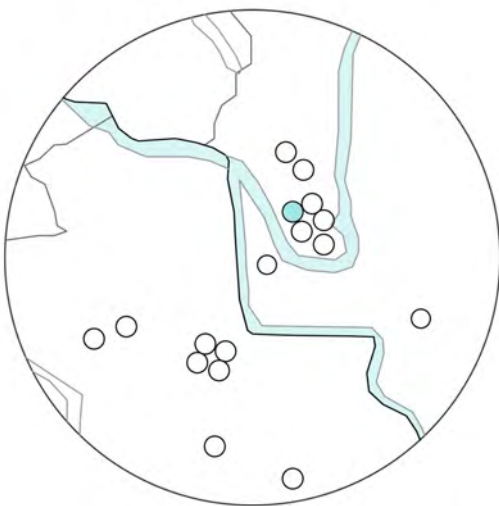


Imagem 58 - Localização de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Vila Bela da Santíssima Trindade

Três cidades da coroa Portuguesa e uma missão Jesuíta

Localização: 15°00'28.56''S

59°56'59.66''O

Data de fundação: 1752

Fundador: Governador António Rolim de Moura

Engenheiro entre 1773 e 1777: Domingos Sambucetti

Vila Bela da Santíssima Trindade, é a capital de Mato Grosso e foi desenhada e construída com esse intuito em 1752.

Vila Bela da Santíssima Trindade causou polémica na época da fundação devido ao local escolhido. Primeiro por o Governador decidir fundar uma cidade, próxima de Cuiabá, fundada em 1719, ao contrario de a nomear como capital e, segundo, por este se localizar em zona de cheias. A coroa sugeriu que a decisão final fosse do governador. Assim, Rolim de Moura, primeiro Governador da capitania de Mato Grosso, rejeitou outras propostas, como a ideia de Cuiabá, então vila cabeça do território, ser transformada na capital ou de a missão de Santa Rosa adotar essa posição, optando por construir uma nova cidade do zero, adjacente ao rio Guaporé onde poderia monitorizar as missões jesuítas implantadas do lado espanhol, e defender o acesso às minas localizadas nas suas costas na direção poente¹⁷³. Do ponto de vista estratégico, considerava-se necessário estabelecer um ponto de demonstração de domínio na fronteira, optando-se pela construção adjacente ao Rio Guaporé¹⁷⁴. Vila Bela funcionou como ponto de controlo, “*cidade-baluarte da fronteira e do território (...)*”¹⁷⁵, com o objetivo de mostrar poder e presença “*(...) no âmbito das disputas territoriais (...)*”¹⁷⁶ entre as potências ibéricas.

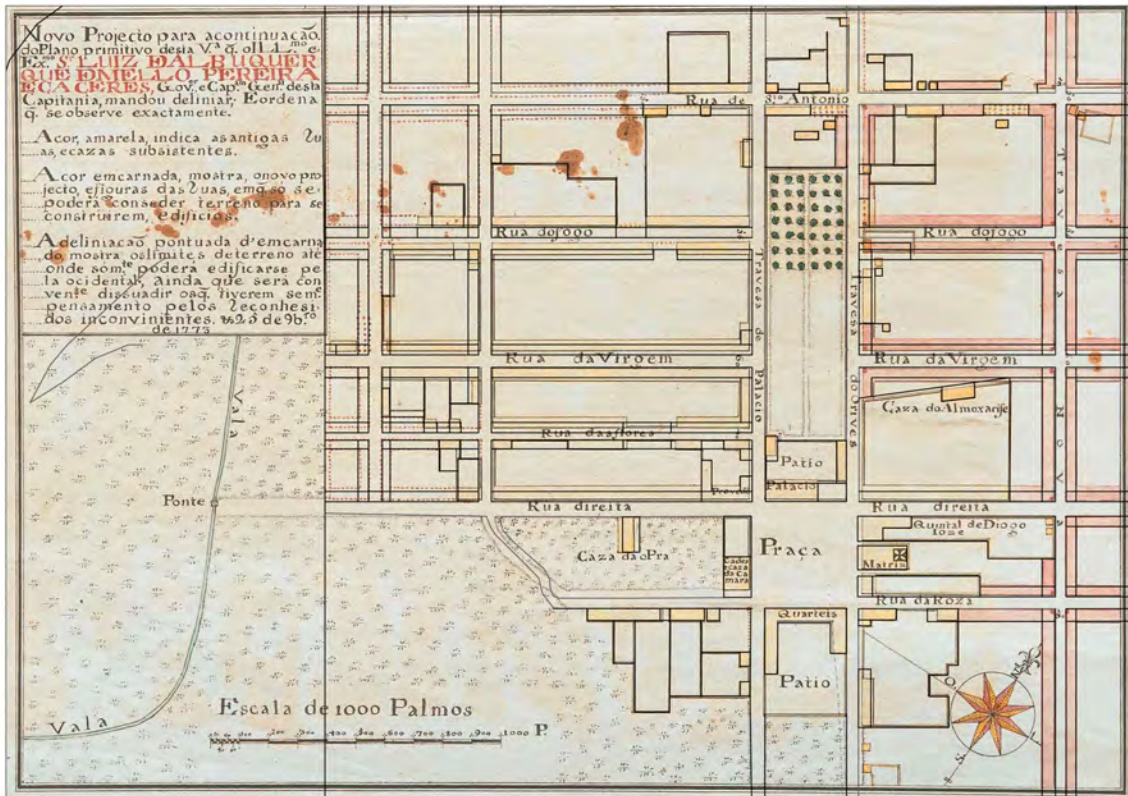
A população de Cuiabá demonstrou desaprovação ao saber que iria ser construída uma

173 Otávio Ribeiro CHAVES; Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA; João Ivo PUHLL. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012, p. 42.

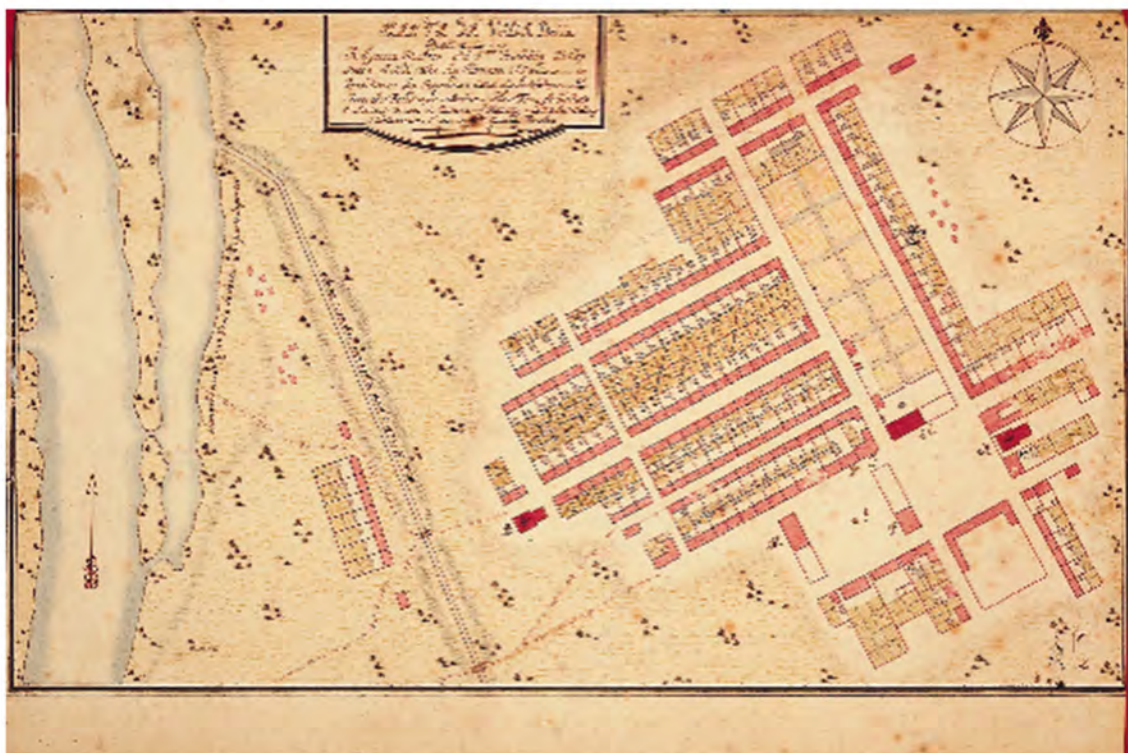
174 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p234.

175 Ibid. p270.

176 Ibid. p263.



Cartografia de 1773 com desenho vetorial sobreposto



Cartografia de 1775

Imagem 59 - Gravuras de 1773 e 1775 de Vila Bela da Santíssima Trindade.

nova cidade para ser capital, visto que esta estava tão perto e ser uma cidade já existente há algum tempo (1719). Além disso, o local escolhido submergia nas cheias e alagava em certas alturas do ano, danificando edifícios e colheitas, devido à proximidade do rio.

Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, localizadas junto a rios pertencentes ao mesmo sistema hidrográfico, são beneficiados por conexões de rotas fluviais. O contrabando torna-se traço dominante na vida económica da capitania de Mato Grosso.

A Vila Bela da Santíssima Trindade foi fundada no *“melhor [espaço] à volta”*, que possuía um tamanho e forma necessário para incluir a cidade planeada, com muita madeira para poder ser utilizada na construção e bons pastos para o alimento da população¹⁷⁷. Além disto proporcionava uma proteção as minas de Cuiabá¹⁷⁸.

Em 1752 começou a construção de Vila Bela e, em 1757, esta já possuía casas de telha e a igreja matriz. Esta cidade com o progresso do tempo foi sofrendo expansões e mudanças da estruturação interna da malha urbana. Em 1775, o Governador Luís de Albuquerque, propôs a expansão para oriente onde não alagava, sob plano do arquiteto Domingos Sambucetti, que propunha a reconstrução de casas e formação de novas ruas, reenquadrando a Praça e gerando áreas verdes. Posteriormente, em 1777, é planeada a criação de duas ruas novas e de um armazém de guerra. Contudo, entre 1777 e 1779, enquanto colocavam estes planos em prática, tiveram de ser colocados em pausa por o engenheiro Sambucetti falecer e o único outro engenheiro da capitania, José Pinheiro de Lacerda, se encontrar em Príncipe da Beira¹⁷⁹

Esta cidade *“unida e bem formada”*¹⁸⁰ deixou de ser capital 1835, caindo em agonia e abandono após a guerra do Paraguai no século XIX.

Descrição do traçado:

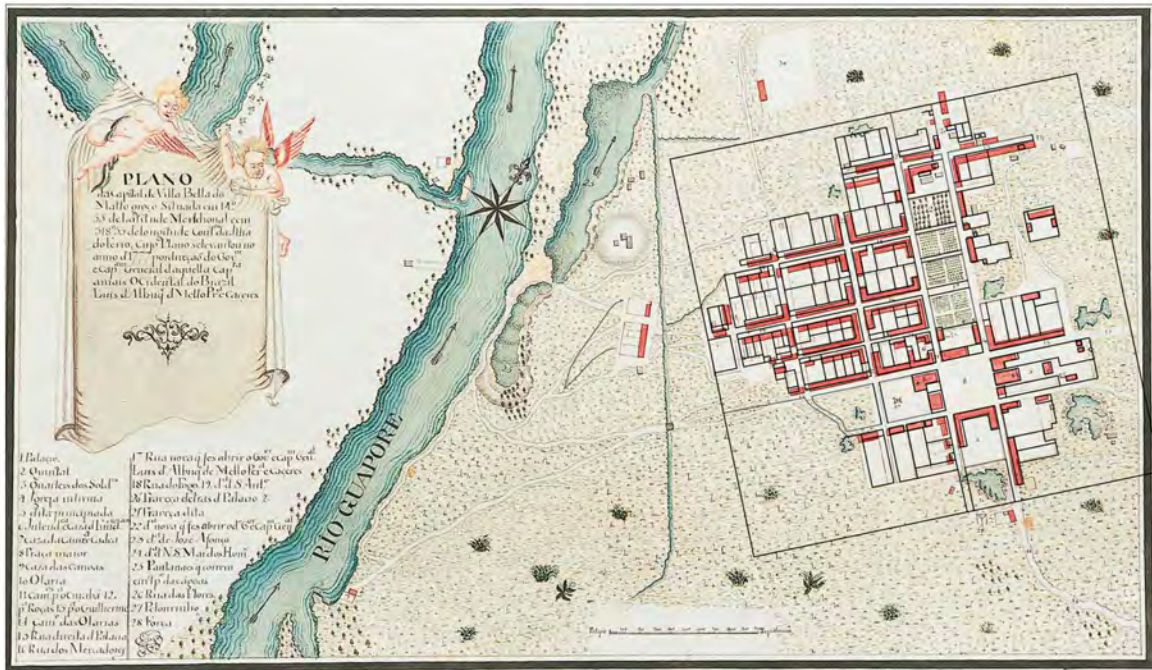
Em termos morfológicos, as ruas têm 60 palmos de largura em média, todas alinhadas umas com as outras.

177 Nos primeiros cinco anos de fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, esta não alagou, pelo que no momento de escolha do lugar, o Governador António Rolim de Moura, considerava este o “melhor à volta”.

178 Renata Malcher ARAÚJO. *“A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p 238.

179 Ibid. p 258.

180 Ibid. p264.



Cartografia de 1777 com desenho vetorial sobreposto



Cartografia de 1789 com desenho vetorial sobreposto

Imagem 60 - Cartografia de 1777 e 1789 de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Tem três praças, a Praça principal situa-se num terreno alto, tem 400 palmos. A norte encontra-se a residência do governador, a sul os quartéis, a oriente a primeira igreja matriz, que não foi concluída devido a falta de dinheiro e pedra para a sua construção, e a poente a casa da câmara e cadeia. A nordeste da praça, se encontra a segunda igreja matriz, que também não foi concluída. A leste-oeste o porto com uma praça irregular.

Na praça principal onde se encontra a primeira igreja matriz não concluída com 120 por 335 palmos, e o primeiro cemitério e a frente desta encontra-se a igreja que servia de matriz com 90 por 202 palmos. Tanto 120 como 90 palmos, a frente das igrejas, são divisíveis por 60.

Não existia uniformização nas fachadas e as casas por norma não possuíam cobertura em telha. Os quarteirões adjacentes à praça possuem 280 palmos, o que claramente mostra que, ao contrário da maioria dos casos analisados do lado espanhol, a praça não é um negativo do quarteirão. Os quarteirões portugueses compostos por conjuntos de lotes de 60, costumam ter duas frentes de ruas.

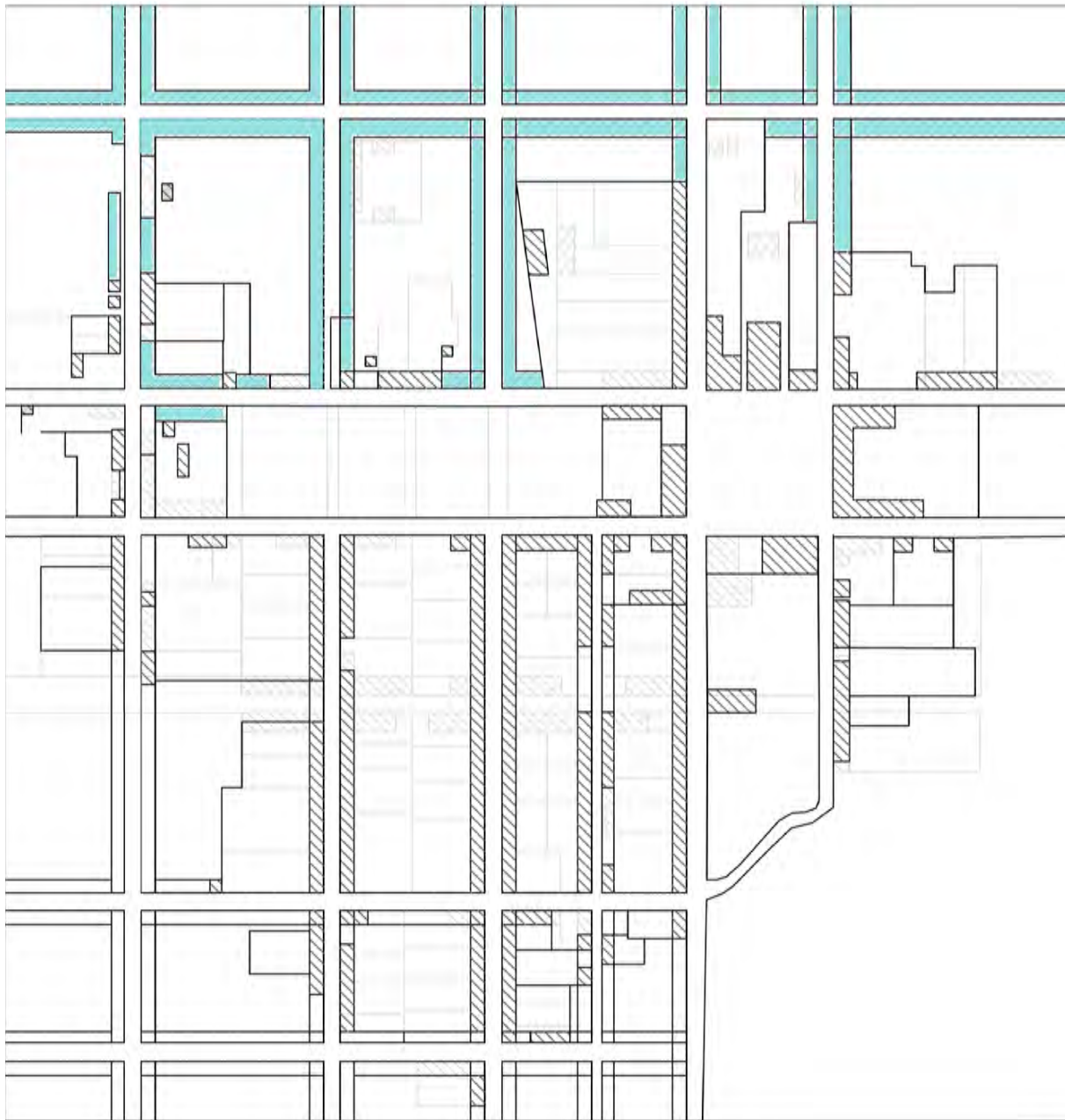
O lote padrão tem uma forma retangular, onde a frente de rua mede 60 palmos e o comprimento varia entre 180 e 240. 60 palmos é a medida que compõe as larguras das ruas, e dos lotes que compõe os quarteirões desta cidade. Tudo indica que 60 palmo é a medida estrutural de Vila Bela.

Vila Bela da Santíssima Trindade confirma esta relação entre lote e rua que foi mencionado anteriormente em “Análise Morfológica das fundações portuguesas no Guaporé”, visto que tanto a secção da rua como a frente do lote medem 60 palmos como é possível observar na imagem 65.

A praça principal e a segunda igreja matriz, também não concluída, encontram-se separados por um quarteirão, esta mede 130 por 320 palmos e encontra-se no meio do quarteirão que ocupa. A primeira igreja matriz e a segunda têm semelhanças tanto ao nível das dimensões, quanto da forma da planta.

Descrição da evolução:

A cidade cresceu da praça ao porto como podemos ver na planta de 1773, a amarelo



Cartografia de 1773 sobreposta em Cartografia de 1777

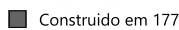


Imagem 61 - Sobreposição de plantas de 1773 e 1777.

(imagem 59), sendo assim nesse mesmo plano existe a projeção de desenvolvimento do lado oposto com a tentativa de centralizar a praça. Nesta também existe uma valorização da área verde como afirma o grande jardim atrás da casa do governador.

Na Cartografia de 1777 vê-se um acrescento de ruas de 60 palmos e de quarteirões de 960 e 360 palmos, este compostos por 16 lotes e seis lotes de 60, respetivamente¹⁸¹.

Ao sobrepor a planta de 1773 com a de 1777 é possível observar, na imagem 61, que o lado da praça ao porto, ou seja oeste da planta, é de facto o mais desenvolvido, do lado sul da cidade existe um pequeno desenvolvimento, contudo não na escala do que foi projetado na cartografia de 1773. Isto deve-se provavelmente á falta de técnicos em Mato Grosso nesta altura.

Na cartografia de 1775 parece que se juntam os quarteirões ao construir um lote por cima das ruas paralelas á avenida principal, gerando assim, quarteirões mais compridos e priorizando as travessas que abrem ao Rio.

Em 1789 é possível observar na sobreposição desta planta com a de 1777, imagem 62, o plano para as ruas volta a propor a sua abertura, separando os quarteirões mais uma vez. Estes últimos planos acrescentam ainda novos edifícios, nomeadamente Capelas, tanto no porto (Capela de Santo António, 1780) como no Cemitério (1788), a segunda Igreja Matiz, no espaço de jardim e a construção da Casa da Olaria.

Ao sobrepor esta planta com a de 1777, é possível observar o aumento dos quartéis e a adição de ruas em todos os sentidos. Ao comparar a cartografia de 1773 com a de 1789, e com o mapa atual, observamos que de facto se teve em atenção a projeção de 1773 para o desenvolvimento de vias no lado oposto ao rio, visto que estas sobrepõem-se.

181 Renata Malcher ARAÚJO. "A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII" Discurso e Método. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p 284-289.

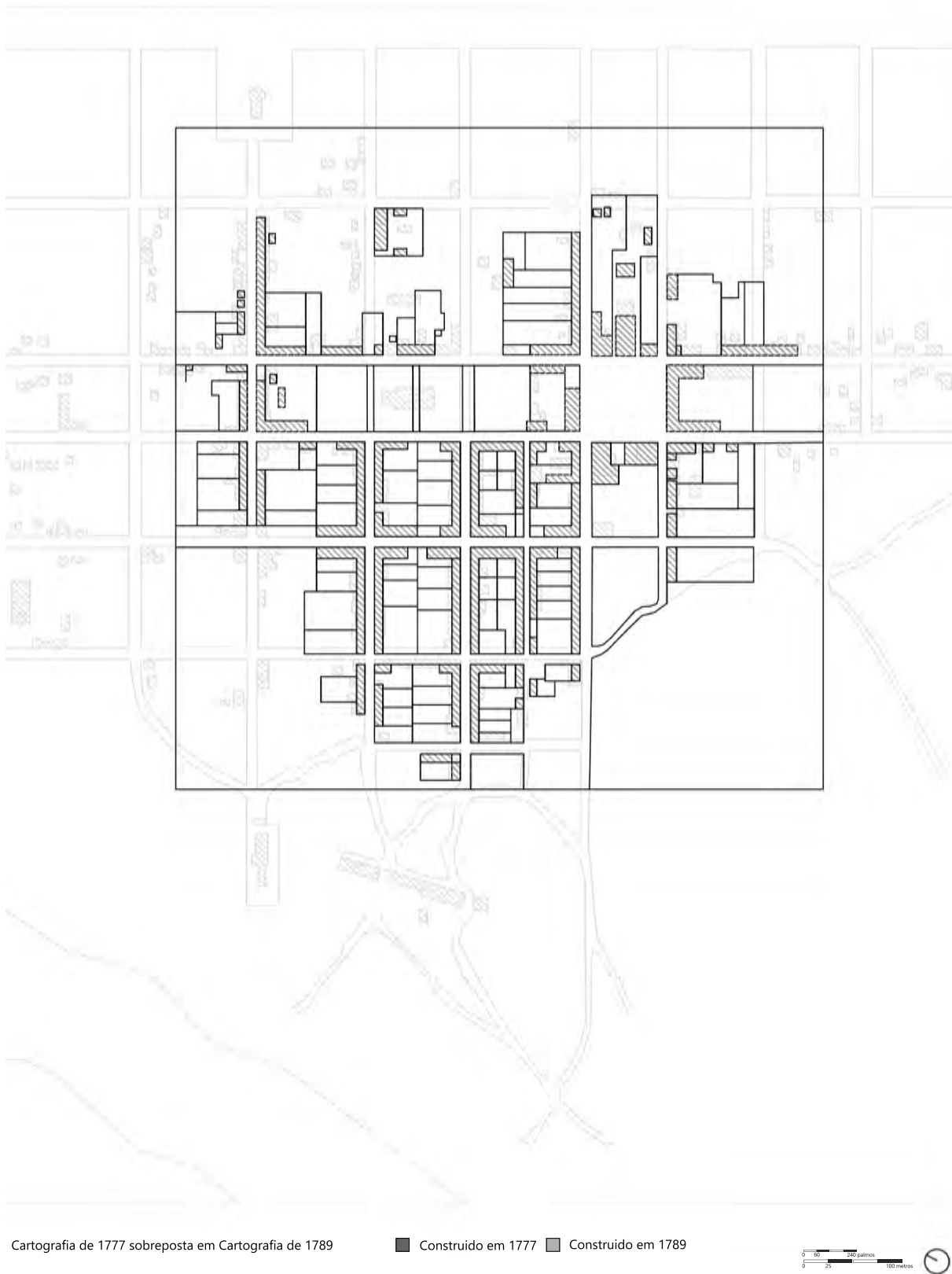


Imagem 62 - Sobreposição de plantas de 1777 e 1789.



Imagem 63 - Sobreposição de plantas de 1773 e da planta atual.



Imagem 64 - Sobreposição de plantas de 1789 e da planta atual.

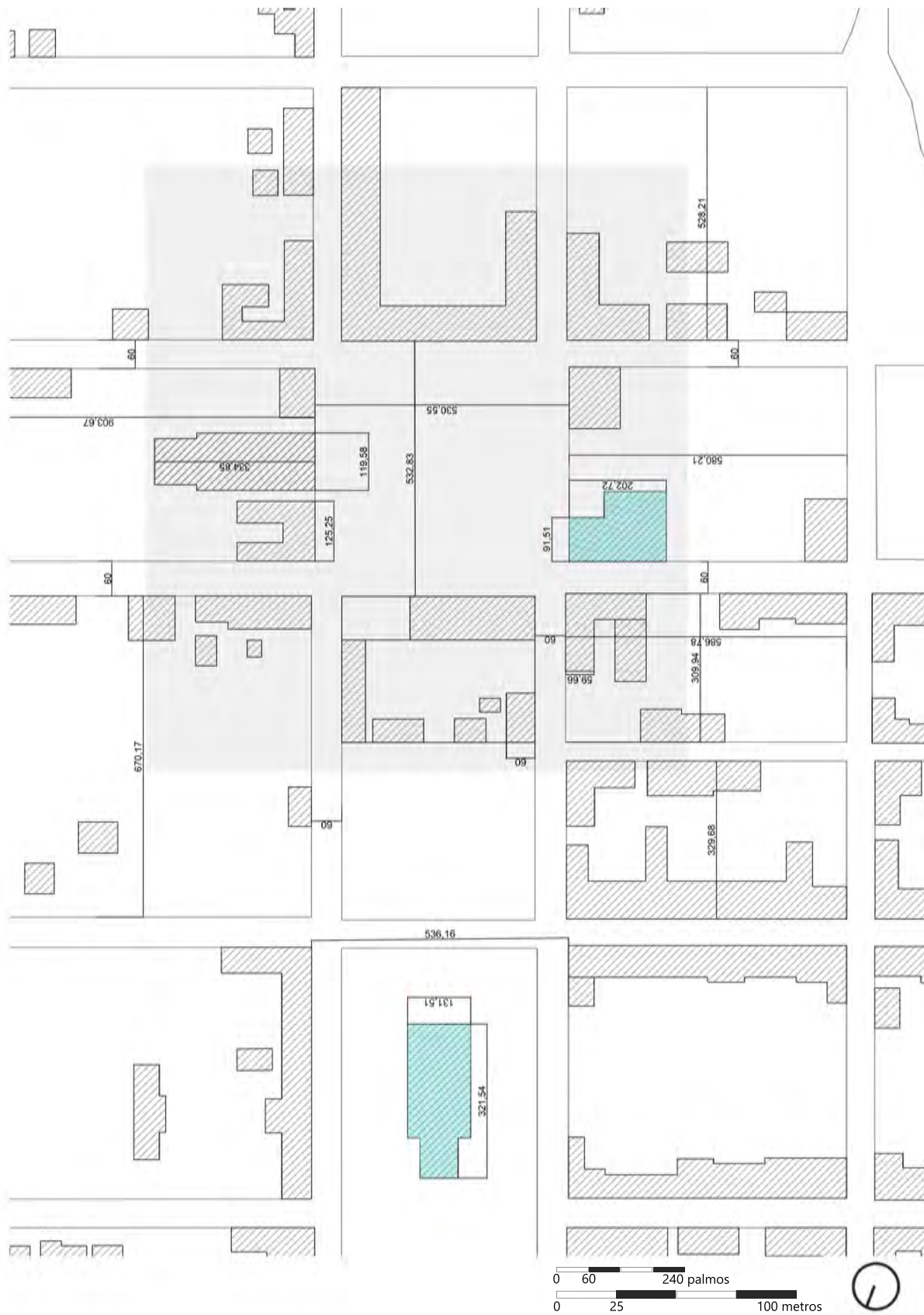


Imagem 65 - Vila Bela da Santíssima Trindade aproximação.

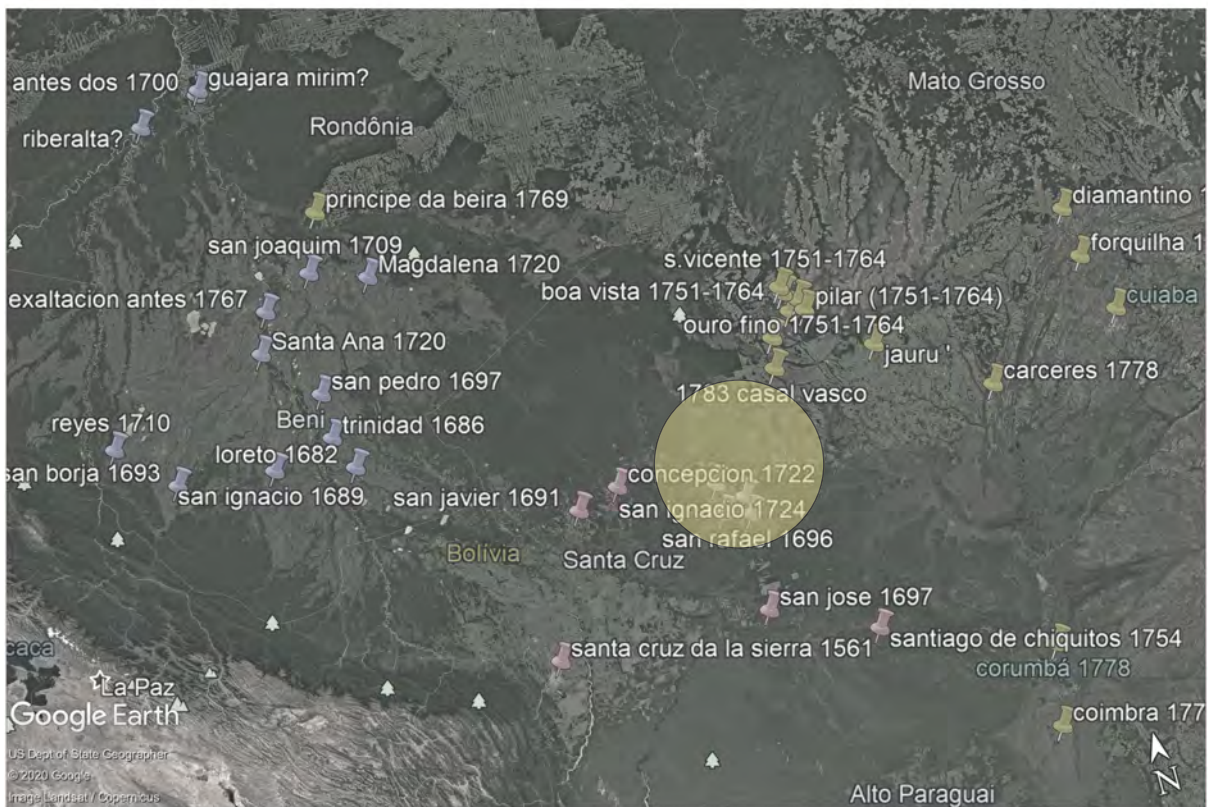


Imagem 66 - Localização de Santa Ana.

Santa Ana de Chiquitos:

Três cidades da coroa Portuguesa e uma missão Jesuíta

Localização: 16°35'02.62"S

60°41'15.04"O

Data de fundação: 1755

Descrição do traçado:

Santa Ana de Chiquitos foi fundada em 1755 como resposta do lado espanhol a Vila Bela da Santíssima Trindade. Vem juntar-se a um conjunto vasto de missões que no século XVII e primeira metade de XVIII que tinham sido fundadas nesta áreas geográfica, como estudado em capítulo dedicado ao tema “As Missões dos Mojos e dos Chiquitos”. Contudo, apenas, quando Casal Vasco foi fundada em 1783, como analisaremos de seguida, esta missão começou a ganhar relevância.

Santa Ana possui uma igreja, adjacente a praça, no centro do quarteirão que ocupa, que mede 112 por 280 palmos, destacando-se pela grande dimensão, em especial em comparação com a dimensão da missão em si. A praça é retangular e tem 770 por 690 palmos. As ruas variam muito, entre 30 e 95 palmos e a cidade cresce em três sentidos, nunca por trás da igreja, como foi mencionado anteriormente para as restantes missões, com exceção de San Joaquin. É possível que ao lado oeste da igreja tenha existido um cemitério e do outro lado da praça, em frente à igreja, é possível que a casa com pátio à volta (organização tradicional do (lote hispano-americano), tenha sido a residência dos padres, (imagem 67 e 68)

Sendo a cidade pequena, em comparação com as outras analisadas, só possui lote de telhado contínuo em dois lados da praça e é possível observar na imagem 68, que esta não é um negativo de quarteirão, visto que estes são muito diferentes da praça em si, configurando-se em retângulo.

Seguindo o método proposto por Conzen para a análise da morfologia urbana, tentou-se perceber como se organizou o plano urbano na origem, a partir do estudo da estruturação interna dos quarteirões, na tentativa de encontrar o quadrado que foi utilizado como métrica de estruturação



Imagem 67 - Santa Ana em desenho vetorial, com indicação do centro geométrico e do trilho original.

da cidade, determinando-se que neste caso o módulo base é de 64x64 palmos¹⁸².

Através da imagem 68 é possível observar uma tentativa de divisão do quarteirão em quadrados de 64x64 palmos. Esta medida base é igual à utilizada em Magdalena (1720) já apresentada neste estudo e, como é possível observar na imagem 70, equivale à medida da largura dos quarteirões com telhado contínuo que, por sua vez, equivale à profundidade dos galpões. Sendo assim podemos considerar que esta é uma medida válida para esta análise, o que autoriza a propor a hipótese de também modelo teórico de Santa Ana apresentada na imagem 73.

182 Esta medida estrutural é obtida através das medidas médias dos quarteirões e da praça, com os quais foi possível chegar a medida do quadrado, ao considerar a praça quadrada de 717x717. Após isto como os quarteirões têm todas formas diferentes foram todos divididos ao menor quadrado e estes fizeram então a média deste.

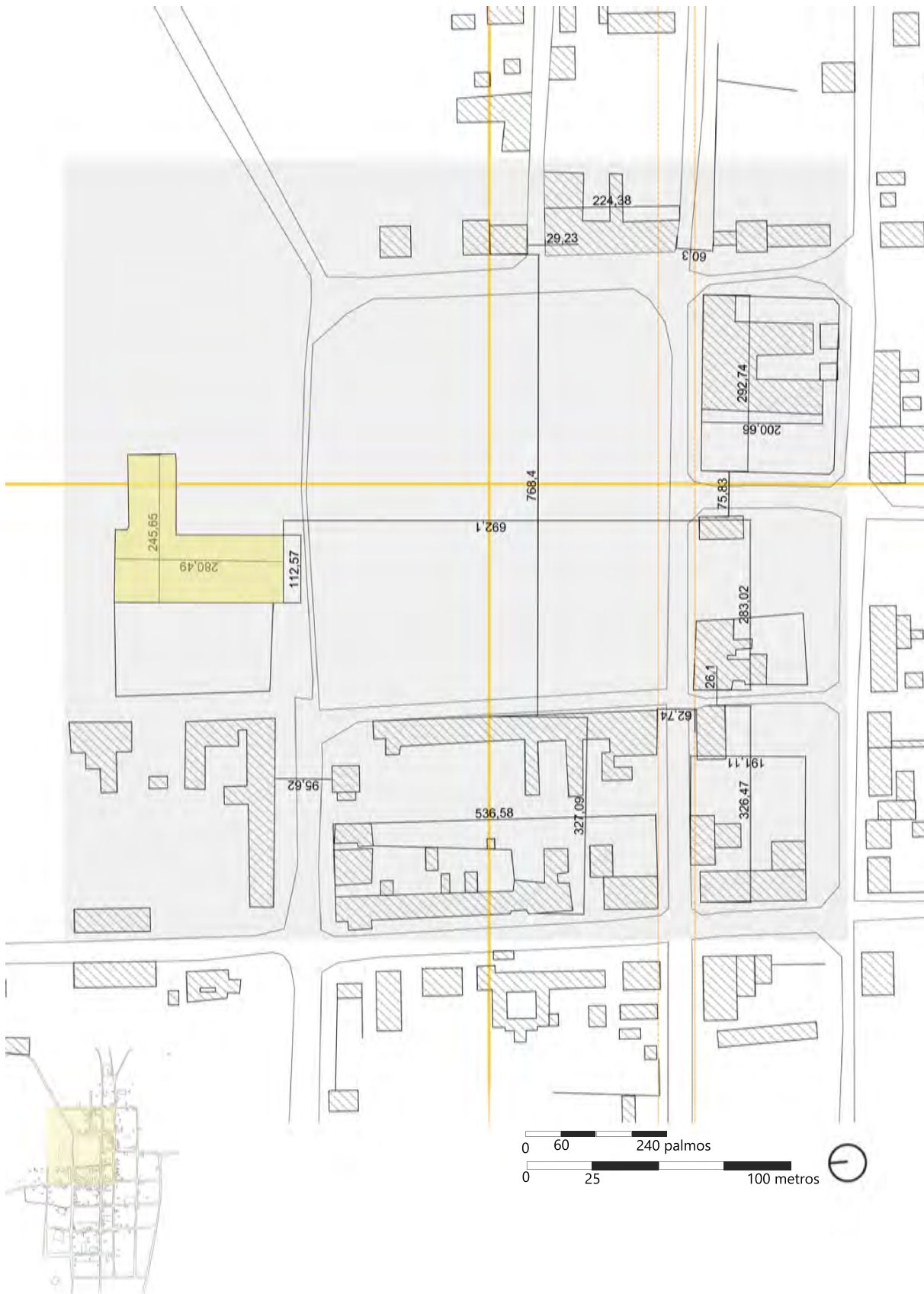


Imagem 68 - Santa Ana aproximação e cotagem do existente.

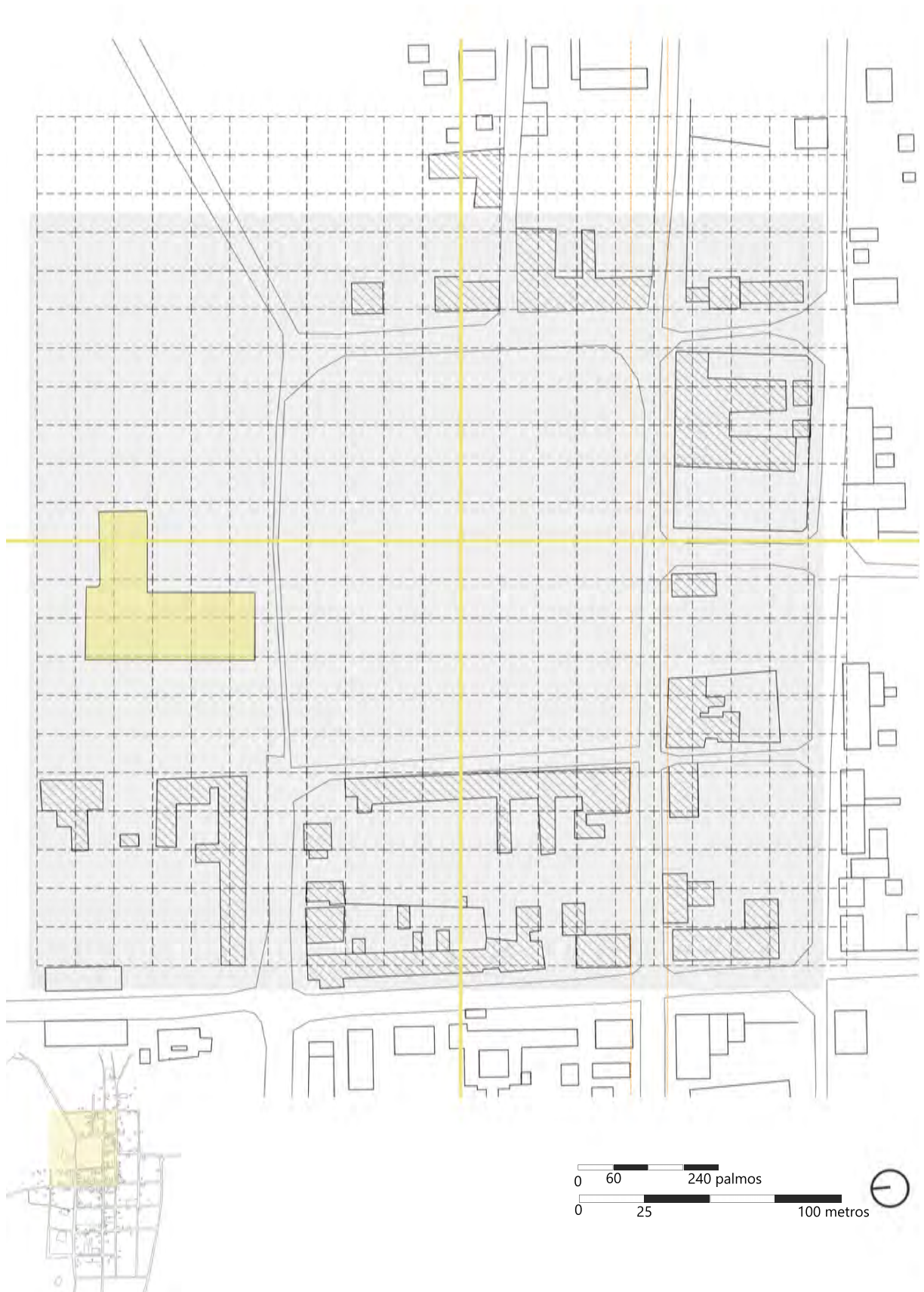


Imagem 69 -Santa Ana simplificação através de quadrados de 64 x 64 palmos.

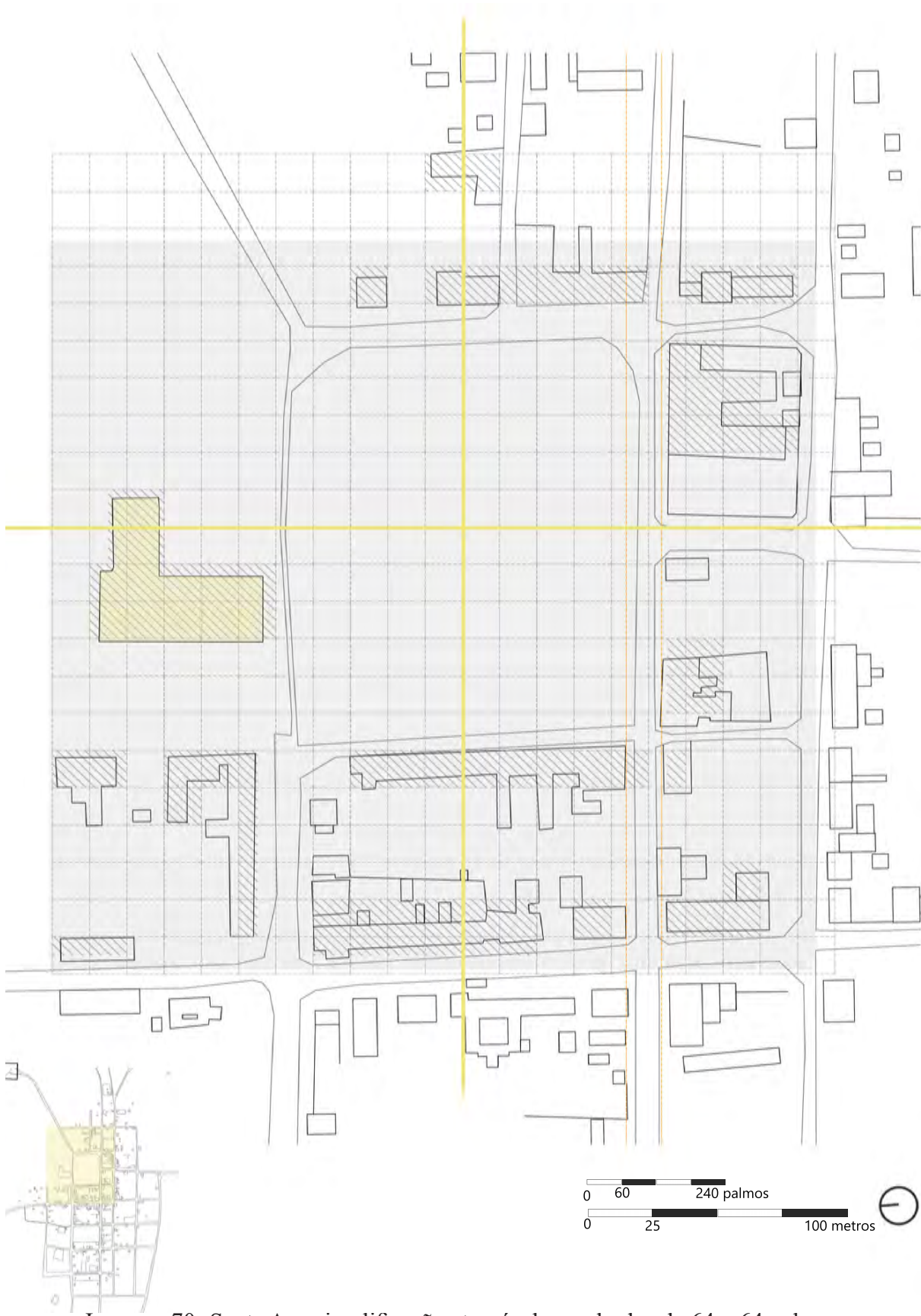


Imagem 70 -Santa Ana simplificação através de quadrados de 64 x 64 palmos.

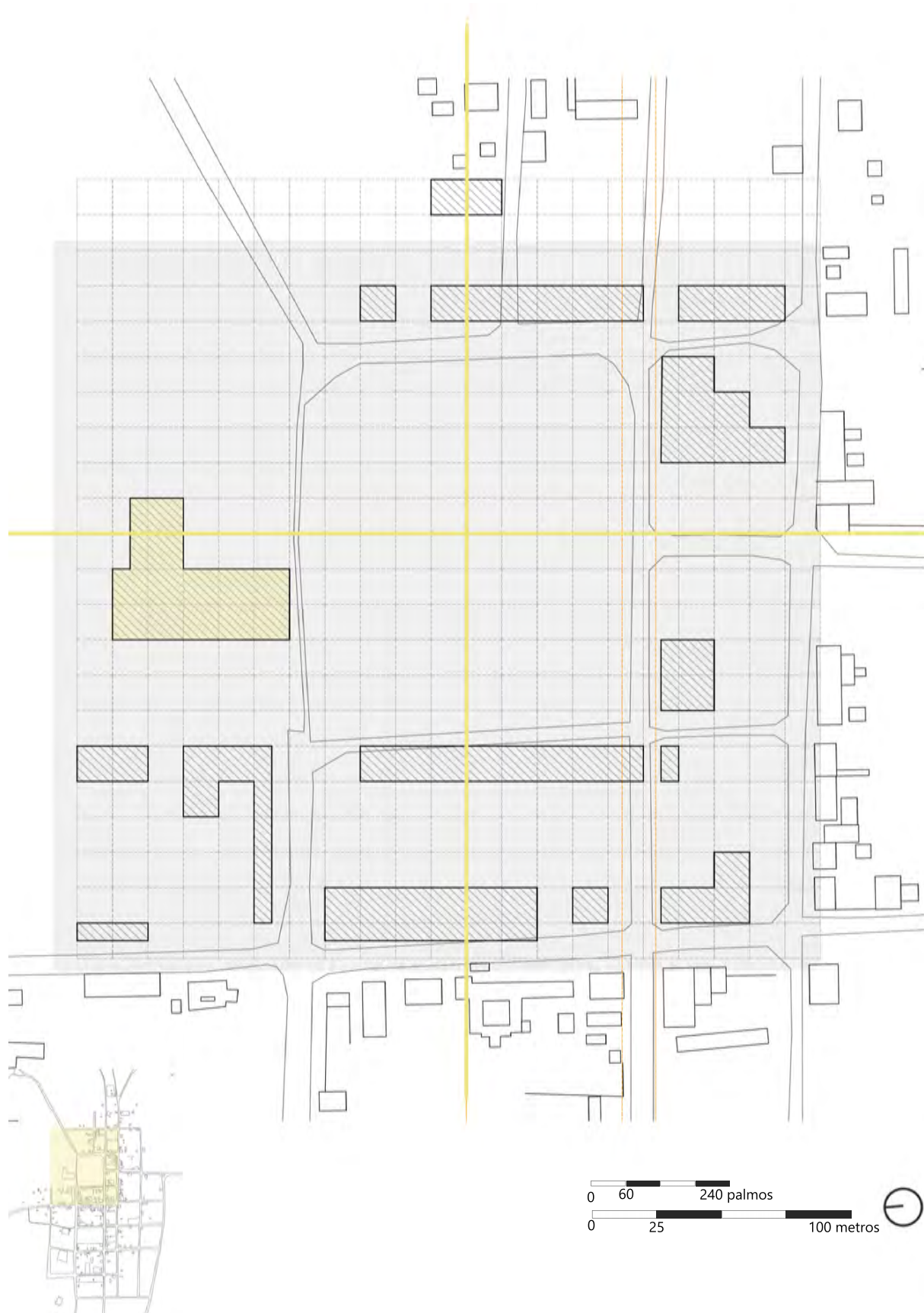


Imagem 71 -Santa Ana simplificação através de quadrados de 64 x 64 palmos.



Imagem 72 -Santa Ana simplificada através de quadrados de 64 x 64 palmos.

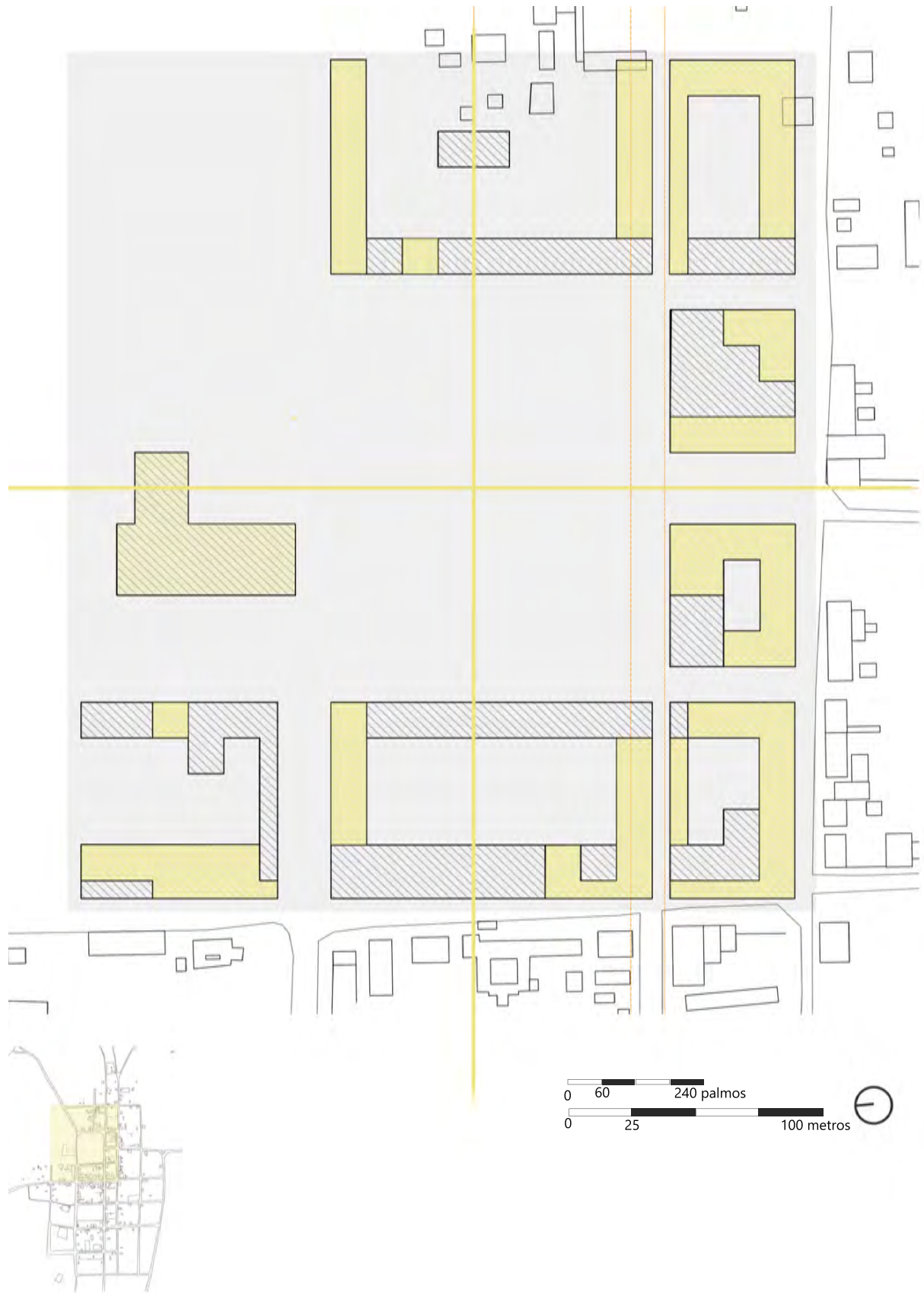


Imagem 73 -Reconstituição do modelo teórico de Santa Ana.

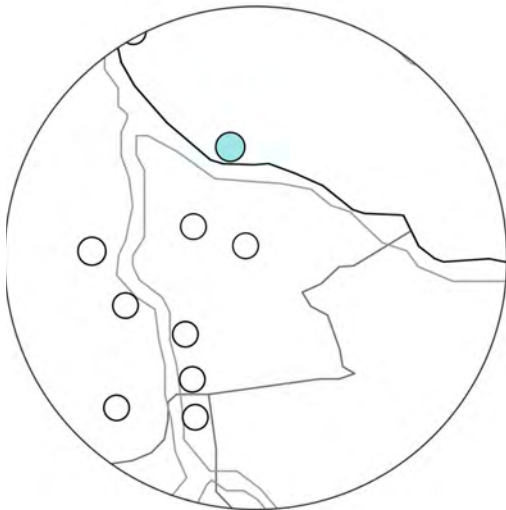
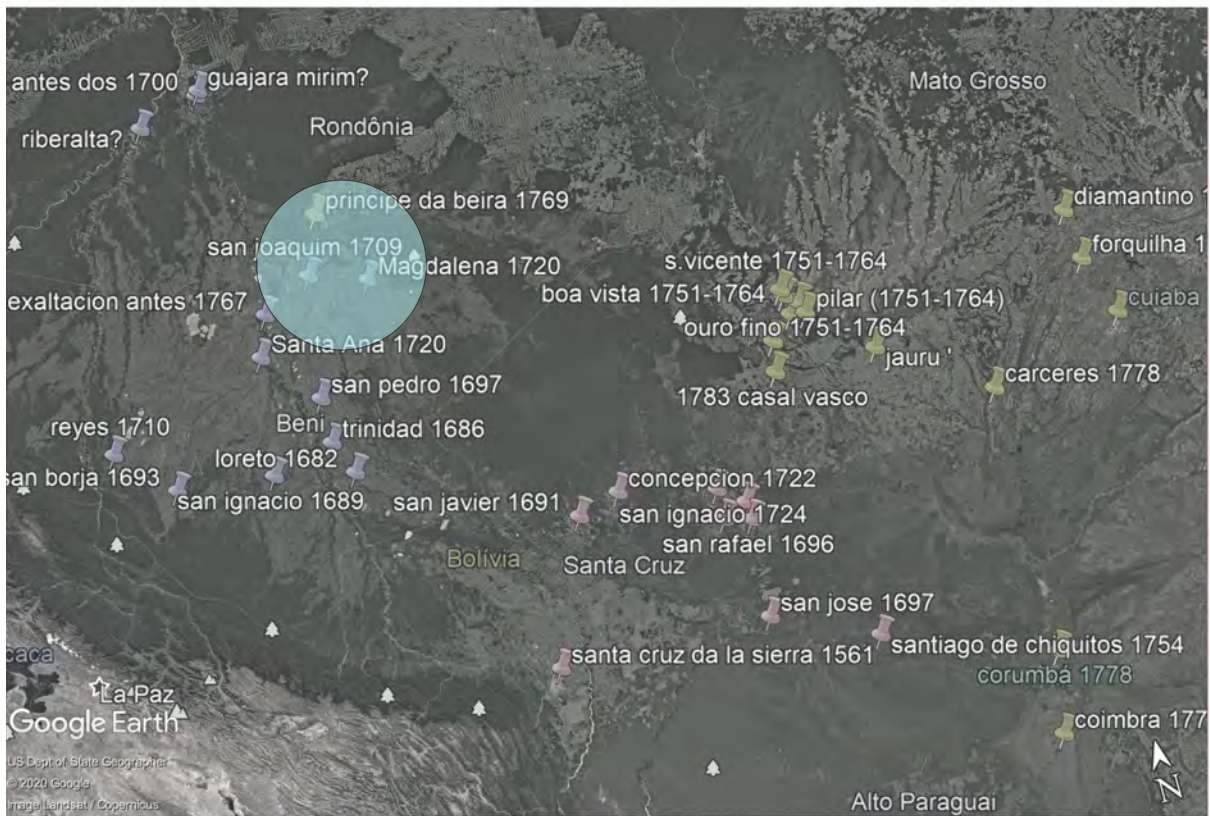


Imagem 74 - Localização de Príncipe da Beira.

Príncipe da Beira:

Três cidades da coroa Portuguesa e uma missão Jesuíta

Localização: 12°25'40.41"S

64°25'22.48"O

Data de fundação: 1775

Fundador: Governador Luís de Albuquerque

Engenheiro entre 1775 e 1777: Domingos Sambucetti

Engenheiro a partir de 1777: José Pinheiro de Lacerda

Príncipe da Beira é uma fortificação que parte da transladação de uma posição defensiva pré-existente, o forte Bragança (na origem denominado fortaleza da Nossa Senhora da Conceição), para um espaço mais apto visto que o antigo alagava, danificando a fortificação rapidamente. Como foi mencionado anteriormente em “O Rio como fronteira: uma historia de urbanização”, por cima da antiga missão de Santa Rosa, o primeiro Governador de Mato Grosso, fundou a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, que depois foi remoamada como Forte Bragança. Contudo devido a sua “má” localização, após ser analisada pelo Engenheiro José Mathias de Oliveira Rego, foi decidido em 1775 ser transladada para onde atualmente se encontra o Forte de Príncipe da Beira, a um *“quarto de légua do Forte Bragança”*¹⁸³.

O forte de Príncipe da Beira foi **“um marco isolado numa zona de muito baixa densidade geográfica (...)”** tal como as outras cidades fronteira no rio Guaporé. Este foi uma estrutura numa rede de cidades para garantir a posse da área, e da fronteira, e demonstrar o poder colonizador do império português. O objetivo principal era garantir a via de transporte e comércio¹⁸⁴ através de um ponto de controlo com uma localização vantajosa devido à confluência entre os rios Madeira-Marmore-Guaporé¹⁸⁵

Domingos Sambucetti participou na construção da obra, contudo esta foi muito demo-

183 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p 322.

184 Discutido com mais detalhe em “Contrabando e Tratado de Limites”

185 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p 318.

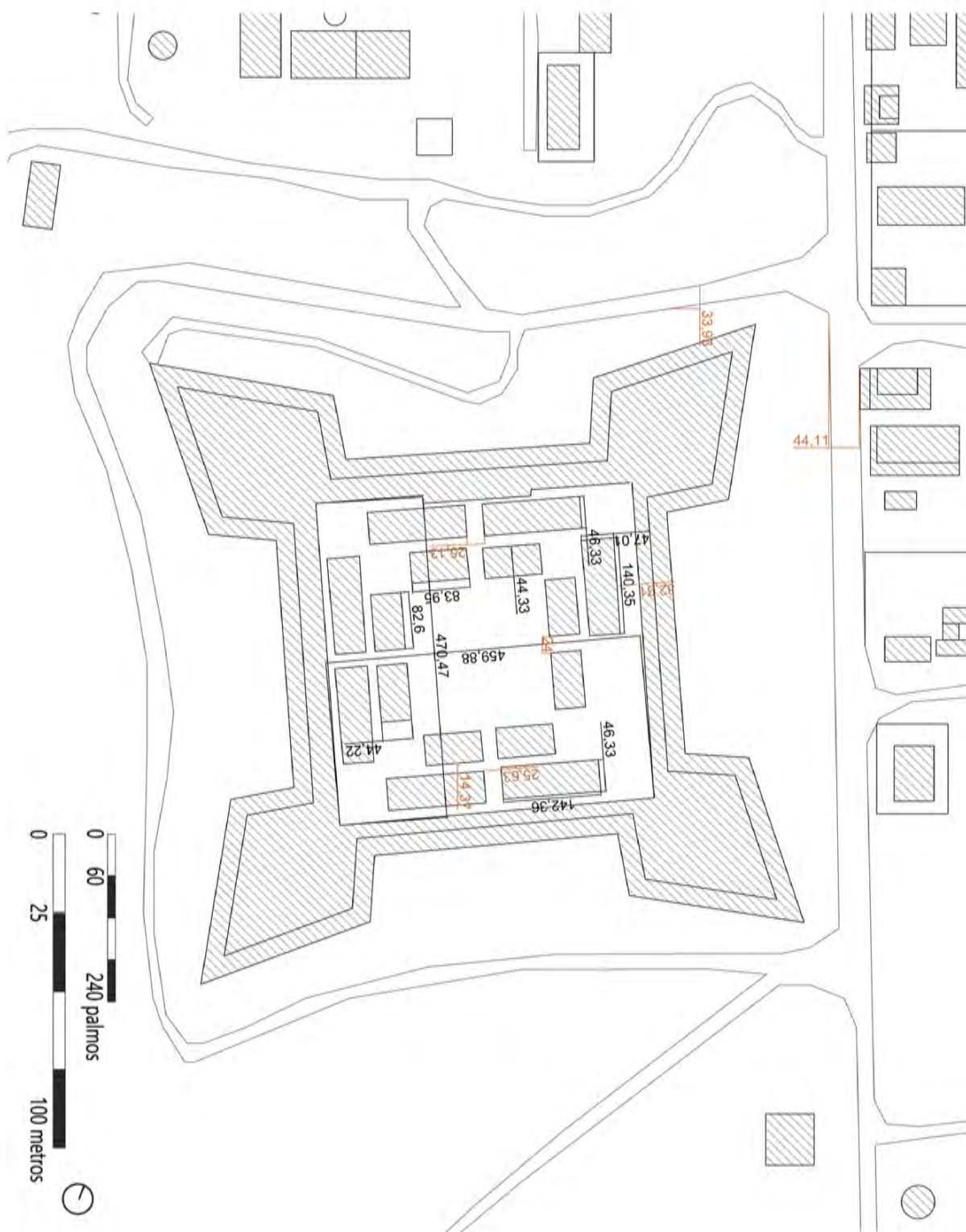


Imagem 75 - Aproximação de Príncipe da Beira.

rada, dado que um terço dos operários sucumbia a doenças devido ao clima. Sambuceti foi à América com o comité de marcação de limites, que elaborou uma carta do rio Solimões. Além disso participou na reedificação e direção das obras da fortificação de Gurupá, assistiu na fortaleza de Macapá, fez a vistoria da fortaleza da Nossa Senhora da Conceição e a assistência e coordenação nos trabalhos do forte de Príncipe da Beira. Morreu em 1777¹⁸⁶. como referido a propósito do plano de expansão de Vila Bela também de sua autoria, tendo sido substituído na direção das obras do Forte Príncipe de Beira por José Pinheiro de Lacerda.

As pedras utilizadas na construção da fortificação eram transportadas da pedreira pelo rio Guaporé. A construção começou com a construção dos quartéis e armazéns, depois de acabada essa parte, foi delimitado no chão o desenho do forte¹⁸⁷.

Descrição do traçado:

Forte Príncipe da Beira é a única fortaleza a ser analisada nesta dissertação. Esta é mencionada e analisada devido a sua importância na definição da linha de fronteira.

O forte possui uma medida interior de aproximadamente 460 por 460 palmos. Dentro desta área, encontram-se 16 edifícios em duas linhas concêntricas ao longo do quadrado base da fortaleza, com quatro ruas paralelas aos panos da muralha, uma com acesso ao portão do forte. Tem ainda quatro aberturas nos eixos diagonais para dar acesso aos baluartes.

Os eixos principais possuem 25 palmos de largura e os secundários medem 15. Os edifícios localizados na primeira linha de trapézios (45 por 80 palmos) são a capela, a casa do governador, a acomodação do capitão e do cirurgião e instalações dos oficiais. Na segunda linha (140 por 45 palmos) encontram-se alojamentos, armazéns e hospitais, como é possível observar nas imagens 75 e 76).

186 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutorado em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p 323.

187 Ibid. p 325.

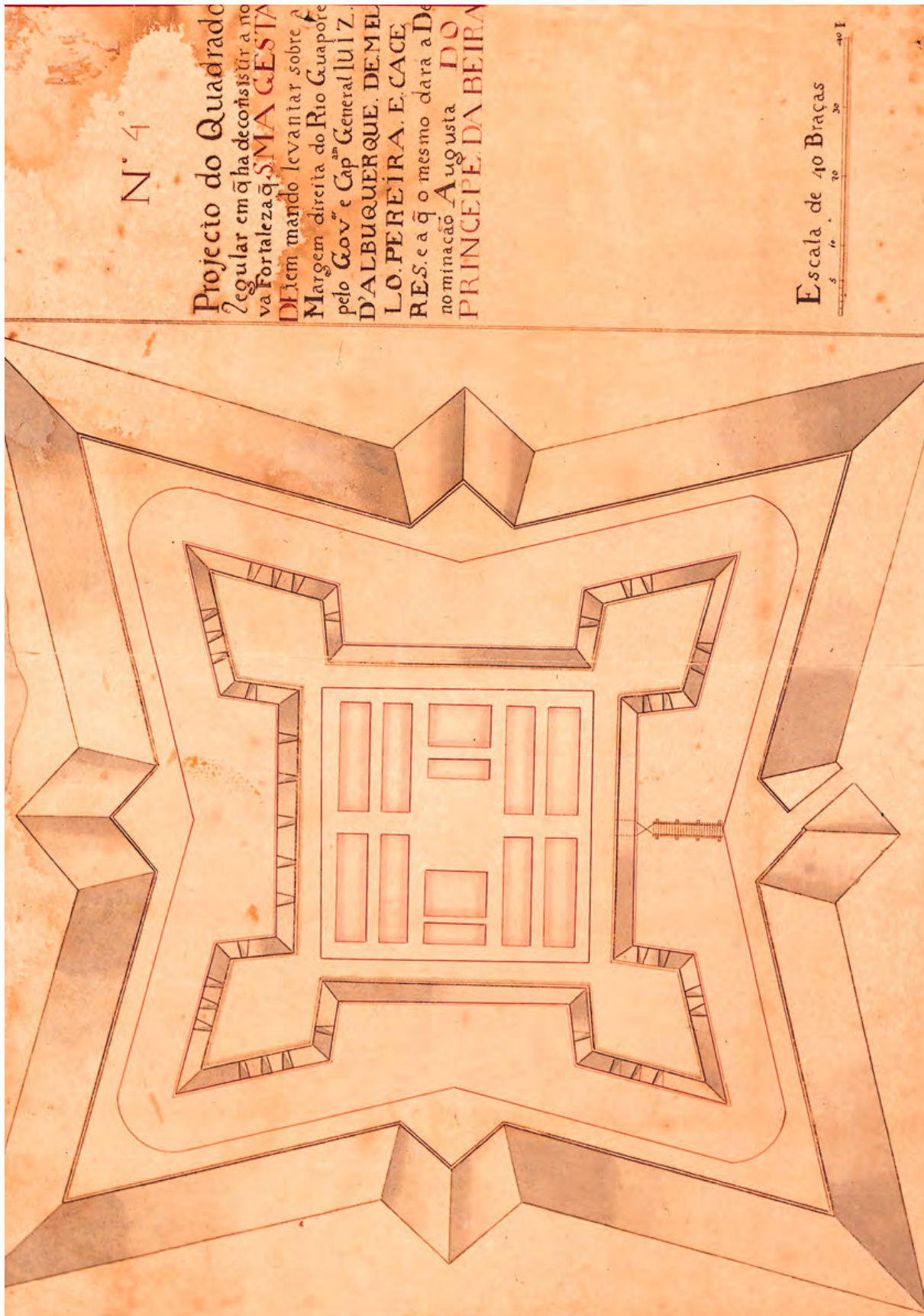


Imagem 76- Cartografia do Forte de Príncipe da Beira, 1775.

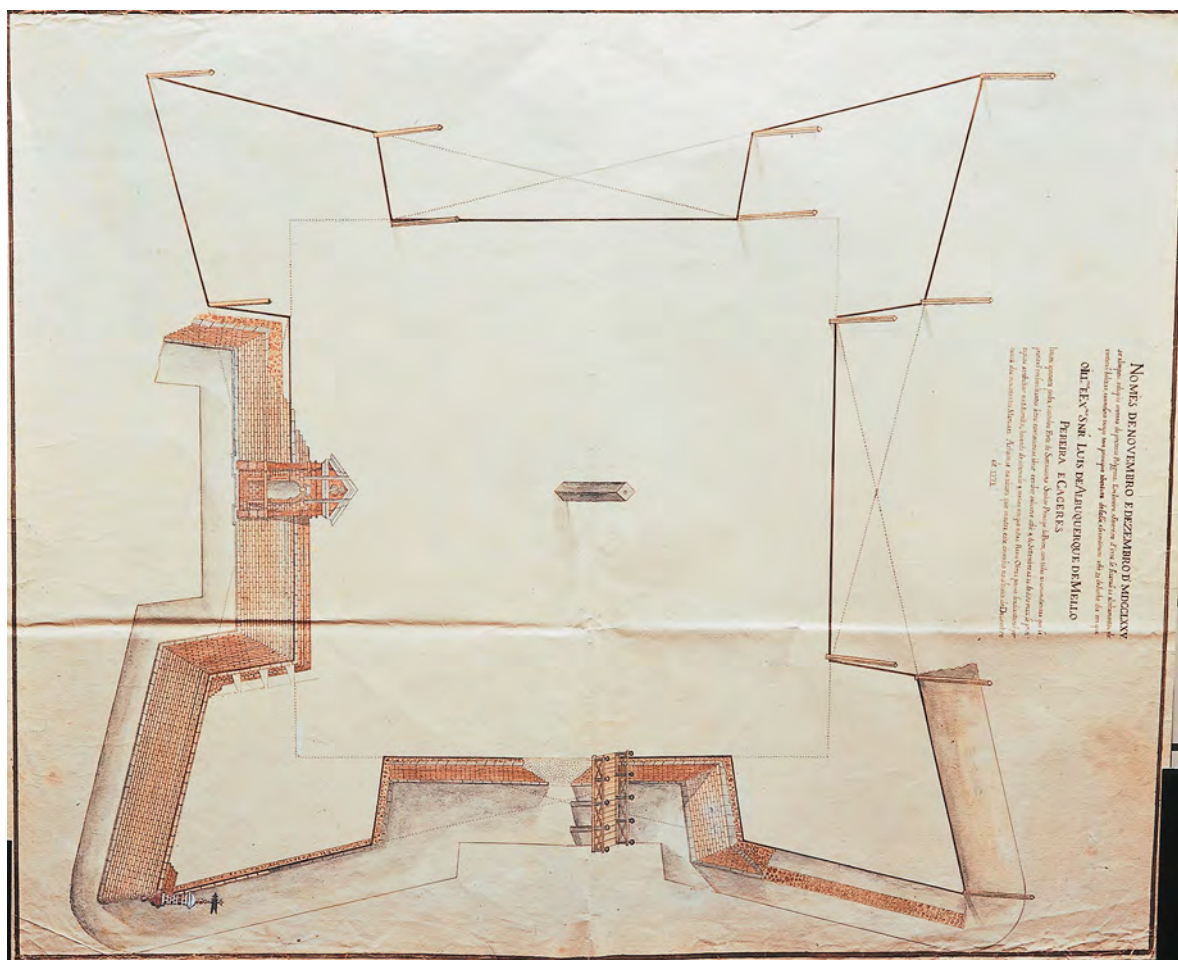
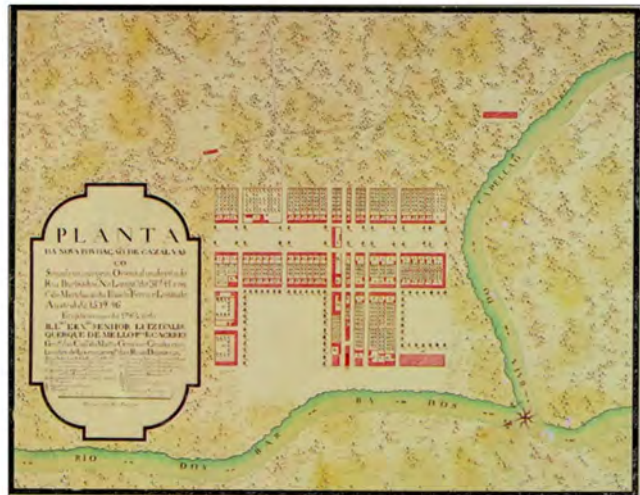


Imagem 77 - Cartografia que mostra a forma geral e portão de acesso de Principe da Beira, 1778.



1786

Joaquim José Ferreira
 Planta da Nova Povoação de Casal Vasco. Situada na margem oriental ou direita do Rio Barbados. Na longitude de 31°54' cortados do meridiano da Ilha do Ferro, e latitude Austral de 15°19'46". Ergida no ano de 1782 pelo Ilmo e Exmo Sr. LAMPC Gov. General das capitanias do Mato Grosso e Cuiabá e nos limites das encaregadas das reais demarcações. Color. 80 x 64 cm.

Casa da Insua A1 / BNRJ 12-6-9

Imagem 78 - Localização de Casal Vasco.

Casal Vasco:

Três cidades da coroa Portuguesa e uma missão Jesuíta

Localização: 15°19'48.68"S

60°00'41.44"O

Data de fundação: 1783

Fundador: Governador Luís de Albuquerque

Engenheiro: José Joaquim Ferreira

Casal Vasco foi uma cidade planeada e construída de facto para esticar a linha de fronteira e delineá-la seguindo os interesses de Portugal, tanto que esta desobedeceu um tratado ao ser construída, com o objetivo de seguir o plano preliminar de Luís de Albuquerque¹⁸⁸.

Em 1783, uma expedição e exploração do Rio Barbados com o pretexto de pesca, teve como objetivo real inspecionar a zona. Rios colocavam em risco a capital e os caminhos, portanto era necessário assegurar os afluentes do rio Guaporé, daí a necessidade de uma cidade que marcasse pose do Rio Barbados, que neste caso seria Casal Vasco.

O Engenheiro José Joaquim Ferreira (que participou na reconstrução de Lisboa) desenhou e construiu rapidamente esta cidade em 1783, a qual tinha tanto um grande peso simbólico como político, visto que esta foi fundada, em território que no altura pertenceria a Coroa espanhola.

Esta é contemporânea com Vila Real de Santo António, 1773, o apogeu do urbanismo português da época.

Vila Real de Santo António, fundada em 1773, foi provavelmente, o conhecimento de urbanização adquirido no Brasil colocado em prática na fronteira portuguesa continental. Esta era *“uma utópica cidade-fabrica projetada e concretizada na mesma cronologia que as Saline Royale d’Arcet-Senans em Chaux, na qual a fusão entre o damero e o lote estreito e comprido é levada ao extremo matemático de um fractal e o modelo social é um claro penúncio da sociedade industrial.”*¹⁸⁹. Esta cidade, com fachada virada para a fronteira com

188 Mencionado anteriormente em “Contrabando e Tratado de Limites”

189 Walter ROSSA. “A Jangada da Pedra: Alegoria da difusão da urbanística europeia na 1ª modernidade” Reunião Internacional de Coimbra da Rede PHI. Património Histórico-Cultural Iberoamericano. Universidade de Coimbra. p. 11.

dois andares¹⁹⁰, foi concebida e concretizada enquanto cidade nova, como uma afirmação da soberania através da marcação e colonização, desta feita, interna do território¹⁹¹. Uma cidade com programa elaborado, com edifícios civis e religiosos mínimos, com as infraestruturas para fazer esta uma cidade-fábrica, tais como os espaços de salga de peixe, de armazenamento dos produtos, um destacamento militar e uma alfândega. É uma malha urbana ortogonal composta por quarteirões retangulares e compridos, com as casas a fazerem frente de rua, através de fachadas uniformes, e com os seus respetivos logradouros interiores; uma praça quadrada, com um obelisco no meio, que possui a câmara, a igreja, casas nobres e quatro torreões ao seu redor, tornando-se no auge da “*escola portuguesa*” de arquitetura, urbanismo e engenharia militar.

Apesar de contemporâneas, Casal Vasco e Vila Real de Santo António seguiam planos muito diferentes. Casal Vasco era uma “*cidade aberta cheia de vazios*”, Vila Real de Santo António era uma “*cidade fechada com uma praça interior*”¹⁹². Ambas cidades estavam adjacentes à fronteira e como tal uma das grandes intenções destas era marcar posse no território, sendo assim, estas têm elementos “monumentais” viradas para a fronteira, em Casal Vasco a Praça Vitória e em Vila Real de Santo António as fachadas de dois andares. É possível que as tipologias utilizadas em Vila Real de Santo António tivessem sido duplicadas, e simplificadas em Casal Vasco, visto que esta cidade brasileira não possui a racionalização dos elementos urbanos nem a coerência que a que se encontra na fronteira algarvia.

Em 1790 a coroa espanhola pede entrega de Casal Vasco devido ao facto desta se encontrar em território espanhol. O governador João de Albuquerque respondeu que era uma aldeia com o objetivo de facilitar a comodidade da fraca população que trabalhava nesse terreno. Isto eram argumentos falsos visto que a população de Casal Vasco era maioritariamente militar e possuía um quartel avançado na fronteira¹⁹³.

Em meados do século XIX, com a fixação definitiva da fronteira, Casal Vasco perde a

190 Walter ROSSA. “Cidades da razão: Vila Real de Santo António e arredores”. *Em Monumentos*. n.º 30, 2009.

191 Ibid.

192 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” Discurso e Método. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.), p. 446

193 Ibid. p. 434.

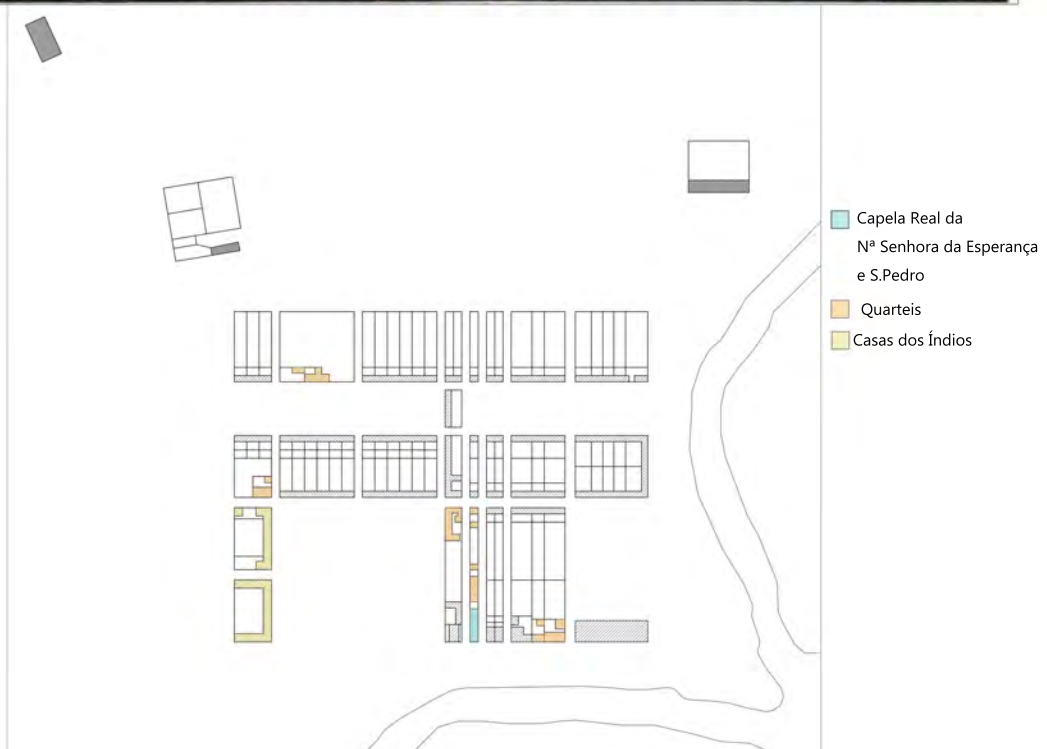
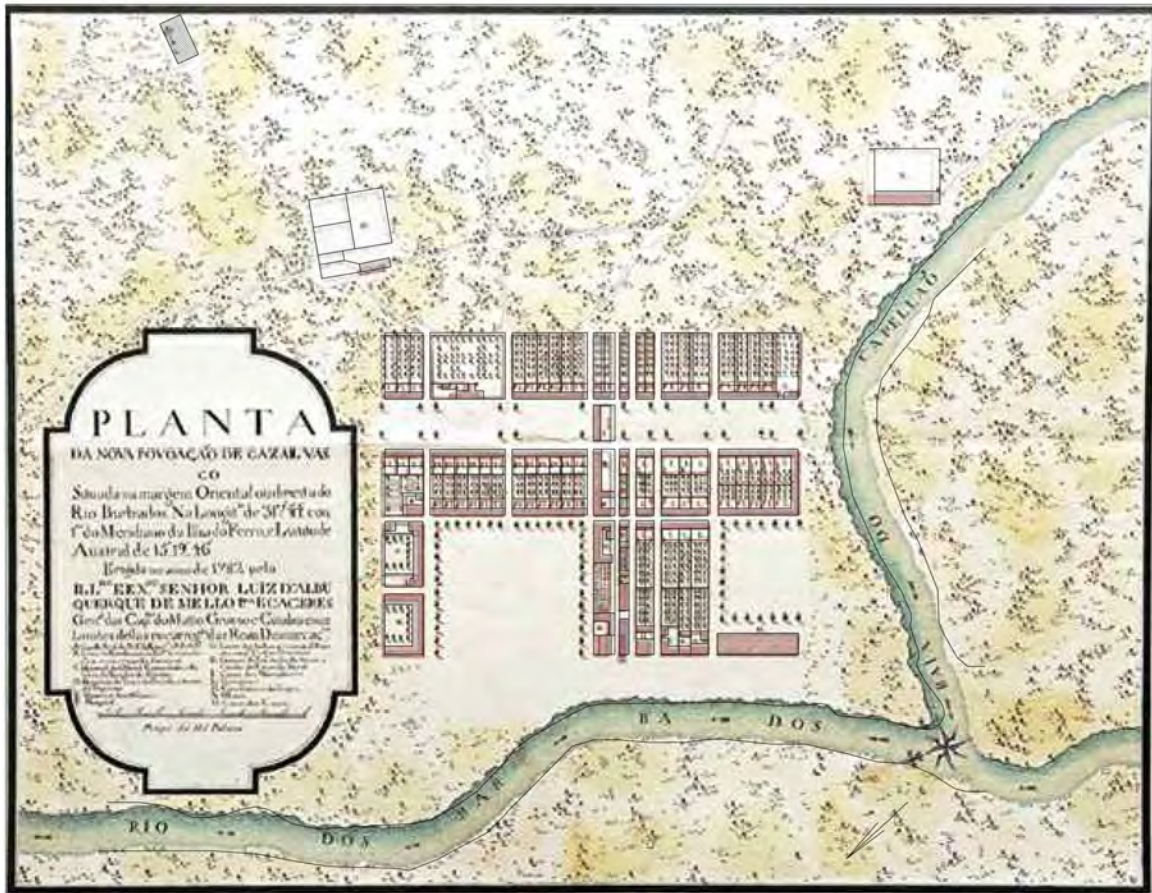


Imagem 80 - Casal Vasco equipamentos.

funcionalidade de marco simbólico, pelo que, caiu em desuso e abandono.

Descrição do traçado:

Casal Vasco em termos de malhar urbana tem uma clara distribuição de espaço urbano e hierarquização do território. De encontro com o que se vê no desenho 81, Casal Vasco apresenta uma planta mais elaborada onde através de esquemas geométricos compositivos se utilizam quadrados e diagonais rebatidas para encontrar o quarteirão seguinte.

Esta cidade tem ruas com 40 e 50 palmos de largura, e lotes que variam entre 30 e 40 de largura.

Os blocos frente ao rio possuem 360 palmos de comprimento, visto que estes são compostos por seis lotes de 60, que é também a medida utilizada na estruturação da capital, Vila Bela da Santíssima Trindade.

A Praça Vitoria, com 840 por 700 palmos, é por sua vez composta por três blocos de 360. Esta é recuada em relação ao rio, como na praça de comércio em Lisboa. Com o conjunto institucional à beira-rio, este contem uma casa das canoas. Como é possível observar na imagem 80 em grande parte a população desta cidade era militar, o que justifica a existência de vários edifícios militares como Quartéis, Hospitais e Cavalaria. Na realidade a função prática da cidade era um ponto de vigia para a fuga de escravos, os espanhóis e mercado de comércio ilegal¹⁹⁴.

Entre outras construções, os portugueses construíram acomodações para o comité de demarcação que nunca chegou a ir a Casal Vasco.

Os rossios têm 260 por 1000 palmos e situam-se a leste, por cima da praça.

A volumetria da fachada era definida e considerada padrão, como se vê na imagem 83.

As casas dos índios eram diferentes das casas dos colonos “moradores”, em termos da planta a casa dos “moradores”, além de ser unifamiliar, possuía quintal. A porta de entrada tinha uma característica de monumentalidade. Parece também pelas gravuras, que estas eram um conjunto de lotes com um telhado único como também observamos nas missões jesuítas do

194 Renata Malcher ARAÚJO. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” Discurso e Método. Dissertação de Doutorado em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 430.

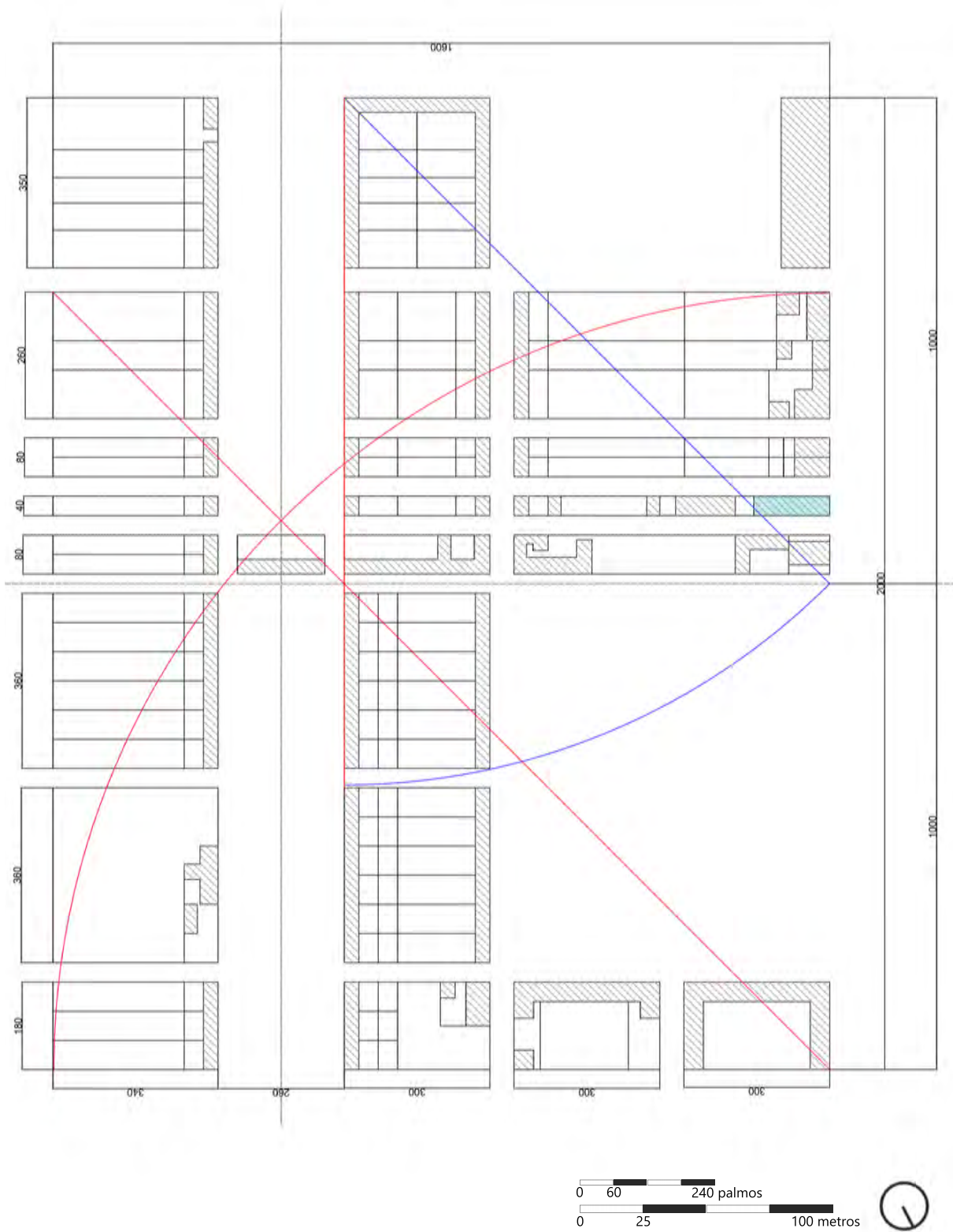


Imagem 81 - Casal Vasco medidas e esquemas geometrico-compositivos hipotéticos.

outro lado do rio, contudo com uma forma diferente. Estas casas de índios, como demonstrado na imagem 80, são lotes contínuos, em forma de “U”, com espessura de 40 palmos de largura.

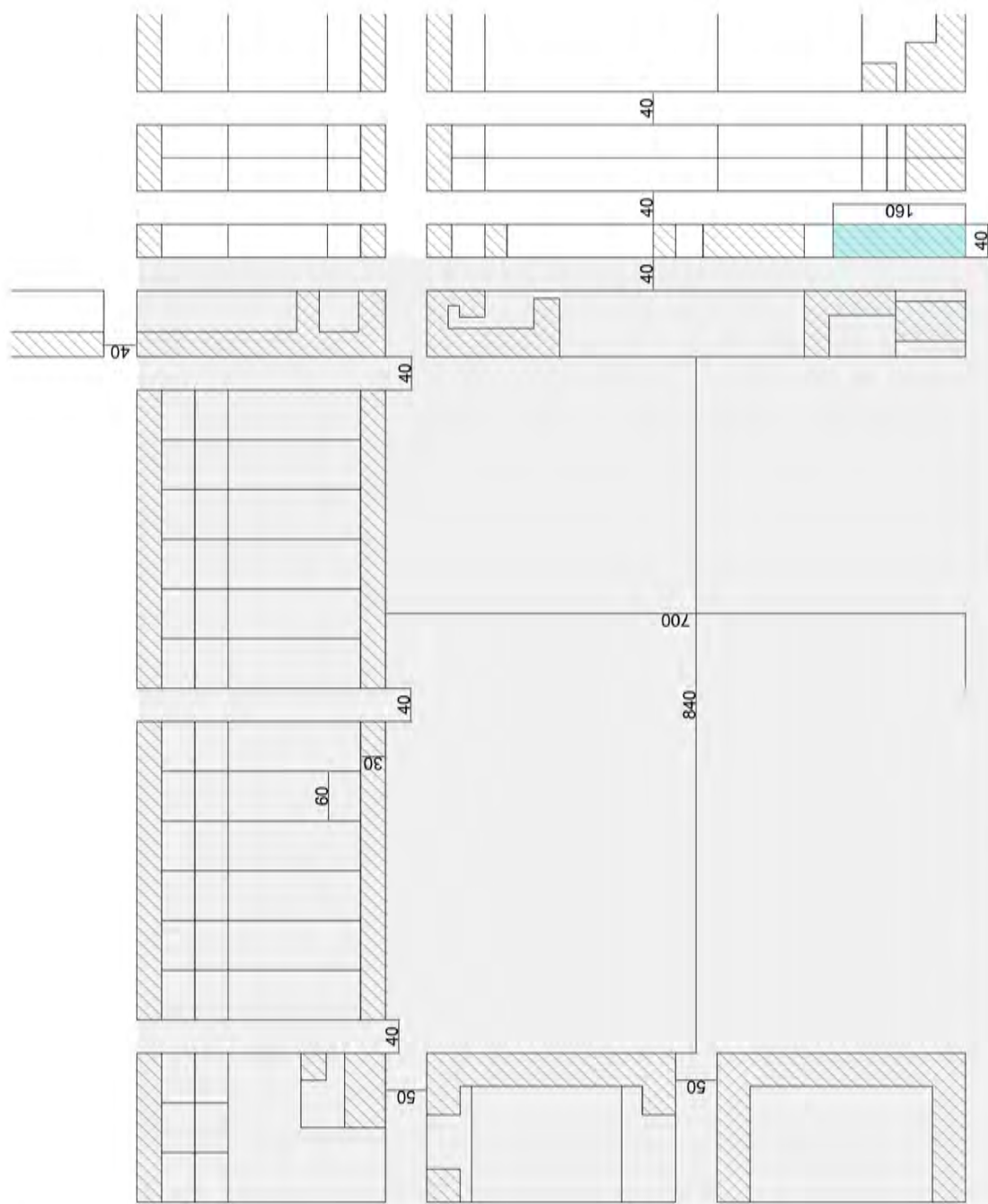


Imagem 82 - Casal Vasco aproximação.

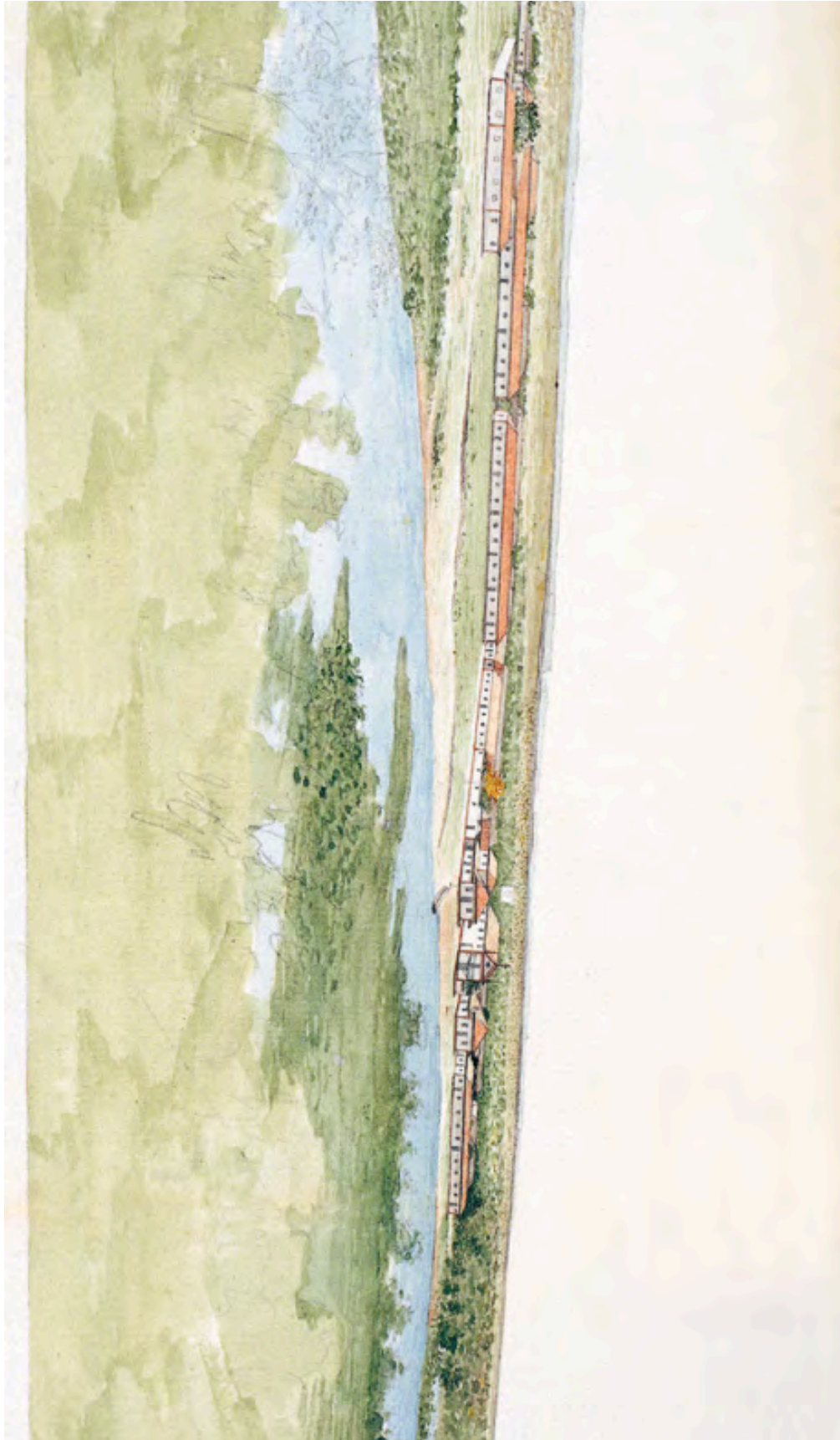


Imagem 83 - O desenho integra o acervo da “Viagem Filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira, existente no Museu Botânico Bocage. A data é estimada, sabendo-se que a expedição científica esteve em Mato Grosso entre 1789 e 1791.

Considerações Finais

Considerações Finais:

Ao longo desta dissertação foi estudado o processo de aproximação de duas potências coloniais, Portugal e Espanha, ao Rio Guaporé localizado no coração da América do Sul, observando como, pela urbanização, procederam à colonização desta área.

A partir da análise paralela dos dois casos, da Coroa Espanhola aliada com os Jesuítas (entre o século XVI e o século XVIII) e da Cora Portuguesa (no século XVIII), observou-se que a estratégia de colonização seguiu sempre estratégias diferentes, desde a ocupação à escala territorial até ao desenho da escala urbana, o que teve resultados materiais no ambiente construído.

Designadamente, em termos territoriais foi possível observar que as cidades portuguesas, implantadas na área do Rio Guaporé, são em menor número que as Espanholas. Contudo, as fundações portuguesas de Vila Bela da Santíssima Trindade, Príncipe da Beira e Casal Vasco estão localizadas estrategicamente à beira rio, alcançando um impacto simbólico muito importante na paisagem. Este dado é facilmente observável na imagem 53.

Isto deve-se ao facto de que o objetivo destas fundações era tomar posse do rio mais do que ocupar o território em si, ao contrário da intenção primeiro jesuíta e depois espanhola que era ocupar o território de forma dispersa, dado que as cidades eram fundadas em função das populações indígenas que pretendiam atrair pela missionação. Assim se explica a insistência dos jesuítas em desrespeitar as determinações do Tratado de Madrid e as tentativas de ocupação da missão de Santa Rosa, e da capitania de Mato Grosso no geral, tema que é analisado no ponto “O Rio como Fronteira: Uma historia de urbanização”.

Ao nível da escala urbana, observa-se que as cidades de origem portuguesa e as missões de fundação jesuíta/espanhola no Guaporé correspondem a um processo de fundação top-down, como foi apontado no ponto “Três cidades da coroa portuguesa e uma missão Jesuíta”. De facto, as três cidades aí analisadas, Vila Bela da Santíssima Trindade, Príncipe da Beira e Casal Vasco, foram fundadas com planos desenhados por um engenheiro e posteriormente seguidos até a construção.

Por outro lado, no caso jesuíta, não foram encontrados nenhum tipo de dados sobre o

planeamento das cidades analisadas nesta dissertação.

Contudo, foram encontradas constantes através da análise morfológica das suas malhas urbanas e com estes é possível afirmar que existia planeamento, em particular ao nível da estruturação da malha e do programa urbanístico seguido mas não em termos de medidas e plantas. Visto que a praça em termos gerais não é um negativo do quarteirão, nestas cidades analisadas, e a sua interação com a igreja e os telhados contínuos nos quarteirões, dá a entender a possibilidade de a cidade jesuíta seguir um mesmo plano, não em termos da métrica utilizada no seu desenho, mas em termos do programa urbanístico e da sua estruturação interna da malha. Além disso, devido à influência espanhola existe uma tendência de utilizar a malha ortogonal, como é claro no exemplo no caso de San Joaquin e Magdalena.

Como se disse no capítulo “O Contributo das Missões Jesuíticas na colonização do Guaporé” Ramon Gutierrez afirma que possivelmente a gravura de Candelária no Paraguai, 1767, seguiria o modelo jesuíta¹⁹⁵, sendo esta construída depois de todas as cidades analisadas nesta dissertação, estas podem ser consideradas a “experimentação” que levou a Candelária tomar a forma que tomou, apesar de na sua estruturação abdicar do quarteirão para organizar os galpões. Assim, é possível mostrar que as missões têm o seu próprio tipo de urbanismo através de um programa que segue os padrões encontrados nas cidades jesuítas do Guaporé e que, através da experimentação, culminou na cidade da Candelária no Paraguai.

A dissertação demonstra que a fronteira do Rio Guaporé divide não só dois territórios, como maneiras diferentes de urbanizar, tanto à escala territorial -como é possível observar no diagrama de fundação de cidades no Guaporé (imagem 53)- como ao nível da escala da cidade onde quer as cidades de fundação portuguesa como espanhola se regem por estruturas morfológicas muito estruturadas, não obstante diferentes.

Do ponto de vista do método de análise morfológica de Levy (2005)¹⁹⁶ . em todas as

195 Ramon GUTIERREZ. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamerica*. 2a edição. Manuales Arte Catedra. Madrid: Catedra, 1992. p. 231.

196 Gauthier, Pierre, e Jason Gilliland. “Mapping Urban Morphology: A Classification Scheme for Interpreting Contributions to the Study of Urban Form”, 2005.

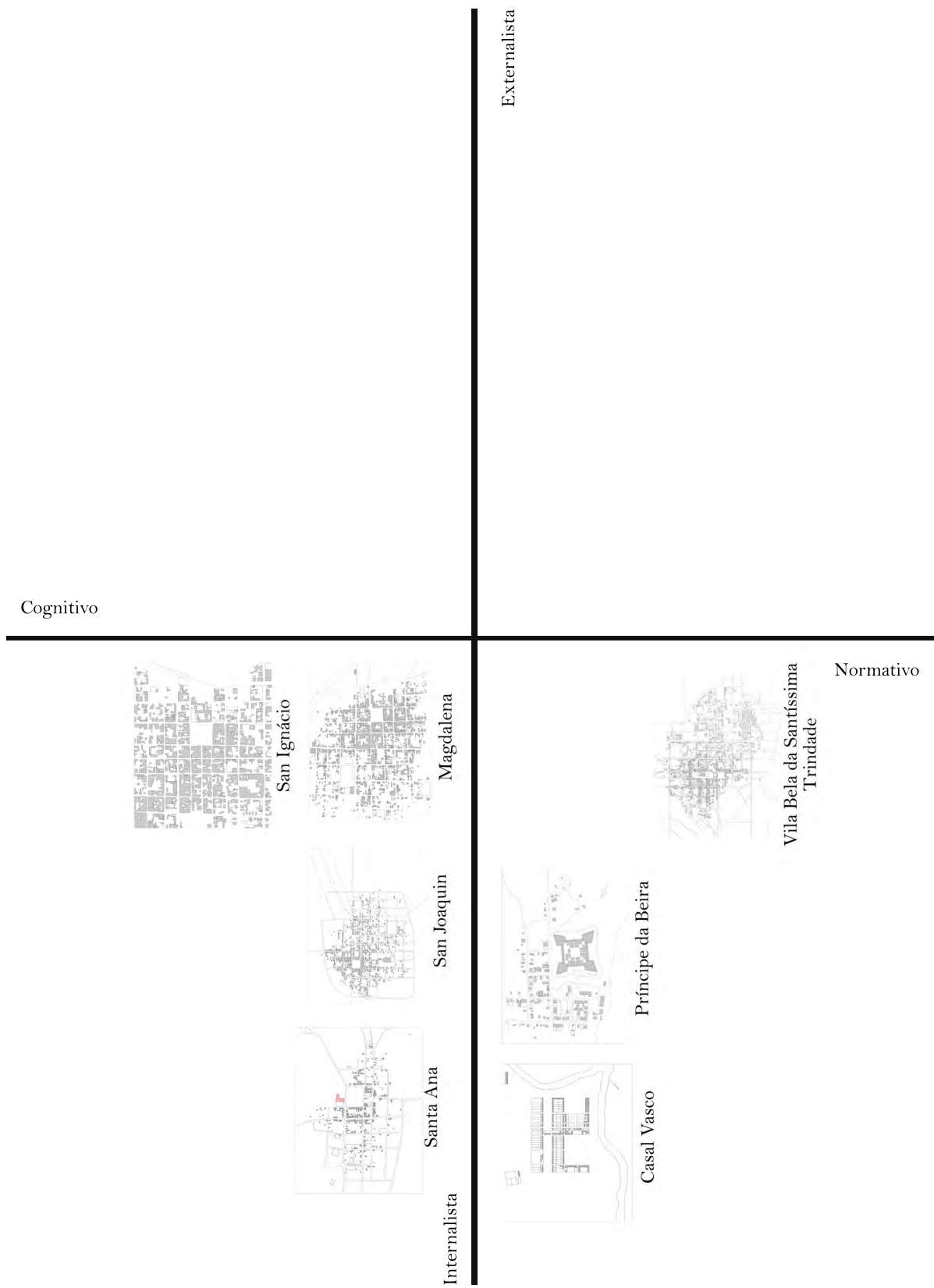


Imagem 84 - Diagrama axial sobre o método de análise morfológica segundo Levy.

idades utilizou-se a abordagem cognitiva/normativa e internalista. Cognitiva e Normativa que, como afirmado anteriormente, definem o propósito do objeto: cognitiva observa, o que o objeto é, enquanto que a normativa analisa o que o objeto deveria ser. Sendo as cidades analisadas, como muitas cidades coloniais, pensadas e estruturadas, em que cada elemento tem o seu objetivo próprio, estas abordagens sobrepõem-se e isso pode ser confirmado pelas constantes demonstradas ao longo das análises em questão, imagem 84. Como exemplo, analisando a igreja como um objeto pensado com uma função religiosa e, tendo de facto essa função, significa que a análise é tanto cognitiva como normativa. Porém estes casos de estudo são unicamente abordados pela componente internalista, visto que não sofreram alterações exteriores, além do tempo e do espaço. Isto pode ser verificado, por maior parte destas cidades, como por exemplo Santa Ana, não demonstrar uma grande expansão após o século XVIII. Esta abordagem foca também na dinâmica entre elementos que compõe a cidade, como por exemplo a igreja e a praça, com o objetivo de perceber a lógica interna da cidade.

Em termos de dinamismo, a associação da praça e da igreja é uma constante comum em todos os casos analisados. Porém nos jesuítas existe uma dinâmica próxima, onde por norma a igreja encontra-se adjacente a praça e nas cidades portuguesas existe uma ligeira separação, como pode ser observado em Casal Vasco e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Em termos de medidas e de grelhas de estruturação morfológica, analisadas a partir do método de Conzen, observa-se que as colónias portuguesas apresentam concordâncias nos 30 palmos e 60 palmos, que são medidas habitualmente reguladoras da cidade Portuguesa em termos de lotes e ruas (casos por exemplo de Bairro Alto em Lisboa e Angra nos Açores, ambas na primeira metade de XVI). Em Casal Vasco a largura do lote tem 30 palmos e os quarteirões adjacentes a praça são constituídos por seis módulos de 60 palmos, por outro lado em Vila Bela da Santíssima Trindade, em teoria, as ruas teriam todas 60 palmos e os quarteirões seriam todos também múltiplos deste, como é possível observar na imagem 80 e 63 respetivamente.

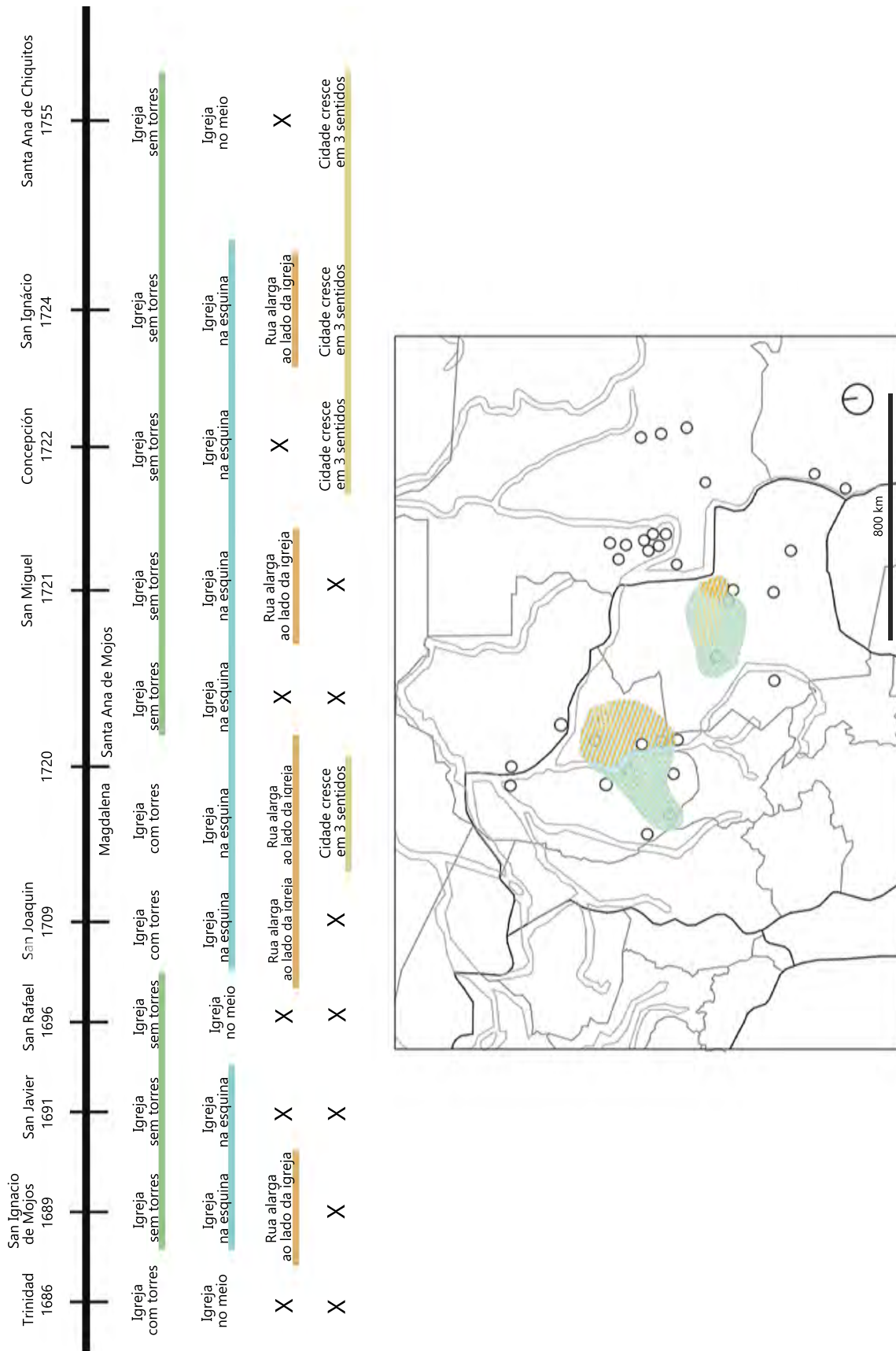


Imagem 85 - Planta e cronologia de de análise de cosntantes.

As missões por outro lado não apresentaram unificação em termos de medidas. Em todas as cidades varia, desde o tamanho de rua, ao das praças, até ao da igreja. Contudo, as missões estão mais próximas de um modelo padrão, estas localizam a igreja na praça, normalmente num lado desta para criar monumentalidade perspéctica, sem crescimento para trás da igreja, só no leque à sua frente e nas laterais. A igreja habitualmente não possui torres, e à volta da praça existem quarteirões com telhados contínuos, para albergar as habitações coletivas dos indígenas.

Nenhuma missão jesuítas segue a medida de 30 palmos encontrada por Renata Araújo em cidades construídas por cima de antigas missões jesuítas do lado português. Contudo, certas ruas de algumas cidades, como por exemplo San Joaquin, de facto possuem estes 30 palmos. Esta também afirma que existiriam galpões, ou seja, blocos com telhado único para habitação índia com 30 por 180 palmos¹⁹⁷. Nas missões analisadas do lado espanhol, verificamos que em todas as cidades, em volta da praça, existem quarteirões com telhado contínuo, mas não correspondem a estas medidas.

Através dos dados recolhidos em missões jesuítas fundadas em território sob domínio espanhol, tentou-se compreender se estas constantes se deviam a uma evolução cronológica ou se foi uma influência territorial como pode ser observado na imagem 85.

Algumas destas características, que são enumeradas na imagem 85, são identificadas na gravura da Candelária em 1767, posterior a todas as cidades analisadas, o que provavelmente significaria que foi a partir destas cidades em Mojos e Chiquitos, que existiu uma experimentação que culminaria na forma urbana da Candelária. Além disso, pelo mapa é possível concluir que não foi uma influência geográfica, mas sim cronológica, visto que ao longo do tempo verificamos que se encontram mais densidade de características que constituem as da Missão da Candelária.

197 Renata Malcher ARAÚJO. "A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII" Discurso e Método. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.). p. 308.

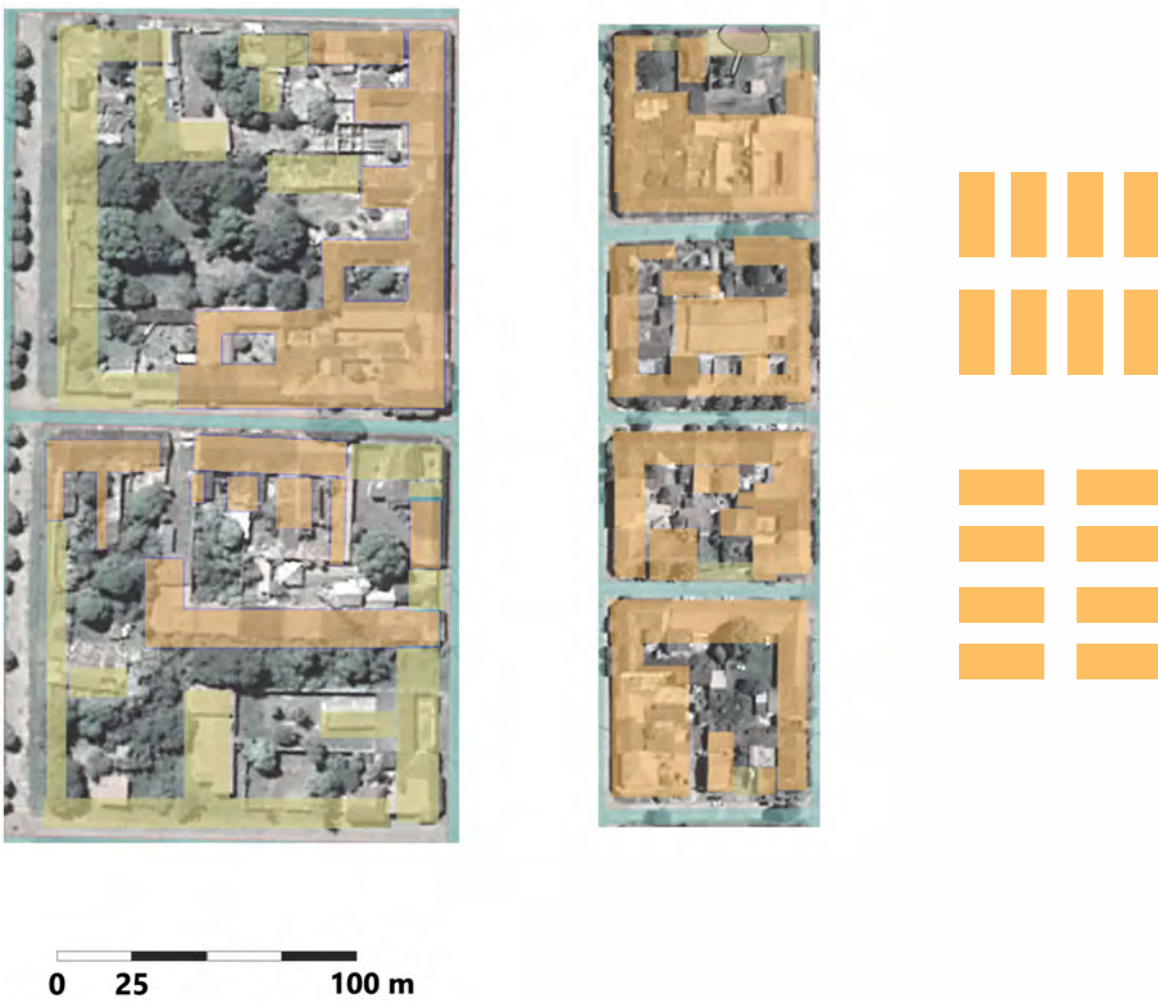


Imagem 86 - Diagrama de evolução a galpones.

Nessa medida, apenas em termos de processo, pode estabelecer-se um paralelo com o caso de Vila Real de Santo António que terá sido a síntese do aprendizado feito nas cidades portuguesas da Amazónia.

Outro dos aspetos que a análise permitiu observar foi a transformação do quarteirão a *galpones*.

Como foi mencionado anteriormente, na Candelária não existem quarteirões, existem lotes de habitações comunitárias com um telhado contínuo chamadas *galpones*.

A análise permitiu observar três passos de estruturas, como podemos ver na imagem 86:

1- Quarteirões de dimensões de 131 por 124 metros com pátio interior mas telhado continuamos a volta (exemplo San Joaquim, 1709).

2- Quarteirões mais pequenos com dimensões de 80 por 65 metros, cada vez com menos espaço interior e mais unificação do telhado (exemplo San Ignácio, 1724)

3- O quarteirão transforma-se no lote de telhado único com 27 metros, que são então os *galpónes* encontrados na Candelária.

É proposto nesta dissertação através das imagens 49 e 50 que o possível plano de urbanização dos jesuítas teria sido planeado com quarteirões de telhados contínuos. Em casos como San Ignácio e Magdalena, podemos observar que os quarteirões adjacentes a praça, possuem um telhado quase completamente contínuo, o que dá a entender que esta era uma condição base dos planos jesuítas.

De certa maneira esta “experimentação” de quarteirões de telhado único ao longo das missões jesuítas em Mojos e Chiquitos podem ter levado a transformação de estes a galpões, como se vê na imagem da Candelária no Paraguai.

Ainda através da análise morfológica através do método proposto por Conzen¹⁹⁸, tentou-se encontrar uma lógica interna tanto nas missões jesuítas, através da redução ao quadrado base e multiplicação deste, como no caso de evolução cronológica de Vila Bela da Santíssima

198 WHITEHAND, J.W.R. “British urban morphology: The Conzenian Tradition.” *International Seminar on Urban Form*, nº5, vol 2, 2001.



Imagem 87 - Cidades abandonadas e em ruínas

Trindade e da de Casal Vasco.

Nas missões parece existir concordância em duas das medidas encontradas da redução ao quadrado. Contudo, em termos gerais não é possível concluir que de facto existia uma medida reguladora única em termos de estruturação de quarteirões nestas cidades. Podemos porém considerar que esta análise complementa a ideia de que existe uma tentativa de fechar o quarteirão, visto que em alguns casos como por exemplo de Magdalena e San Ignacio (38 e 46) os quadrados que faltam preencher dão a ideia de continuação e fecho deste. Além disso, é possível observar que a largura das ruas em todas as missões, equivalem a meio quadrado, de cada respetiva medida estrutural, e nos casos onde a rua alarga, esta equivale a um modulo inteiro.

Lamentavelmente, as cidades do rio Guaporé, por norma, foram abandonadas e sucumbiram à ruína. Quando as fronteiras foram definitivamente demarcadas as cidades, como por exemplo Príncipe da Beira e Casal Vasco, entre muitas outras, perderam a sua razão de existir e cederam ao abandono e à ruína. Do lado espanhol, o mesmo aconteceu. Muitas das cidades jesuítas, como por exemplo Santa Ana de Chiquitos ou San Pedro, imagem 87 permanecem “paradas no tempo”, quase abandonadas, apenas com as estruturas que foram fundadas na época inicial, sem indícios de crescimento.

Por fim, voltando ao conceito de fronteira que foi o pretexto para o desenvolvimento desta dissertação, é possível afirmar que o rio Guaporé, é uma linha paradoxal onde culturas diferentes se confrontam, mas também onde identidades urbanas diferentes se encontraram e interagiram, e ainda que esta linha continua a guardar a memória de processo de construção das fronteiras coloniais na Amazónia.

Bibliografia:

- ANZAI, Leny Canselli. “Missões de Chiquitos e Moxos e a capitania de Mato Grosso”. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões, Missonações*, nº 13, vol 9, 2008.
- ARAÚJO, Renata Malcher. “A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.).
- ARAÚJO, Renata Malcher. *A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no Século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos*. Anais do Museu Paulista, (2012).
- ARAÚJO, Renata Malcher. “As cidades da Amazônia no século XVIII : Belém, Macapá e Mazagão”. Dissertação de Mestrado, (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Porto, 1998.).
- ARAÚJO, Renata; BARATA, Filipe Temudo; CUNHA, Mafalda Soares da; FARIA, Alice Caldeira Cabral Santiago; FERNANDES, José Manuel; FLORES, José Gabriel; FREUDENTHAL, Aida; LACERDA, Ana Maria; MATIAS, Maria Fernanda; MATOSO, José; ROSSA, Walter. “*Património de origem portuguesa no mundo: America do sul*”, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010-2011.
- BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. “Os Jesuítas e seus sucessores (I) (Moxos e Chiquitos- 1767-1830)”. *Revista de história*, nº 95, vol 47, 1973.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Vol. 1. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- BRITO, Raquel Soeiro de. *No trilho dos descobrimentos: Estudos geográficos*. Lisboa :Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- BRUNA, Paulo Júlio Valentino; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; FILHO,

- Nestor Goulart Reis. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. EdUSP, 2000.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. “Alguns informes de funcionários ilustrados sobre as antigas missões de Mojos e Chiquitos, em fins do século 18”. *Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana*, nº1, vol 4, 30 de Junho de 2014.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. “Insubmissos, trãnsfugas e informantes: os desertores das guarnições hispano-portuguesas nas regiões centrais da América do Sul, c.1750-1800”. *Memoria Americana*. nº 2, vol 25, 2017.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. “Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios missionários entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Mato Grosso (c. 1767-1800)”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux - Novo Mundo Mundos Novos - New world New worlds*, 30 de Janeiro de 2012.
- CHAVES, Otávio Ribeiro; PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho; PUHLL, João Ivo. “Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012.
- DENEVAN, William M. “*The aboriginal cultural geography of the Llanos de Mojos of Bolivia.*” *Ibero-Americana*. nº 48. Berkeley, 1966.
- DIAS, Pedro. *A Viagem Das Formas*. Lisboa: Estampa, 1995.
- EHERLS, Eckart. “Cultural identity and the city: a review of Eugen Wirth’s *Die orientalische Stadt im islamischen Vorderasien und Nordafrika*”. *International Seminar on Urban Form*, nº 9, vol 2, 2003.
- ESTEAS, Cristina; GUTIERREZ, Ramon. “*Arquitectura y fortificación : de la*

- ilustracion a la independencia americana*". Colección Investigación y Crítica. Madrid: Ediciones Tuero, 1993.
- ESTERAS, Cristina; GUTIERREZ, Ramon. *Territorio y fortificación : Vauban, Fernández de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prósperi : influencia en España y America*. Ediciones Tuero. Investigación y Crítica ; 6. Madrid, 1991.
- El sueño de un orden: La ciudad hispanoamericana*. Espanha: Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas., 1989.
- FILHO, Nestor Goulart Reis. "As minas de ouro: e a formação das Capitánias do Sul". Via das artes, 2013.
- FILHO, Nestor Goulart Reis "Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial" Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.
- "Forte de Bragança". Em Wikipédia, a enciclopédia livre, 22 de Fevereiro de 2018. https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Forte_de_Bragan%C3%A7a&oldid=51334920.
- GAUTHIER, Pierre; GILLILAND, Jason. "Mapping Urban Morphology: A Classification Scheme for Interpreting Contributions to the Study of Urban Form", *International Seminar on Urban Form*, nº 10, vol 1, 2006.
- GAUTHIER, Pierre. "Conceptualizing the social construction of urban and architectural forms through the typological process". *International Seminar on Urban Form* , nº 2, vol 9, 2005.
- GAUTHIEZ, Bernard. "The history of urban morphology". *International Seminar on Urban Form*, nº8, vol.2, 2004.
- GUTIERREZ, Ramon. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamerica*. 2a edição. Manuales Arte Catedra. Madrid: Catedra, 1992.

- GUTIERREZ, Ramon; BUSCHIAZZO, Mario J.; COSSÍO, Fernando Vela. *Estudios de arquitectura colonial hispano americana*. Madrid: Kalam, 1994.
- História da expansão portuguesa*. Vol. 1. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- HESPANHA, Antonio Manuel; SANTOS, Maria Catarina. *Os poderes num império oceânico*. In “*Historia de Portugal*”, 4º Vol., O Antigo Regime. Lisboa: Circulo de Leitores, 1993.
- La Ciudad Iberoamericana: Actas del Seminario Buenos Aires 1985*. Centro de Publicaciones. Secretaria General Técnica. MOPU, 1985.
- KING, Anthony, D. “*Colonial Urban Development*”. 2007.a ed. Great Britain: Routledge.
- LEVY, Albert. “Urban morphology and the problem of the modern urban fabric: some questions for research”. *International Seminar on Urban Form*, nº3, vol. 2, 1999.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. “Caminho de chiquitos às missões guaranis de 1690 a 1718”. *Revista de História*. São Paulo, nº 20, 1960.
- LOBO, Manuel Leal da Costa; JUNIOR, José Geraldo Simões. *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. SciELO - Editora Mackenzie, 2012.
- LONDOÑO, Fernando Torres; MARTINS, Fredson Pedro. “Jesuítas, indígenas e o código religião nas crônicas de Maynas, Mojos e Chiquitos no século XVIII”. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, nº 2, vol 3, 2014.
- MACHADO, Maria José Goulão. “*La Puerta Falsa de América*”: *A Influencia artística portuguesa na região do rio da Prata no período Colonial*. Dissertação de Doutorado. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005).
- MALFROY, Sylvain. “Can there be a joint venture between urban history and urban morphology?” *International Seminar on Urban Form*, nº 8,

- vol 2, 2004.
- MAUAD, Ana Maria; RIBEIRO, Margarida Calafate; ROSSA, Walter. *Patri-mónios de influência portuguesa : modos de olhar* ". Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra; [Lisboa] : Fundação Calouste Gulbenkian; [Niterói] : Editora da Universidade Federal Fluminense, cop. 2015.
- PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. "Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)". *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, nº25, vol 2, 2017.
- PUNTONI, Pedro Luis. "Lealdades negociadas: Povos indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (Segunda Metade do Século XVIII)" São Paulo, 2012, 595.
- ROSSA, Walter. "A Jangada da Pedra: Alegoria da difusão da urbanística europeia na 1ª modernidade " *Reunião Internacional de Coimbra da Rede PHI. Património Histórico-Cultural Iberoamericano*. Universidade de Coimbra.
- ROSSA, Walter. "Cidades da razão: Vila Real de Santo António e arredores". *Em Monumentos*. n.º 30, 2009.
- ROSSA, Walter. "*Fomos Condenados à Cidade: Uma Década de Estudos Sobre Património Urbanístico*." Imprensa da Universidade de Coimbra. Olhares. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- ROSSA, Walter; et al. "Recenseando as Invariantes: Alinhamento de Alguns Casos de Morfologia Urbana Portuguesa de Padrão Geométrico". *Actas Do V Colóquio Luso-Brasileiro de História Da Arte*. Universidade do Algarve.
- SANTAMARÍA, Daniel J. "Fronteras indígenas del oriente boliviano. La dominación colonial en Moxos y Chiquitos, 1675-1810". *Boletín america-*

nista,nº 36, 11 de Janeiro de 1986. <https://www.raco.cat/index.php/BoletinAmericanista/article/view/98465>.

SMITH, Robert C. "Colonial Towns of Spanish and Portuguese America". *Journal of the Society of Architectural Historians*, nº 4, vol 14, 1955.

TRINDADE, Luísa. "*Urbanismo na composição de Portugal*". Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Universidade de Coimbra, 2010.

Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Celebrações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

WHITEHAND, J.W.R. "British urban morphology: The Conzenian Tradition." *International Seminar on Urban Form*, nº5 , vol 2, 2001.

Índice de imagens:

Imagem 1- Desenho da autora

Imagem 2- Desenho a partir do *Google Earth*.

Imagem 3- Desenho a partir do *Google Earth*.

Imagem 4- Fotografia aérea do *Google Earth*, 2020.

Imagem 5- Fotografia aérea do *Google Earth*, 2020.

Imagem 6- Fotografia aérea do *Google Earth*, 2020.

Imagem 7- Desenho a partir do *Google Earth* e de mapas de Renata Malcher ARAÚJO. “*A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.).

Imagem 8- Pierre GAUTHIER; Jason GILLILAND. “Mapping Urban Morphology: A Classification Scheme for Interpreting Contributions to the Study of Urban Form”, *International Seminar on Urban Form*, nº 10, vol 1, 2006. p. 10.

Desenho a partir da cronologia de Renata Araújo: Araújo, Renata. «A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no Século XVIII.», sem data.

Araújo, Renata. «As Cidades da Amazônia no Século XVIII», 2000.

Imagem 9-Desenho da autora.

Imagem 10- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:IMG-20180419-WA0003.jpg>

Imagem 11- Nestor Goulart Reis FILHO. “*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*” Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

Imagem 12- Desenho da autora a partir de <http://www.gabrielbernat.es/colonia/mineria/assets/images/miner2.jpg>.

Imagem 13- Desenho da autora.

Imagem 14- Desenho da autora.

Imagem 15- Desenho da autora.

Imagem 1 - Desenho da autora.

Imagem 17- Desenho da autora.

Imagem 18- Desenho da autora a partir de ARAÚJO, Renata Malcher. “A *Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII*” *Discurso e Método*. Dissertação de Doutorado em História da Arte, (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.) p, 197.

Imagem 19- Desenho da autora.

Imagem 20- Desenho da autora a partir de CHAVES, Otávio Ribeiro;PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho;PUHLL, João Ivo.“Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial ibérico do século XVI ao XVIII”. *Revista Territórios & Fronteiras*, nº 2, vol 5, 2012.

Imagem 21- Desenho da autora.

Imagem 22- Desenho da autora.

Imagem 23- Desenho da autora.

Imagem 24- Desenho da autora.

Imagem 25- Desenho da autora.

Imagem 26- Desenho da autora.

Imagem 27- Desenho da autora.

Imagem 28- Desenho da autora.

Imagem 29- Desenho da autora.

Imagem 30-Desenho da autora.

Imagem 31-Desenho da autora.

Imagem 32-Desenho da autora.

Imagem 33-Desenho da autora.

Imagem 34-Desenho da autora.

Imagem 35-Desenho da autora.

Imagem 36-Desenho da autora.

Imagem 37-Desenho da autora.

Imagem 38-Desenho da autora.

Imagem 39-Desenho da autora.

Imagem 40-Desenho da autora.

Imagem 41-Desenho da autora.

Imagem 42-Desenho da autora.

Imagem 43-Desenho da autora.

Imagem 44-Desenho da autora.

Imagem 45-Desenho da autora.

Imagem 46- Desenho da autora.

Imagem 47-Desenho da autora.

Imagem 48-Desenho da autora.

Imagem 49-Desenho da autora.

Imagem 50-Desenho da autora.

Imagem 51-Desenho da autora.

Imagem 52-Desenho da autora.

Imagem 53-Desenho da autora.

Imagem 54-Desenho a partir de Ione Aparecida Martins Castilho PEREIRA.

“Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)”.

Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria, nº25, vol 2, 2017.

Imagem 55- Nestor Goulart Reis FILHO. “*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*” Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

Imagem 56-Horta CORREIA. " *O lugar de Vila Real de Santo António na história*

do urbanismo português". Editorial do Departamento de Arquitectura.

Imagem 57- Desenho da autora.

Imagem 58-Nestor Goulart Reis FILHO. "*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*" Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

Imagem 59-Nestor Goulart Reis FILHO. "*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*" Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

Imagem 60-Nestor Goulart Reis FILHO. "*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*" Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

Imagem 61-Desenho da autora.

Imagem 62-Desenho da autora.

Imagem 63-Desenho da autora.

Imagem 64- Desenho da autora.

Imagem 65-Desenho da autora.

Imagem 66-Desenho da autora.

Imagem 67-Desenho da autora.

Imagem 68-Desenho da autora.

Imagem 69- Desenho da autora.

Imagem 70-Desenho da autora.

Imagem 71-Desenho da autora.

Imagem 72-Desenho da autora.

Imagem 73-Desenho da autora.

Imagem 74- Desenho da autora.

Imagem 75-Desenho da autora.

Imagem 76- Nestor Goulart Reis FILHO. “*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*” Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

Imagem 77-Nestor Goulart Reis FILHO. “*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*” Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

Imagem 78-Desenho da autora.

Imagem 79- Nestor Goulart Reis FILHO. “*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*” Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

Imagem 80-Desenho da autora.

Imagem 81-Desenho da autora.

Imagem 82-Desenho da autora.

Imagem 83-Nestor Goulart Reis FILHO. “*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*” Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.

Imagem 84- Desenho da autora.

Imagem 85-Desenho da autora.

Imagem 86-Desenho da autora.

Imagem 87-Fotografia aérea do *Google Earth*, 2020.

Cronologia de Trabalho

Cronologia Geral

| | |
|------|--|
| 1492 | Chegada dos espanhóis à América |
| 1494 | Tratado de Tordesilhas |
| 1500 | Chegada dos portugueses ao Brasil |
| 1573 | Ordenanças de Filipe II |
| 1580 | União das Coroas Ibéricas |
| 1640 | Restauração da Independência de Portugal Reafirmação de fronteiras |
| 1647 | Academia de fortificações em Portugal |
| 1668 | Assinado tratado de Paz entre Portugal e Espanha |
| 1674 | Início de Missões de Mojos |
| 1681 | Renovação das Ordenanças de Filipe II |
| 1691 | Início de Missões de Chiquitos |
| 1702 | Proibição de ordens religiosas nas minas |
| 1742 | Viagem de Manuel Felix de Lima e Francisco Leme do Pardo ao Rio Guaporé |
| 1745 | Minas em Cuiabá |
| 1747 | Discussão sobre o Tratado de Madrid |
| 1748 | Capitanias de Mato Grosso e Goias |
| 1750 | Marques de Pombal Tratado de Madrid |
| 1751 | Governo de Mato Grosso e Goias Primeiro governado de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura |

Cronologia de fundações

| | |
|------|---------------------------------|
| 1541 | Mazagão |
| 1549 | Bahia |
| 1561 | Santa Cruz de la Sierra |
| 1680 | Colonia de Sacramento |
| 1684 | Loreto |
| 1687 | Trinidad |
| 1689 | San Ignacio San Javier |
| 1693 | San Borja |
| 1696 | San Rafael |
| 1697 | San José San Pedro |
| 1698 | Rio de Janeiro |
| 1704 | Exaltación |
| 1709 | San Joaquin |
| 1710 | Reyes |
| 1719 | Cuiabá |
| 1720 | Magdalena Santa Ana de Moxos |
| 1721 | San Miguel |
| 1722 | Concepción |
| 1724 | San Ignacio Santa Rosa |
| 1744 | San Miguel |
| 1746 | San Simón |
| | Chapada de Guimarães |

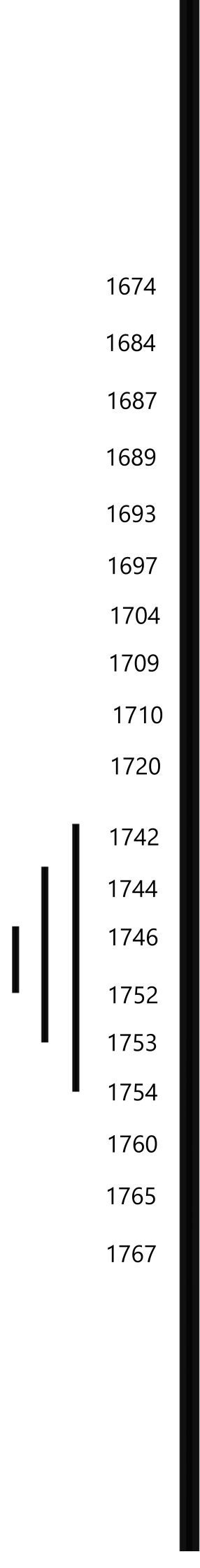
Cronologia Geral

Cronologia de fundações

| | | | |
|------|---|------|--|
| 1752 | Começa a marcação da fronteira pelo Sul Queimam San Simón | | Vila Bela da Santíssima Trindade |
| 1753 | Queimam San Miguel | | |
| 1754 | Queimam Santa Rosa | | São José ou Lugar de Leomil Casa Redonda Santiago de Chiquitos |
| 1756 | Começo da Guerra dos 7 anos | 1757 | Sítio das Pedras |
| 1759 | Decreto de expulsão dos Jesuítas de Portugal e terras de domínio português Abandono de Nossa Senhora de Boa Viagem | 1758 | Nossa Senhora de Boa Viagem |
| 1761 | Tratado el Pardo (anula tratado de Madrid) | 1760 | Forte de Nossa Senhora da Conceição |
| 1762 | Tomada de Sacramento Espanha declara guerra a Portugal Queima de San Miguel (missão portuguesa) | | |
| 1763 | Fim da Guerra dos 7 anos Tratado de Paris Ataque de Itonamas Engenheiro José Mathias | | |
| 1764 | Fim do governo de Antonio Rolim de Moura Começo de João Pedro da Câmara como governador de Mato Grosso | 1765 | Balsemão Fortaleza Exaltacion Sierra Morena |
| 1767 | Fim dos Mojos | | |
| 1768 | Fim de João Pedro da Câmara Expulsão dos Jesuítas em Portugal e terras de domínio português | | |
| 1769 | Luis Pinto de Sousa Coutinho | | Lamego |
| 1772 | Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres | | |
| 1773 | Expulsão dos Jesuítas de Espanha e terras de domínio espanhol | | Vila Real de Santo António |
| 1774 | Medição da região para o forte de Príncipe da Beira | | Corumbá |
| 1775 | Começo da Construção de Príncipe da Beira | 1776 | Forte de Coimbra Forte de Príncipe da Beira |
| 1777 | Despedimento de Marquês de Pombal Tratado de Santo Idelfonso (Inglaterra e França sobre Sacramento) | | |
| 1778 | Tratado el Pardo | | Cárceres |
| 1780 | Tratado preliminar por Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres | | |
| 1783 | Começo das Viagens Filosóficas | | Casal Vasco |
| 1788 | Começo de João de Albuquerque de Pereira e Cárceres como governador de Mato Grosso | | |
| 1796 | Tratado Santo Idelfonso | 1799 | São José de Ribeirão |

Cronologia Chiquitos

| | |
|------|--|
| 1691 | Inicio dos Chiquitos San Javier |
| 1696 | San Rafael |
| 1697 | San José |
| 1699 | San Juan Batista |
| 1721 | San Miguel |
| 1722 | Concepción |
| 1724 | San Ignacio |
| 1754 | Santiago de Chiquitos |
| 1755 | Santa Ana de Chiquitos |
| 1761 | Sagrado Corazon |
| 1773 | Expulsão dos Jesuitas de territorio Espanhol |



| | |
|------|---|
| 1674 | Início de missões de Mojos |
| 1684 | Loreto |
| 1687 | Trinidad |
| 1689 | San Ignacio |
| 1693 | San Borja |
| 1697 | San Pedro |
| 1704 | Exaltación |
| 1709 | San Joaquín |
| 1710 | Reyes |
| 1720 | Magdalena Santa Ana dos Mojos |
| 1742 | Santa Rosa |
| 1744 | San Miguel |
| 1746 | San Simón |
| 1752 | Queima de San Simon |
| 1753 | Queima de San Miguel |
| 1754 | Queima de Santa Ana |
| 1760 | Fortaleza da Nossa Senhora da Conceição |
| 1765 | Fortaleza de Exaltación |
| 1767 | Fim de missões de Mojos |